

São Vicente Primeiros Tempos

Texto – Grupo de coordenação do trabalho.

Quando, em 2006, a então Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura de São Vicente comprou os direitos editoriais do livro “São Vicente Primeiros Tempos” da senhora Maria Auxilidora, mais conhecida como Dora, viuva do historiador, pesquisador e artista plástico Carlos Fabra, foi dado o primeiro passo para o resgate de uma importante obra de pesquisa sobre a história dos primórdios da cidade.

Carlos Fabra, uruguaio de nascimento, veio na década de 1980 para São Vicente e na mesma época começou a trabalhar na publicação “Poliantéia Vicentina” obra fundamental para a história da cidade, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente.

A partir daí dedicou sua vida à pesquisa e divulgação da história direcionando seus conhecimentos e arte para esses fins.

Pintor singular concretizou, com base em suas pesquisas, um dos seus mais importantes projetos denominado “Memorial da História Vicentina”, composto de dezenas de quadros retratando os principais momentos da história da cidade.

Um de seus trabalhos foi à coordenação de pesquisa da publicação “Gohaió - Capitânia Hereditária de São Vicente”, livro lançado no ano 2000, nas comemorações dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil”. Fabra faleceu em 2004, deixando vasta obra e os originais do livro “São Vicente Primeiros Tempos”.

Em 2005 começaram as negociações para a compra dos direitos de publicação e em 2006, logo após a compra todo o material original, que estava datilografado foi digitalizado pela pesquisadora Deise Gianinni e ficou-se no aguardo de uma oportunidade de publicação.

Em 2009, a pedido do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Cultural e Turístico de São Vicente (Condephasv) foram retomados os esforços para a publicação do livro.

A Secretaria de Cultura, através da Casa Martim Afonso, passou a coordenar o trabalho formando uma comissão composta por pesquisadores e historiadores.

O responsável pela edição da obra foi Osvan Luiz de Mello, também colaborador nas polianteias de São Vicente e de Bertioga, além de várias outras publicações.

A principal preocupação dessa comissão foi a de não auterar a proposta original do livro não modificando os conceitos e a linha de análise histórica do autor.

Toda a divisão de capítulos foi mantida, apenas alguns foram divididos em subtítulos para a facilitação da leitura.

A última publicação importante sobre a história de São Vicente foi o livro Gohaió, há dez anos atrás, no qual Carlos Fabra teve participação decisiva.

Mais uma vez, infelizmente de maneira póstuma, ele vem nos auxiliar no aprofundamento das pesquisas sobre nossa cidade tão importante para a história do Brasil, mas tão pouco estudada.

A publicação dessa obra só foi possível graças à colaboração de comerciantes, empresários e de pessoas que muito se interessam pela história de São Vicente. A estes agradecemos profundamente.

São Vicente Primeiros Tempos

Ficha Técnica

Realização - Prefeito Tércio Garcia.

Produção - Secretário de Cultura Renato Caruzo.

Autoria, pesquisa histórica e texto - Carlos Alberto Fabra Perugorria.

Cordenação geral - Marcos Atanásio Braga.

Cordenação editorial - Osvan Luiz de Mello.

Revisão - Deise Gianinni; Marcos Atanásio Braga.

Editoração e projeto gráfico - Rodrigo Gomes Carriti.

Marketing – Mariane Sousa Jasinski; Rodrigo Gomes Carriti; Osvan Luiz de Mello.

Fotografias – Gilberto Grecco.

Edição – Arte Gráfica.

Agradecimentos.

Nora Walter, Cíntia Costa Ignácio, Célia Regina Olivier Marteleto, Gaspar Mariano dos Santos Luz, José Dionísio de Almeida .

Dedicatória.

Este livro é dedicado a família de Carlos Fabra :

Sua esposa Maria Auxiliadora, seus filhos Ricardo e Michele e sua neta Gabriele.

Carlos Alberto Fabra Perugorria

Dados do autor - Carlos Alberto Fabra Perugorria, uruguaio de nascimento (20.07.1936) e vicentino de coração, teve sua vida dedicada a São Vicente, não só na área de estudos históricos, mas também na das artes, já que além de historiador era artista plástico. Através dessa união de conhecimentos, retratou a cidade em telas e recuperou muitas informações a respeito da nossa história, em se tratando de primeira vila do país.

Seu currículo é vasto. Seus cursos resumem-se em: Língua e Literatura Espanhola e Hispanoamericana, Cultura e Civilização Hispânica; Engenharia Naval; Biblioteconomia e Arquivística, Técnicas de Microfilmagem e Documentação; Técnico e Prático de Microfilmagem, Desenvolvimento de Sistema de Microfilmagem, Artes Plásticas e outros. Ocupou cargos de Bibliotecário no Instituto de Cultura Hispânica de São Paulo, de Chefe do Depto. Audiovisual do Instituto de Cultura Hispânica de São Paulo, Encarregado do Birô de Microfilmagem do setor de documentação histórica da Universidade de São Paulo, Técnico em Documentação Histórica e Microfilmagem no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Representante e Assessor de microfilmagem e Sistemas na MICROMÉTODOS - Microfilmagem, em São Paulo, Chefe do Departamento de

Encenações Históricas da SECULT da Prefeitura Municipal de São Vicente. Prestou assessoria em documentação, pesquisa e implantação de sistema de arquivamento e microfilmagem de documentações diversas às seguintes entidades e indústrias: Universidade de São Paulo, Fórum de Justiça de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), IPHAN de São Paulo, Prefeitura Municipal de Santo André, Arquivo do Estado de São Paulo, ENGESA (Empresa de Engenharia), Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal de São Vicente, etc.

Outros cargos: Diretor do Teatro Casarão, em São Paulo, onde dirigiu peças teatrais como: Mortos sem Sepultura, Antígona, Vida e Morte Severina, Arena Canta Zumbi, Auto da Compadecida, etc., Presidente de Honra da “União Artística e Cultural Maestro Luiz Gomes Cruz” em São Vicente, Membro titular e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, onde ocupou os cargos de Diretor do Departamento de História, Diretor do Departamento de Artes Plásticas, Diretor do Museu, Diretor do Centro de Estudos Hispânicos, Diretor da Biblioteca, tendo ganhado uma placa de honra ao mérito pelo seu trabalho.

Publicou vários trabalhos, como Apostila para cursos de microfilmagem, “O Setor de Documentação e os Cursos de Microfilmagem”, “O Microfilme e a Pesquisa Histórica”, “O IV Congresso Internacional do Microfilme”, “Microfilme e a Pesquisa Científica”, “São Vicente-450 anos de Fundação”, “História Espanhola”, “Poliantéia Vicentina-450 anos de Brasilidade” (pesquisa e elaboração), “História de Santos” de Francisco Martins dos Santos (atualização de textos e organização da edição), “A Primeira Eleição das Américas”, “Identidade Cultural: Os Jesuítas e os Colégios”, “Escravidão: Comércio de escravos-índios” (colaboração para a revista “Gohayó impressa pela SECULT-S.Vicente e apresentada em fascículos pela A Tribuna), “História da Culinária Vicentina”,(para a revista “São Vicente Vai à Mesa”, lançada pela SECULT-São Vicente e impressa pelo jornal A Tribuna, em fascículos), “Os Primeiros 100 Anos da História de São Vicente” – Trabalho de Pesquisa Histórica.

Participou dos seguintes Congressos: - Congresso de História em Sergipe (1973), Congresso Internacional do Microfilme, em São Paulo (1974), Convenção Nacional do Microfilme e, Recife (1979), III Convenção Nacional do Microfilme, no Rio de Janeiro (1978), Seminário Global sobre Mini-Computadores Nacionais em São Paulo (1979)-APPD, Simpósio – Fundação de São Vicente, São Vicente (1993), Seminário São Vicente na Virada do Século, São Vicente (1995).

Ministrou cursos e palestras, como: Cursos regulares na Universidade de São Paulo, na FFCL, sobre pesquisa histórica e microfilmagem, para graduados e pós-graduados, (de 1970 a 1975), Cursos de pesquisa histórica e microfilmagem na Universidade Federal de Goiás (1975), Curso de pesquisa histórica na Universidade Católica de Goiás (1975), nas Faculdades Associadas do Ipiranga, São Paulo (1974), diversos cursos sobre microfilmagem e sistemas de pesquisas na COTERP-MICROPOOL e outros em São Paulo, Pernambuco, Goiás, Santa Catarina, Sergipe, etc, palestras sobre a história de São Vicente Em São Vicente (1981/1982), Dois Cursos Básicos de Biblioteconomia para professores, em colaboração com a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São Vicente (1992).

Outras atividades: Participou de diversas exposições coletivas e individuais em Montevideu, São Paulo, Santos e São Vicente. Organizou exposições de seus alunos, ministrou vários cursos de artes plásticas em São Vicente. Faleceu em 2004 na cidade de São Vicente, deixando uma vasta obra.

São Vicente Primeiros Tempos

Introdução do autor.

(F03) Ao realizarmos este trabalho, tínhamos em mente apenas um trabalho de pesquisa, objetivando reunir informações sobre a história vicentina no seu primeiro século. Esta pesquisa tem, portanto, o objetivo de dar aos interessados o maior número possível (dentro das nossas limitações) de material histórico disperso nas mais diversas publicações que trataram do assunto.

Devido ao fato de que a história de São Vicente tem sido, até hoje, tratada de maneira fragmentária pelos diversos historiadores, torna-se difícil para o estudioso o acesso a uma bibliografia extremamente rica sobre a história do Brasil, onde São Vicente é mencionada, mas sem que, na maioria dos casos, se aprofundem no assunto, com exceção de alguns historiadores como Frei Gaspar, Francisco Martins dos Santos, Pedro Taques, Varnhagem, Pedro Calmon e alguns outros, que escreveram com maior dedicação a respeito de São Vicente (Vila) e principalmente como Capitânia.

Outra dificuldade encontrada foi o acesso a documentos, a não ser utilizar fac-símiles e transcrições. É notória a falta de documentos vindos à luz do público interessado quanto à documentação original que tenha notícias dos primeiros tempos de São Vicente, ou quem sabe a inexistência deles. Estas circunstâncias nos pareceram suficientes para justificar o presente trabalho.

Não temos a pretensão de ser conclusivos e nem definidores de fatos e conceitos históricos, apenas informativos. Daí que, dentro do possível, nos abstermos de ser opinativos a respeito dos fatos apresentados, somente em alguns casos, nos permitindo fazer algumas observações.

Tentamos em todos os casos dar os créditos para os autores das obras por nós consultadas e em muitos casos transcrevendo trechos destas obras, mas sempre respeitando a autoria da fonte. Em todo caso, pareceu-nos mais honesta a transcrição do que o disfarce, através da substituição ou alteração de algumas palavras, na tentativa de parecermos mercedores de autorias. Em alguns trechos realizamos um resumo, em outros alteramos expressões que, em nosso entender dificultariam a compreensão daqueles que, não estando acostumados à leitura de expressões não atuais, poderiam ter dificuldade para assimilar o conceito, ou o fato relatado no original do autor.

Esclarecemos, entretanto, que, quando tentávamos levantar dados a respeito da obra realizada por Martim Afonso (a construção de alojamentos para as várias centenas de soldados e povoadores e a construção dos primeiros prédios públicos - a Câmara e cadeia, a igreja e outros), não encontramos notícias a respeito e nem as fontes de abastecimento para estes mesmos habitantes e outros problemas que evidentemente tiveram os primeiros povoadores de São Vicente, assim como das medidas tomadas por Martim Afonso de Sousa, ao ter que implantar uma vila com a sua infraestrutura e uma região agrícola. Sentindo que se não preenchêssemos de alguma maneira esta lacuna, o nosso trabalho ficaria falho, precisamente no seu momento maior.

Para resolver o impasse resolvemos utilizar as informações do historiador Pedro Calmon, em seu trabalho “História do Brasil”, com relação à construção da cidade de Salvador, na Bahia, quando da estada do 1º Governador-geral Thomé de Sousa, tomamos as situações relatadas como paralelo, em tudo aquilo que a nosso ver eram semelhantes às situações que Martim Afonso teria enfrentado na sua tarefa em São Vicente.

Estamos cientes de que muitos condenaram essa nossa atitude, principalmente aqueles mais ortodoxos e conservadores, pois está incluída no texto em questão, à explicação de forma que o leitor fique a par de como foi “criada” essa parte do nosso texto. Consultamos previamente várias pessoas experientes na publicação de estudos históricos e tivemos delas o alento para realizar essa parte do nosso trabalho. Não as mencionamos, porque não queremos transferir responsabilidades que são nossas.

Capítulo I - A Europa do século XV

Ao começar o século XV, Portugal já se apresenta como uma potência marítima. Os estudiosos dessa época afirmam que El Rei D. Diniz, tendo visão de futuro, mandou plantar o pinhal de Leiria, de cujos troncos os estaleiros portugueses fariam mais tarde as “tercenas navais” e mastros das caravelas.

No ano de 1307, Nuno Fernandes Cogominho foi o primeiro “Almirante maior”, cargo depois ocupado pelo genovês Manuel Passagno, comandante da frota de galeões e galeotas, que defendiam os portos de Portugal da pirataria moura.

Na batalha de Saltes, em 1381, D. Fernando perde grande parte da frota. Com a ajuda dos ingleses, D. João II restaurou essa frota tão numerosa em 1415, possibilitando assim aventurar-se na conquista de Marrocos, na África, com a expedição de Ceuta, primeiro passo de Portugal fora da Europa.

O empreendimento daquelas “lanças na África” é ligado à guerra permanente e secular de cristãos e sarracenos, constituindo-se num capítulo tardio da expulsão dos mouros dos territórios portugueses. É importante destacar a maturidade da nação de Portugal, que demonstrava assim as possibilidades da conquista das viagens oceânicas, que até então (se

tinham acontecido), foram de forma meramente acidental e não permanentes e muito menos conclusivas.

Segundo consta, o Infante D. Henrique teria convencido o seu pai da necessidade de tomar Ceuta. Foi ali que ele é armado cavaleiro. Volta em 1418 para socorrer essa praça africana, e junto com o seu irmão sofreu uma derrota em Tanger, no ano de 1437.

A escola Náutica de Sagres

(F05) D. Henrique, Grão Mestre e administrador da Ordem de Cristo, faz do convento dos Templários de Tomar, a sua casa, onde desenvolve o seu interesse pelas ciências náuticas, desistindo de continuar combatendo em Marrocos. Dedicar-se ao estudo profundo das ciências, lendo e colecionando tudo o que lhe é possível sobre cosmografia e navegação. Transfere para a sua Vila de Terça Naval junto de Sagres e do Cabo de São Vicente, um grupo de matemáticos judeus, cartógrafos catalães, pilotos de várias nacionalidades e outros que ali se educavam, para com eles criarem um seminário de estudos náuticos.

Nasce desta forma uma autêntica escola de ciências náuticas. A famosa Escola de Sagres. (João de Barros, em crônica do Príncipe D. João, pág. 14, Coimbra, 1905, Azurara, *ibid.*, I. Pág.46; Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* Academia Portuguesa da História – notas de Damião Peres, pág. 78, Lisboa, 1954; Costa Brochado, *Infante D. Henrique*, Lisboa, (1926).

O Rei de Portugal deu ao Infante D. Henrique a responsabilidade das terras de além-mar. O Papa Eugênio IV, a seu pedido, concedeu “comprida perdoança de todos os seus pecados”, para aqueles que servissem para a conquista da África. Foi este, o primeiro ato papal reconhecendo a posse portuguesa (Nicolau V, em 8 de janeiro de 1450 e Calixto em 13 de março de 1455...) protegendo a posse de Portugal na África contra estrangeiros. Esta última Bula deu a D. Henrique os domínios de Cabo Bojador “por merecer de Deus, ao abrir a navegação até o país de Indianos”. Na prática, lhe era dado o domínio da África de costa a costa, até as terras do Prestes João, “Imperator Aethiopus”, entre turcos e “chins”. (vid. Zurara, *Crônica da Guiné*, I. pág. 104. A Bula de 1455 completa-se com a de 1481, que a confirmou, dando a Portugal tratos, pescarias e resgates do Sul. Vid. Roberto Levilier – *América la Bién Llamada* – I, pág. 30-5, Buenos Aires, 1948. Sobre Prestes João e o seu lendário Império, Armando Cortesão – *Carta das novas que vieram a El Rei N. S. do descobrimento do Preste João*, pág. 16 e segs. Lisboa, 1938).

Definem-se desta forma, os rumos da expansão portuguesa no hemisfério antártico, na procura do reino de Levante e do caminho das Índias.

Na realidade, a política da Santa Sé e as ações de Portugal vinham de encontro às aspirações de toda a Europa, devido ao avanço dos maometanos no Mediterrâneo oriental. Com a queda de Constantinopla em 1453 corta-se o caminho das caravanas que abasteciam os mercados da Europa de especiarias e as galés venezianas.

Cortada a passagem no Egito, a Europa fica sem comunicação com a Ásia, deixando como alternativa o desenvolvimento das viagens atlânticas, solução esta que se apresentava a mais razoável, para se ter acesso aos mercados da Índia e suas especiarias.

Portugal era a nação mais preparada para esta tarefa e além disso contava com todo o apoio de Roma.

Estabelecida a teoria do caráter sagrado da luta contra o islamismo e a concepção dos descobrimentos e conquistas para a fé cristã, esses compromissos são assumidos pela Ordem de Cristo, cuja insígnia passa a ser estampada nas bandeiras e nos padrões de posse que marcam as novas terras conquistadas para a fé católica e cristã.

O Rei D. Diniz, nesta nova realidade, absorve a Ordem dos Templários, alojando-a no castelo-mosteiro de Tomar. Os frades cavaleiros deixam as armas, tornando-se monges piedosos e com D. Henrique, entusiastas pelo mar.

Sob a orientação de D. Henrique, a Ordem incorpora-se ao movimento náutico, sem deixar de lado a combatividade cristã. O apoio de Roma concedia o reconhecimento da soberania de Portugal sobre os territórios e conquistas ultramarinas, sem descuidar entretanto, do sentido de reivindicação católica, que o Infante D. Henrique lhe impusera, de difundir a fé católica ao sul do Equador, conquistando terras do “infiel”.

Enquanto se desenvolviam na Escola de Sagres os estudos astronômicos e náuticos, o Infante D. Henrique dispensava especial atenção à construção e carpintaria dos navios, posto que não bastava ter os mareantes, práticos em fixar latitudes; necessitavam de embarcações adequadas às grandes navegações.

A Caravela

(F06) Na crônica de D. João II, diz García Rezende, que “navios latinos em nenhuma parte da cristandade os há, senão as caravelas de Portugal e do Algarve...” (Querino da Fonseca, em “História da Expansão Portuguesa”, II, pág. 43, e em “Representação Artística das Armadas da Índia”, Lisboa, 1933)

Eram, na opinião de Cadamoste, “os melhores navios que andam sobre o mar, e sendo providos de todo o necessário, julgava impossível não poderem navegar por toda parte”. (Vid. Alvise da Mosto, pág. 78).

O primeiro documento a mencionar a caravela é de 1258 (Vid. “Descobrimientos Portugueses-Documentos para a sua História”, I, pág. 10, Lisboa, 1944 – Inst. Para a Alta Cultura). Pelas suas dimensões e agilidade, foi o barco próprio para contornar a África, graças ao aparelho latino, que permitia barlaventear, no retorno difícil, navegando contra o vento. Tinha sobre os redondos (velas quadradas que inchadas pelos ventos tomavam uma forma arredondada), a vantagem dessa navegação de bolina (navegação contra o vento), que a mobilidade do pano triangular, em rápidas manobras, dava maior mobilidade às caravelas.

O velame ligeiro, coberto de proa a popa, tinha a capacidade maior de armazenamento de provisões, que permitia viagens longas e apetrecho pesado, de culebrinas e falcões nos conveses, pesando estas embarcações entre 50 e 90 toneladas, que tornavam a embarcação

indicada para aquele tipo de navegação, não existindo, na época, navios melhor qualificados. Assim, a caravela de vergas em diagonal e altos bordos e nas velas, pintada a Cruz de Cristo, foi a que primeiro atravessou a linha do Equador.

Embarcações anteriores às Caravelas.

As primeiras embarcações utilizadas pelos portugueses, pelo menos até Bartolomeu Dias, foram às pequenas “barchas” (F07) dotadas de um mastro, duas velas e pequena tripulação de doze ou catorze homens. Depois veio o “berriel”, (F08) navio de vela, maior que a barcha. Tinha dois mastros, velas redondas (quadradas) e cestas de gávea, podendo também ser impulsionado por remos, o que fazia necessário ter uma tripulação bem maior do que a embarcação anteriormente mencionada. A caravela representa um grande progresso na arte da navegação e foi sem dúvida alguma, produto da engenharia náutica portuguesa.

No momento em que tiveram início as grandes navegações, através de mares desconhecidos, viagens estas que poderiam durar anos, a capacidade das caravelas foi notavelmente aumentada, recebendo quatro mastros e aumentando a sua tonelagem. Neste período de desenvolvimento náutico, apareceram, finalmente, as famosas “naus” portuguesas, utilizadas pela primeira vez, e com sucesso, na expedição de Vasco da Gama. Puderam passar pelo Cabo da Boa Esperança, entrar pelos mares orientais e chegar à Índia.

Instrumentos Náuticos

Quanto aos meios de orientação, utilizava-se inicialmente a Estrela Polar. Passado o equador, quando essa estrela não era mais vista (hemisfério meridional), o astrolábio, instrumento que media a distância do Sol, veio a ser o auxiliar na orientação dos navegantes. Eram utilizados vários tipos como: astrolábio esférico, planiesférico e astrolábio náutico. Além destes, outros instrumentos estavam à disposição os navegantes, como: a balestilha e o quadrante. Mais tarde surgiu a bússola e com ela desapareceram os últimos temores e dúvidas ocasionados pela navegação oceânica. Devemos lembrar que antes da navegação oceânica, apenas existia a navegação costeira, isto é, navegação com a costa sempre à vista. (F 09 - F 10 - F 11- F 12 - F 13)

Os dois ciclos da navegação.

(F14) Seria admissível que Portugal, lançando-se às navegações atlânticas, se deixasse levar pelas teorias mais comuns à sua época e percorresse o Atlântico sempre para oeste. Portugal opta por outro caminho: dar a volta à África para chegar às Índias. É verdade que inicialmente as viagens rumaram para o ocidente, descobrindo assim os Açores, com Diogo Silves e outras ilhas do Atlântico. Depois virou de repente para a costa da África. Por que essa mudança?

O reconhecimento da existência dos ventos alíseos na altura do equador favorecia o desvio das calmarias, muito frequentes na costa africana e verdadeiro terror dos navegantes, posto

que paralisavam os navios por longos períodos, ocasionando problemas de falta de água potável e alimentação para as tripulações, por isso acompanhavam os ventos alíseos por 700 (setecentas) léguas, para tomar as correntes das Canárias do Sul (equatorial) e propriamente do Brasil, para retomar depois o rumo à costa africana. Esta manobra era chamada de “à volta do mar”, aconselhada por Vasco da Gama ao navegador Pedro Álvares Cabral na sua viagem de 1500, como veremos oportunamente.

Desde a época do Infante D. Henrique, devido aos seus estudos, Portugal sabia que a África era circunavegável, sendo desta maneira o caminho mais fácil para chegar às Índias. Antonio Matoso, na sua “História de Portugal”, escreve o seguinte:

“Que a África era circunavegável, demonstrava-lhe o Atlas de Marino Sanuto, incluído no seu ‘Secreta fidelium Crucis’, ou o Petrus Vesconde, datado de 1320, que deviam ser-lhe familiares”.

O ciclo português, (ciclo do sul), era a renovação das antigas viagens dos fenícios. O ciclo espanhol, (o de ocidente), começou mais tarde, ia em busca das ilhas de Cipango e de Catai.

Todo esse esforço, primeiro dos portugueses e depois dos espanhóis, para descobrir a grandeza do “mar oceano”, ou “mar tenebroso”, como era conhecido o Oceano Atlântico na época, teve como principal motivo o comércio com as Índias.

Desde a Idade Média, e como consequência das Cruzadas, as cidades italianas do Mediterrâneo dominavam o comércio de especiarias na Europa. Tornaram-se ricas e defendiam as suas rotas de comércio, não permitindo a passagem pelo Mediterrâneo, de navios de outras nacionalidades, o que fez com que, principalmente Portugal, se empenhasse em encontrar outra rota para chegar aos mercados da Índia. Nesse esforço a participação espanhola não era muita, ocupada como estava na expulsão dos mouros de seu território, o que só conseguiu no final do século XV.

Resulta dessa situação, que as nações ibéricas, desejando também a participação e o enriquecimento com o mercado de especiarias, levou-a a procurar outras rotas: navegar pelo ocidente, ou contornar o continente africano. Portugal preferiu a segunda opção. É assim que Portugal foi descobrindo pouco a pouco toda a costa ocidental africana.

Contornando a Africa a caminho das Índias.

(F15) Primeiro foi Gil Eanes, em 1454, que dobrou o Cabo Bojador, depois no mesmo ano, o mesmo Eanes, com Afonso Baldaia, dobrou de novo o Cabo, chegando até Angra dos Ruivos. Em 1439 Diniz Fernandes aportou no Rio Sanagá, em 1441 Nuno Tristão alcançou o golfo de Arguim, em 1446 Cadamosto chegou no Rio Grande.

Com a morte do Infante D. Henrique, ocorrida em 1460, não cessaram as viagens. D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I assumiram, um após o outro, a direção do movimento, realizando outros descobrimentos em 1469. João Santarém e Pedro Escobar chegaram à

Mina. Em 1482 Diogo Cão chegou até a foz do Congo. Em 1487-1488, finalmente, meio caminho andado para a Índia. Bartolomeu Dias atingiu o Cabo das Tormentas, ou Boa Esperança, no extremo sul da África, como foi chamado por D. João II.

Não há dúvida de que o interesse comercial era o motivo principal de Portugal, dada a atitude dos italianos como resposta aos esforços dos lusitanos em participar do comércio de especiarias. Veneza não se mostrou disposta a ceder espaço para os portugueses no comércio com as Índias. Na Europa, como na Ásia, foram realizados inúmeros esforços, por parte de Veneza, para dificultar a ação de Portugal.

Devido ao apoio da Igreja às atividades expansionistas de Portugal, ações dos venezianos não eram dirigidas frontalmente contra os lusitanos. Procuravam uma fórmula capaz de acomodar os interesses das duas partes. Lê-se na “Histoire du Commerce du Monde”, de G. Noel que:

“Quando novos produtos de Lisboa se espalharam em Veneza – escreve Girolano Priuli – a cidade inteira ficou como que gelada. As pessoas mais inteligentes diziam que uma grande infelicidade atingira a República. Todos compreenderam que a Alemanha, Hungria, Flandres e França, obrigadas outrora a mandar vir as especiarias da Ásia por intermédio dela, Veneza, iriam agora dirigir-se para Lisboa, a fim de comprá-las num mercado muito melhor e barato”.

As especiarias que chegavam a Veneza, via Síria, Egito e por outros países asiáticos, pagavam, em diversos lugares, altíssimos impostos, o que elevava muito o custo final dos produtos ao consumidor. A viagem por mar suprimia todos esses impostos, o que dava para Lisboa a oportunidade de vender os mesmos produtos muito mais baratos em toda a Europa.

A viagem de Vasco da Gama

Alexandre da Macedônia chega à Índia através da Pérsia; o rei de Portugal atinge o mesmo objetivo circunavegando a África. O navegador Vasco da Gama seria o autor da façanha.

(F16) Finalizando o planejamento cuidadoso da expedição e iniciados os preparativos, D. João II morre em 25 de outubro de 1495, sem ver a viagem realizada. O seu único filho, o príncipe D. Afonso, morrera num acidente em 1491. D. João II deixou a coroa em testamento a seu primo D. Manuel, irmão da rainha. Apelidado de “Venturoso”, passa D. Manuel a utilizar com inteligência os benefícios decorrentes dos descobrimentos marítimos, em favor de Portugal. D. João II dera-lhe, por insígnia, a Esfera Armilar, resumindo neste símbolo o novo reinado – o caráter mundial da expansão portuguesa.

Vasco da Gama, com quatro navios (o São Gabriel, o São Rafael, o Bérrio e uma nau de duzentas toneladas, cujo nome não foi localizado), saiu de Restelo em 1497, a fim de concretizar, finalmente, o caminho marítimo para as Índias.

A 15 de julho a armada passava em frente às Canárias e no dia 27 chegava a Cabo Verde; depois a grande “volta do mar” o levou no dia 18 de novembro diante do Cabo da Boa Esperança. Prosseguindo a sua viagem, depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança, tomou

o rumo norte para a costa oriental. Passou por Moçambique, parou em Mombaça e Melinde e, a 20 de maio de 1498 aportou em Calicute. Estava aberto, finalmente, o caminho marítimo para as Índias.

Conseguiu escapar às armadilhas e traições dos mouros, instigadas pelos venezianos. Voltando para Portugal, chegou em julho de 1499, com as suas naus carregadas de especiarias.

Capítulo II - O Tratado de Tordesilhas

(F17) Este tratado foi assinado em Tordesilhas, a 7 de junho de 1494, muitas vezes impresso, cujo trecho principal transcrevemos de alguns documentos na Torre do Tombo, (74/75, Lisboa, 1892), e que diz o seguinte:

“...a suas Altesas place & los dichos sus procuradores em su nombre y por virtud de los dichos poderes otorgaran y consistieron que se haga y sinale por el dicho mar oceano una raya o línea derecha de pólo a pólo, conviene a saber, del pólo ártico, al pólo antártico que es de norte a sur, la qual raya o linea se aya de dar y de derecha, como dicho es, a trescientos y setenta léguas de las yslas del Cabo Verde, hasta la parte del poniente, por grados o por outra manera, como mejor y más presto se pueda dar, de manera que non sean más, de que todo lo que hasta aqui se há allado y descubierto y de aqui adelante se hallar & descubrir por el dicho señor Rey de Portugal y por sus navios, asi islas como tierra firme, desde la dicha raya y línea, dada en la forma susodicha, yendo por la dicha parte del levante, dentro de la dicha raya a la parte del levante, o del norte, o del sur de ella, tanto que no sea atravesando la dicha raya, que est sea y finque y pertenesca al dicho señor Rey de Portugal y a sus subcesores para siempre jamás.”

No Tratado de Tordesilhas não consta a escolha da ilha de Santo Antão, ou de qualquer outra para ponto de partida, o que depois deu lugar a inúmeras controvérsias. Sem dúvida o ponto de partida para o descobrimento oficial do Brasil e conseqüentemente a deliberação de sua posse e posteriormente o seu povoamento, foi o Tratado de Tordesilhas, realizado entre Portugal e Espanha, precipitado pelo pretenso descobrimento da América por Cristóvão Colombo e da disputa de glórias e direitos por parte dos dois reinos.

Não há dúvidas, porém, que muito antes da viagem de Colombo em 1492, os portugueses tinham conhecimento, tanto da América do Norte, como de terras na América do Sul e do Brasil, conservando um profundo silêncio por parte de Portugal de seu conhecimento a respeito destes continentes.

Viagens ignoradas

(F18) D. João II evidentemente não deixou de fazer sondar esse oceano, cada vez mais dominado pelos navegantes portugueses. Na certeza de que chegaria à Índia contornando a África, expedia várias caravelas ao ocidente em longas e enigmáticas navegações. Tem-se conhecimento de caravelas que partiram em 1483 ou 1484. Pelo “Liber cronicarus”, de

Hartman Schedel, Nuremberg, 1493, F. 280v., sabemos que D. João II mandara, em 1483, “certas galeras” com Diogo Cão a “Ilhas Tinus Bohemi”, que voltaram 26 meses depois com pau-brasil (grana paradisi). Este outro hemissfério seria África ou América? Existe exemplar que relata uma viagem, talvez sob o comando de Fernão Rodrigues do Arco, no descobrimento de ilhas misteriosas em 1486 (João Afonso do Estreito e Fernão Dulmo), à procura das “ Sete Cidades”... Fernando Colón (Colombo), “Histórias del Almirante de las Índias Don Cristobal Colón, pág. 31 e 43. ed. De Buenos Aires, 1944”.

Admite Fernando Colombo que o pai tivesse em mãos “Una carta en que halló descriptas las Índias, por uno que las descubrió antes...” - Epistola Christofor Colón, etc, Roma, Stephen Planck, 1493. É importante notar que ainda em 1533 se imaginava (Schoner, Opusculum Geographicum, Nuremberg) que a cidade mexicana de Temistan fosse a chinesa Fuinsai, de Marco Pólo...

Também não é de surpreender que, tendo achado uma ilha, (a oeste dos Açores), aqueles capitães não a reencontrassem devido à impaciência, ou desânimo, ou à idéia de que não valia a pena a sua localização.

João de Barros relata em “Década I”, (2º pág. 148), que quando em 1525 uma armada espanhola se dirigia às Molucas, sob o comando do Comendador Loyiasa, tendo por imediato o famoso Delcano, cruzara com sua nau portuguesa carregada de escravos, costeando as costas brasileiras, encontrara, a dois graus ao sul do equador, uma ilha despovoada, com boas aguadas, de que ninguém até então dera notícia, onde desembarcando, ficaram seus tripulantes surpresos por encontrarem, nos troncos das árvores, escrito o ano em que fora a mesma descoberta pelos portugueses, 87 anos antes daquele em que estavam, isto é, no ano de 1438, e, em sinal de que realmente ela fora roteada e tivera estabelecendo suas terras aqueles primeiros descobridores, havia nas matas muitas frutas européias, especialmente laranjas, doces e galinhas, como as de Espanha... esta ilha, a que João de Barros chama de São Mateus, parece ser a de São João, situada próximo do Maranhão, a leste da baía de Turiassú, e em frente à foz do rio Turinanga e sua parte mais saliente está em 1º. 17’ de latitude sul. (Brasil Ilustrado – 1887- pág 65/66).

Parece evidente que, quem esteve estabelecido tão próximo da costa, visitaria sem dúvida o continente, até mesmo levado por mera curiosidade. Por estes motivos é que resulta incompreensível o segredo guardado, na época anterior aos descobrimentos “oficiais” de Colombo e Cabral, sobre o conhecimento de Portugal, a respeito do continente americano. É isto mesmo que afirma Duarte Pacheco Pereira em sua carta de 1498 ao Rei de Portugal, D. Manuel.

Completando a descrição de João de Barros, vemos em Southey (Roberto Southey – História do Brasil – T.I. pág. 46), a afirmação de que Hervas (T.I., pág. 109) faz menção de uma mapa existente na Biblioteca de São Marcos, em Veneza, feito no ano de 1439 (Rocha Pombo cita 1448) , por André Blanco, ou Bianco, no qual se indica na extremidade do Atlântico uma ilha com o nome de “Ilha do Brasil”, coincidindo aquele ano com o ano dos fatos relatados por João de Barros, em 1438. Este importante mapa figura na pág. LXIV da “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, V. I. Introdução – extraído do

Atlas de Krestsches, sendo importante depoimento em favor do descobrimento pré-cabralino do Brasil, e pré-colombiano da América.

Por outro lado, o Padre Francisco do Nascimento Silveira, em seu “Aparato Geográfico” escreve que, antes de Colombo chegar à América, já havia sido descoberta por quatro pilotos portugueses: Pedro Correia, Vicente Dias, Afonso Sanches e Martim Vicente (Melo Morais, em “Crônica Geral do Império do Brasil – 1879, pág. 17).

Sobre Afonso Sanches convergem os depoimentos dos mais antigos e notáveis autores, que apontam como o verdadeiro descobridor da América. Na obra de Frei Antonio de São Romão, na “História Geral das Índias Ocidentais”, escrita em 1557, consta que Colombo foi à América servindo-se de papéis de certo marinheiro famoso que lhe morrera nos braços (Afonso Sanches); na mesma época, Garcilaso de la Veja, em sua obra “Comentários Reales”, afirma que Afonso Sanches foi o primeiro descobridor da América; Pedro de Maria, nos “Diálogos da Vária História”, de 1594, faz a mesma afirmação.

O Padre Manuel Fialho, em “Évora Gloriosa”, de 1728, diz que Afonso Sanches adoeceu na casa de Cristóvão Colombo, genovês que morava em Funchal,, onde tinha casa de pasto, vivendo disso e de ilustrar cartas geográficas, para o que tinha muita habilidade. Sentindo-se morrer, como gratidão por quanto lhe proporcionara Colombo, Afonso Sanches fizera-lhe entrega “in artículo mortis”, como presente de grande valor, o que lhe pagaria de tudo, das suas cartas de marear e do roteiro que tinha feito desde a Terra Nova até a Ilha da Madeira, onde morava. Relata o autor, que Afonso Sanches vivia de viagens em barco próprio, de Lisboa para os Açores, comerciando entre as ilhas e o continente, e que, numa dessas viagens, em 1486, apanhado por violentos temporais, se afastara tanto da sua rota costumeira, que acabara por descobrir uma nova terra, que certamente por isso, denominara de Terra Nova.

Brito Freire, na “História da Nova Lusitânia”, de 1675; Frei Apolônio da Conceição, na “Primazia Seráfica na Região da América”, de 1773; Simão de Vasconcelos, em “Crônica da Companhia de Jesus”; Frei Gaspar da Madre de Deus em “Notícias dos anos em que se Descobriu o Brasil; Pizarro; Aires do Casal; Cunha Matos; Melo Morais; Laet e tantos outros escritores, cronistas e historiadores, fazem a mesma afirmação.

Além dos mencionados, existem diversos historiadores de importância, tanto espanhóis, como italianos, além dos já citados, que concordam com esta afirmativa como: Antonio Remosal em “História Geral de las Índias Ocidentales”, Batista Ramuzio em “Navigazione e Viaggi”, Capellan em “Viagem de la Nueva Francia”, Bartolomeu de las Casas” em “Obras y Viages”, Bernardo de Vargas em “Descripción de las Índias”, José Acosta em “História Natural de las Índias” e Pedro de Cieca, em “Crônica del Peru”. O próprio Colombo fortifica essa versão, quando em seu “Diário” diz que estando ancorado em Gomera, nas Canárias, recorda que um homem viera da Madeira em 1484, pedir ao Rei de Portugal uma caravela para “descobrir” uma ilha que descobrira e que jurava ver cada ano, sempre na mesma direção.

Fernando Colombo reafirma as declarações do seu pai, em sua “História Del Ammiraglio”, cap. IX, referindo-se à passagem de Oviedo, declarando que foi um

português de Tavira, Vicente Dias, regressando de Guiné à Terceira, com escala na Madeira, quem contara a Colombo ter avistado uma ilha rumo ao poente, para onde o vento lhe impelira o navio, durante dias. Justificam-se as afirmações dos maiores historiadores através dos séculos, que consideram a viagem de Colombo como simples redescobrimto.

Outro aspecto do mesmo problema é a afirmativa de que teria sido de Toscanelli todo o mérito teórico da viagem de Colombo. Dentre os historiadores italianos encontram-se: G. Uzielli, em “Paolo del Pozzo Toscanelli-Inciatore della Scoperta d’America”, Florença-1892; Cesare de Lollis, em “Qui a decouvert l’Amérique ?”-1898; Christoforo Colombo Nella Legenda e Nella Storia, Milão-1892; Carlo Herrera, em L’Epoca Delle Grandi Scoperte Geografiche”, Milão-1902; o alemão Sofus Ruge; Humboldt, entre outros. Espanta, entretanto, a pouca atenção que deu o Rei de Portugal a Colombo, que propunha atravessar o Atlântico de leste a oeste, até a Índia.

Em “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, encontramos o seguinte:

“A glória de Colombo seria bem mesquinha perante a Europa do século XV, se o navegador tivesse anunciado, no seu regresso, que voltava das Antilhas”, isto porque as Antilhas já eram conhecidas havia mais de cinqüenta anos, e Colombo não passara dessas ilhas. Essas Antilhas, partes integrantes da América, e que a Colombo pareceram ser a própria Índia, influenciado pelas cartas de Toscanelli, onde já constavam de mapas mais antigos como: mapa anônimo de 1424 existente na biblioteca do Duque de Weimar; das cartas de Becário, de 1426; de Andréa Blanco ou Branco, de 1436; de Pareto, de 1455; de Fra-Mauro, de 1457; da carta de Toscanelli, escrita por Fernão Martins, em 25 de junho de 1474, revelada pelo próprio filho de Colombo, e finalmente a carta de Benincasa, de 1476, todas muito anteriores à viagem de Cristóvão Colombo.

Em 18 de outubro de 1501, Pietro Pascualino escreve de Lisboa ao Senado Veneziano, narrando a chegada de um dos navios que partiram com Gaspar Corte Real (M. Sanuto, “Diário”, Códice Marciano, VII. Pág.228), mostra como o continente americano era conhecido por Corte Real, em contraste com a ignorância de Colombo, e liga-se com o marco de pedra encontrado na praia de Daytona pelos norte-americanos, há alguns anos, acusando a chegada de Corte Real ao continente americano, pela primeira vez em 1490. Essa carta de Pascualino faz crer também que Vespúcio esteve ligado a essa viagem de Corte Real, visto que a primeira descrição detalhada do continente americano, feita ao mundo, foi deste cosmógrafo florentino, assim como o mapa de Cantino foi o primeiro que ligou os dois continentes americanos em um único desenho e numa mesma idéia, mapa este atribuído, sem discrepâncias, às informações de Américo Vespúcio.

Diante destes fatos descritos e apoiados em farta documentação e testemunhos históricos, sabendo-se que em 1491, ou pouco antes João Fernandes Lavrador e Pero de Barcelos descobriram o ponto do continente americano que até hoje conserva o nome do primeiro (Terra do Lavrador), pouco mérito fica reservado para Cristóvão Colombo.

No fim da década 1480/1490, dois anos talvez após o fato histórico de Afonso Sanches, João Coelho, português habitante da Ilha Terceira, irmão de Nicolau, Egas e Duarte

Coelho, organizou uma expedição para o sudoeste dos Açores e esteve numa terra desconhecida, onde acabou por naufragar (Brasil Ilustrado-1887).

Os reis da Espanha, desejando a posse das terras que existiam, ou deviam existir, em partes menos conhecidas dos mares austrais, no começo do ano de 1493, recorreram ao Papa Clemente VI (o Borgia), pedindo-lhe que lhes confirmasse o direito das terras novamente descobertas por Colombo e outras por ventura adjacentes, obtendo então desse Papa, a Bula de 3 de maio de 1493, a qual estabelecia que por uma linha imaginária traçada de pólo a pólo pertenceriam: o ocidente à Espanha e o oriente a Portugal.

O rei de Portugal, frente a esta situação, “ficou muito confuso e creu verdadeiramente que esta terra descoberta lhe pertencia e assim lho davam a entender as pessoas do seu conselho, principalmente aqueles que eram oficiais deste mister da Geografia, por a pouca distância que havia das ilhas Terceira e esta que descobria Colombo”. (T. de Sousa Lobo – “O Brasil Confederado” – parte I, pág. 17/23).

Contra a expedição dessa Bula, resultado da atuação diplomática da Espanha, protestou D. João II de Portugal, por intermédio do seu Cardeal, D. Jorge da Costa e logo no dia seguinte, Clemente VI fez publicar a Bula “inter-coetera”, restringindo a concessão da véspera desta forma: “...todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas e por descobrir, fabricando e construindo uma linha desde o Pólo Ártico Setentrional ao Pólo Antártico, ou Meio-Dia, a qual linha distará de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas por Açores e Cabo Verde, 100 léguas para Ocidente e Meio-Dia...”

D. João não ficou satisfeito com a correção efetuada na Bula de 4 de maio, assim, sem mais recorrer, resolveu mandar uma frota que impedisse aos espanhóis a intervenção nos descobrimentos portugueses na nova região. Esta atitude de D. João II e o empenho com que defendeu naquele momento, aquilo que achava ser um direito de Portugal, dá-nos certeza do conhecimento de Portugal a respeito das terras da América do Sul e do Brasil, confirmando tudo o que até agora ficou exposto.

Portugal se prepara para a guerra, o povo se espanta, posto que não podia entender o por que de tal atitude. Quando a notícia sobre as medidas que estavam sendo tomadas em Portugal chegaram à Espanha, e sentindo a gravidade da situação, que significava um rompimento com o vizinho país, Espanha manda como emissários os embaixadores Garcia e Carvajal e Pedro d’Ayala, conseguindo de D. João II a paralisação dos preparativos de guerra. A seguir foram nomeados os plenipotenciários, para uma convenção que evitasse a guerra e que definisse os limites dos futuros domínios de uma e outra nação. Por parte da Espanha apresentaram-se D. Henrique Henriques, D. Jorge de Cardines e Dr. Maldonado; por parte de Portugal: Ruy de Souza, D. João de Souza, filho do primeiro, e o Dr. Ayres d’Almada (“Tratado dos Descobrimientos Antigos e Modernos Feitos até a Era de 1550”, composto pelo Antonio Galvão, oferecido a D. Luís de Menezes, quinto Conde de Ericeira – 2ª. Edição – 1732 – pág. 37).

Esta convenção teve êxito, celebrada e assinada em Tordesilhas a 7 de junho de 1494 e ratificada depois em Acévalo em 2 de julho e em Setúbal a 5 de setembro do mesmo ano.

Por aquele Tratado, a linha demarcatória passaria, não a cem léguas, como ficaria pela retificação de Clemente VI, mas a 370 léguas a partir do ponto mais ocidental das ilhas de Cabo Verde para o oeste.

A demonstração de força produzira, como se viu, bastante fruto, mas não tanto quanto poderia produzir. Portugal, por ambas as Bulas papais, não encontraria senão água dentro de sua zona de direitos, enquanto a Espanha ficaria com a maior parte da América do Norte, do que se conclui que o Rei de Portugal não discutia uma hipótese e sim a posse de uma região, a mais dilatada possível, numa terra cujas latitudes e longitudes já lhe eram, em parte, conhecidas. Com os resultados da Convenção, ainda assim caíra D. João II em desvantagem territorial, quanto às futuras terras do Brasil. Esta desproporção só seria alterada duzentos anos depois, pela ação dos bandeirantes e depois legalmente pelo Tratado de 1750.

Em conseqüência à assinatura do Tratado de Tordesilhas, era de se esperar que uma expedição portuguesa oficial demandasse as regiões discutidas naquele mesmo ano. Não foi o que aconteceu, e só quatro anos depois é que Duarte Pacheco Pereira, oficialmente, mas em caráter sigiloso, no ano de 1498, realiza a primeira viagem exploradora.

O que foi aquela viagem de exploração, sabemos hoje pelo próprio Duarte Pacheco Pereira, em seu “Esmeraldo de Situ Orbis”, do qual existem duas cópias na Biblioteca Pública de Évora, descrição que fazia ao Rei D. Manuel, o navegante português ao fim da sua missão, na nova terra. Transcrevemos a seguir um trecho bem esclarecedor:

“... e além do que dito é, a experiência que é a madre das cousas, nos desengana e de toda dúvida nos tira, e, portanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, d’onde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do mar oceano, onde se achada e navegada uma tal grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o Pólo Ártico, e posto que seja assaz fora e grandemente povoada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez, e vai além em vinte e oito graus e meio de ladeza contra o Pólo Antártico (altura de Cananéia atual, e portanto o primeiro navegante e passar por São Vicente) e tanto se dilata a sua grandeza e corre com muita longura, que de uma parte nem de outra não foi visto nem sabido o fim e cabo dela, pelo qual, segundo ordem que leva, e certo que vai em circuito por toda a redondeza que temos sabido que das praias e costas do mar destes Reinos de Portugal e do Promontório de Finisterra e de qualquer outro lugar da Europa e d’África atravessando além todo o oceano diretamente a ocidente ou a l’oeste segundo ordem de marinharia, por trinta e seis graus de longura, que serão seiscentos e quarenta e oito léguas de caminho, contando com as dezoito léguas por grau, e há lugar algum, tanto mais longe é achada esta terra, navegada pelos navios de Vossa Alteza, e por vosso mandado os dois vassallos e naturais, e indo por esta costa sobredita, do mesmo círculo equinocial em diante, por vinte e oito graus de lado contra o Pólo Antártico, é achado nela muito e fino Brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes Reinos vem grandemente carregados”.

É uma revelação importante a deste documento e dele, como cita Souza Lobo, já tratou Pandiá Calógeras (em “A Política Exterior do Império” em revista do Instituto Histórico, 1º V., pte. 2º, pág. 44), dizendo que “parece decisivo o trecho, não pode ser contestada sua veracidade”. Assim também estranha, Capistrano de Abreu, que não tenha sido dado a Duarte Pacheco, o mérito da descoberta do Brasil, em “O Descobrimento do Brasil”. Deve-se observar também a declaração final de Duarte Pacheco Pereira, pela qual se fica sabendo que, já naquele ano de 1498, navios do Reino autorizados, faziam expedições ao futuro Brasil, transportando madeiras e produtos da terra.

Depois dessa expedição de 1498, a viagem mais conhecida ao Brasil é a do espanhol Vicente Yañes Pinzón, descrita no “Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos Feitos até a Era de 1550” (Antonio Galvão – 1732, p.35, já citada).

“No ano de 1499, a treze dias do mês de Novembro, partirão de Pallos, Vicente Yañes Pinzón, e seu sobrinho Aires Pinzón, com quatro navios que armarão a sua custa para descobrimento do Novo Mundo, com licença do Rey de Castela, e Regimento que não tocasse no que o Almirante Colón tinha descoberto, pelo que forão às ilhas de Cabo Verde, e passarão a linha da outra parte do sul, e descobrirão o Cabo de Santo Agostinho que está daquela banda em oito graus de altura, e escrevendo em tronco de árvores e penedos o nome do Rey e Rainha com alguns deles, e o ano, e dia que ali chegarão, pelejarão com os Brasil, e não guardaram nada. Tomarão na mão a Cosa contra o Poente, e no Rio Maria, também, captivarão neste tempo trinta e tantos índios, tomarão o Cão primeiro, Angra dês. Lucas, a terra dos fumos, o Rio Maranhão, e o das Amazonas, e rio Doce, e outras partes ao longo da costa, etc...”

A afirmação de que teriam os espanhóis citados, precedidos os português no descobrimento do território brasileiro, não tem, evidentemente, consistência.

Na mesma época, Alonso de Hojeda e Américo Vespúcio estiveram nas terras americanas em companhia do piloto e roteirista Juan de la Cosa, de cuja viagem resultou o primeiro e mais antigo mapa do Brasil, de autoria do mesmo Juan de la Cosa. A seguir veio Diogo de Lepe em nova expedição castelhana, apesar de os espanhóis saberem que aquela terra, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia a Portugal

Capítulo III - A frota de 1500

(F19) O homem chamado por D. Manuel para comandar a armada de 1500 pertencia à melhor gente da Ribeira. Nasceu em 1467 (ou 1468) Pedro Alvares Cabral. Ao tomar a chefia da esquadra para a Índia, ainda não casara com D. Isabel de Castro, sobrinha de Afonso Albuquerque. Propenso às tarefas do mar, estava integrado no espírito da época, entre os cavaleiros de Portugal, que não viam maiores honras do que as conquistadas em empresas marítimas. Aos 32 anos, inspirava respeito pelo seu caráter íntegro e prometia grandes feitos, pela vocação de servir o Estado.

O rei de Portugal não daria esse comando, se não revelasse qualidades excepcionais. Há, porém, como mais incisivas, a carta de Albuquerque, em 1514, na que faz muitos elogios, de homem digno, merecedor de encargos de maior responsabilidade. A amizade de Albuquerque possivelmente é anterior à travessia de 1500, quando não tendo querido Cabral figurar na terceira armada da Índia (comandada pela segunda vez pelo Gama), propiciou o seu casamento com a sobrinha D. Isabel, irmã de Garcia de Noronha, que foi vice-rei de destaque. Até 1500 a vida de Cabral foi obscura e assim tornou a ser após o regresso. D. Manuel confiou-lhe, mais do que um negócio de chancelaria, a fundação, em bases políticas, de seu império nas Índias.

O cargo de capitão-mor era mais militar do que diplomático. Nada tinha a ver com a navegação, do que cuidavam os pilotos e mestres, práticos em marear, sob a inspeção do físico que entendia, melhor que todos, dos cálculos astronômicos.

Exatamente para que a armada de 1500 fosse tão bem sucedida quanto a de 1498, reunira-se nela os melhores navegantes da linha da África e vários fidalgos de “brasão conhecido”. Nas paragens do Índico se defrontariam com a paz ou a guerra. Foi uma frota preparada com todo o cuidado e esmero: não mais como a de Vasco da Gama para descobrir, porém e diretamente, para aliciar ou intimidar o “Samorim” de Calicute, nos seus estados opulentos.

Eram os capitães das treze Naus:

- **Sancho de Tovar**, segunda pessoa da esquadra, como substituto do capitão-mor, castelhano que tomara o partido de Afonso V contra Fernando e Isabel, por isso condenado à morte no seu país e favorecido em Portugal;
- **Simão de Miranda**, genro de Aires Correia, que ia como Feitor-geral para a Índia, na categoria de governador econômico da conquista.
- **Aires Gomes da Silva**, fidalgo, aparentado na corte.
- **Nicolau Coelho**, capitão da frota do Gama, exatamente o que se antecipou ao almirante para dar notícia do descobrimento, um dos mais famosos pilotos de seu tempo.
- **Bartolomeu Dias**, empenhado em concluir a viagem que se lhe interrompera em 1488, no Cabo das Tormentas, o que não conseguiu, como se dirá. Fiscalizou a construção dos navios do Gama, e o acompanhou em 1498 até a Mina.
- **Diogo Dias**, irmão daquele, também mareante, e escrivão do Gama a bordo de sua nau São Gabriel, do grupo dos primeiros portugueses que desembarcaram em Calicute e o primeiro a navegar o Mar Vermelho.
- **Simão de Pina, Pero de Ataíde, Vasco de Ataíde, Nuno Leitão da Cunha, Luís Pires, Gaspar de Lemos**, capitão de navio de mantimentos que seguia a esquadra, completam a lista de comandantes.

Entre as pessoas importantes que integravam o grupo dos principais elementos iam: Aires Correia (feitor-geral), Duarte Pacheco (homônimo do autor de “Esmeraldo de Situ Orbis”, e não este como até há pouco tempo se acreditava), Vasco da Silveira, João de Sá, oito frades e oito clérigos, e, como superior dos frades, o franciscano Frei Henrique de Coimbra, funcionários, como o escrivão-mor, Pero Vaz de Caminha, autor da famosa carta

que relata o descobrimento do Brasil. Também era parte deste conjunto o físico, Mestre João, que escrevia um castelhano aportunado.

A viagem de Cabral

(F 20) Parte de Portugal, a nove de março, a armada de Pedro Álvares Cabral. A 22 de março é avistada a ilha de São Nicolau e a armada prosseguiu caminho, com bom tempo. Não se sabe por que motivo, desapareceu durante a noite, uma das naus, que, segundo o diário de Pero Vaz de Caminha, foi a nau de Vasco de Ataíde. No fragmentado regimento de Cabral, vê-se que, durante a noite a armada deveria manter-se unida, a fim de guardar-se de qualquer surpresa. Não houve tempestade nem correntes contrárias. A que atribuir o desgarramento da nau? Depois de procurar, durante dois dias, o capitão-mor perdeu a esperança de achar a nau extraviada, ordenando a continuação da viagem.

Seguiram os navegantes “seu caminho por esse mar de longo” por mais de 20 dias. Não tiveram novidades, até que a 21 de abril começaram a aparecer os primeiros sinais de terra. Eram “botelhos e rabos d’asno”, sinais muito conhecidos e sempre mencionados nos antigos roteiros. Esse Botelho de que fala Caminha “e o nome geral dessa balsa ou cipóal, a que também chamam manta de bretão e corriola, também uma das plantas características, a trompa-pau com muitas raízes em uma das pontas”, como esclarece o “Roteiro de Aleixo da Mota”.

(F 21) Conhecedores dos mares, prevendo terra próxima, continuaram navegando sempre para sudeste, até que no dia seguinte, quarta-feira do oitavário da páscoa pela manhã, avistaram outros sinais de terra próxima – aves chamadas “furabuchos” – e à tarde foi avistado o monte que Cabral chamou de Monte Pascoal. Cabral levou em consideração a sua missão, não a comercial ou a guerreira, mas sim a religiosa, da que era um verdadeiro cruzado, e batizou aquela região com o nome de Vera Cruz.

Realizaram-se sondagens, e, como já estava anoitecendo, ancoraram a seis léguas da terra, para no dia seguinte aproximarem-se mais. Chegando na boca de um rio, ancoraram e viram, pela primeira vez, sete ou oito homens na praia, embora pela distância, não distinguissem se se tratava de homens brancos ou de outra raça.

Cabral então convocou uma reunião com diversos comandantes, na nau capitânia, ficando acordado mandar-se à terra Nicolau Coelho, levando comissão principal, o reconhecimento das correntes de água, tendo assim Nicolau Coelho o primeiro contato com os habitantes, permutando com eles carapuças e enfeites.

Como à noite ventasse muito, e o lugar onde estavam não oferecia segurança às naus, Cabral mandou navegar à procura de melhor lugar de ancoradouro.

A 25, fundearam em um porto “muito bom e muito seguro” com um recife na entrada (o atual porto da Baía Cabralia).

Afonso Lopes, piloto de um dos navios, foi à terra e à sua volta trouxe consigo dois índios, que foram recebidos com muita alegria e curiosidade pelos tripulantes portugueses. Essas cenas são amplamente descritas na carta de Caminha.

Como elemento de cronologia e maior abrangência, apresentamos os fatos desses dias, de acordo com o “Diário de Caminha”:

- 21 de abril – Primeiros vestígios de terra.
- 22 de abril – O descobrimento- Monte Pascoal.
- 23 de abril – Sondagens.
- 24 de abril – Primeiro contato com os habitantes e partida à procura de novo lugar para ancorar.
- 25 de abril – Fundeamento da frota no “Porto Seguro” da atual Baía Cabrália.
- 26 de abril – Primeira missa no Brasil, num ilhéu da baía. Assenta-se a volta de Gaspar de Lemos, com o seu navio para comunicar ao rei o descobrimento.
- 27 de abril – Ida de Mestre João à terra.
- 28 de abril – Os carpinteiros da armada iniciam a construção da grande cruz, que seria o marco do descobrimento e sinal de posse das terras do Brasil, por parte de Portugal.
- 29 e 30 de abril – Descanso e ou reconhecimento isolado.
- 01 de maio - A posse da nova terra. Pela manhã descem todos “com nossa bandeira e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos parece melhor cantar a cruz, para ser mais bem vista”.

A segunda missa no Brasil foi ministrada pelo capelão, frei Henrique de Coimbra, num altar feito ao pé da cruz plantada, vendo-se as armas do rei e a sua divisa. Nesse dia Pero Vaz de Caminha termina a sua conhecida carta.

- 02 de maio – A armada retoma a sua viagem rumo às Índias, depois de recambiar Gaspar de Lemos, com o navio de mantimentos, a fim de levar a Portugal as notícias dos acontecimentos, ou seja, o “descobrimento” do Brasil.

São deixados em terra, em castigo, dois degredados e provavelmente dois grumetes, que teriam fugido dos navios na noite anterior.

Ainda hoje subsistem dúvidas e questões a respeito do descobrimento do Brasil, Entre estas questões está a intencionalidade, ou não, do descobrimento, posto que, se de um lado tudo na viagem nos leva a acreditar no acaso do descobrimento, não existe, entretanto documento que nos dê segurança em tal afirmação. Atualmente a maioria dos historiadores é unânime em aceitar como verdade a intencionalidade do descobrimento.

Na opinião de Capistrano de Abreu, em tese de conclusão de curso chega mais ou menos a esta conclusão:

“Que importância pode ter no desenvolvimento histórico de nosso país, o fato de haver sido propositadamente descoberto ou de ter sido achado em meio do oceano?”.

Do mesmo modo podem ser encaradas as outras dúvidas como: qual o verdadeiro capitão da nau desgarrada à altura de Cabo Verde; ou qual o lugar verdadeiro em que fundeou a frota de Cabral, pela última vez; ou se teve ou não precursores ? A interrogação serve para estas e outras muitas perguntas, que se levantam através da história.

O importante é que foram os portugueses que “descobriram” o Brasil e que foram eles que o apresentaram ao mundo e que devemos a eles uma grande parcela da nossa formação.

São quatro os principais documentos que se referem diretamente ao feito de Cabral: a carta de Caminha, a carta de Mestre João, a “Relação do Piloto Anônimo” e a missiva endereçada por D. Manuel I aos reis da Espanha.

A carta de Pero Vaz de Caminha

(F 22) A carta de Pero Vaz de Caminha é documento digno de crédito. Escrita quase toda ao correr dos acontecimentos e datada de 01 de maio de 1500, pouco se detém na descrição da viagem. Entretanto é a narrativa mais completa a respeito dos fatos e impressões recolhidas nesta “Terra de Vera Cruz”, com a descrição, inclusive, dos habitantes da terra e seus costumes. A carta de Caminha esteve perdida durante muito tempo. Foi encontrada pelo pesquisador Juan Batista Muñoz, em fins do século XVIII, entre documentos, na Torre do Tombo, Lisboa. Foi publicada pela primeira vez em 1817 pelo Padre Manuel Aires do Casal, na sua “Corografia Brasileira”.

A carta de Mestre João

O outro documento é a carta do Mestre João. Esse ilustre “Johannes artium et medicine bachalarius” é importante, sobretudo pela carta que mandou de Porto Seguro a D. João Manuel, em 1º de maio de 1500. Publicada por Varnhagen em 1845 (Revista do Instituto Histórico, Cap. V) e na sua “História Geral do Brasil” (cap.I, pág. 423), a carta de Mestre João saiu com a assinatura errada. Johannes Emenelaus, como escreveu Capistrano de Abreu em “O Descobrimento do Brasil” em 1883 (2ª. Ed. Pág. 53, Rio de Janeiro-1929), a leitura paleográfica mostrou, ao invés de Emenelaus Bachalarius, isto é, João Bacharel, “Alguns documentos da Torre do Tombo” (pág. 258, Lisboa-1892).

A primeira referência que se conhece em português a respeito de “graus de longitude”, que “Se contam de oriente em ocidente”, é de Duarte Pacheco Pereira, no “Esmeraldo”, em 1505. Seria também o cosmógrafo, nesta hipótese “Mestre João Alemão”, que em Lisboa ensinou “longitude de leste a oeste” a Mestre Diogo, e cujas lições Pero Anes desejou ouvir, conforme pedido que dirigiu ao rei em 1509. Trata-se do novo documento publicado entre “Inéditos da Torre do Tombo”, por Frazão Vasconcelos, “In Petrus Nonius (fascículo I, pág. 110, Lisboa-1937). Ver também do mesmo autor “Pilotos das Navegações Portuguesas dos Séculos XVI e XVII (pág. 50, Lisboa-1942), “... o dito Mestre Diogo ora veio a aprender e sonsacar”.

Talvez seja estranho considerar que Mestre João, físico, fosse o mesmo douto alemão que propagou em Portugal o método de avaliar a longitude, desprezando o cálculo da altura do pólo pelas estrelas “mejor es regirse por la altura del sol que non por ninguna estrella con astrolábio que non con quadrante...”; fiava-se tanto da Cosmografia como das cartas de marear: “sabremos quien va con más cierto: ellos con la carta o yo con la carta y con el astrolábio...”, e mostrava-se entendido na decifração dos portulanos. Com esta autoridade escreveu ao rei esta frase: “quanto Señor al sitio desta tierra mande Vuestra Alteza traer um mapamundi que tiene Pero Vaz Bisagudo e por aí pueda ver... em pero aquel mapamundi non certifica esta tierra ser habitada o no: es mapamundi antiguo e alli hallara

Vuestra Alteza escrita también la Mina...” (Carta de 1º de maio de 1500 - fac-símile e texto atualizado desta carta, consta no final deste trabalho).

A alusão de Mestre João a dois pontos, a observação solar com o astrolábio, o outro, a das estrelas, prende-se sempre à latitude ou altura do pólo. Não fala de longitude na carta de 1º de maio (em “Os Sete Únicos Documentos” – leitura de Antonio Baião, pág. 107-8).

João de Barros não acreditou na descoberta do processo de fixar a longitude em “Décadas” - (V.8). Também Teófilo Braga, em “História da Universidade de Coimbra” (I pág. 330). Fontoura da Costa, em 2ª. Edição da “Marinharia dos Descobrimentos”. Aceitou a tese de ser Mestre João “Alemão” (1509), quem ensinou o método de achar a longitude pela variação da agulha e tende a identificá-lo com o da frota de Cabral – “História da Expansão Portuguesa no Mundo” (IX pág.222). Assim Frazão de Vasconcelos em “Pilotos das Navegações, etc”, apêndice IX, fez a ressalva de que o problema aguarda solução. Na realidade, a carta de Vespúcio de 1501, já citada, deixa dúvidas quanto à existência de um bom cosmógrafo na frota de Cabral.

Mapa-Mundi antigo.

(F 23) Que mapa-mundi poderia ser aquele mapa antigo, que também mostrava a costa africana com a mina? Quem foi Bisagudo?

Pero Vaz da Cunha, o Bisagudo em 1488 foi encarregado por D. João II de fortificar a entrada de Sanagá, ou Senegal, segundo a idéia do tempo do Infante – coincidente com a geografia arcaica do mapa-mundi de Andréa Bianco, de 1436, a “Cosmografia” de André Thevet – de que ali desaguava um dos braços do Nilo.

Quando ao mapa-mundi antigo, devia ser uma daquelas cartas anteriores ao descobrimento da América, a que aludia Zurara.

Pero Vaz da Cunha estivera na África, à procura da comunicação com o Egito, através do Senegal (esta viagem do Bisagudo aconteceu antes da viagem de Colombo). Bisagudo só poderia conhecer um mapa-mundi análogo ao de Bianco, ou de Fra Mauro de 1459, de Andrea Benincasa de 1476; apenas citamos estes, já que os outros se repetem, copiadas as posições fixadas pelos portugueses desde o descobrimento das ilhas até a passagem do Bojador.

Estes mapas não têm latitudes definidas, nem longitudes estimadas, já que o Ocidente continuava com os problemas criados pelas navegações de grandes distâncias em mares nunca explorados. A Antilha apresenta-se como grande ilha ao poente e os arquipélagos colocados arbitrariamente no meio do oceano. A ilha do Corvo fica à altura de Portugal e, desgarrada ao sul, a de São Jorge, ambas do grupo dos Açores. A sudeste de São Jorge... a ilha do Brasil. Esta ilha do Brasil, nas cartografias da época, é localizada em diversos locais, dentro da imensidão do oceano. Aparece primeiro no mapa de Angelino de Dalorto de 1535, localizado mais na zona boreal; no mapa de Pizigani, de 1367 desce para a mesma latitude dos Açores (sítio da Terceira), onde se conserva até 1430; a carta de Briatico de 1430 a localiza a oeste da França; e a de Bianco de 1436 mostra-a na altura do Cabo de São Vicente, equidistante da Antilha, posição que mantém até André Benincasa em 1478. Situada durante todos esses anos nas mais diversas localizações.

Carta de D. Manuel aos reis da Espanha

O terceiro documento mencionado nas páginas anteriores se refere à carta do rei D.Manuel comunicando a seus sogros, Fernando e Isabel de Espanha, o sucesso da segunda viagem à Índia, por seu almirante Pedro Álvares Cabral, dizendo no que se referia ao Brasil:

“... o dito meu capitão partiu com 13 naos, de Lisboa a 09 de março do ano passado, e nas oitavas da Páschoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu, a qual pôs o nome de Santa Cruz, na qual encontrou gente nua como na primeira inocência, mansa e pacífica, a qual a terra parece que Nosso Senhor quis que se achasse, porque é muito conveniente e necessária para a navegação da Índia, porque ali reparou seus navios e tomou água, e pela grande extensão do caminho que tinha de percorrer, não se deteve a fim de se informar das cousas da dita terra; somente me enviou de lá um navio para me noticiar como a achou...” (Brasil Ilustrado – Rio, 1887-Ano I, pág.67)

Este documento de D. Manuel confirma a carta de Mestre João e autoriza a retificação das comemorações até hoje efetuadas sobre este fato histórico.

O roteiro ou rota de Cabral

(F24) Pedro Álvares Cabral recebeu dois tipos de “instruções” de Vasco da Gama para o “roteiro” e do rei para a missão. Infelizmente falta ao “borrão original” destas últimas, único documento que delas subsiste, a parte da navegação atlântica. Perdeu-se o que poderia ser a chave do mistério do “Descobrimento do Brasil”, com a intencionalidade rasa e lógica do desvio para o poente, senão a nota de que assim fazendo, tocaria em terra compreendida na demarcação do Tratado de Tordesilhas, boa para a escala das viagens sistemáticas às Índias. As instruções do Gama são veementes:

“À popa fazerem seu caminho pelo sul e se houverem de guinar, seja sobre a banda de sudoeste e tanto que neles der o vento escasso, devem ir na ‘volta do mar’, até meterem o Cabo da Boa Esperança em leste franco...” (em “Sete Únicos Documentos”, pág. 18 e Fontoura da Costa em “Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama”, por Álvaro Velho, Lisboa-1940).

Quando o escrivão-mor Pero Vaz de Caminha afirma “seguimos nosso caminho por este mar de longo”, quer reportar-se àquela “volta”, imposta, antes de qualquer coisa, pela necessidade de fugir às calmarias da Guiné (não fossem as naus retardar, de um a dois meses, de pano murcho lamentavelmente). De fato, se ignorássemos o conselho dado a Cabral pelo seu “saber de experiências feito”, duvidaríamos da ciência dos pilotos naquele exagerado declínio para ocidente, que lhe arrasou a esquadra de “longo”, até a terra marcada no “mapa-mundi antigo”. O próprio Antonio Galvão quis explicá-lo como caso fortuito: “E tendo uma nau perdida em sua busca, ‘perdeu a derrota’ e indo fora dela, toparam sinais de terra...” (Tratado dos Descobrimentos, 3ª.Ed., anotada pelo Visconde de Logo, pág. 148, Porto-1944), ignorava as “instruções, e como prevalecesse o terror às calmarias africanas, a idéia fácil do acaso substituiu na tradição a verdade sábia da “volta

ao mar”, segundo a direção dos ventos, que além disto, permitiu a exploração a leste do meridiano divisório, ou seja, com as ilhas descobertas ou adivinhadas, a zona portuguesa.

A viagem de 1498 concluíra o estudo das condições da navegação austral, encetado pelos pilotos do Infante. A rota seguida por Cabral em 1500 corresponde ao roteiro oficial, para se chegar às Índias nos séculos seguintes.

Chamado de “volta do Brasil”, ou “volta do mar”, aquele imenso desvio em que os navios eram impulsionados pelos ventos alísios e pelas correntes de “Canárias”, “equatorial do sul” e propriamente “do Brasil”, cujo movimento descreve o “grão rodeio”, evitando as calmarias da costa africana.

“Roteiros Portugueses da viagem de Lisboa à Índia nos Séculos XVI e XVII”, publicados por G. Pereira, Lisboa-1898, “Roteiros” de Vicente Rodrigues e Gaspar Manuel, *ibid.*, pág. 10”... não acharem vento tão largo para ir na volta do Brasil... sempre vá a nau afastada 70 léguas... – Sobre essa “volta do mar”, notas de Fontoura da Costa ao “Roteiro”, de Alvaro Velho, pág. 5, Lisboa-1940 e mapa com o desvio da Guiné que predetermina o itinerário de Cabral – Cálculos, correntes e observações práticas da “volta do Brasil”, em “Livro da Marinharia”, de Bernardo Fernandes, prefácio e notas de Fontoura da Costa, pág. 56, Rio-1940 – texto de 1548.

Insistiu com a sua experiência no acerto da rota de Cabral ligando-a ao regime dos ventos, o Almirante Gago Coutinho, “Descobrimento do Brasil”, conferência, pág. 42, Rio – 1943. Sobre o problema da intenção ou do acaso, reportamo-nos a Capistrano de Abreu, “O Descobrimento do Brasil”, pág. 159. (E isto para considerá-lo ultrapassado).

Onde “mais se alarga” – no dizer de Camões – estão o Cabo de Santo Agostinho ou dos Abrolhos. Os regimentos dos pilotos do século XVI mandam guinar para leste a 70 milhas da costa, ou sucederia interromperem, arribando a viagem da Índia. O problema vital era escapar às calmarias e aos ventos contrários e às correntes de leste-oeste de Guiné e Bengala. Fora da zona condenada, sopraram – regulares e amenos – os ventos alísios. É esse sistema de ventos que explica pelo tempo adiante a escalada no Brasil das naus do Oriente e à direta da navegação para Angola, decisiva na diferenciação das rotas do Novo Mundo. (“Já tivemos na costa da Guiné 40 dias de calmarias desesperados”, menciona Jorge Ferreira de Vasconcelos, em “Comédia Eufrosina”, pág. 115, 3^a. Ed., Lisboa-1788. João de Éboli esteve parado em 1505, cinquenta e sete dias. “Pra fugirmos, pois, dela...” em “Viagens às Índias Orientais”, Coleção das Notícias – Academia das Ciências, 1812, 2^o, pág. 219).

Indaga-se, portanto: qual o pensamento do capitão-mor ao afastar-se tanto do golfo da Guiné, no dilatado roteiro? A resposta para esta pergunta está na recomendação de Vasco da Gama de “singra-se a sudoeste”. Que não pretendia demorar-se em portos intermediários, isto é, “na terra incógnita”, terra esta que o Mestre João mandava localizar no mapa-mundi antigo – prova que não levava a bordo um só padrão de pedra, posto que erigiu uma grande “cruz de pau” lavrada ali mesmo. Poucos dias depois abandona o local sem realizar nenhuma exploração em volta dos locais “descobertos”. Pode-se pensar que a pressa por continuar a viagem às Índias justifica a aparente falta de interesse pelas novas terras descobertas, mas depois de tudo o que já foi exposto, evidencia que Portugal já

conhecia amplamente toda ou pelo menos grande parte da costa do futuro Brasil, ou de outra maneira, as terras que Cabral “descobriria oficialmente” e que estavam dentro da área portuguesa, de acordo com o Tratado de Tordesilhas.

“Também Gama vira, na altura do Brasil, aves marinhas, que davam sinais de terra. Cabral atentou nestas alvíssaras – e foi tudo”. – Manuel Murias, em “O Descobrimento do Brasil”, pág. 59, Lisboa – 1942. A hipótese de aproveitar o desvio das calmas da Guiné para reconhecer terras que houvesse aquém do meridiano de Tordesilhas, é defendida por Edgar Prestage, em “Descobridores Portugueses”, tradução de Francisco Eduardo Batista, pág. 324. Sobre a questão do “... acaso do descobrimento”, Gago Coutinho, em “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, outubro / dezembro-1956”.

Jaime Cortesão, o historiador português, em seu trabalho “Do Sigilo Nacional Sobre os Descobrimientos” publicado em Lusitânia e transcrito no nº 9 da Revista Terra do Sol, de setembro de 1924, fazendo comentários e considerações em torno das crônicas oficiais sobre os descobrimentos portugueses, esclarece os motivos do sigilo sobre a existência da terra brasileira, conhecida desde 1448, dizendo em vários trechos do seu trabalho: “A Ixola Otinticha em 1448”. Finalmente as mutilações da Crônica da Guiné vem dar novo interesse à célebre carta de Andréa Bianco de 1448, em que a sudeste de Cabo Verde aparece uma terra com aquela designação na mesma latitude e a forma aproximada do nordeste brasileiro. Segundo Antonio Galvão, ter-se-ia descoberto uma terra ocidente em data um pouco anterior a 1448. Odham Yule e depois dele outros mais aceitaram o fato como descobrimento do Brasil antes de 1448, etc.

Outro elemento esclarecedor é o cálculo das léguas navegadas. A armada de Cabral deixou Cabo Verde (16º) a 23 de março. Declinou para o poente, ao sabor dos alísios, e feitas umas setenta léguas pelo mar de longo (lés-oeste), topou com a ilha de Vera Cruz. Sucede que no mapa de Andréa Bianco a sudeste de Cabo Verde, uma “Ixola Otinticha se longa a ponente 1500 mia...”. Descontada a curva – da “volta do mar” – pensaria Mestre João que as 70 léguas corresponderiam às 1500 de Bianco, e, neste caso, seria a tal “Ixola Otinticha” a do Brasil, erradamente posta nesses mapas? E por que Brasil? Entra aqui a informação diplomática. Estava na ordem do dia a procura da estranha ilha.

Numa carta do negociante inglês John Day ao Almirante-mor de Castela, Fradique Enriquez, de 1497, está a prova de que os navegantes do seu país andavam à procura da misteriosa ilha. Julgavam tê-la achado. Sobrava-lhe a madeira. Ficava a oeste da Irlanda: “Se presume cierto averse fallado e descoberto en otros tiempos el cabo de la dicha tierra por los de Bristol que fallaron el Brasil como dello tiene noticia vra. As. laqual se decia la Isla del Brasil e presume e creese ser tierra firma la que fallaron los de Bristol.” É um documento recentemente encontrado, que completa a carta de Pedro Ayala ao rei da Espanha (1498) publicada por HARRISSE (The Hispanic American Historical Review, novembro-1956, pág. 508).

Não diz somente que Sebastião Caboto (o descobridor) atingiu naquele tempo a suspeitada ilha. Informa que a reconheceu a ilha do Brasil, sem dela tomar formalmente posse. Estaria, pois, nas cogitações do rei de Espanha (graças à dupla revelação de Day ao almirante-mor e do embaixador a ele) averiguar-lhe a existência. É presumível que a

mesma idéia transmitida de Sevilha a Lisboa, preocupasse o rei de Portugal. Podemos dizer: qualquer ilha não sabida, acima ou abaixo da equinocial (linha onde os dias e noites têm igual duração), haveria de lembrar a dos homens de Bristol. Exatamente a ilha abundante de “Brasil”, na carta de John Day se fala do pau “pintado de brasil...” Consulta-se el-rei o planisfério que fora de Pero Vaz Bisagudo.

Finalmente apontamos que nas Cortes de 1481, com que D. João II abriu o seu reinado, num dos capítulos dos povos, pede-se-lhe não mais consista que os estrangeiros se estabeleçam em seus reinos e senhorios, alegando, entre várias razões, pelo que toca a florentinos e genoveses que “en estos regnos nunca fizeram proveito salvo roubá-los de moeda douro e prata e descobrir vossos segredos da Mina e ilhas”.

Pode-se perceber que não só é de conhecimento público a existência de segredos sobre os descobrimentos, como também o povo pedia ao rei a sua rigorosa defesa. Segundo opinião de diversos historiadores, teriam sido feitas mutilações e falsificações na “Crônica da Guiné”, sendo mais um argumento a favor do seqüestro propositado das crônicas de Cerveira, Fernão Lopes e Azurara e dos “furtos e emendas” de Rui Pina. Todavia este não fêz mais do que repetir, em maior escala, sob as ordens de D. João II, o que Azurara fizera sob as ordens de D. Henrique. Além disso, D. João II, ainda que precedendo por sua iniciativa, cumpria também um mandato da nação.

Conjugando a afirmação de Barros sobre os descobrimentos de outras ilhas e resgates, no tempo de D. Afonso V, “não poderem ser os da costa africana”, com o pedido das cortes em 1481 e o fato das crônicas não dizerem uma só palavra sobre as viagens para Ocidente antes de Pedro Álvares Cabral, concluímos que era este o principal objetivo do sigilo da nação sobre os descobrimentos de Portugal, anteriores às viagens de Colombo e Cabral. (“Alguns Documentos da Torre do Tombo” - pág. 14 e 41; “Arquivo dos Açores”-vol.1, pág. 21 a 28 e 250; “Livro da Chancelaria de D. Afonso V” – Fl. 78. Da Armada de Cabral ao rei D. Manuel, e a deste rei aos reis da Espanha, são as melhores provas em favor desta afirmativa de Cortesão).

Pode-se compreender melhor agora que, referindo-se o “Esmeraldo”, a uma viagem e ao descobrimento e ao descobrimento clandestino da América, ordenado por D. Manuel, João de Barros, não o citasse nas suas “Décadas”.

Devido ao fato de Damião de Góis ter sido o cronista-mor dos netos de D. João II e dos reis católicos, entre os quais se dera o formidável pleito a posse das novas terras descobertas, era-lhe impossível dizer toda a verdade sobre o grande debate, sem grave melindre ou menoscabo para qualquer das partes. Sabe-se hoje que sua “Crônica de D.Manuel” foi mutilada por ordem real em tudo e foram longas passagens, que poderiam ferir as pessoas reais vivas ou a memória dos reis católicos. (ver “Arqueologia Artística”, nº 10-Goesiana.). As variantes das Crônicas por Joaquim Vasconcelos, no mesmo ano de 1566, em que saiu a 1ª. Edição, se publicou uma 2ª., e se fizeram desaparecer quase todos os exemplares daquela. Este fato, que igualmente confirma as mutilações das outras crônicas, explica que Damião de Góis, ao publicar a Crônica do Príncipe D. João, não desse a razão oculta dos desaparecimentos e furtos que apontava. Era-lhe vedado (a experiência o ensinava) a não publicá-la.

Em conclusão: o Brasil teria naquele ano de 1500 e por força do Tratado de Tordesilhas uma área de 2.874.621 quilômetros quadrados, a terça parte do que tem hoje, e cuja maior parte ficava ao norte, de onde se prolongava para o sul, numa faixa cada vez mais estreita, fechando-se sobre a costa.

Dois séculos e meio depois, o famoso Tratado de 1750, veio desfazer as deficiências do Tratado de Tordesilhas. A ação diplomática de Alexandre de Gusmão e a capacidade política de Pombal levaram-no à conclusão entre Portugal e Espanha, consagrando e mantendo as conquistas realizadas pelos paulistas sobre o território espanhol, desde a época de 1600, realizadas principalmente nos reinados dos três Felipes.

Os artigos 13 e 14 do novo Tratado de 1750 estabeleceram as concessões feitas pelos dois países, e fixaram as novas fronteiras entre os dois territórios, ficando definitivamente desfeito o mal-concebido Tratado de Tordesilhas, cujos erros de apreciação geográfica, muito naturais, em que se baseara, reduziram o Brasil, ou seja, a parte portuguesa naquela época à pequena proporção indicada.

Era do Tratado de Madri, celebrado a 13 de janeiro de 1750, entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Espanha, e ratificado por ambas as cortes em 26 do mesmo mês, e a 7 de fevereiro seguinte.

O ponto da costa brasileira em que fazia interferência com o meridiano de Tordesilhas, nunca ficou bem determinado na região sul do país, daí surgiram através do tempo inumeráveis dúvidas, tanto pela parte dos portugueses, quanto da parte dos espanhóis. Segundo alguns, o ponto de interferência ficava na baía da atual Laguna. Porém no “Yslário” de Alonso de Santa Cruz, de 1530, dirigindo-se ao rei de Espanha, dizia que o ponto em questão, de acordo com geógrafos e cartógrafos espanhóis, ficava nas “Sierras de São Sebastião”, pouco distante da ilha do mesmo nome. Juntamente com esta declaração do oficial de Caboto, junta-se a ordem de D. João III, do mesmo ano de 1530, a Martim Afonso de Sousa, para que explorasse as regiões austrais do Brasil “e o Rio da Prata”. (J. Resende Silva – “A Fronteira do Sul” – pág. 333 e seguintes). Portanto o benefício causado pelo Tratado de 1750 é de importante valor para Portugal e o Brasil.

Capítulo IV -A expedição de André Gonçalves e Américo Vespúcio

Depois do “descobrimento” do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500, a primeira expedição oficial de exploração da costa brasileira, foi a de André Gonçalves (para alguns foi D. Nuno Manuel) e junto com ele Américo Vespúcio, em 1501, segundo historiadores como Capistrano de Abreu, Varnhagen, Rocha Pombo e Francisco Martins dos Santos, entre muitos outros.

(F26) É de se apontar que no estudo realizado por Antonio de Sousa na “História da Casa Real Portuguesa”, apesar deste ter-se aprofundado bastante no estudo da vida de D. Nuno,

não dá notícia de nenhuma viagem de D. Nuno ao Brasil. O autor das “Razões” para o Tratado de 1681, realizado entre Espanha e Portugal, quando relata as primeiras viagens exploratórias à costa brasileira apenas cita as viagens do piloto e cosmógrafo toscano (florentino) Américo Vespúcio.

De acordo com os depoimentos mais antigos, D. Nuno, pouco ou nada entendia de navegação; era irmão do camareiro-mor D. Manoel, o fidalgo D. João Manoel, e mais tarde foi guarda-mor e almotacé-mor da Casa Real. Enquanto que André Gonçalves, era na época navegante de muita experiência mestre da nau que levava Vasco da Gama às Índias; que em 1499, já navegara pelas costas brasileiras, percorrendo-a desde o Rio Grande do Norte até o Oiapoque, participando evidentemente dos trabalhos de demarcação do meridiano de Tordesilhas, fora ainda da nau de mantimentos em 1500 da esquadra de Pedro Álvares Cabral, na sua viagem de “descobrimto do Brasil”.

Finalmente, devido ao fato de que D. Nuno tinha acabado de perder o irmão, grande válido do rei D. Manuel, o rei respeitaria a sua dor, já que esse fato aconteceu na época da partida da Armada e ainda mais, reafirma esta idéia, o fato de que poucos dias depois do retorno da mesma expedição D. Nuno participava do séqüito do rei em viagem para Santiago de Compostela, na Galícia, Espanha, como seu (*) almotacé-mor. Por todas essas circunstâncias acreditamos, portanto, que o comandante da expedição de 1501 tenha sido mesmo André Gonçalves e não D. Nuno, como alguns historiadores apontam.

D. Nuno não veio dessa vez ao Brasil. Teria vindo mais tarde, em 1514, na viagem de Cristóvão do Haro, trazendo como piloto João de Lisboa.

(*)- **almotacé-mor** – encarregado da embarcação de alimentos nas expedições.

Capistrano de Abreu comenta ainda ser possível que tenha sido ele o capitão-mor da frota de 1506, trazendo como pilotos João de Lisboa e Vasco Galego de Carvalho.

Voltando à expedição de 1501, comandada por André Gonçalves, da qual participava Américo Vespúcio é, por si mesma, um capítulo da história inicial do Brasil, que não constitui um fato isolado, e sim um acontecimento encadeado a outros, cuja origem seria aquele propósito maior da conquista dos oceanos, preparada pelo Infante D. Henrique e sua famosa Escola de Sagres.

Em “História do Brasil”, 1º volume, capítulo XX, o seu autor, Pedro Calmon, comenta, com referência a esta Expedição: “A viagem de 1501 foi sobretudo notável para a geografia e a astronomia; pode incluir-se entre as grandes expedições científicas da história”.

Nesta viagem Américo Vespúcio estuda pela primeira vez o céu antártico, avaliando a altura das estrelas mais valiosas para a náutica, o que propiciou uma grande revolução nos conhecimentos cosmográficos.

É através das cartas de Vespúcio que podemos estudar melhor esta viagem, sendo que a mais importante delas é “La Lettera” (Mundus Novus), em que ele escreve a Pedro Soderini, de Florença, datada de 14 de setembro de 1504 onde dá notícias das quatro viagens feitas pelo florentino ao continente americano de 1497, 1499, 1501 e 1503.

Segundo Varnhagen, a primeira edição italiana deve ser de 1506. Das cinco cartas de Vespúcio é a única de que se conhece o texto original e é, portanto, a única da qual não se duvida da autenticidade.

Por esta carta são dadas notícias da terra: muitas árvores, muitos índios antropófagos, ausência das especiarias tão procuradas, assim como ausência de minas de prata e ouro, animais sem conta, - “verdadeiramente, creio que o nosso Plínio não conseguiu tratar da milésima parte de animais, nem dos papagaios e outros pássaros, os quais naqueles países são de formas e cores variadas que o artista Policeto não conseguiria pintá-las”.

Dessa expedição surgiram as primeiras denominações da costa brasileira e se realizam as primeiras boas cartografias da costa do Brasil, daí surgindo a denominação “São Vicente” aplicadas ao rio, ilha, região, onde seria fundado o povoado (depois vila), pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes Pessoa, degredado do rei D. Manuel, para ligar-se à primeira história de Cananéia, Iguape e São Vicente.

A expedição era composta de três naus, sob a direção técnica de Américo Vespúcio, que segundo a maioria dos historiadores deu nome à América, através da proposta de Martim Waldseemuller (o Hylacomylus) em sua cosmografia. D. Manuel insistira, a fim de conseguir que Américo Vespúcio fizesse parte da esquadra. O navegador achava-se em Sevilha, para onde o rei de Portugal mandou um emissário com ordem de trazê-lo a Lisboa a qualquer preço.

A situação era bastante delicada, já que Espanha e Portugal disputavam a glória de possuir os melhores navegadores e de realizar os maiores descobrimentos. Pode-se facilmente calcular o valor deste grande navegador.

O trecho de uma das cartas de Vespúcio esclarece bem como e porque se tornou, naquele ano de 1501 o chefe da expedição: “Estava eu depois em Sevilha, descansando dos trabalhos que tinha sofrido nas duas viagens anteriores e com desejos de tornar de novo... assim, pois estando em Sevilha, quando menos lembrança tinha de vir a Portugal, chegou um correio que me trouxe carta sua (de D. Manuel) em que recomendava fosse eu falar-lhe em Lisboa, prometendo-me fazer muita mercê. Aconselhei-me a não partir por então, e despedi o correio, dizendo que estava doente, e que, quando estivesse bom, partiria a fazer quanto S. Alteza me ordenasse. Vendo El-Rei que me não podia haver por este modo, deliberou deputar-me Julião de Bartolomeu del Giocondo, que então se achava em Lisboa, com ordem de me levar consigo por todos os modos. Veio, pois, o dito Julião, e com sua vinda e rogativas fui forçado a partir, apesar de m’o levarem, a mal quantos me conheciam, por sair de Castela, onde me faziam honra e El-Rei me tinha em boa reputação; e o peor foi que parti ‘insalutado hospite’. Apresentando-me a este rei (D.Manuel), mostrou ele grande prazer com a minha chegada e rogou-me que fosse com três naus suas, que estavam aparelhadas, a descobrir terras novas; e porque os rogos de um rei equivalem a ordens, tive de consentir em quanto me mandava, e assim desaferramos deste porto de Lisboa...”.

A situação especial em que se encontrava na Espanha, é demonstrada perfeitamente, neste trecho do florentino, e o empenho de D. Manuel para que ele fosse a Portugal a tomar a chefia da expedição.

De fato, Américo Vespúcio fora antes, em 1497, quem explorou as terras americanas de todo o golfo do México, percorrendo a terra firme do continente, sendo a sua relação de viagem a primeira apresentada sobre as ditas terras, motivo principal da aplicação do seu nome ao Novo Mundo.

Também fora em 1499, companheiro de Alonso de Hojeda, na expedição aos mares austrais, ocasião em que percorrerá toda a região norte do Brasil e assim à popularidade do seu nome nos meios náuticos de toda Europa, por isso deu-se o convite insistente de D. Manuel.

A capacidade de Américo Vespúcio é testada por nomes como: Martim Waldsemiller, Cantino Canério com suas cartas, Johan Shoner em 1515, Joaquim de Uatt (Vadianus) em 1518, Pedro Bienewitz Appianus em 1520, Dr. Pedro Margallo no mesmo ano, e outros catógrafos, cronistas e cosmógrafos, geógrafos e navegantes da época.

A armada de André Gonçalves e Américo Vespúcio chegou ao Brasil no dia 7 de agosto de 1501, ancorando a 5°, 3' e 41" de latitude sul, defronte ao lugar hoje chamado Arraial do Marco, localizado na parte superior do estado do Rio Grande do Norte, distante do Cabo de São Roque, aproximadamente 45 milhas e, dali navegando sempre para o sul, percorreu a costa brasileira, denominando os acidentes geográficos, ilhas, rios, etc. que encontrava ao longo da costa, realizando assim o reconhecimento do litoral, porque ele "daí foi rumando para o sul, plantando padrões, fazendo sondagens, traçando cartas e roteiros...".

Devido a um costume da época, era normal que os lugares descobertos recebessem como nome, o do santo do dia. Seguindo esse costume, foram surgindo os nomes como: Cabo São Roque, denominado a 16 de agosto de 1501; o Cabo Santo Agostinho a 28 do mesmo mês; o Rio de São Francisco a 4 de outubro; a Baía de Todos os Santos a 1 de novembro; o Cabo de São Tomé, a 21 de dezembro; o Rio de Janeiro a 1° de janeiro de 1502; São Sebastião a 20 do mesmo mês; São Vicente a 22 de janeiro de 1502, isto até chegar a Cananéia ou Cananor, último ponto da costa estabelecido por Vespúcio, apesar de saber-se, pela primeira carta, que a armada desceu até a altura de 32 graus, nas proximidades do Rio da Prata.

Em "História da Época dos Descobrimentos" de Sophus Ruge, com notas e prefácio de Oliveira Ramos, na pág. 298, é descrita a mesma relação de nomenclaturas, citando além destes nomes, o Rio de São Miguel e o de Santa Lúcia (hoje Rio Doce), de acordo com o mapa de Vaz Dourado, de 1571.

De todas as denominações apontadas, parece que só a da Baía de Todos os Santos foi dada em sua segunda imagem de 1503, quando desgarrado da armada de Gonçalo Coelho, Vespúcio esteve neste porto por muito tempo, segundo a narrativa da sua segunda carta.

A “Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas”, publicada pela Academia Real de Ciências de Lisboa, oficializa o fato do batismo vespuciano das terras do Brasil, publicando no T. 2, nº 4, da mesma, as duas cartas mencionadas e, na introdução “que Vespúcio logo que recolheu a Lisboa, entregou todos os seus livros e papéis a El-Rei D. Manuel, que os quis ver e examinar”; também observado pelo Visconde de São Leopoldo na sua obra “Anais da Província de São Pedro”, 2ª. Edição, 1839, pág. 2 e 3.

Pode-se concluir que não podem existir mais dúvidas a respeito desses acontecimentos, considerado o testemunho de Piero Rondinelli, escrito a 3 de outubro de 1502, de Sevilha para Florença, e a de Giovanni da Empoli, de 16 de setembro de 1504, escrita de Lisboa a seu pai em Florença. Piero Rondinelli na sua primeira carta diz:

“Dentro de poucos dias estará aqui Américo Vespúcio, que sofreu bastantes fadigas e teve pouco proveito, embora merecesse muito, e o rei de Portugal arrendou a terra que ele descobriu (provável referência à viagem de 1499) a alguns cristãos novos, que são obrigados a mandar cada ano 6 navios a descobrir 300 léguas de costa e construir uma fortaleza na terra descoberta, mantendo-a durante 3 anos, e no primeiro ano nada pagam, no 2º pagam um sexto, no 3º um quarto, e esperam trazer pau-brasil e escravos, e talvez achem outras coisas de proveito.”

Giovanni da Empoli, relatando a viagem que fizera à Índia com Alonso de Albuquerque, dizia, na sua segunda carta, entre outras coisas:

“Achamo-nos tanto avante com a terra de Vera Cruz, assim chamada, em tempo de descoberta por Américo Vespúcio, na qual se colhe boa quantidade de canafístula e pau-brasil”.

Outro testemunho é a carta de Pietro Pasquáligo, Embaixador de Veneza, na Espanha, escrita de Zaragoza ao seu governo, em 12 de outubro de 1502, resumindo notícias obtidas de Giovanni Francesco Affaitato, de Lisboa, onde se encontra esta passagem:

“As caravelas mandadas no ano passado a descobrir a Terra dos Papagaios ou de Santa Cruz, tinham voltado a 22 de julho e o capitão referia ter descoberto mais 2.500 milhas de costa nova, sem ter conseguido achar o fim da mesma”.

Gustavo Barroso também afirma que o melhor documento em favor da participação de Vespúcio nessa expedição é o da Casa da Contratação de Sevilha, de 13 de novembro de 1515, sobre a junta de pilotos que estudou a melhor forma de determinar a linha divisória entre as terras de Portugal e Espanha, nas terras americanas, a saber, o meridiano do Tratado de Tordesilhas. Sebastião Caboto, piloto-mor da Espanha, declarou “que não se podia determinar coisa alguma com segurança na costa do Brasil com relação aos limites entre as casas de Castela e Portugal”, sem dar crédito a “uma navegação que Américo, que está na glória, fez, o qual disse que partiu da Ilha de Santiago, que é de Cabo Verde ao poente a sudeste 450 léguas e narrou assim: achando-se a 8 graus, podendo-se pôr a proa por oeste, se dobrará o cabo (de Santo Agostinho)”. O piloto João Vespúcio, nessa mesma reunião declarou:

“Digo que o Cabo de Santo Agostinho está a 8 graus da linha equinocial para o sul... e digo isto por tê-lo dito Américo Vespúcio, que fez duas viagens ao dito Cabo de Santo Agostinho e tomou sua derrota desde a Ilha de Santiago...”

Pensamos serem suficientes estes depoimentos para firmar o conceito da participação de André Gonçalves e Américo Vespúcio, na Armada de 1501. Em consequência desta expedição e a participação do florentino, apareceram logo depois na Europa, as cartas geográficas de Canério e a de Cantino, em 1502 (sendo que este, apenas não incluía São Vicente), as de Kunstmann, nº II e III, no ano seguinte e outras.

Também na geografia de Ptolomeu, obra de 1508, impressa em Roma, composta nos quatro anos seguintes à volta da expedição de 1503, foi redigida com relação às terras da América, com as revelações de Vespúcio e tomando por base as Cartas de Canério, Cantino os manuscritos do florentino, contendo um mapa-mundi de João Ruysch, geógrafo alemão, em que figuram os descobrimentos portugueses até a época.

No final da dita obra “Geografia de Ptolomeu”, o autor juntou, na forma de apêndice, sob o título de “Nova Orbis Descriptio ac Nova Oceani Naigatio, que Lisbona ad indicum Pervenitur Pelagus. Marco Beneventano Monacho Celestino ae Dita”, descrição que na sua origem só pode pertencer a Vespúcio, como é aceito pelos autores antigos, no que faz referência à costa brasileira, já que foi ele o único cosmógrafo que, por aquela época, viajara até ai, em toda a sua extensão.

Na reprodução que apresentamos da carta geográfica de Ruysch, copiada da Geografia de Ptolomeu (e que não é a mais perfeita, já que omite algumas das denominações já dadas à costa brasileira), pode-se observar que dos 19 nomes contidos, aproximadamente doze deles têm forma italiana como: Monte Pasquale, Rio Fragaza, Mos. S. Vicenti, R. de Foco Secho, R. de S. Lucia, sendo ainda dois deles alatinadas (é necessário lembrar que as memórias de Vespúcio foram por ela escritas em latim) e as restantes sob a forma portuguesa como: R. de Cananor, R. de S. Vicente, R. de S. Antonio, Baia dos Reis, Serra de S. Antonio, Is. De C. Verde. Chama à atenção a denominação dada ao Cabo de Santo Agostinho “Caput S. Crucis”, já que, segundo declaração de Vespúcio este é o nome dado por ele e não o outro.

Tomando por base que as primeiras denominações sejam de Vespúcio, pode-se admitir que, sendo André Gonçalves português e comandante da mesma frota de 1501, algumas destas denominações tenham tido na forma portuguesa. Nota-se a diferença gráfica de Mos. S. Vicenti ao norte e R. de S. Vicente ao sul, se bem que no mapa de Canério de 1502, como nos de Kunstmann de 1503, a forma utilizada tenha sido a italiana, o mesmo acontecendo no de Martim Waldsemuller, editada dois anos depois. No fim da carta em que Vespúcio descreve a viagem de 1501, diz:

“... depois partimos para Lisboa, de onde distanciávamos trezentas léguas da banda de l'oeste, e entramos a salvamento, Deus louvado, neste ponto, aos 7 de setembro de 1502, com duas naus somente, porque a outra foi queimada na Serra da Leoa, por não navegar mais.”

Numa carta de Lisboa para Paris, Vespúcio escrevia a Lorenzo di Píer Francesco de Médici, em 1504, fazendo comentários sobre a natureza das terras que visitara, demonstrando estar encantado com as coisas que vira naquelas regiões austrais.

Primeira notícia sobre o Bacharel Mestre Cosme Fernandes

Na sua primeira carta, da que transcrevemos alguns trechos, e que se constitui o seu verdadeiro “Diário de viagem”, Américo Vespúcio declara haverem trazido a bordo de uma das naus da Expedição, um “Bacharel” degredado por D. Manuel, para cumprir o seu degredo na nova terra, e que esse “Bacharel” foi deixado em Cananor, ou seja, atual Cananéia.

Com a publicação das cartas de Vespúcio, finalmente foi esclarecido o mistério que parecia encobrir a vinda do famoso “Bacharel”, identificado pelos espanhóis como Bacharel Duarte Perez e pelos historiadores portugueses e brasileiros como Bacharel Mestre Cosme Fernandes, figura esta que teve um importante papel na história inicial de São Vicente e do Brasil, iniciador e fundador dos povoados de Cananéia, Iguape e São Vicente (depois Vila de São Vicente).

Que o Bacharel Mestre Cosme Fernandes foi o fundador do povoado de São Vicente e que depois foi elevada a Vila por Martim Afonso de Sousa, são fatos que não deixam mais dúvidas.

Primeiras notícias de São Vicente

(F27) O nome São Vicente, que como já vimos, foi dado por Américo Vespúcio, quando passou por estas terras em sua viagem exploratória de 1501 / 1502, integrando a armada de André Gonçalves e, como vimos, aparece nos mapas de Canério e de Cantino (1502), nos de Kunstmann n.ºs. I e II (1503), de João Ruysch (1506 / 1508) incluído na “Geografia” de Ptolomeu (1508) e no de Martin Walssemuller (Hulacomylus) de 1507. Na geografia desse último, aparece sob várias formas: San Vicentio, Sanbiciente, San Vicenzo, San Vicenti e S. Vicente. Paulo Prado em “Paulística” não cita os de Kunstmann, mas Rocha Pombo na “História do Brasil”, V. II trata destes também, assim como em “História da Colonização Portuguesa”.

Acreditamos, por tudo o que já foi exposto, que não devem ficar mais dúvidas a respeito do batismo vespuciano de São Vicente, assim como da existência do Bacharel Mestre Cosme Fernandes, da época da sua chegada às terras de Cananéia e de como a região de São Vicente passa a ser anotada nos mapas existentes a partir da passagem por estas paragens, dos navegantes André Gonçalves e Américo Vespúcio.

Muitos historiógrafos, ignorando esta circunstância, divulgaram nos seus trabalhos a ideia de que São Vicente só começa a existir depois da chegada de Martim Afonso, desconhecendo a primitiva existência dos portos e povoado de São Vicente já nos primeiros anos do século XVI, assuntos estes que trataremos mais na frente.

A partir da época desses primeiros mapas, portugueses e espanhóis desceram continuamente para esta parte do hemisfério, em busca do valioso pau-brasil, ora explorado regularmente por uns e contrabandeado por outros, ou procurando as “maravilhosas riquezas do Rio da Prata”, que depois foi identificado, com o correr do tempo, como um caminho para se atingir o Peru, reino dos Incas de Manco e Huana Capac, ou simplesmente um novo e vasto campo, onde podia-se fazer fortuna com o comércio de escravos índios.

Expedições oficiais e não oficiais, particulares ou clandestinas, eram bastante frequentes, entre elas: João de la Nova, que em 1501 navega pela costa brasileira até a altura de São Vicente e dali ruma para a África, sendo o primeiro viajante depois de Cabral, segundo as informações mais avaliadas. Logo depois sai a expedição de André Gonçalves e Américo Vespúcio para executar o estudo, reconhecimento e batismo da costa brasileira. Gonçalo Coelho sai de Lisboa a 10 de maio de 1503, sendo que vem com Vespúcio como comandante de uma das seis naus que compõem essa expedição. Vasco Galego de Carvalho e João de Lisboa partem do Tejo em 1506 para a exploração de toda a costa brasileira. Cristóvão Pires parte de Portugal a 22 de março de 1511, trazendo como piloto João Lopes de Carvalho e, na função de escrivão da armada Duarte Fernandes. A “Nau Bretoa”, famosa e da qual se teve abundante notícia, desceu até as proximidades da Terra do Fogo.

D. Nuno Manuel, trazendo Cristóvão do Haro e João de Lisboa, partiu de Lisboa em 1516 (esta viagem é posta em dúvida por muitos autores e a qual já citamos). Em 1516 Cristóvão Jaques partiu de Lisboa, trazendo a bordo Pero Capico como Capitão da Costa de São Vicente. Novamente Cristóvão Jaques parte de Lisboa em 21 de junho de 1526, passa por São Vicente e continua rumo ao Rio da Prata, trazendo como pilotos: Diogo Leite (mais tarde comandante da nau “Princesa”, da armada de Martim Afonso), seu irmão Gonçalo Leite e Gaspar Correa. Nesta viagem Cristóvão Jaques veio investido das funções de Governador da Costa do Brasil e de Capitão-Mor, como declara o próprio Rei em documento de 1526, com estabelecimento na feitoria de Itamaracá, em Pernambuco.

Esta viagem de Cristóvão Jaques tem muita importância para a história de São Vicente, porque na sua volta a Portugal, em 1527, leva de retorno o primeiro Capitão de São Vicente, Pero Capico, que viera com ele mesmo dez anos antes, e agora rico, deixou em seu lugar, como Segundo Capitão de São Vicente, Antonio Ribeiro, que toma posse efetiva do cargo em 26 de outubro de 1528 (Carlos Malheiros Dias, em “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, V. III, pág. 77).

Citamos apenas as expedições portuguesas conhecidas, porque além destas, dezenas de expedições percorreram as costas brasileiras, principalmente as do Contrato de Fernão de Noronha, que representaram as primeiras expedições de exploração regular e as clandestinas, como a de João Dias de Sólis, o navegante português a serviço da Espanha, apontado como descobridor do Rio da Prata; Sebastião Caboto, irmão de João Caboto, dos descobrimentos americanos – depois chefe dos Pilotos da Espanha; Loyasa, o comendador espanhol da Ordem de São João; Diogo Garcia de Mogueir, que nos deixou tantas notícias importantes para a história de São Vicente; Alonso de Santa Cruz, oficial de Caboto e comandante de um dos navios, autor do “Yslário”, que nos permite reconstituir o povoado

de São Vicente; João Ango (pai e filho); Jean Duperret; Jean Parmentieri; Senábria e tantos outros navegantes.

Finalmente a armada povoadora de Martim Afonso de Sousa parte de Lisboa a 03 de dezembro de 1530, trazendo para São Vicente 27 nobres, colonos, artífices e forças de ocupação – 400 soldados – além de forte poder de fogo, já que devia também combater a pirataria de franceses e ingleses, principalmente na costa norte do Brasil.

Capítulo V - Alguns fatos anteriores à vinda de Martim Afonso e a fundação da Vila de São Vicente.

A explanação de alguns destes fatos pareceu-nos importante para a melhor compreensão da viagem povoadora de Martim Afonso e a escolha de São Vicente para ser a primeira Vila e, em conseqüência o ponto de partida do povoamento do Brasil, consolidando o domínio português de maneira definitiva. Devido ao fato de que a história de São Vicente tem sido tratada pela maioria dos historiadores, de forma fragmentária, fica a impressão de que a escolha do local para a primeira Vila foi um tanto aleatória, daí que desenvolveremos alguns pontos que, embora tenham sido tratados por diversos historiadores e até com mais autoridade e capacidade do que nós, pensamos que, nesta forma de apresentação, favoreça uma melhor visualização do por quê se escolheu São Vicente e não outro lugar na costa brasileira para começar o povoamento do Brasil.

Rio da Prata

(F28) Humboldt faz referência a uma gazeta alemã (da qual não soube fixar a data), referente ao ano de 1514. Nela apareceu a mais antiga notícia dos Andes nevados e de um grande rio onde foi encontrado um machado de prata. Data daí o nome do Rio da Prata, a que os espanhóis não conseguiram satisfatoriamente ligar o nome de Solis (cf. J. C. Rodrigues, “Biblioteca Brasiliense” 179 /184, fac-simile da gazeta com tradução e notas de R. R. Schüller; “Anais da Biblioteca Nacional”, 33 / 143; Conf. Clemente Branderburger; “A Nova Gazeta da Terra do Brasil”- New seutung ausz presillandt- São Paulo – Rio, 1922. Em fac-simile, a Nova Gazeta foi reproduzida na “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, V. 2, pág. 366 / 368, Porto, 1923.

A gazeta é explícita. Justifica a tradição de se chamar Rio da Prata, devido ao achado de um machado desse metal, antes de João Dias de Solis, que visitou o rio no ano seguinte (1515). O episódio da “acha de prata”, possivelmente dos índios do Peru, que eventualmente contactavam com índios da região, foi notícia que parece ter origem na viagem do português D. Nuno e não da viagem de Solis, que não faz menção ao fato. Sobre o problema consulte-se a obra de A. Latorre y Quevedo, em “El nombre Rio de la Plata”, Buenos Aires, 1897 e a obra H.D. - “Ensayo de História Pátria”, pág. 77, Montevideu – 1923.

É verdade que os índios da região falavam de outros navios que chegavam com gente vestida como os portugueses e franceses, “de barbas todas elas ruivas...”. A procedência daqueles está fixada numa carta da rainha da Espanha a seu Embaixador Lopo Hurtado de

Mendoza: “... el rio Solis, que los portugueses llaman de La Plata...” (História da colonização Portuguesa do Brasil”, v. III, pág. 65, carta de 17 de fevereiro de 1531). Este, em 1530, insistia em chamar-lhe de “Rio de Solis” (carta de 20 de agosto de 1530, cf. Jaime Cortesão, “A Fundação de São Paulo”, pág. 246, Rio – 1955). Enquanto a rainha insistia “...Enrique Montes, que veio del Rio de Solis...”, em Portugal só se conhecia o Rio da Prata – Minuta de “instruções” de D. João III ao embaixador, maio de 1531, cf. J. Cortesão, op. Cit. Pág. 254.

Por volta de 1531 perdera-se a notícia exata sobre o descobrimento do Rio de La Plata, mas alguma coisa ainda se sabia de sua existência, como avisou D. Jaime III ao seu embaixador na Espanha: “...sabido é que a primeira gente sua que descobriu este rio foi uma armada de Dom Nuno Manuel, que Deus haja que o dito Dom Nuno Manuel fez por mandado de el-rei seu padre...E que até agora se faz toda diligência e se fará saber o próprio tempo em que pela dita armada, este rio foi descoberto.” (“Instruções” citadas, in J. Cortesão, *ibid.*, pág. 254). Certamente fazia referência aos “navios” de D. Nuno, Cristóvão do Haro e outros, da de Newen Zeitung (Clemente Branderburer, “A Nova Gazeta da Terra do Brasil”, trad. Do texto de 1515, pág. 36, Santos – 1922). A diferença real é que estas armadas foram iniciativas particulares deles, e não do rei, o que pode ser deduzido pela própria falta de documentação a respeito, nos arquivos da Casa da Índia.

Solis voltou ao Rio de La Plata (chamado pelos índios de Paraná Guassú), ao qual batizou de “Mar Dulce” por volta de 1515, porém não foi afortunado, sofrendo ataque dos índios charruas, defronte à Ilha Martim Garcia (batizada por Solis, colocando o nome do seu piloto). Solis morre neste ataque, assim como vários dos seus comandados. Os demais resolvem voltar à Espanha, carregando suas caravelas com todo o pau-brasil que puderam apanhar, como nas viagens anteriores na costa brasileira. Acima de Santa Catarina naufragaram ou desertaram (não está clara esta passagem). Melchior Ramirez, Aleixo Garcia e Henrique Montes eram de extrema importância para a história inicial da colonização sul americana, já que atuaram tanto nas terras do Brasil, quanto em territórios da costa espanhola. O desastre da expedição de Solis, a morte em 1512 de Vespúcio e do rei da Espanha, D. Fernando, acontecida em 1515, os sucessos obtidos pelos espanhóis no norte e no centro da América, que se mostravam mais lucrativos do que os empreendimentos na Ásia, fizeram com que a Espanha perdesse o interesse quanto à foz do rio “... que los portugueses llaman de Rio de la Plata.”

Pode-se notar uma informação, até hoje não muito estudada, que é a ligação de Magalhães com Bixorda, em cuja nau “Santa Cruz” veio da Índia, como se vê em documento publicado por Queirós Veloso em “Fernão de Magalhães”, pág. 24, Lisboa – 1941. Isto leva a crer que os egressos do contrato do pau-brasil fossem o núcleo da expedição de Magalhães, desertor como eles, do serviço de Portugal, o que redundou em prejuízo dos portugueses, ao perder tantos bons navegantes e tripulantes. Não pretendendo repetir a viagem de Solis, o seu roteiro foi mais das especiarias, ou seja, da Índia – segundo os cálculos de Vespúcio – junto à experiência do “contrato” de Noronha e Bixorda (já que tinham viajado juntos).

É evidente que Magalhães conhecia mapas e itinerários, assim como muitos marinheiros experientes nessas viagens, como o piloto da nau “Bretoa”, João Lopes de Carvalho,

citado por Varnhagen em “História Geral do Brasil”, 3ª. Ed., I, pág. 102. “São tantos os portugueses que participam da expedição de Magalhães, que praticamente pode ser incluída no ‘ciclo da madeira’ pessoal desocupado depois da extinção da concessão de Bixorda e Noronha e, em 1516 el Rei já falava, liberalmente, das ferramentas que deviam ser dadas às pessoas que fossem povoar o Brasil, fora do monopólio ou sem ele” (Varnhagen, op.cit.I, pág. 128). Vide “Pauliciae Lusitana Monumenta Histórica”, I, pág. 43. Deste documento se infere que Magalhães conhecia os mapas do filho de Reynal e de Diogo Ribeiro, e “...não havia terra assentada ao sul, onde pode sofrer a mesma sorte dos Corte Reais, perdidos na Terra Nova”.

O rei D. Manuel foi advertido por Sebastião Álvares, que a frota de Magalhães, composta por pilotos portugueses e com o roteiro de Cabo Frio e as paragens austrais, ia partir com projetos audazes. (Carta de 18 de julho de 1519, “Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, pág. 424, Lisboa – 1892 e Queirós Veloso, op. Cit., pág. 56. Sobre o roteiro, ibid. pág. 60-1). Não obstante, o rei não ficou surpreso, esperou pelos resultados.

Aleixo Garcia à procura do Império Inca

(F29) Por aquela época, o português Aleixo Garcia, ex-componente da expedição de Solis, estabelecido em Santa Catarina, procurava informações sobre as fábulas guaranis, que falavam do “rei branco”, senhor das montanhas coroadas de neve. Melchior Ramirez e Henrique Montes, também ex-integrantes da armada de Solis, não quiseram acompanhar o Aleixo Garcia na sua viagem. (E. de Gandia, “História dela Nación Argentina”, II, pág. 569, Buenos Aires – 1937 e Mauro Monteiro, em “Aleixo Garcia”, pág. 25, Lisboa - 1923). Também, (“Commentaires de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca”, in Ternaux Compans, (“Voyages Réletions et Mémoires”).

Nesta expedição de Aleixo Garcia, consta que quatro integrantes, entre eles um conhecido como “mulato Pacheco”, partiram por trilhas em busca do Rio Paraguai. Há indicações que vararam a região do Chaco até atingir os contrafortes andinos, onde os índios Chanés lhes deram amostras dos metais utilizados pelos Incas. Voltaram carregando diversos objetos, com a ideia de voltarem com um grupo maior e melhor preparado, para a entrada pelos vales, cordilheira acima. (F30) Foi quando os índios Paiaguaces acabaram com a expedição. Alguns índios sobreviventes levaram a notícia a Melchior Ramirez e Henrique Montes.

Vinte e cinco anos depois Alvar Nuñez Cabeza de Vaca indagaria pessoalmente a veracidade dos fatos. Não tivessem os paiaguaces acabado com a expedição de Aleixo Garcia, este teria achado o caminho para o Peru antes dos conquistadores espanhóis do litoral do Pacífico.

Ao que tudo indica, segundo o raciocínio e conclusão de diversos historiadores, Aleixo Garcia teria utilizado uma antiga trilha indígena, chamada Peabiru. Este caminho partia das terras de Santa Catarina, passando pelo Paraguai até os Andes e, provavelmente, rota segura para o império dos Incas. Muito provavelmente as notícias desta expedição e desta

trilha, induziram a resolução de Martim Afonso de Sousa de mandar a bandeira de Pero Lobo à procura de ouro e riquezas, quando esteve em Cananéia. Devemos também lembrar que na armada de Martim Afonso viajava Henrique Montes, que naturalmente conhecia os fatos relativos à expedição de Aleixo Garcia, e da existência da trilha indígena, Peabiru.

Depois da malfadada expedição de Solis, Fernão de Magalhães, em 1520 explorou o grande estuário meridional, à procura do estreito afinal descoberto mais para o sul e, finalmente navegou pelo Oceano Pacífico, até chegar às Ilhas Molucas, ilhas das especiarias por excelência.

João Lopes de Carvalho, piloto da nau Bretoa e muitos marinheiros portugueses que provavelmente se achavam desocupados depois da interrupção do contrato de Noronha e Bixorda acompanharam Magalhães em sua grande expedição.

A nau francesa Peregrine

Em relação ao Brasil, D. João III manteve uma política oportuna e de acordo com as circunstâncias. Inicialmente defende a posse sem dar ouvidos aos que aconselhavam e, ou pediam concessões territoriais, como aconselhava Diogo de Gouveia ou como propunha João de Melo da Câmara. Envia Cristóvão Jaques na sua primeira expedição para o Brasil. Como se isto não bastasse, envia depois a Martim Afonso a missão de fundar vilas e feitorias e coibir a ação dos piratas e corsários que assaltavam os navios portugueses no Atlântico, além do contrabando de pau-brasil. Para conseguir isto, arma fortemente os seus navios. Porém não eram três ou quatro naus que traficavam ao longo da costa do Brasil, principalmente franceses. Formavam-se companhias de armadores e pilotos, movimentando os portos da França a tal ponto, que começaram a despertar o interesse dos meios náuticos da Itália. Um documento de 1536 diz que em vinte anos de atividades, “tinham tomado aos portugueses 300 navios e 4 milhões em ouro...” (Carta de Duarte da Paz, cf. Luís de Matos, “Les Portugais au XVIe Siècle”, pág. 210, Coimbra – 1952).

D. João III muda a sua política com relação ao Brasil em 1532, consciente de que seria impossível segurar o Brasil com os recursos de que dispunha. Alarmado com as represálias que Jean Ango prometia (vide Eugène Guérin. “Ango et Pilotes”, pág. 90), se não dividisse o Brasil em Capitânicas do tipo feudal, teria que abandoná-lo à ocupação e à rapinagem dos estrangeiros.

Um acontecimento fortuito o alerta para essa ameaça, quando manda notícias a Martim Afonso em carta de 28 de setembro de 1532. D. Martinho, de Portugal, avisara que a esquadra do estreito (Gibraltar) tomara a nau “Pelerine” carregada de pau-brasil, “a qual foi de Marselha a Pernambuco e desembarcou gente em terra, e que desfez uma feitoria que aí estava e deixou lá setenta homens com intenção de povoarem a terra e de se defenderem... Não fosse a captura, dez ou trinta navios iriam de Marselha ou dos portos italianos com o mesmo destino...” (Jordão de Freitas, op. Cit. III, pág. 152). O caso Pelerine está amplamente estudado, graças às reclamações do comandante de esquadra francesa do Mediterrâneo que mandara ao Brasil, o Barão de Saint-Blancard. (vide também Ch. De La Romcière, em “Histoire de la Marine Française”, pág. 49).

Informa o rei na sua carta a Martim Afonso o propósito de “povoar-se toda esta costa do Brasil”, devido ao pedido de “algumas pessoas me requeriam capitánias em terra dela”. Determinou por isso “mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinqüenta léguas de costa a cada capitania e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cinqüenta nos melhores limites desta costa”.

Segundo vários historiadores, como Rocha Pombo na sua “História do Brasil”, Vol. I, pág. 161, “É necessário ligar a resolução e a distribuição das donatárias, aos sustos produzidos pelo apresamento da Pelerine.”

Os franceses até então não tinham tentado desembarcar e instalar-se no Brasil. O fato é que agora não só destruíam uma feitoria portuguesa, como também sobre as ruínas construíam a deles. Portanto a intenção era ficar e colonizar, tomando posse da terra. Por conseqüência a sua expulsão exigia a posse efetiva de toda a cosa brasileira, e a fundação de núcleos povoadores que evitassem esse tipo de invasões.

As finanças portuguesas não suportavam novas despesas. A situação de D. João II estava agravada financeiramente, pela desvalorização das especiarias, pelos reveses na Índia, gastos de Estado e o aumento das responsabilidades no Oriente, forçado a abandonar as feitorias na Índia, etc.

Assim, premido a realizar uma forte contenção de despesas e, com enormes dívidas a saldar (ver “História do Brasil”, de Pedro Calmon, vol. I, pág. 162), D. João III não encara frontalmente o problema do aproveitamento econômico do Brasil. Prefere transferi-lo a donatários, que podiam resolvê-los com recursos próprios. Está registrado em um livro de “extraordinárias” do reino, com data de 1544 esta nota: “O Brasil... tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados”. (Frei Luís, em “Anais de D. João III”, pág. 416). 60 mil cruzados é o que diz a mesma nota, em “Relações de Pero de Alcaçava Carneiro”, pág. 330.

O espaço de tempo transcorrido entre aquela deliberação e a distribuição das capitánias indica, claramente, que não houve por parte do rei nenhuma precipitação em executá-la. Preferiu ouvir o seu capitão, Martim Afonso, que em agosto de 1533 estava de volta em Lisboa.

A carta de 28 de setembro de 1532 foi confiada a João de Sousa, o mesmo que levou a Lisboa a nau francesa apresada na altura de Pernambuco, arribando em São Vicente com três caravelas, quando ainda o Capitão-mor Martim Afonso ali se encontrava. (João de Freitas, em “História da Colonização Portuguesa”, III, pág. 106). A armada de Martim Afonso saiu de Lisboa a 12 de março de 1534, rumo à Índia, portanto dois dias depois da concessão de Pernambuco a Duarte Coelho, primeiro dos donatários a ser agraciado. (Jordão de Freitas, op. Cit. III, pág. 149, cf. apontamento de Frei Luís de Sousa e doc. De Frei Gaspar da Madre de Deus).

Capítulo VI - São Vicente antes de Martim Afonso

(F 31) Desse constante navegar de armadas espanholas e portuguesas, principalmente nas águas austrais, resultaria o estabelecimento de muitos europeus na região de São Vicente e na própria ilha, lugares extremamente favoráveis à fundação de feitorias e do povoado, já que os índios que povoavam a região se mostravam amistosos. A região de São Vicente é relativamente próxima do Rio da Prata, considerado na época como lugar de muitas riquezas, ou como caminho par atingir o fabuloso império Inca. Portanto era São Vicente um local altamente estratégico para a conquista do Prata.

Outro fator que fazia de São Vicente um ponto de interesse tanto para Portugal quanto para a Espanha, era a proximidade ao ponto final da linha divisória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, que dividia o continente sul-americano, determinando o limite entre as posses portuguesas e espanholas, limites estes, que só foram resolvidos com o Tratado de Madrid, ampliando o território do Brasil, no reconhecimento das conquistas realizadas no período que intermediava os dois tratados, pela ação dos bandeirantes.

Além destas razões, a existência do seu porto e povoado ali fundado pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes, fez de São Vicente um excelente lugar amplamente recomendável para o abastecimento de mantimentos das armadas itinerantes que demandavam o Rio da Prata à Índia, ou o norte do continente e mesmo a Europa.

Era, por conseguinte, um ponto chave, que justificaria exaustivamente o interesse de Portugal, em estabelecer em 1532 a primeira vila do Brasil, começando por São Vicente, o povoamento efetivo do país, através da ação de Martim Afonso de Sousa.

Outras motivações foram expostas, na medida em que foi desenvolvido este trabalho. Esta pequena explanação está fundamentada ao longo do que já foi exposto por nós, pois fica difícil aceitar opiniões, em que a existência de São Vicente (vila) nasceu de um capricho de Martim Afonso e do rei de Portugal, do acaso, ou finalmente de um fenômeno da natureza.

Os mais antigos moradores de São Vicente

(F 32) Desse constante navegar dos mares do sul do continente americano à procura de novas terras a serem descobertas, novas riquezas a serem exploradas, resultaria o estabelecimento de muitos europeus, náufragos, aventureiros, desterrados ou degredados, na ilha de São Vicente e região adjacente e geograficamente próxima da disputada região do Prata e da confusa linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas.

Entre estes europeus estabelecidos em São Vicente, ou que tiveram de alguma forma importância para a sua história inicial, muitos nos são desconhecidos, não tendo os seus nomes chegado até nós. Ainda assim a história nos transmitiu a existência de muitos deles, moradores da região e Ilha de São Vicente, de cinco a trinta anos antes da vinda de Martim Afonso de Sousa, que destacamos como sendo os principais, devido à sua participação na

história inicial de São Vicente – povoado – e nos acontecimentos subseqüentes à chegada da armada Afonsina (que começaria o povoamento regular do Brasil, dando legalidade efetiva à ocupação das terras brasileiras, estabelecendo a lei, a justiça e a administração pública, ao ser o povoado de São Vicente elevado à Vila e realizada a primeira eleição das Américas).

Entre estes, contam-se com os principais: o Bacharel Mestre Cosme Fernandes, e/ou Duarte Peres ou Perez, nome com o qual é identificado pelos historiadores hispânicos, Gonçalo da Costa (genro do Bacharel), Pero Capico, Francisco de Chaves (outro genro do Bacharel), Henrique Montes, Melchior Ramirez, Aleixo Garcia, Rui Mosquera, Antonio Rodrigues, João Ramalho, Diogo Braga e seus cinco filhos (João, Diogo, Domingos, Francisco e André Braga), Antonio Ribeiro e Pedro Eane. Além destes, os que mais tiveram relação com o porto e o povoado de São Vicente ou sua região, podemos citar D. Rodrigo de Acuña, remanescente da armada de Garcia Jofre de Loyasa, em caráter temporário, e os quinze espanhóis, sobreviventes da armada de Solis e outros navios de Caboto, trazidos depois por Martim Afonso da região de Iguape e que, como diz Rocha Pombo, “não se sabe se foram depois para Piratininga, ou se tomaram o rumo do Paraguai”. (Rocha Pombo – obra citada, V.III, pág. 53).

Citamos em geral os povoadores europeus efetivos ou temporários em São Vicente. Faremos agora uma explanação a respeito de alguns dos mais atuantes, historiando o que nos foi possível levantar, com relação a cada um deles. Para explicar melhor alguns fatos que podem esclarecer alguns atos de Martim Afonso, ao dar início, em 1532, ao povoamento regular de São Vicente e do Brasil, começaremos com Gonçalo da Costa, genro do Bacharel Mestre Cosme Fernandes.

Segundo alguns historiadores, Gonçalo da Costa teria vindo para São Vicente em 1510, onde por volta de 1520 uniu-se a uma das filhas do Bacharel, a quem já encontrou em terras vicentinas, quando da sua chegada, tornando-se braço direito em todos os empreendimentos do Bacharel. Gonçalo da Costa passou dez anos aproximadamente em São Vicente e durante esse tempo percorreu toda a costa sul do Brasil, tornando-se um dos maiores conhecedores e exploradores da região do Prata (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (V. XXIX, pág. 154). Resolve voltar a Portugal e para isso obtém passagem a bordo da “Nossa Senhora do Rosário”, nau capitânia de Diogo Garcia de Mogueir, em 1530, que viera, segundo Southey, com um galeão, uma pinaça e um bergantim, trazendo como piloto Rodrigo de Aires.

A viagem de Gonçalo da Costa, segundo diversos historiadores, entre os quais Francisco Martins dos Santos (em “História de Santos”, V. I, cap. III, pág. 18, 2ª. Ed.-1986), prendia-se a uma intimação que recebera seu sogro, o Bacharel, para abandonar a região de São Vicente, retirando-se para Cananéia, ou seja, o lugar designado para cumprir a sua pena de degredo. Ainda hoje não se sabe de quem partiu a ideia que visava, evidentemente, espoliar o Bacharel, do fruto do seu trabalho e do mérito de suas alianças com os índios da região.

Alguns acreditam que a ideia teria partido de intrigas de Henrique Montes, invejoso do Bacharel, partindo para Portugal pouco antes de Gonçalo da Costa, embora não apresentem nenhuma prova documental que fundamente estas afirmativas.

Nessa época eram boas as relações entre o Bacharel e os capitães Pero Capico e depois Antonio Ribeiro (1º e 2º capitães de São Vicente), não existindo base, portanto, para se levar a sério tais afirmativas sobre a “traição” de Henrique Montes ao Bacharel. As relações do Bacharel com as autoridades portuguesas eram boas, visto que desde 1517 São Vicente, junto com Itamaracá, foi declarada capitania. São Vicente foi fundada por ele logo nos primeiros anos de seu degredo onde Pero Capico foi capitão durante dez anos, conviveu e enriqueceu, sem contratempos, com o Bacharel e sua gente.

Com relação a esta viagem de Gonçalo da Costa, comenta Herrera em “*História General de las Índias Occidentales*”, (ed. De Anvers, 1721, Cap.VI, Década IV, liv. 10, pág. 431 / 432: “...fué informada la reyna, que el Rey de Portugal habia escrito a Sevilla a um português llamado Gonçalo de Acosta, que habia muchos años em la província del Brasil, entre los índios, y se vino.....a Castilla, ofreciendole seguro y merced, porque fuese a Lisboa, etc.....le rogaron que fuese em una armada que se despachava para aquellas partes haciendole crecidos partidos y que por no dejarle volver a Sevilla, para llevar su mujer e hojos para dejarlos en Portugal, se ausento sin que le entendiese...”

Ainda que através de outra interpretação, o que dá mais força ao depoimento, nota-se que o rei de Portugal mandou chamar da Espanha a Gonçalo da Costa, chegado recentemente, não porque fosse conhecedor das terras do Brasil, mas para decidir com ele em definitivo, se devia usar de outros meios para obrigar o Bacharel, seu sogro, a cumprir a ordem de voltar para Cananéia, lugar de seu degredo, deixando São Vicente para o povoamento que ia ser praticado, ou se ele faria isso espontaneamente.

Poder-se-ia supor que o rei queria saber também se Gonçalo da Costa aceitaria, dado o seu prestígio entre as tribos do sul do Brasil e o seu conhecimento de toda a região austral, ser o chefe da armada que estava pronta no Tejo, e que se destinava, principalmente, àquele povoamento e à exploração do Rio da Prata.

Evidentemente devido à amizade e à fidelidade de Gonçalo da Costa a seu sogro, o Bacharel, motivaram a recusa de Gonçalo da Costa e a sua retirada apressada de Portugal, temendo ser detido, como se conclui na declaração de Herrera: “se ausento sin que nadie lo entendiese”. Na mesma viagem de Gonçalo de Costa, ia também o Capitão Rojas, seu protegido contra a raiva de Caboto.

Henrique Montes, um dos sobreviventes da expedição de Solis, amigo de Gonçalo da Costa, embarcara pouco antes deles, num dos navios de Caboto. Desta forma, parece que o início de um dos capítulos mais significativos da história inicial de São Vicente e que só terminaria nos anos de 1534 ou 1535. Tanto parece exato, que, Martim Afonso de Sousa, assumiu o comando da frota (a chamado expresso do Rei, na última hora), comando este que teria sido de Gonçalo da Costa. Nessa frota, Henrique Montes era nomeado prático da região e provedor dos mantimentos, e ainda mais: chegando a São Vicente, Martim Afonso de Sousa doou-lhe as terras de Jurubatuba e Ilha Pequena, o que evidenciaria o

pagamento pela suposta traição, esquecendo os acusadores, que ele não era o único morador de São Vicente, que vinham na mesma armada Pero Capico e Pero Eanes.

Gonçalo da Costa chega a San Lucas de Barrameda em fins de agosto de 1530, dirigindo-se para Sevilha, onde a chamado rei, foi encontrá-lo, fato citado por Herrera, atendendo ao pedido do rei, o que era quase uma ordem de D. João. Dirigiu-se a Portugal, onde deu largas explicações, não só do Bacharel, como sobre os habitantes daquela região e do povoado de São Vicente e das expedições que ali aportavam clandestinamente ou não, quase sempre a caminho do Rio da Prata. Presumindo-se que ignorava, entretanto, quais as intenções do rei, e ao receber dele o convite para chefiar uma armada já pronta, quis saber qual a missão que deveria cumprir. Ao saber o que dele se esperava, pediu alguns dias para pensar, prazo este que aproveitou para voltar à Espanha, onde ficaria a serviço do rei, e “a cujas armadas serviria com invulgar destemor”, a ponto de participar da armada de 1º de setembro de 1534, com quem foi Pedro de Mendoza, para colonizar e fundar Buenos Aires.

Em seu trabalho “A expedição de Martim Afonso de Sousa”, diz o comandante Eugênio de Castro, na página 51, em nota ao texto, que Gonçalo da Costa, de 1535 a 1537, voltou ao Rio da Prata e visitou a costa brasileira, com a armada de Pedro de Mendoza, destinada à fundação de Buenos Aires. Em 1540 esteve na mesma costa, por ordem de Cabeza de Vaca. Parece ter vindo na armada de Sanabria, mas certamente andou embarcado na Flotilha composta de uma nau e dois bergantins destinados ao Rio da Prata em 1555. Acabou seus serviços para a Espanha, quando morreu na frota de 1559, mandada por Rusquim, dispersa por temporal na altura da Ilha de São Domingos e, assim, longe da costa sul-americana de que fora tão prestimoso informante para a Corte Espanhola e a Casa de la Contratación. Comenta ainda o autor, na mesma obra, à página 17, que Henrique Montes, ao contrário, que até então servira à Espanha nas armadas de Solis e de Caboto, e tivera residência no Porto dos Patos, mal chegado a Guadalquivir na armada Cabotina, desertou das terras espanholas e buscou Portugal, sua pátria, onde foi confiantemente acolhido. E, mais breve do que Gonçalo da Costa, tornou à terra brasileira na Armada de Martim Afonso de Sousa.

Depois da fracassada viagem de Gonçalo da Costa e a Portugal em fins de 1530, não houve por parte do rei D. João III respeito ou consideração, aos trinta anos de desterro e lutas passadas pelo Bacharel – Fatos mencionados pelo Bacharel, mais tarde, a Rui Mosquera, em desabafo, quando buscou refúgio em Iguape, depois de 1532, pressionado por Martim Afonso, sem considerar o patriotismo revelado durante todos aqueles anos, em que nunca deixara de ser português, mantendo a posse de Portugal, em regiões em que os espanhóis acreditavam pertencer à Espanha, como se pode constatar no depoimento de Alonso de Santa Cruz, de 1530, quando declara no seu “Yslário”: “Estas ilhas (São Vicente e Santo Amaro), os portugueses crêem ficar no continente que lhes pertence, dentro da sua linha de partilha; eles porém se enganam, segundo está averiguado por criados de Vossa Majestade com muita diligência... de maneira que a linha não termina no ‘puerto de San Vicente’ e sim mais para o oriente, num ponto chamado Sierra de San Sebastian...”“.

Verificada a recusa não declarada de Gonçalo da Costa às propostas do rei, e a sua retirada para a Espanha, o rei de Portugal se apressou em escrever a Martim Afonso de Sousa a carta de 20 de setembro (seguidamente à conferência com Gonçalo da Costa), ordenando-lhe que viesse para Lisboa, a fim de chefiar a armada que já estava pronta, necessitando apenas de alguns acertos finais. Ele deveria começar o povoamento oficial da terra do Brasil, fundando vilas e povoados “no lugar mais acomodado que lhe parecesse” (recomendação esta que escondia sua deliberação de ocupar o povoado de São Vicente, ainda que à força, expulsando o seu dominador, o Bacharel, tornando-a vila e repartindo terras entre todos os que quisessem ficar habitando no país).

Segundo alguns historiadores, a prova da traição de Henrique Montes seria a “pressa” com que o rei D. João o nomeou Provedor dos Mantimentos da armada de 3 de dezembro de 1530, visto que a sua nomeação foi feita em carta de 16 de novembro desse ano, assinada em Lisboa, dias antes da nomeação do próprio Martim Afonso para chefe da mesma armada, o que só se daria pelas cartas de D. João datadas de 20 de novembro de 1530, da Vila de Castro Verde (Chancelaria de D. João III-liv.43, fls.130V) e “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, v.III, pág. 125).

A sua morte, ocorrida em 1534, quando do ataque das forças de Iguape a São Vicente é apresentada como prova final da sua traição ao Bacharel, sem que os acusadores levem em conta o combate entre as forças de Mosqueira e os moradores da Vila. Por outro lado, ninguém relaciona a sua morte com a fuga de Paulo Adorno para a Bahia, acusado de matar um português nesse mesmo ano. Os acusadores parecem não duvidar.

A resolução do rei era de destruir a quem quer que se atrevesse a fazer oposição à sua vontade ou às ordens que Martim Afonso levaria, visto que mandou armar fortemente a expedição, em que “van quatrocientos hombres, sin otros muchos que voluntariamente se embarcaron, para poblar y edificar algunas fortalezas em los puertos, para eso llevaron mucha artilleria, y que desde el puerto de San Vicente, que era de su distrito pensavan entrar por tierra, ao Rio de la Plata...y que ivã em ella Enrique Montes, que havia muchos años que estava em aquellas partes...” (Antonio Herrera – “Historia General de las Índias Occidentales”- Edição de Anvers-1725, cap. 6º-Década IV- Livro 10º pp – 431 / 432).

Desta forma Gonçalo da Costa encerrou o período de suas atividades em São Vicente. Foi um notável português que negociava escravos em larga escala no primitivo povoado, que construía embarcações no estaleiro de seu sogro, o Bacharel, e que fora um dos melhores auxiliares na fundação do primeiro núcleo civilizado do Brasil.

Somente o rei de Portugal conseguiu derrubar aqueles homens e seus companheiros, coisa que os próprios espanhóis não haviam conseguido dominar, nas terras que eles consideravam do domínio português. Estes fatos levam, sem dúvida, estes homens que sempre demonstraram fidelidade a Portugal, a voltar-se contra os desígnios do rei D. João III, passando a servir os interesses da Espanha.

Não consta, documentalmente, se Gonçalo da Costa noticiou ao Bacharel, a respeito dos acontecimentos da sua estada em Portugal, após a sua chegada da Espanha, a convite de D. João III, e do que o rei esperava que ele fizesse, mas devemos supor que, de alguma

maneira, ele se comunicou com o Bacharel Mestre Cosme Fernandes, já que este estava prevenido quando a armada de Martim Afonso em 1531 lançou ferros no ancoradouro de Bertioga. Se nessa ocasião ele resolveu se retirar para Cananéia, decerto foi porque não poderia contar com o apoio de Antonio Rodrigues e João Ramalho, seus companheiros de tráfico de escravos indígenas em São Vicente.

Também é provável que tenha recebido, tanto quanto possível, a ordem de retirar-se de São Vicente para o seu lugar de degredo – Cananéia – assim como o relato dos acontecimentos relativos à viagem de Gonçalo da Costa, pelo Capitão de São Vicente, Antonio Ribeiro, trazido alguns anos antes à capitania pelo Governador da Costa do Brasil, Cristóvão Jaques. Também é provável que o Bacharel Mestre Cosme Fernandes tenha recebido a ordem de retirar-se de São Vicente, pelo Capitão Antonio Ribeiro, assim como o relato dos acontecimentos na Espanha e Portugal, referentes a Gonçalo da Costa.

As notícias da invasão de São Vicente pelas tropas de Rui Mosquera, ou “os de Iguape”, ocorrida depois da partida rumo a Portugal, do Capitão Martim Afonso, a morte de Henrique Montes durante este ataque (alguns opinam que estas forças de Iguape estariam formadas por tropas de Mosquera e do Bacharel, inclusive com a presente deste último), são, a nosso ver, infundadas, não existindo nenhuma referência documental. Inclusive nas escrituras passadas em São Vicente depois destes fatos, não existem referências (repetimos, nenhuma referência) da participação do Bacharel, e sim mencionam sempre “os de Iguape”, quando se referem à falta dos livros de registro de terras ou da Câmara. Sobre estes fatos ainda trataremos mais à frente, de maneira a esclarecer um pouco mais aos que se derem o trabalho de ler estes escritos.

Capítulo VII – Bacharel Mestre Cosme Fernandes.

(F 33) Os historiadores espanhóis, em geral declaram que o Bacharel se chamava Duarte Peres (ou Perez). Outros estudiosos chegam nas suas suposições a identificá-lo com Antonio Rodrigues e João Ramalho, sem considerar que estes continuaram a morar em São Vicente ainda por muitos anos depois da chegada de Martim Afonso, e nunca se soube, em tempo algum, que eles fossem bacharéis.

Na escritura lavrada por Antonio de Oliveira, segundo capitão-mor de São Vicente, e lavrada a 25 de maio de 1542 em favor de Perro Correia, pode-se notar a menção ao Bacharel como proprietário de terras defronte ao Tumiaru, onde estavam instalados os estaleiros ou arsenais e o Porto das Naus, que transcrevemos parcialmente o dito documento:

“Antonio de Oliveira, capitão e ouvidor com alçada pelo Sr. Martim Afonso de Sousa, governador desta capitania de São Vicente, na costa do Brasil, etc... Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, como Pedro Correia, morador n’esta Vila de S. Vicente, me foi feita uma petição em que diz que por Gonçalo Monteiro, que aqui foi capitão, lhe foram dadas umas terras da outra banda desta ilha, que é o porto das naus, terra que era dada a um Mestre Cosme, Bacharel, e outra d’onde chamam de Perohibe... as demarcações delas, as quais eu, escrevão dou fé e digo ser verdade, que no dito livro do tomo são duas cartas registradas da terra que Gonçalo Monteiro, sendo capitão, deu ao

dito Pedro Correia, e partem em esta maneira: a 1ª. Que foi dada, que é defronte desta Ilha de S. Vicente, que era antes dada pelo Governador a um Mestre Cosme Bacharel, que o dito Pedro Correia houve por devolutas...n'esta Vila de S. Vicente, aos 25 de maio de 1542. – Antonio de Oliveira.” (J. J. Ribeiro, em “Cronologia Paulista”- V. I. Transcrição à pág. 342).

Por este documento sabemos que em 1533/1534 o Capitão-mor e vigário Gonçalo Monteiro as concedeu mediante uma primeira escritura pública, onde declara que antes da administração e governo de Martim Afonso, essas terras haviam pertencido a um Bacharel Mestre Cosme. Evidentemente esse Bacharel é o mesmo personagem descrito por Diogo García de Moguer e Alonso de Santa Cruz, de 1526 a 1530, habitando o mesmo local, com o povoado de São Vicente, a sua fortaleza de pedra, o estaleiro ou arsenal, e seu grande tráfico de escravos (que Pero Correa continuaria nos mesmos locais), em sociedade com seus genros Gonçalo da Costa e Francisco de Chaves, sendo evidente que é o mesmo Bacharel de Iguape e Cananéia que, tendo sido intimado pelo rei de Portugal, abandona São Vicente, para voltar a seu lugar de degredo, Cananéia (1501 / 1502), onde seria encontrado por Martim Afonso (1531). Não há notícia de outro Bacharel na nossa primitiva história, no que concerne à parte sul do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro até o Rio da Prata.

O Governador a que a escritura de 1542 faz referência e que dera as terras em causa ao Bacharel, não era outro, senão Cristóvão Jacques, enviado como governador das terras ou costas do Brasil, em 1516/1517, ano em que São Vicente e Itamaracá são transformadas em capitânias. Nesse mesmo ano Cristóvão Jacques deixa Pero Capico, como Capitão de São Vicente, onde ficaria até 1527, quando é substituído por Antonio Ribeiro. Demonstra pois este documento, que São Vicente tivera antes da chegada de Martim Afonso, dois Capitães, e naturalmente um governador Itinerante ou Geral, este último sediado em Itamaracá.

Pelo exposto, fica bastante clara a existência e identidade do Bacharel Mestre Cosme Fernandes, sendo que, na explanação a seguir ficará esclarecido que realmente foi este Bacharel, o fundador do povoado de São Vicente, elevado em 1532 à condição de Vila, por Martim Afonso de Sousa.

O Bacharel Mestre Cosme Fernandes, segundo alguns historiadores, era homem de ilustração e fidalguia (Ruy Diaz de Gusmán, em “Argentina”, Rocha Pombo em “História do Brasil”, V. III pp 152/153).

Segundo alguns, a fidalguia é discutível, pelo fato de ser judeu, o que também não está bem esclarecido, ainda que muitos judeus tenham sido feitos fidalgos pelos reis de Portugal, sendo que, um dos casos mais notórios seja o de Gaspar da Gama ou das Índias, que D. Manuel agraciou com esse foral, em retribuição aos grandes serviços prestados a Vasco da Gama e a Portugal.

Foi punido com o degredo pelo rei D. Manuel, por causa de algum crime político e/ou religioso, ou de outra ordem (fato ainda não esclarecido), mas talvez o de “falar demais

coisas que não convinham ao Estado, não servia à política do reino”, como declara Ruy Diaz de Gusmán.

Como já vimos, o Bacharel veio na armada de André Gonçalves e Américo Vespúcio, sendo deixado em Cananéia, local considerado na época, pelos portugueses, como último ponto dos territórios de Portugal.

A denominação CANANOR que aparece no perfil geográfico de Ptolomeu deve ser interpretada como CANANÉIA (F 34) que significa “lugar dos judeus ou judeu”, de Cananeu, como eram chamados os judeus, o que quer dizer que o Bacharel deixado podia realmente ser judeu ou judaizante e de real importância. Com esse batismo André Gonçalves e Vespúcio firmavam e positivavam o fato da sua deixada naquele lugar predeterminado, que Pero Lopes, em seu “Diário”, revela já saber que se chamava Cananéia.

O “Diário” de Pero Lopes é muito claro quanto à vinda do Bacharel ao lugar de degredo. “E fazendo o caminho de sudoeste demos com hua ilha. Quis a Nossa Senhora e a bemaventurada Santa Clara, cujo dia era, que alimpou a néboa, e reconhecemos ser a Ilha de Cananéia... Por este rio arriba mandou o Capitam J. hum bergantim, e a Pedro Annes, que era língua da terra, que haver falla dos índios. Quinta-feira, dezessete dias do mez d’agosto (1531) veo Pedro Annes piloto no bergantim, e com elle veo Francisco de Chaves e o Bacharel, e cinco ou seis castelhanos. Este Bacharel havia trinta annos que estava degredado nesta terra”.

A segurança desta referência de 1531, trinta anos para trás, era exatamente 1501, ano da vinda da armada de André Gonçalves e Américo Vespúcio. Verifica-se pelo confronto deste documento e as suas descrições com a escritura de 1542, em suas referências ao Bacharel Mestre Cosme Fernandes, que toda uma história longa e preciosa foi perdida ou extraviada (intencionalmente), segundo alguns historiadores. As razões disto é que não estão bem claras e só podem ser justificados na pessoa do Bacharel, em sua condição de degredado, de judeu ou envolvido em problemas políticos.

O Bacharel veio de Cananéia logo após ser abandonado (degredado), para estabelecer-se em São Vicente, por volta de 1503 ou 1504, sendo que a região vicentina via-se como mais propícia ao desenvolvimento das suas atividades, e na face ocidental da Ilha de São Vicente, protegida pela barra imprestável para a navegação de calado em lugar abrigado de surpresas marítimas, fundou o primeiro povoado do Brasil, em condições de ser Vila (os outros dois povoados fundados por ele, Cananéia e Iguape guardam as mesmas características, cujo porto de serventia situa-se do outro lado da ilha – lado oriental ou do nascente), a uma distância de sete ou oito quilômetros pelas praias, no estuário que Vespúcio e André Gonçalves denominaram de Rio de São Vicente, em 22 de janeiro de 1502.

O povoado de São Vicente, fundado pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes cresceu em importância, na medida em que o seu fundador crescia nas alianças com os indígenas da região, devido a seu casamento com uma das filhas do chefe Cacique dos Guaianazes, Cacique Piquerobi, que comandava as tribos da baixada.

Com o crescimento dos seus negócios e da sua fortuna, tudo no povoado prosperou, a ponto de fazer a fortuna de vários dos seus povoadores, tornando-se São Vicente um dos centros de maior importância para a época.

Foi descrito por Diogo Garcia de Moguér e Alonso de Santa Cruz em seus depoimentos de 1526 a 1530, que se consolidam, como as mais completas informações que chegaram até nossos dias, com especial destaque para os informes de Alonso de Santa Cruz, primeiro oficial de Sebastião Caboto, que descreve o povoado da seguinte forma: “...nesta ilha tem os portugueses um povoado chamado São Vicente, de dez ou doze casas, uma feita de pedra, com seus telhados e uma torre para defesa contra os índios em tempos de necessidade, etc...”

Um dos fatos que chama a atenção é o duplo título usado pelo fundador de São Vicente, Iguape e Cananéia – Bacharel Mestre – hoje conhecido pelo nome completo: Cosme Fernandes Pessoa, como já é tratado no seu trabalho de 1895, de autoria de Ernesto Guilherme Young, “Esboço Histórico da Fundação da Cidade de Iguape”, em revista do Instituto Histórico e Geográfico e São Paulo, V.I, 1895, PP. 49 a 101, e “Histórias de Iguape”, mesma revista, 1903, V. III, pp. 222 a 375. Neste trabalho à pág. 229, escreveu o pesquisador:

“Não precisamos lançar mão das tradições para saber que o primeiro habitante europeu em Iguape foi o Bacharel, desterrado em 1501, e há tantos documentos comprovando que o primeiro possuidor de terras (excetuando os indígenas) era um homem de merecimento e ao mesmo tempo um grande criminoso que jamais poderia voltar ao seu país, era chamado Cosme Fernandes ou Cosme Fernandes Pessoa, que, fazendo uma simples dedução racional destes documentos, somos obrigados a acreditar que este grande criminoso Cosme Fernandes seja o mesmo Bacharel desterrado”.

Parece que o Bacharel tinha necessidade de resguardar a sua verdadeira identidade, aparecendo sempre com seu título de graduação social. Daí ser tratado, na maior parte dos documentos, que a ele fazem referência como Bacharel, apenas, ou Bacharel Mestre, aspecto enigmático da sua vida, que somente agora vai sendo esclarecido, na medida em que aparecem novos documentos, à luz do conhecimento público.

Na tentativa de esclarecer este aspecto, o historiador Francisco Martins dos Santos, na sua obra “História de Santos”, 2ª. Edição, 1986, Ed. Caudex, 1º volume, pap.III, pp.20/21, fundamenta-se no trabalho de Frei Joaquim de Santa Rosa do Viterbo, “Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram - Obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam”, 1ª. Edição – Lisboa, 1798 / 1799, 2 vis. 2ª. Edição – Lisboa, 1865/2 vis.

Por fim o historiador Francisco Martins dos Santos nos dá a seguinte conclusão: “Tomando por base os poucos casos existentes e a transformação mais tarde sofrida pelo duplo título – BACHAREL MESTRE – temos, então, que BACHAREL MESTRE COSME FERNANDES PESSOA, equivaleria a PADRE MESTRE COSME

FERNANDES PESSOA, como vimos tocar um dia ao nosso Frei Gaspar da Madre de Deus, chamado por extenso: DOUTOR PADRE MESTRE JUBILADO”.

O título PADRE MESTRE teve grande uso no correr dos séculos brasileiros e chegou até os nossos dias, dado a grandes sacerdotes, formados em teologia, professores, ou de grande saber, e finalmente a Padres Professores, até do Primário “, continua o historiador no seu versado estudo até chegar no seguinte trecho onde conclui:

“A existência de dezenas de padres judeus ou judaizantes no Peru e no antigo Reino Nova Granada, demonstra que o degredo do PADRE MESTRE BACHAREL MESTRE COSME FERNANDES, com a rigidez e dureza da sua perpetuidade, bem podia ter sido causado pela apuração do seu judaísmo, numa época em que se processavam as primeiras e grandes perseguições religiosas do reinado de D. Manuel (1501)”.

Outra explicação estabelece que talvez devido ao título de Mestre, usado pelo Bacharel, seria de graduação maçônica, suficiente para ser degredado em 1501. Nesse tempo a Maçonaria Judaica defendia, reunindo os perseguidos e os que lutavam contra as perseguições e os confiscos, na Espanha e em Portugal, onde para poder continuar a sua luta, utilizavam diversos sinais secretos que permitiam o reconhecimento mútuo entre os diversos elementos da maçonaria judaica e seus diversos graus. Nesses casos, os maçons dos diversos graus se reconheciam através de toques rituais, de palavras cabalísticas mudadas constantemente, utilizando diversos alfabetos quando se correspondiam.

Eram muitos os maçons judaicos que habitavam o Brasil nos primeiros cem anos de sua história. Ainda hoje podemos observar nas suas assinaturas conservadas nos documentos históricos, públicos e particulares, diversos desses sinais utilizados, hebraicos, fenícios ou gregos. O próprio João Ramalho, cujo judaísmo até hoje é objeto de discussão, utilizava na sua assinatura o BETH, 2ª. letra do alfabeto hebraico. Isso explicaria talvez, porque João Ramalho vivia no campo, no planalto, à distância do Bacharel Mestre Cosme, outro possível graduado maçônico, talvez em grau equivalente, ao qual ele não podia subordinar-se.

O silêncio oficial mantido a respeito dessa grande e marcante figura da nossa história, teria a justificativa de tratar-se de um padre ou cônego português expulso para o Brasil, como elemento judaizante ou maçom judaico de grau elevado, fato que nunca se verificou depois disso, em toda a história do Brasil.

A circunstância de caber à Igreja a censura dos livros como um dos seus privilégios mais rigorosamente exercidos e de conceder as “imprimatur” finais pelos censores do Santo Ofício, reunido isto ao fato do grande sigilo e silêncio verificado neste caso do Bacharel, deixa a forte impressão de estar realmente ligada às revelações do “Elucidário” de Frei Viterbo. Nenhuma publicação sujeita à antiga censura da Igreja, faz alusão à possível origem ou posição social desta importante figura da nossa história inicial, e muitos nem fazem menção aos fatos, nem ao seu nome. Seria, pois, padre judaizante o fundador de São Vicente?

Em relação à polêmica levantada por diversos historiadores sobre os títulos utilizados por Cosme Fernandes Pessoa, de Bacharel e Mestre, e em que se chega a conclusões um tanto quanto desconcertantes como títulos de maçonaria, ou condição de padre, achamos interessante que, apesar de, nos seus trabalhos ter sido mencionada a carta de Mestre João, participante da armada de Pedro Álvares Cabral, no seu “Descobrimento do Brasil”, carta esta enviada juntamente a Portugal com a carta de Pero Vaz de Caminha em 1500, não tenham, esses historiadores se apercebido que o Mestre João se intitula: Bacharel Mestre. Sendo que este Bacharel Mestre João era contemporâneo do “nosso” Bacharel, poderiam pelo menos utilizar esta carta como elemento comparativo ou informativo no assunto em pauta. Esta carta foi publicada por diversas vezes. Dentre elas citaremos algumas como: “Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo” – acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas – 1892 – pág. 122. Publicada por Varnhagen em 1845, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e na sua “História Geral do Brasil”, I, 423, a carta do Mestre João saiu com a assinatura errada, Johannes Emenelaus (como escreveu Capistrano de Abreu no seu “O Descobrimento do Brasil”, 1883, 2ª.Ed., pág.53, Rio – 1929). A leitura paleográfica mostrou, em vez de Emenelaus, Bachalarius, seja João Bacharel, “Alguns Documentos da Torre do Tombo”, pág. 258, Lisboa – 1892.

Documento também citado por Francisco Martins dos Santos, em “História de Santos”, já citado e por Pedro Calmon em sua “História do Brasil, também já citado, este “Johannes artium et Medicine bachalarius” é, sobretudo, importante pela carta que de Porto Seguro mandou a D. Manuel em 1 de maio de 1500. Seria também cósmógrafo, que em Lisboa ensinava “Longitude de Leste a Oeste” a Mestre Diogo, e cujas lições Pedro Annes desejou ouvir conforme pedido que dirigiu ao rei em 1509. (Trata-se de documento publicado entre “Inéditos da Torre do Tombo”, por Frazão de Vasconcelos, in Petrus Nonius, fasc.I, pág. 110, Lisboa – 1937. Vide também do mesmo autor, “Pilotos das Navegações Portuguesas dos Séculos XVI e XVII”, pág. 50, Lisboa – 1942: “... o dito Mestre Diogo ora veio a aprender a sonsacar.” (sonsacar, solicitar).

Na publicação “Os Primeiros 14 Documentos Relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral”, Edição de Joaquim Romero Magalhães e Susana Münch Miranda, Lisboa - 1999. A carta de Mestre João começa assim:

“Senhor, O Bacharel Mestre Johann, físico e cirurgião de Vossa Alteza beija vosas reales manos... etc”. E termina com o seguinte texto:

“Do criado de Vossa Alteza e vosso leal servidor” Johannus artium e medicine bachalarius”.

Não queremos dizer com este exemplo, que o “nosso” Bacharel fosse médico ou cirurgião, como era o caso do Mestre João, o que queremos dizer é que o título de “Bacharel” não era necessariamente um título de maçonaria ou padres, e que como no caso apresentado podia, perfeitamente, corresponder a um título acadêmico, tal como em nossos dias.

Quanto ao título de “Mestre”, são múltiplos os exemplos que se encontram ao longo da história, onde nos deparamos com a sua aplicação, a diversas atividades profissionais, desde arquitetos, navegantes e pedreiros, marceneiros e tantos outros exemplos. Portanto,

não nos prolongaremos mais neste particular. Apresentamos as fontes, para quem quiser se aprofundar nesse assunto.

As filhas do Bacharel com o correr do tempo, foram se unindo a outros moradores do povoado, portugueses e espanhóis, onde resultaria a sua boa relação com os castelhanos – e daí o grande número da sua gente e parentela, que toda abandonou São Vicente, acompanhando o Bacharel de volta para Cananéia, por ocasião de sua expulsão em 1531.

A respeito das suas atividades e patriarcado em São Vicente, nenhum documento chegou, melhor do que o relato de Diogo Garcia de Moguér. A carta deste navegante ao rei da Espanha, datada de 1527 e conhecida como “Memória de la Navegación”. Por este documento é possível, hoje, se fazer uma avaliação do grande comércio de escravos (índios), que se realizava, através do Porto de São Vicente, e também que o Bacharel e seus genros, Gonçalo da Costa, Francisco Chaves e outros, ainda deviam ser muito ricos, certamente participantes do tráfico de escravos e seguramente com ligação com Antonio Rodrigues e João Ramalho. O documento relata:

“Memoria de la navegación que hice este viage en la parte del mar oceano desde que salí de la ciudad de La Coruña, que alli me fué entregada la armada por los oficiales de S. M. que fué en el año de 1626”. (Mello Moraes – “Cronografía Histórica” – 1886, pá. 150 – transcrição integral)

“... 1526 – E de aqui fuemos a tomar refresco en S. Vicente que esta em 24 grados, e alli vive um Bachiller y unos yernos suyos mucho tiempo ha que há bien 30 años e alli estuvimos hasta 15 enero del año siguiente de 27 e aqui tomamos mucho refresco de carne y pescado y de las vituallas de la tierra para provisión de nuestra nave, e água e lema e todo lo que ovimos menester, e compre de un yerno deste Bachiller un bergantín que mucho servicio nos hizo, y más el propio se acordo con nosotros de ir por lengua al rio (da Prata) y esteBahiller com sus yernos, y hicieron conmigo una carta de fletamiento para las traer em España con la nao grande “ochocientos esclavos”, e y ola hice con acuerdo de todos mis oficiales e contadores e tesoreros que allegando em el rio mandasemos na nao porque la nao no podia entrar em el rio que era mui grande, y ellos no quisieron sino hacermela llebar cargada con esclavos e aí lo hice que así la mande cargada com esclavos, poruq ellos no hicieron nen me dieron la armada que S. M. mando que me diesen, e lo que con ellos yo tenia capitulado concertado e asentado y firmado de S. M. pero antes hicieeron lo contrario que me dieron la nao grande e no conforme a lo que S. M. Mandava, e no la dieron en tiempo que les fué mandado por S.\M. que me la diesen em entrando Setiembre, y ellos me la diron medido Enero que no podia yo aprovechar della porque aqui V. M. lo verá por esta nevegación, y está una gente ali con el Bachiller que comen carne humana y es mui buena gente amigos muchos de los cristianos que se llaman Topies...”

Este documento nos dá uma boa ideia da força e variedade das atividades do Bacharel e seus genros. Os diversos produtos que eram comercializados, a existência de um estaleiro, onde eram construídos bergantins, a contratação de “línguas da terra”, o grande comércio de escravos. Tudo isso somado, configura a importância do povoado de São Vicente. Pode-se perceber que era um importante centro de abastecimento das armadas itinerantes,

tanto daquelas que navegavam em demanda do Rio da Prata, como daquelas que iam rumo à Europa. É fácil dimensionar a importância e poder do Bacharel, fundador, organizador e mandatário de toda a região vicentina.

Comparando este depoimento (espanhol) com o de Pero Lopes (português), um dizendo que o Bacharel estava há trinta anos em São Vicente, e o outro afirmando que o Bacharel estava há trinta anos em Cananéia, evidentemente reafirma a idéia de que o dois era a mesma pessoa, apenas localizado em duas regiões diferentes e dois lugares, como já foi anteriormente explanado.

Com o relato de Diogo Garcia e o de Alonso de Santa Cruz, do qual faremos uma reprodução mais ampla, poderemos ter uma idéia mais completa e clara do que era o povoado de São Vicente, da vida e das atividades ali desenvolvidas, muito antes da vinda de Martim Afonso:

“Dentro do Porto de São Vicente há duas ilhas grandes habitadas por índios, e na mais oriental delas, estivemos mais de um mês ancorados. Na ilha ocidental os portugueses têm um povoado chamado São Vicente, de dez ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados, e uma torre para defesa contra os índios em tempo de necessidade. Estão providos de coisas da terra, de galinhas e porcos da Espanha e com muita abundância, e hortaliças”.

Alonso de Santa Cruz completa o relato com uma planta da região. Verificamos também que esteve com os navios de Caboto, que ele trazia, durante dois meses fundeados no Porto de São Vicente, na atual entrada ao Porto de Santos.

A existência e localização do povoado de São Vicente, onde está hoje a cidade do mesmo nome, está bem descrita e retratada, complementando a descrição de Diogo Garcia. Trata-se do “Yslário” de Alonso de Santa Cruz, 1º oficial de Sebastião Caboto, na transcrição do Comandante Eugênio de Castro na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXIX, pág. 150.

Podemos afirmar, diante do exposto, que sem o Bacharel e o povoado de São Vicente, com a sua infra-estrutura, com uma povoação estável e sua localização estratégica, perto do Rio da Prata e do ponto final do meridiano de Tordesilhas, que como sabemos, a sua localização no sul do continente era muito confusa, tanto para portugueses como para os espanhóis, o povoamento regular e oficial do Brasil não teria começado por São Vicente, e sim por outra região, como Itamaracá, em Pernambuco, onde havia uma feitoria criada por Cristóvão Jacques, tendo como feitor o Capitão Diogo Dias, trazido de Portugal pelo mesmo Cristóvão Jacques; ou pela Bahia onde estava desde muitos anos Diogo Álvares (o Caramuru), ou ainda por Cabo Frio, onde existia um grande centro de exploração de pau-brasil.

Nenhum desses locais se apresentava com uma vida organizada, consolidada e fecunda, como aquela que o Capitão-mor Martim Afonso viria a encontrar em São Vicente. Com uma penetração no planalto, realizada por João Ramalho, em evidente articulação com o Bacharel, Martim Afonso não daria a São Vicente a sua preferência como capitão ou

donatário, sem contar se as resoluções do rei de Portugal, e sim a um dos outros pontos do imenso litoral brasileiro.

Portanto, somadas todas estas evidências, fazem firmar ainda mais, o fato da escolha proposital do povoado de São Vicente, como ponto inicial para a realização do povoamento do Brasil, por parte de Portugal. Era pois São Vicente o local ideal para dar início a obra colonizadora, que marcaria para sempre a presença de São Vicente na história do Brasil. Foi a primeira vila e foi ali que se realizou a primeira eleição das Américas e onde começou a nacionalidade brasileira.

Intimado por Martim Afonso, que fundeara em Bertioga, o Bacharel Mestre Cosme abandonou São Vicente aproximadamente em julho de 1531, dirigindo-se para a região de Cananéia, aonde veio a encontrar a armada de Martim Afonso em 12 de agosto, segundo descrição do Diário de Pero Lopes.

Ainda não foi provado, não havendo suficientes provas documentais com relação à passagem de Martim Afonso por Bertioga e o seu encontro com João Ramalho naquele ponto, cuja referência já se fez tradição.

Foi depois da chegada de Martim Afonso a Cananéia, que se teria verificado, segundo alguns historiadores, a primeira vingança do Bacharel, oculta sob o que poderia parecer uma infelicidade normal. Francisco de Chaves, genro do Bacharel, informa a Martim Afonso que, não muito longe dali, havia ouro em quantidade, a ponto de o novo capitão de São Vicente acreditar na informação, confiando-lhe 80 dos seus melhores homens, além do chefe (Pero Lobo). Esta expedição nunca mais voltaria das selvas. Pero Lopes, no seu “Diário” descreve o fato da seguinte forma:

“... o Francisco de Chaves era mui grande língua desta terra. Pela informação que d’ella deu ao Capitão, mandou a Pero Lobo com oitenta homens, que fossem descobrir pela terra adentro; porque o dito Francisco de Chaves se obrigava que em dez meses tornava ao dito porto, com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro. Partiram desta ilha ao primeiro dia de setembro de mil quinhentos e trinta e hum os quarenta besteiros (*) e os quarenta espingardeiros”. (*) Besteiros = soldados armados de bestas (catapultas, arcos).

Preocupado em servir melhor ao rei, Martim Afonso mandou os seus homens nesta expedição, já que as notícias sobre a viagem de Aleixo Garcia nas proximidades dos Andes, portanto dos Incas, devia ser do conhecimento do capitão-mor e mesmo porque dentre os seus homens, estava Henrique Montes e Pero Capico, que tinham conhecimento desses fatos, principalmente Henrique Montes, como já vimos anteriormente, que foi companheiro de Aleixo Garcia em Santa Catarina.

Já para Francisco Martins dos Santos em sua obra já citada, seria desta maneira, a primeira manifestação da vingança do Bacharel, pela sua expulsão de São Vicente. Segundo a sua linha de raciocínio, Martim Afonso não desconfiou de uma cilada por parte do genro do Bacharel (Francisco de Chaves), e nem do próprio Bacharel. Martim Afonso, entusiasmado pela idéia de quatrocentos escravos carregados de prata e ouro, não teria

percebido a suposta armadilha, o que nos parece ingenuidade demais, para um homem experiente, como ele.

Outro erro apontado seria a ordem de Martim Afonso, dada aos espanhóis, companheiros do Bacharel e que ali moravam (em Cananéia), que abandonassem o local e passassem a residir em São Vicente. A ordem era de caráter político e militar, e muito natural. Não convinha àquele grupo de espanhóis ficar em terra portuguesa desguarnecida e sem administração. Provavelmente estava preocupado com a presença de Rui Mosquera em Iguape, como também de Melchior Ramirez, ou mesmo do famoso Aleixo Garcia (cuja nacionalidade era duvidosa), capazes de aliciar muitas centenas de índios, pondo em risco o povoamento de São Vicente (ali bem próxima), e a soberania portuguesa do lugar.

Essa intimação (citada por vários autores), teria irritado os espanhóis, deixando-os predispostos a uma desforra. A oportunidade apareceria somente depois da volta de Martim Afonso para Portugal. O motivo foi, ao que parece, Rui Mosquera, companheiro de Caboto, que se recolhera em Iguape, acompanhado de vários patrícios. Segundo Rui Diaz de Guzmán em “La Argentina”, liv, I, cap. 8, repetido pelo Padre Charlevoix, que Rui Mosquera já havia dois anos lavrara o canavial na vizinhança de São Vicente, quando chegou o Bacharel, desgostoso dos portugueses, “pelo que falava com alguma liberdade mais do que devia.” O capitão da vila, Padre Gonçalo Monteiro, intimou-os a saírem em trinta dias. Nessa ocasião entrou em Cananéia uma nau francesa. Mosquera e os seus homens a tomaram de surpresa, armaram-se com o que nela encontraram e se fizeram fortes na sua posição. Assegura o Dr. Ernesto Young, em obra já citada:

“Não devemos entrar em controvérsias a respeito de ter sido ele (Rui Mosquera) ou outro qualquer que deu causa à guerra entre o povo de São Vicente e o de Iguape, no intervado de tempo decorrido de 1533 e 1537, porém devemos acreditar que esta guerra teve origem na ordem que Gonçalo Monteiro, Capitão-Comandante do Litoral, nomeado por Martim Afonso, intimando os moradores de Iguape a se reunirem em São Vicente, (ordem acatada pelo Bacharel, que volta para Cananéia). Esta ordem naturalmente não foi cumprida pelos espanhóis, por causa dos desacordos e preconceitos nacionais e, ao mesmo tempo, por causa das relações familiares existentes entre eles e os indígenas, que eram das mais íntimas”.

O Padre Gonçalo Monteiro, Capitão de Martim Afonso, sabendo o que estava acontecendo em Iguape, fez descer de Piratininga, onde se achavam (ao que parece) os dois cabos de guerra, Pero de Góis e Rui Pinto, homens destemidos e experimentados, investindo-os do comando das forças vicentinas, para atacar antes de serem atacados, o que parece ter sido um erro. A coluna, mista de portugueses e índios marchou sobre Iguape, mas foi infeliz. A vitória das forças de Rui Mosquera foi completa. Os de Iguape, contrariamente às expectativas dos expedicionários de São Vicente, estavam bem armados. Em número de oitenta, portugueses os atacaram. Conclui Guzmán, que Pero Góis foi ferido com uma arcabuzada, muitos ficaram prisioneiros, alguns morreram no campo de batalha e os castelhanos aproveitando esse desbarato, atacaram e saquearam a povoação de São Vicente.

A narração de Guzmán, da guerra de Iguape, está confirmada por vários documentos. Assim, a apostila de 29 de agosto de 1537 à carta de sesmaria de Rui Pinto, não havia em São Vicente livro do tombo, por “o haverem levado os moradores de Iguape”. Rui Pinto e Pero de Góis, os dois capitães da malograda investida, não tinham cumprido a ordem de Martim Afonso, quanto à perseguição dos índios dos campos de Curitiba, por estarem ocupados com os de Iguape, consta numa ata da Câmara de São Paulo. (cit.Varnhagen, op.I, pág. 201).

Animados com a vitória e confiantes na sua superioridade, seguiram as forças de Rui Mosquera, por terra e por mar (no navio francês capturado), caindo sobre São Vicente, matando, queimando, saqueando e destruindo, desde a Vila até o Porto de São Vicente (situado na atual Ponta da Praia), onde pilharam trapiches e navios ali fundeados. (Rocha Pombo em “História do Brasil”, vol III). Durante esse ataque morrera Henrique Montes, para alguns o traidor do Bacharel.

Segundo o historiador Pedro Calmon, em “História do Brasil”, vol. I, pág.177, depois disso não há mais sinal do homem misterioso de Cananéia. Rui Mosquera seguiu para Santa Catarina. Dois anos depois da pilhagem em São Vicente de 1534, a rainha da Espanha lhe escrevia, encarecendo o seu auxílio à missão de Gregório de Pesquera, que foi inspirada pelos receios causados pelos aprestos, em Viana, da frota de Pero do Campo Tourinho. A carta da rainha ao Bacharel, em 1536 considerava incontestável o litoral vicentino, dentro da jurisdição espanhola, e estimava-se a sua colaboração. Expressava-se assim:

“Real cédula al bachiller de la Cananea para que preste su ayuda a Gregório de Pesquera, Valladolid, 9 de setiembre de 1536. La reina...bachiller... que residia en la Cananea que es en la tierra que hay en la del Rio de La Plata, sabe que yo hé mandado tomar cierto asiento e capitulación con Gregório de Pesquera Rosa sobre el hacer e crear e grangear cierta especeria en esa tierra e le he proveydo de la governación della en cual se va a servir el dicho oficio y entender en la dicha grangeria como del sabreis e por lo que yo he sido informado que vos a que estais en esa tierra muchos dias e teneis en ella vuestra mujer y hijos yo vos ruego y encargo que persona que estareis informando la calidad de ella deyes al dicho Gregório de Pesquera todos los avisos que vierdes que convienen para el bien de la dicha grangeria e le ayudeis en todo aquello que buonamente podeys, comoa persona que va en nuestro servicio y en lo demás que os vierdes que nos podays servir em esa tierra lo hagays teniendo por cierto que mandaré tener memoria de vuestros servicios para os hacer a vos y a vuestros hijos la merced que oviere lugar de Valladolid a nueve dias del mes de setiembre de quinientos y trenta e seis años / y ola Reina / Refarendada samano señalada de Beltran y Velásquez.”(Humanidades” , tomo XXV, 1ª. Parte, Buenos Aires – 1936.) A viagem de Pesquera não chegou a ser realizada. (E. de Gandia, na citada revista). Depois foi comissionado, em 1557, Jaime Resquin, para fundar povoações em São Francisco e São Gabriel, trazendo como prático Gonçalo da Costa. Os espanhóis queriam então impedir que os franceses, instalados no Rio de Janeiro, fossem até lá. Ramón de Castro Esteves, em “Jaime Resquin y su Expedición” - Revista del Instituto de Investigaciones Históricas, nº 61-63, Buenos Aires – 1935. Também malograra esta expedição. De 1540 é “The Voyage of the Bárbara to Brazil”, edited by R.S. Marsden, The Naval Miscellany, II, London – 1912.

Pelo que observamos neste documento, o Bacharel continuava ainda, em 1536, em Cananéia e, por outro lado, a Espanha considerava a região como parte de suas terras, esperando ter no Bacharel um aliado. Outra prova de que os espanhóis acreditavam que toda essa costa estava dentro dos seus domínios, é o que consta em “Comentários”, Álvaro Nunes Cabeza de Vaca:

“Em 1541 foi mandado para socorrer a recente povoação de Buenos Aires”; chegou a Cananéia, bom porto, e “... tomó el gobernador la posesión de él por Su Majestad”. Seguiu até Santa Catarina e também “... tomó la posesión de ella em nombre de su Majestad”.

Depois da invasão de São Vicente pelas forças de Iguape, partiram para Santa Catarina e pouco depois, embarcaram para o Rio da Prata, coincidindo com a passagem da armada de Pedro de Mendoza, em que vinha Gonçalo da Costa, o mais graduado dos genros do Bacharel, para fundar Buenos Aires e começar a colonização da Argentina. Quanto ao Bacharel, ao que consta na carta da rainha da Espanha, enviada ao Bacharel em 1536, ele continuava em Cananéia.

O que o jesuíta Charlevoix, narrou em sua “História do Paraguay”, Liv, I, ano 1530 até 35, foi transcrito por Frei Gaspar em suas “Memórias”, mas foi tomado como invenção ou lenda. Faltou a Frei Gaspar um estudo mais profundo e detalhado do personagem principal dessa parte importante da história de São Vicente – o Bacharel Mestre Cosme Fernandes – o que deixa bastante claro que Frei Gaspar desconhecia a história de São Vicente anterior à Vila de Martim Afonso, pois não teria recusado os relatos sobre a guerra de Iguape. Vejamos o que conta o padre Charlevoix, na sua obra anteriormente citada:

“Sendo arruinada a Torre de Caboto pelos índios timbués, Ruy Mosquera lhe havia feito algumas reparações, mas desesperado de se não poder ali conservar contra os índios, tomou partido de se embarcar com sua tropa em uma pequena embarcação que ali conservava, e desceu o rio até o mar, e seguiu a costa do norte; e descobrindo pela latitude de 32 graus (aqui houve engano do autor ou do tipógrafo quanto à latitude) um porto cômodo, entrou, e nele fundou uma pequena Fortaleza e achou os naturais do país bem dispostos a fazerem aliança com ele e semeou logo um terreno que lhe pareceu fértil. Poucos dias depois, um cavalheiro português chamado Duarte Peres, que havia degredado naquela vizinhança, se lhe veio unir com a sua família”.

“Duarte Peres não esteve muito tempo em sossego, porque recebeu uma ordem o Capitão Geral do Brasil em que mandava voltar a seu degredo, e dizer a Rui Mosquera, se queria ficar onde estava, devia prestar juramento de fidelidade a El Rei de Portugal, a quem pertencia todo aquele país. Peres obedeceu, mas Mosquera respondeu, de boca, que a divisão da América não estava ainda regulada entre o rei de Portugal e Espanha, e que, enquanto isso, estava resolvido a se conservar no posto que ocupava. Faltavam-lhe armas e munições, mas um navio francês, tendo vindo a ancorar nesta mediação de tempo na ilha de Cananéia defronte do seu forte, pode aproveitar a ocasião para se meter em estado de defesa, se fosse atacado. Embarca com todos os espanhóis e duzentos índios em dois batéis, chega de noite ao navio francês, que rendeu e, desarmando a equipagem, a conduz à sua Fortaleza”.

Pouco depois foi advertido de que um corpo considerável de portugueses vinha por mar a atacá-lo. Dispôs de uma bateria de quatro peças de artilharia, que havia tirado da sua presa, fez novos entrincheiramentos no seu Forte e meteu uma parte da sua gente em emboscada em um bosque que cobria o lado do mar. Os portugueses eram oitenta, seguidos por um exército de índios, e iam tão confiados no bom sucesso, como iria um grande juiz a prender um bando de ladrões. Esta confiança aumentou, vendo que se lhes não disputava o desembarque. Passaram o bosque sem obstáculos, mas apenas descobriram o Forte, se acharam expostos aos tiros de sua artilharia carregados pela retaguarda pelos da emboscada, que os haviam deixado passar. O medo se apoderou dos índios e se comunicou aos portugueses. Todos se dispersaram e à reserva dos que haviam fugido, todos os que escaparam do canhão, foram passados à espada. Mosquera, não satisfeito com essa vitória, embarcou com uma parte dos seus valentes, e um grande número de índios, nas embarcações em que tinham vindo os portugueses e navegou a fazer um desembarque no Porto de São Vicente. Ele saqueou a Vila e os Armazéns d'El-Rei com tanta facilidade, que os portugueses, descontentes do Governador, se uniram a ele.

Compreendeu o dito Mosquera, muito bem, que os seus bons sucessos, longe de firmarem o seu estabelecimento, não serviriam mais, que o de virem atacar forças a que ele não pudesse resistir, pelo que transportou a sua pequena colônia para a Ilha de Santa Catarina, onde imaginava que não o viriam inquietar, mas não esteve ali muito tempo, porque em 1537 chegou a Buenos Aires com toda a sua colônia que tinha em Santa Catarina e muitas famílias de índios que se lhe haviam unido.

Este relato de Charlevoix, do qual apresentamos a transcrição, nos parece verídico (salvo pequenas alterações e confusões observadas).

O historiador Varnhagen na sua “História Geral do Brasil”, 4ª. Edição, Tomo I, cita a existência de um documento, de 1540, referente ao Bacharel, de que a Biblioteca Nacional tem cópia, escrito por um espanhol (anônimo), onde se registraram estes dizeres: “Em la Isla de Cananéa, y en la tierra firme della hay pobló el Bachille, dejó muchas naranjeras y limones y cidras y otros muchas árboles y hizo muchas casas, que se deploraron después por los pobladores de San Vicente, que tuvieron guerra los unos con los otros, por que pretendia que el Bachiller les havia dar obediência”.

Em sua obra “Argentina”, pág. 54, Rui Diaz de Gusmán faz as mesmas referências ao Bacharel, “fidalgo português”, que o forçou D. Ruy Garcia Mosquera a “agasalhá-lo” e a toda a sua casa, filhos e criados, “despeitado e queixoso dos de sua nação, quando esse Capitão se apossou de Cananéia para a coroa de Espanha”, dizendo o seguinte:

“Chegou Ruy Mosquera a relacionar-se e fazer comércio com alguns portugueses da costa. Um desses portugueses chamado Duarte Perez, desgostoso dos seus, procurou os arraiaes de Mosquera, e ali foi viver com sua família fazendo causa com os hespanhões e não ocultando o seu despeito contra Portugal”. Pelo que falava ele com mais desembaraço do que devia, e disso resultou que o capitão daquela costa mandou notificar-lhe que fosse cumprir o seu desterro no lugar designado por el-Rei já estavam os hespanhões ali em Iguape dois anos vivendo em paz, quando um fidalgo português, chamado Bacharel

Duarte Peres se lhes veio meter com toda sua casa, filhos, despeitado e queixoso dos de sua própria nação, o qual havia sido desterrado por el Rei D. Manuel para aquela costa, na qual havia padecido inumeráveis trabalhos.”“.

Esta passagem é uma prova de que o Bacharel de Cananéia, degredado por D. Manuel em 1501 é o mesmo que seria expulso em 1531, por ordem do rei de Portugal, das terras e do povoado de São Vicente, do qual era fundador. É evidente que os espanhóis identificaram o Bacharel Mestre Cosme Fernandes pelo nome de Duarte Peres ou Bacharel Duarte Peres, mas a clareza com que se apresentam esses episódios dos quais o Bacharel de Cananéia tomou parte, não deixa dúvidas de que o Bacharel de Cananéia é o mesmo Bacharel Duarte Peres.

Os relatos de Guzmán mereceram a transcrição de Rocha Pombo, confirmam o que está exposto. O historiador Varnhagen, em sua obra citada, 2ª. Edição, Tomo I, pág. 165, nos diz o seguinte:

“O fato das hostilidades com os de Iguape se confirma por um livro da Câmara de São Paulo (de 1585/1586, fls. 13-V, fl. 14, onde lemos que a razão por que Pero de Góis e Rui Pinto não foram contra os índios de Curutiba, que haviam assassinado os oitenta exploradores partidos de Cananéia, foi POR ESTAREM OCUPADOS COM AS GUERRAS DE IGUAPE.”

Junto com a declaração do documento mencionado por Varnhagen, pode ser colocada esta pergunta: Quem teria ordenado àqueles dois fidalgos portugueses a guerra aos índios do sul?

A resposta é encontrada na obra de Pedro Taques “História da Capitania de São Vicente” – Edição Taunay, pág. 67: “é que o donatário Martim Afonso de Sousa, quando se ausentara, deixara ordenado se continuasse a guerra pelos cabos dela os fidalgos Pedro de Góis e Rui Pinto, porque lhe haviam morto oitenta homens que tinham mandado ao sertão a descobrimentos...”

Reafirmando ainda estas afirmativas, veremos ainda o que diz Roberto Southry, em sua “História do Brasil”, 1862 – Tomo I, pág. 104:

“Destruído o estabelecimento de Caboto, emigrara parte da sua gente para o Brasil, onde numa baía chamada Iguá, vinte e quatro léguas distante de São Vicente, principiaram a fazer plantações, continuando a viver por dois anos em termos amigáveis com os indígenas vizinhos e com os portugueses. Suscitaram-se, então, questões e segundo versão castelhana (única que temos), resolveram os portugueses cair sobre eles, e expulsaram-nos do país, disto tiveram aviso, surpreenderam os futuros invasores, saquearam a cidade de São Vicente, etc...”.

Confirmando estas ocorrências, citamos uma escritura de 1537, lavrada em São Vicente. Azevedo Marques, em seus “Apontamentos Históricos, Geográficos, etc., da Província de São Paulo”, tomo I, pág. 182, declarou existir no Cartório da Tesouraria da Fazenda, Maço

11 – de Próprios Nacionais – documentos a que estão juntos os papéis apreendidos aos extintos jesuítas:

“Gonçalo Monteiro, capitão, com poder de reger e governar esta Capitania de São Vicente, terra do Brasil pelo mui Ilmo.sr. Martim Afonso de Sousa, governador da dita Capitania... Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem em como por Francisco Pinto, cavalheiro-fidalgo, morador em dita capitania, me foi dito por uma petição que o dito Sr. Governador, havendo respeito a ele querer ser povoador e assim outros respetos, lhe fizera mercê de um pedaço de terra nas terras de Cubatão, indo desta ilha para o rio Cubatão, entrando... (está deteriorado o original) da qual terra diz ser-lhe feita carta e ser datada e assignada pelo dito Sr. Martim Afonso de Sousa, a qual carta lhe fora levada pelos moradores de Iguape quando roubaram os que estavam neste porto mar, e levaram o livro de tombo.....Dada nesta vila de São Vicente aos 17 dias do mez de Setembro de 1537 – Antonio do Valle, Tabelião Público Judicial e escrivão das datas pelo dito sr. e fez n’este anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1537 – Gonçalo Monteiro...”.

Confirma este documento, o relato de Southey e dos demais autores não portugueses, comprovando também o roubo do Livro do Tombo Vicentino, um detalhe que só pode ser devido à dúvida sobre de quem eram essas propriedades, se de Portugal ou de Espanha, devido às indefinições sobre a localização da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas.

Diante de todo o que foi exposto, podemos concluir que o Bacharel, identificado pelos espanhóis como Duarte Peres, é o mesmo Bacharel Mestre Cosme Fernandes Pessoa, mencionado pelos diversos historiadores portugueses e brasileiros.

Portanto o nome Duarte Peres, que pelos relatos de diversos cronistas espanhóis é o próprio Bacharel, acaba não sendo mais do que o nome adotado pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes em seus tratos com os castelhanos de Iguape e Cananéia, para ocultamento da sua verdadeira identidade. Após o conhecimento dos fatos e documentos comprobatórios, como a escritura de 1542, não é razoável manterem-se dúvidas a respeito.

A farta documentação, tanto espanhola, como de origem nacional, não deixa dúvidas a respeito da existência do Bacharel, das suas identidades, da sua participação nos acontecimentos: fundação do povoado de São Vicente, da própria guerra de Iguape, elementos e acontecimentos postos em dúvida por diversos historiadores. A importância histórica do Bacharel na mais primitiva história de São Vicente, Cananéia e Iguape, e do Brasil, nos parece indiscutível e, considerar o Bacharel Mestre Cosme Fernandes Pessoa como o verdadeiro fundador de São Vicente (povoado) parece uma questão de justiça histórica.

Fica evidente que a São Vicente do Bacharel, de Pero Capico e Antonio Ribeiro (seus dois capitães anteriores a Martim Afonso de Sousa), de Diogo Garcia e Alonso de Santa Cruz de 1516, 1526, 1527 e 1530, com suas dez ou doze casas de tipo europeu e mais os tejuparés índios e armazéns para guarda de mantimentos, com sua fortaleza de pedra e torre para defesa contra ataques indígenas, com dois portos, um de pequeno calado e outro

de grande calado, com todo o seu comércio, sua indústria naval e seu tráfico de escravos demonstrados e provados, com sua proximidade ao ponto final do meridiano de Tordesilhas e da região do Rio da Prata, faziam com que São Vicente (povoado), além de ser o ponto habitado mais importante da costa brasileira, era também estratégica, política e militarmente o ponto ideal para se dar começo ao povoamento português no Brasil. Portanto nos parece que a escolha de São Vicente, para sediar a primeira vila do Brasil, não foi um fato acidental, nem criado por capricho do rei de Portugal, nem de Martim Afonso, e sim produto de um estudo e planejamento cuidadoso por parte de D. João III. O historiador Pedro Calmon, em obra já citada, Vol.2, pág.571 nos mostra que:

“Abaixo ficava a costa dos carijós, ou entre o território dos Arachãs (litoral do Rio Grande) e Santa Catarina, dos Patos, com Paranaguá e São Francisco do Sul, baías freqüentadas pelos barcos castelhanos, e Laguna, onde chegavam os traficantes à procura do índio Tubarão, péssimo sujeito, como diz, em 1605 o Padre Jerônimo Rodrigues. Tubarão reatou o comércio de escravos do Bacharel de Cananéia, contemporâneo das primeiras expedições.”

Este trecho sugere que o Bacharel de Cananéia continuou o seu comércio de escravos na área, comércio este retomado depois pelo índio Tubarão. Outra indicação parece ser que o Bacharel continuou as suas atividades depois de ter sido expulso de São Vicente em 1531. Segundo o Padre Serafim Leite, em “Novas Cartas Jesuíticas”, pág.221, “o nome Tubarão perdura numa localidade de Santa Catarina, entre Laguna e Jaguariúna.”

Capítulo VIII – O Primeiro Capitão de São Vicente.

PERO CAPICO foi o primeiro Capitão de São Vicente, segundo declaração do próprio Rei – Capitão de uma das Capitânicas do Brasil – (a outra era Itamaracá), trazido por Cristóvão Jacques em 1516/17, e levado de volta para Portugal em 1527, por ele mesmo, segundo o Alvará Régio de 15 de julho de 1526 e retornando a São Vicente com Martim Afonso de Sousa em 1532, na qualidade de Prático da região e Escrivão da Armada.

A atuação administrativa e militar de Capico em São Vicente é esclarecida pelo Alvará citado, uma vez que a outra Capitania existente então, a de Itamaracá, eram somente duas e era o seu Capitão, o já mencionado Diogo Dias, trazido também ao Brasil por Cristóvão Jacques.

Tendo voltado ao Brasil, e a São Vicente na Armada de Martim Afonso, Pero Capico permaneceu na Vila enquanto nela esteve Martim Afonso, lavrando todas as primeiras escrituras de terras e cartas de doação até início de 1533.

MELCHIOR RAMIREZ era um dos sobreviventes da Armada de Juan Dias de Solis, e, durante o tempo de permanência no Brasil, desenvolveu suas atividades entre Iguape, Cananéia e a região do Prata, fazendo parte do núcleo espanhol de Mosquera e dos fatos

agitados da história que descrevemos, após os quais desapareceu como os demais, na direção do Rio da Prata.

HENRIQUE MONTES, companheiro de Melchior Ramirez, e como ele, sobrevivente da Armada de Solis, viveu por muitos anos em São Vicente desenvolvendo as suas atividades, entre este povoado e o Rio da Prata, segundo Rocha Pombo em “História do Brasil”, v. III, onde Diogo Garcia e outros expedicionários foram encontrá-lo por vezes, e foi companheiro e colaborador de Gonçalo da Costa e do Bacharel em São Vicente. A ambição ou alguma desavença, talvez de caráter financeiro, parece ter sido a causa de sua desgraça, levando-o a pôr-se em desacordo com os seus amigos de São Vicente: o Bacharel e seus genros, principalmente Gonçalo da Costa.

Segundo a opinião de diversos historiadores, tem-se a impressão de que Henrique Montes desejava a posse ou a propriedade da Ilha Pequena e a sua retaguarda florestal, não para realizar criações diversas, ou de porcos, como as que viu Alonso de Santa Cruz e descreveu no seu “Yslário”, mas para concentrar uma organização de preagem de escravos, tendo por base as tribos que habitavam a região de Jurubatuba, que eram na época muito numerosas. Não conseguindo os seus objetivos, entrou em choque com o Bacharel, que era quem dominava toda a região, ficando à espera do momento oportuno, para colocar em prática os seus planos, acabando da forma que já vimos. Henrique Montes teria acabado com o poder do Bacharel, o que teria ocasionado o fim da sua própria existência, partindo para a Europa nos navios de Caboto. Voltou a São Vicente na armada de Martim Afonso, como Prático da região e Encarregado da nau dos mantimentos.

Chegando ao povoado de São Vicente, agora sem a presença do Bacharel, Henrique Montes obtém a Ilha Pequena e as terras de Jurubatuba, que lhe foram dadas por Martim Afonso, e onde ele se instala.

Passados dois anos, em 1534, durante a invasão de São Vicente pelas forças de Rui Mosquera, vindas de Iguape, Henrique Montes foi morto (provavelmente em combate) e é exatamente na Escritura de 25 de setembro de 1536 em favor de Brás Cubas, que se documenta uma parte destes fatos:

“... logo se fez ao dito Brás Cubas livre, pura e irrevogável doação entre vivos valedoira deste dia para todo o sempre para elle e para todos os seus herdeiros e sucessores que depois d'elle vierem, de toda a terra, que tinha e possuía no Brasil um Henrique Montes, que matarão no Brasil, a qual terra está na povoação de São Vicente do dito senhor Martim Afonso e a dita terra poderá ser de grandura de duas legoas e meia, pouco mais ou menos... e que está onde chamão Jarabatyba, assim que pelo braço de mar dentro e mais lhe faz doação de huma ilha pequena que lhe está junta da dita terra que, outrossim, era do dito Henrique Montes...posto que o dito Henrique Montes tinha do dito senhor Martim Afonso sem ter d'elle escriptura, etc...”

O curioso é que as tribos de Jurubatuba, que constava viver em paz com toda a gente do Bacharel, até 1531, provavelmente por terem sido perseguidos para serem vendidos como escravos por Henrique Montes em seus dois anos de instalação naquelas terras, tornaram-se inimigas dos portugueses, a ponto de não permitir o aproveitamento dessas terras pelo

pai de Brás Cubas, João Pires Cubas, quando veio de Portugal em 1537, para explorar essas terras, conforme declarou o próprio Brás Cubas no Ato de Posse de 10 de agosto de 1540:

“... e por elle ditto Brás Cubas foi também pedido a elle, Capitão mandasse a mim Tabelião que desse aqui minha fé em como haviam três annos que João Pires Cubas, seu pai, viera a esta terra com fazenda e gasto para aproveitar as ditas terras e tomando posse dellas e aproveitá-las o que deixou de fazer por a dita terra ser habitada por gentios nossos contrários e por esse respeito as que não pudera nem podia aproveitar...”

A respeito de Rojas, o Capitão que Caboto desterrara com Martim Mendez e outros na região dos Patos, Santa Catarina, quando ia para a região do Prata, sabemos que quando esteve homiziado nas casas de Gonçalo da Costa, em São Vicente, trabalhou como o seu protetor no fabrico de um bergantim igual ao que fora vendido em 1527 a Diogo Garcia (doc.já transcrito). Não tinha ainda concluído, quando da parte de Caboto, em princípios de 1530, então fundeado no Porto de São Vicente, na Ponta da Praia e de passagem para a Europa, recebeu ele, por intermédio de Alonso de Santa Cruz, Antonio Ponce e Juan de Medina, oficiais da Armada de Caboto, uma intimação do seu ex-comandante, para se apresentar a bordo. A esta intimação, escudado na proteção do Bacharel e de Gonçalo da Costa, Rojas respondeu exprobrando a Caboto o procedimento miserável que tivera com seus muitos comandados da Armada e, com ironia, lembrou-lhe que era melhor mandar-lhe o piloto Henry Latimar, alguns operários e cinco ou seis marinheiros para a embarcação que estavam construindo em terras “não da Corte de Espanha, mas do Rei de Portugal” (Rocha Pombo – Obra citada-v.III). Ao que parece, com esta resposta Caboto deixou-o em paz, seguindo a sua viagem rumo norte, levando a Henrique Montes, fato que provocou a seguir a viagem de Gonçalo da Costa e à queda do Bacharel.

Esta passagem de Rojas serve para reafirmar a idéia do grande prestígio e força do Bacharel Mestre Cosme Fernandes em São Vicente, a ponto do grande navegador Sebastião Caboto, autêntico soberano dos mares, respeitar a sua força e fidelidade ao Rei de Portugal, revelada na resposta do espanhol, lembrando-lhe que estavam em terras portuguesas e não espanholas, como era o pensamento dos castelhanos.

Meses depois Gonçalo da Costa segue para a Espanha, embarcado na “Nossa Senhora do Rosário”, nau de Diogo Garcia de Moguer. Rojas viajou também na sua companhia, internando-se na Espanha, de onde teria voltado na Armada de Pedro de Mendoza, para a fundação de Buenos Aires.

FRANCISCO DE CHAVES era genro e companheiro do Bacharel. Não se sabe ao certo em que época teria vindo para São Vicente, mas é aceita a idéia, devido à sua grande e longa atividade no Rio da Prata, de que ele seja contemporâneo do aparecimento de Gonçalo da Costa (1510), ingressando logo no círculo das atividades do Mestre Cosme Fernandes.

A sua presença em São Vicente no ano de 1526, 1527 e 1530, e depois a sua presença em agosto de 1531 em Cananéia e Iguape, quando junto com o Bacharel acompanhou o piloto Pedro Eanes à presença de Martim Afonso, demonstram que ele foi sempre solidário a seu

sogro, o Bacharel, saindo também de São Vicente, recolhendo-se junto com ele em Cananéia, lugar de seu degredo.

Parece bastante estranho que Francisco de Chaves, ao encontrar-se com Martim Afonso, seria responsável indireto pela expulsão do Bacharel e a sua volta forçada a Cananéia, já que Martim Afonso era o representante do rei de Portugal, do qual teria, evidentemente, partido a ordem, contra o Bacharel. Não seria, pois, razoável, que fosse lhe oferecer a possibilidade de conseguir quatrocentos escravos carregados de ouro e prata. Ao contrário, ao que tudo indica, foi tirar os melhores homens de guerra de Martim Afonso e conduzi-los a uma cilada, onde foram mortos pelos índios da Serra de Curitiba, perecendo, inclusive, Pero Lobo, Capitão dessa Bandeira (a primeira), ficando como único sobrevivente apenas ele, que voltaria para Cananéia somente depois da partida de Martim Afonso.

Em Iguape e Cananéia existem ainda hoje, descendentes e herdeiros do Bacharel e de Francisco de Chaves, que se mantém ou procuram manter-se na posse das terras que haviam pertencido desde os primeiros tempos àqueles dois fundadores, o que revela que tanto o Bacharel quanto Francisco Chaves voltaram a Iguape e Cananéia, após a célebre bandeira de Pero Lobo, e no caso de Francisco de Chaves, após a ida a Buenos Aires em 1535, fugindo a uma possível punição portuguesa pelos fatos acontecidos na invasão de São Vicente em 1534.

O documento anteriormente transcrito (carta da rainha de Espanha ao Bacharel datada de 1536), reafirma esta ideia da permanência do Bacharel na região.

O historiador Ernesto Guilherme Young foi quem mais se aprofundou nos estudos sobre a história de Iguape, descobrindo documentos e revelando diversos testemunhos, incluindo em seus trabalhos já citados, alguns trechos que passamos a transcrever:

“Existem muitos documentos em Iguape, uns no Arquivo da Câmara Municipal e outros em cartório, que se referem ao primeiro possuidor de terras aqui, entre os quais há um que está declarado ter sido a primeira vila estabelecida ao pé do ‘Outeiro do Bacharel’, em terras do mesmo, e outros em que os signatários declaram ser herdeiros de Cosme Fernandes, possuindo seus antepassados as terras em litígio ‘ab-início’... É natural supor que a retirada de Mestre Cosme tivesse lugar durante o tempo das questões entre o povo de Iguape e o de São Vicente, que deveria ser no ano de 1534 ou no ano de 1535, indo talvez até Santa Catarina com seus antigos companheiros, porém consta que Cosme Fernandes faleceu em Iguape, estando estabelecido durante alguns anos no lugar atualmente ocupado por uma casa velha que o povo diz ter sido dos jesuítas, cujo lugar é designado em diversas escrituras com o nome de TAPERÁ...”

Ora, se essas terras anexas ao quadro medido e demarcado no dia 2 de julho de 1679 na presença do Capitão-mor e Ouvidor Luiz Lopes de Carvalho pertenciam a Bernardo de Chaves, neto de Francisco de Chaves antes da mudança da Vila, é porque havia parentesco entre os Chaves e Francisco Álvares Marinho, como também entre aqueles e Cosme Fernandes, em vista da declaração no termo de doação, de serem os doadores herdeiros de Cosme Fernandes. Portanto podemos estabelecer o raciocínio seguinte:

1º possuidor – Cosme Fernandes – Bacharel

2º possuidor – Francisco de Chaves, genro de Cosme Fernandes.

3º possuidor – Desconhecido.

4º possuidor – Bernardo de Chaves, neto de Francisco de Chaves (bisneto do Bacharel Cosme Fernandes), etc.

Este é o final de uma longa, preciosa e esquecida história, que não devia morrer assim, num país civilizado e culto como é o Brasil.

RUI MOSQUERA.

Rui Mosquera não foi propriamente ligado a São Vicente pela residência, e sim à região de Iguape e Cananéia, para onde fora, logo depois de 1526, expulso da região do Paraguai por Martim Garcia. Foi através da sua participação na invasão da Vila de São Vicente em 1534 / 1535, que trouxe o seu nome para a história vicentina, sendo um dos espanhóis de Iguape, amigos do Bacharel, e que participaram daqueles fatos. Depois da invasão retirou-se, junto com os seus companheiros para Santa Catarina, permaneceu durante algum tempo naquela região, seguindo depois para Buenos Aires, para participar da obra de Mendoza.

ALEIXO GARCIA

Segundo o historiador Rocha Pombo, em sua obra “História do Brasil”, Aleixo Garcia foi colaborador de João Ramalho nos campos de serra acima, no apresamento de índios inimigos, para depois vendê-los como escravos no povoado de São Vicente. Diversos historiadores espanhóis trataram da sua discutida personalidade e, de tudo quanto foi escrito a seu respeito, ficou bastante claro que, além de entradas no sertão realizadas em épocas diversas, realizou uma viagem em busca de prata e ouro, deixando Piratininga, onde se encontrava. Segundo vimos anteriormente, na opinião de outros, Aleixo Garcia teria saído de Santa Catarina. Os que nos deixaram as melhores notícias a seu respeito, foram os contemporâneos da fundação de Buenos Aires, como Cabeza de Vaca, Nicholas del Techo e Juan Patrício Fernandes. As informações que nos deixaram, ainda que com algumas confusões de data como 1526 e outros 1536, tomamos como data certa da sua viagem ao Peru, a de 1526. Segundo o historiador Francisco Martins dos Santos, “porque diversos autores acusam a sua partida do antigo porto de São Vicente (na Ponta da Praia) em 1524, mesmo porque deve ter havido erro de impressão quanto à segunda data apontada, pois Martim Afonso não poderia ordenar a Jorge Sedenho que vingasse a morte do famoso português, se a morte de Aleixo Garcia ocorreu em 1536, três anos após a sua partida para Portugal e de lá para a Índia.

ANTONIO RODRIGUES

Muitas biografias foram publicadas a seu respeito, portanto só apontaremos que a sua vinda para São Vicente deve ter acontecido na armada de D. Nuno Manuel, Cristóvão do Haro e João Lisboa, em 1514. Esta viagem foi citada por Capistrano de Abreu na sua obra “O Descobrimento do Brasil”, pág. 60, ou como citam outros historiadores, tenha sido um dos participantes da expedição de Solis e Vicente Yañez Pinzón, o que torna as duas hipóteses aceitáveis.

Na carta de Sesmaria e Auto de Posse das terras de Pero de Góis, lavrada em São Vicente em 1532, Pero Capico diz o seguinte: “...fui eu escrivão às ditas terras com o dito Pero de Góis e lh’as divisei e demarqueei, pus todos os nomes das mais terras e confrontações, e levei comigo a João Ramalho e Antonio Rodrigues, línguas desta terra, já de quinze e vinte annos estáveis neta terra, e conforme o que elles juraram assim fiz o assento.” (citado na obra do Dr. João Mendes de Almeida em “Algumas Notas Genealógicas”, cap. IX, pág. 225)

Esta declaração de Pero Capico está aliada à sua qualidade de antigo amigo de João Ramalho e Antonio Rodrigues, com os quais convivera durante os annos de 1516 a 1527, tempo do seu exercício no cargo de Capitão de São Vicente. Tivesse chegado a São Vicente como citado anteriormente, em uma das expedições mencionadas, e se fazendo a contagem dos annos de uma e outra expedição e o anno de 1532, o resultado da sua permanência em São Vicente está comprehendido perfeitamente na declaração de Pero Capico, na escritura mencionada.

No tempo em que Mestre Cosme Fernandes e Gonçalo da Costa residiram em São Vicente, Antonio Rodrigues não teve, apesar da sua ligação com uma das filhas de Piquerobi, nenhuma evidência histórica ou social, ficando ao que parece, como sócio minoritário no tráfico de escravos do planalto ao litoral. Em 1531, quando o Bacharel se retirou para Cananéia, Antonio Rodrigues optou por continuar em São Vicente, nos seus recantos do Tumiarú e do Japuú, onde Martim Afonso o encontrou e o manteve.

Antonio Rodrigues passa à história em um plano superior ao próprio Bacharel, fundador de São Vicente, pelo fato de ter ficado, ingressando assim na nova era da colonização ou povoamento do Brasil, que trouxe a instalação dos três poderes regulares, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, secundados pelo quarto poder: o Eclesiástico ou Religioso, que anteriormente não existiam no Brasil.

Ainda hoje não está bem esclarecido como passou a viver Antonio Rodrigues, depois da vinda de Martim Afonso. Alguns historiadores presumem que teria acabado o tráfico de escravos após a vinda de Martim Afonso, o que não nos parece razoável, já que o tráfico de escravos, ao que consta, não foi interrompido, nem a utilização deles, como mão de obra em todo o período colonial. Pedro Calmon, na sua obra “História do Brasil”, vol I, pág. 182, faz referência, em sua citação, a Paulo Morea, em “História da Colonização Portuguesa”, vol.III, pág. 181, segundo a qual diz: “Orçava a população de São Vicente, em 1548, em 600 brancos e 3.000 escravos índios”. Schmidt dizia “oitocentos súditos do rei de Portugal em 1553”, op. Cit. Pág. 174. Lembramos também as atividades de preagem e venda de escravos índios, realizada por Pero Correa, nas suas terras do Japuú, atividade que realizou até sua conversão, através do Padre Leonardo Nunes, por volta de 1549.

Como vimos, as atividades de preagem e venda de índios escravos, não parou com a vinda de Martim Afonso, mesmo porque na época o comércio de escravos era uma atividade legal, portanto não vemos razão para acreditar que Antonio Rodrigues tenha surpreendido as suas atividades.

No Auto de Posse de 1540, em favor de Brás Cubas, ele aparece como testemunha, chamado apenas Antonio Rodrigues, “o língua da terra”.

Alguns historiadores afirmam que ele seria um degredado, o fato da sua permanência, após a chegada de Martim Afonso, serve para demonstrar que era um degredado ou para demonstrar que não o era. Devido às notícias que temos de diversos historiadores, entre outros Frei Gaspar, Antonio Rodrigues teria ocupado cargos na Câmara de São Vicente, como vereador, almotacé e até mesmo como Juiz Ouvidor, participando nesta função na primeira eleição realizada em São Vicente, sendo presidida por Martim Afonso. Isto, sem dúvida, indica que Antonio Rodrigues não era um degredado como muitos afirmam, já que como degredado, não poderia ocupar cargos oficiais na nova face do povoamento brasileiro.

A sua descendência deixada em São Vicente e São Paulo (do casamento com a filha de Piquerobi, batizada depois com o nome de Antonia Rodrigues), foi muito numerosa, mas nenhum de seus descendentes arrolados pelos linhagistas, soube dizer o que fora e o que fizera Antonio Rodrigues, titular de toda a família.

(F 35) JOÃO RAMALHO

Nascido em Vouzela, Portugal, no terreno de Coimbra, por volta de 1490, era filho de João Velho Maldonado e Catarina Afonso de Balbode, e parente do Pe. Manuel de Paiva, a quem conheceu no Brasil. Foi casado com Catarina Fernandes das Vacas.

Ignora-se o motivo pelo qual veio para o Brasil, a data de sua chegada, como teria vindo, abandonando a sua mulher grávida. Segundo o Dr. Teodoro Sampaio, em trabalho publicado por J. Jacinto Ribeiro, em sua “Cronologia Paulista”. V. I, estudando a sua chegada a São Vicente, chega à conclusão de que teria aportado em 1516, provavelmente com Cristóvão Jacques e Pero Capico, já que confere com a declaração de Pedro Capico, na escritura de 1532, de que a presença de João Ramalho em São Vicente “era então de 15 anos”, e, assim sendo deveria ter vindo com Cristóvão Jacques e o próprio Pero Capico.

Degredado, aventureiro ou náufrago, o certo é que se estabeleceu no altiplano paulista, sendo o fundador de Santo André da Borda do Campo. Conquistou a amizade dos índios que freqüentavam o litoral vicentino, ajudando-o a subir a serra pela antiga Trilha dos Guaianazes, pelo vale do rio Ururaí (Mogi das Cruzes atualmente). Esta trilha começava no porto indígena de Piaçaguera de Cima (vide “Da Trilha de Piaçaguera à Estrada do Mar”, na Antologia Cubatense).

Uniu-se a Bartira, batizada depois como Isabel, filha do cacique Tibiriçá, tendo numerosa descendência. J. F. de Almeida Prado em “Primeiros Povoadores do Brasil”, citando Silva Leme (pág. 110), dá uma ampla notícia sobre os descendentes de João Ramalho.

Viveu durante vinte anos aproximadamente à maneira indígena, caçando e lutando contra os inimigos dos Guaianazes, crescendo na consideração do seu sogro Tibiriçá. Durante todo esse tempo manteve contato com o litoral, onde moravam outros portugueses e espanhóis, moradores, como o Bacharel Mestre Cosme Fernandes e Antonio Rodrigues, no povoado de São Vicente, onde realizava o comércio de escravos índios, aprisionados

em combate ou capturados das tribos inimigas no planalto e que eram comercializados e embarcados no Porto de São Vicente.

Em 1532 a armada de Martim Afonso de Sousa chegou ao litoral vicentino, abandonado pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes e seus familiares e agregados, por ordem do rei de Portugal, retornando a Cananéia, local designado para cumprir o seu degredo.

João Ramalho desceu a serra para oferecer a Martim Afonso os seus serviços e a amizade dos índios, chefiados por Tibiriçá. Esta ajuda foi de grande valia, tendo depois servido como seu intérprete e guia, subindo a serra até Santo André da Borda do Campo, onde Martim Afonso o nomeia guarda-mor ou alcaide do Campo (de Piratininga).

Martim Afonso proíbe então a subida ao planalto pelos colonos, deixando João Ramalho como encarregado do cumprimento dessa ordem. (Em 1533, Dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso, levanta a proibição por meio de alvará).

A partir de então a vida de João Ramalho fica definitivamente ligada ao planalto. Recebeu em sesmaria as terras que já ocupava com seus filhos, terras localizadas junto à sesmaria da aldeia de São Miguel do Ururai, no caminho velho do mar, lugar chamado de Jaguaporecuba, segundo Washington Luís em “Estradas Paulistas”, pág. 67. Também teve uma sesmaria na ilha de Guaibé, hoje Santo Amaro.

Washington Luís em “Na Capitania de São Vicente”, pág. 124, afirma que a Vila de Santo André não foi fundada por ele. Os povoadores viviam espalhados pelo Campo e Tomé de Sousa os fez juntar num só lugar, onde haveria uma ermida de Santo André, conforme conta o primeiro Governador na carta de 1º de junho de 1553. João Ramalho foi nomeado Capitão de Santo André e alcaide-mor do Campo. Em 1557 acumulou o cargo de Vereador em Santo André com o de Alcaide-mor e Guarda do Campo.

João Ramalho ajudou os jesuítas, apesar de alguns desentendimentos iniciais. O Padre Leonardo Nunes implicou com o fato dele não ser casado com Bartira, quando o Padre Manuel da Nóbrega mostrou-se seu amigo, tudo voltou à normalidade.

Em carta de 31 de agosto de 1553 diz “nesse Campo está João Ramalho, o mais antigo homem que está na terra. Tem muitos filhos e mui aparentados em todo este sertão”. Segundo o historiador Francisco Martins dos Santos em “História de Santos”, cap. III, pág. 21, o Brasil no seu primeiro século foi habitado por um expressivo número de cristãos novos – judeus convertidos ao cristianismo e maçons judaicos.

Esta organização, “Maçonaria Judaica”, reunia e defendia os perseguidos e todos aqueles que lutavam contra as perseguições e confiscos na Espanha e Portugal, continuando o seu trabalho, mesmo em países distantes, utilizando um sistema de reconhecimento e identificações. Nesses casos, os maçons dos diversos graus se reconheciam por meio de sinais secretos, toques rituais, palavras cabalísticas, alfabetos diversos quando se correspondiam. Esse sistema de escrita secreta, como cita I. Bertrand em “Maçonaria, Seita Judaica”, pode ser verificado na “Instrução Completa”, no Regulador do Maçon, V.

III, pranchas 11 e 12, pp. 209, V. II, est. 7, menos a combinação criptográfica dos hieróglifos e caracteres desses alfabetos, que o livro não publica.

Ainda hoje podemos observar nas assinaturas conservadas nos documentos públicos e particulares diversos sinais utilizados, hebraicos, fenícios ou gregos. O próprio João Ramalho, cujo judaísmo foi tão discutido, utilizou na sua assinatura, (a que se conhece) entre o primeiro nome e o segundo, não o KAF, 11ª letra do alfabeto hebraico, mas o BETH, 2ª letra do mesmo alfabeto, sem ponto por não estar isolada, mas em escrita corrente ligando os dois nomes, e com o significado de PATRIARCA, revelando a sua posição dentro da antiga Maçonaria Judaica, no grau 21 PATRIARCA NOAUITA, que na época era o grau mais elevado. Isso seria a explicação para o título de Patriarca, que sempre lhe atribuíram e que não lhe fora dado por ninguém aqui no Brasil pois já o trazia da sua filiação maçônica portuguesa. O grau 21 representava a luta contra a tirania religiosa, as perseguições e confiscos inquisitoriais exercidos contra o povo israelita.

Além de João Ramalho, que é o mais conhecido, podemos destacar outros como: Baltazar Nunes, Garcia Fernandes, João Pires Gago e Gonçalo Fernandes, usando o TAU fenício e hebraico; Francisco Peres e Francisco Alves usando o TEHT fenício; Garcia Rodrigues e Manuel Fernandes usando o TAU hebraico e fenício travado; João Rodrigues, um dos Aleph fenícios (de Oncken); Afonso Sardinha, o velho – um dos mais importantes – e Samech fenício (de Achette e Seignobos), com o mesmo significado hebraico de “coluna, suporte, sustentáculo, correspondendo a um elevado grau, dentro da maçonaria judaica, cuja ação devia se desenvolver pelo dinheiro, pelo ouro, em todos os setores sociais ou da administração, e assim muitos outros já no século XVIII, como Fernão Dias Pais, utilizando o HETH fenício (de Lafévre e Seignobus), ou ETA grego (de inscrição) e Antonio Raposo Tavares utilizando o BETH hebraico (isolado com ponto) correspondendo ao grau 21, que tivera João Ramalho, ou o BETA grego, de inscrição (figurativo – de Bernardo Ramos).

Leonardo Nunes, Ulrico Smidel e Manuel da Nóbrega deixaram descrições de João Ramalho e sua gente, que conduzem a certeza de que Ramalho era mesmo judeu “não converso” e possuía filiação maçônica, no grau 21 “Patriarca Noaquita”, como exposto linhas atrás, representada por BETH sem ponto incluído em sua assinatura.

O fato de ser ele um Maldonado, como é sabido, e se não viesse entre os jesuítas um primo categorizado – Manuel de Paiva – (também um Maldonado ao que consta), certamente teria sido diferente a história da fundação de Piratininga e o desenvolvimento de Santo André.

O nome dado ao povoado – Santo André – é de fato um indicativo, já que Santo André era considerado o mais judeu de todos os santos, e por isso talvez, quando em Portugal se organizavam os autos de fé e as fogueiras em que eram martirizados os judeus condenados à “purificação pelo fogo”, eram eles, os “Sanbenitados” e o “Sanbenito” com a cruz de Santo André às costas. Morriam eles como Santo André.

Acreditamos que nos primeiros dois séculos da história brasileira, o nome Santo André tenha sido utilizado para designar apenas a antiga vila paulista, devido à identificação

judaizante. Quem o utilizasse era identificado como judeu, (indivíduo ou coletividade). Esse nome seria o bastante para revelar a identidade religiosa e carnal de João Ramalho e seus companheiros. Daí, talvez, as sombrias descrições que diversos cronistas da época fizeram dela e da sua gente.

Em 30 de maio de 1580 João Ramalho fez o seu testamento com o tabelião Lourenço Vaz, que infelizmente foi perdido. Parece que conseguindo saber da sua primeira mulher em Portugal, por intermédio de carta de Manuel da Nóbrega, João Ramalho não pode casar-se com Bartira, é o que supõe Taunay, em obra já citada, pág. 129. João Ramalho deve ter falecido pouco depois, em 1584, provavelmente na Vila de São Paulo, com idade muito avançada.

Sobre a sua personalidade forte, vida audaz e algo misteriosa, muitos trabalhos foram escritos. Dentre eles o de Afonso Schmidt “O Enigma de João Ramalho”, editado pelo Clube do Livro em 1963.

Sobre sua vida existem muitas dúvidas e, desta forma há os que defendem a sua filiação maçônico-judaica e, os que defendem a sua formação católica. Ele ajudou muito os jesuítas, apesar dos desentendimentos iniciais, principalmente com o Padre Leonardo Nunes,mas devemos salientar o fato de que o seu sogro, sua mulher Bartira e seus filhos foram batizados, o que não ocorreria sem a sua aprovação, além de ter parentesco com o Padre Manuel de Paiva. Entre outras atitudes, consta ter erguido uma cruz no caminho entre São Paulo de Santo André.

João Ramalho teve numerosa descendência. J. F. Almeida Prado em “Primeiros Povoadores do Brasil”, citando Silva Leme, pág. 110, dá a seguinte relação: André Ramalho, Antonio de Macedo, Marcos Ramalho, João ou Jordão Ramalho e Antonia Quaresma. Washington Luís em “Na Capitania de São Vicente”, pág. 122, há citação de um filho de João Ramalho chamado João Fernandes. Seus descendentes deram origem a troncos ilustres da história paulista.

Assinaturas de alguns dos nomes citados reproduzidos do livro “História da Civilização Brasileira”, de autoria de Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira:

Capítulo IX - Os Irmãos Braga

(F 36) Depois da criação da Vila de São Vicente e o início da fundação do povoado de Enguaguaçu, (futura Santos), o crescimento da população e a expansão e ocupação das terras pela agricultura da cana-de-açúcar, de arroz, de feijão, milho, algodão e outros tipos de vegetais, criações de gado além de outras, o aumento do número de engenhos, etc, houve a necessidade de ocupação de maiores extensões de terras, entre elas as de Bertioga e da sua defesa efetiva. Esta ocupação passa a ser repelida pelos índios que ocupavam o litoral, do Cabo Frio a São Sebastião. Começa, pois a incomodar a presença dos colonizadores portugueses, exercendo inicialmente uma vigilância relativamente passiva, depois violenta, organizando expedições de guerra contra os habitantes da Ilha de Santo

Amaro e sítios de Bertioga, pondo em sério risco a existência das vilas de São Vicente e Santos, e conseqüentemente, a obra de colonização portuguesa na região vicentina. Em poucos anos as invasões tornaram-se constantes: os Tamoios de Ubatuba e São Sebastião aterrorizavam os povoadores.

Como resultado dos freqüentes ataques tamoios sobre a região, muitas vezes insuflados pelos franceses do Rio de Janeiro pela altura do ano de 1557, quase todos os habitantes da Ilha de Santo Amaro e de Bertioga haviam abandonado as suas terras, com receio de um ataque dos terríveis antropófagos.

Foi nessa época em que o aniquilamento da obra colonizadora dos portugueses corria o seu maior perigo, é que surgem no panorama histórico, os irmãos Braga, os primeiros vicentinos e provavelmente os primeiros brasileiros conhecidos nominalmente e primeiros mártires (nem todos), da civilização brasileira.

No momento em que maior era a fúria dos tamoios, surgem aqueles cinco irmãos a fechar a passagem dos índios, no único ponto em que podia ser realizado: no sítio e barra de Bertioga. Hans Staden, artilheiro alemão, contratado para dirigir as primeiras baterias do Forte São Felipe, os menciona com a responsabilidade de quem conviveu com eles e com eles viveu os mesmos perigos.

Utilizaremos as suas memórias e testemunhos tirados da sua obra “Viagem ao Brasil”, versão do texto de Marpurgo de 1557, por Alberto Lofgren – Edição da Academia Brasileira de Letras, pg. 930:

“A cinco milhas de São Vicente há um lugar denominado Brikio, onde os inimigos selvagens chegam, para daí seguirem por entre uma ilha chamada Santo Amaro e a terra firme. (Brikioka, leia-se Bertioga). Para impedir este caminho aos índios, havia uns irmãos mamelucos, oriundos de pai português e mãe brasileira, todos cristãos e tão versados na língua dos cristãos, como na dos selvagens. O mais velho chamava-se Johan de Praga (João de Braga), o segundo Diogo de Praga (Diogo de Braga), o terceiro Domingo de Praga (Domingo de Braga), o quarto Francisco de Praga (Francisco de Braga) e o quinto Andréa de Praga (André de Braga). Seu pai chamava-se Diego de Praga (Diogo de Braga). Cerca de dois anos antes da minha vinda (ele viera em 1549/1550), os cinco irmãos tinham decidido, com alguns índios amigos, edificar ali uma casa forte para deter os contrários, o que já tinham executado. (Essa casa forte era o primeiro forte de São Thiago, sem levar-se em conta a primeira estacada construída por Martim Afonso em 1531, demolida e abandonada, por ordem dele mesmo em 1532. Desta forma consideramos o ano de 1547 como o ano a fundação desta fortaleza). A eles se juntaram mais alguns portugueses, seus agregados porque a terra era boa. Os inimigos Tuppin-Imbás, logo que isto descobriram, se prepararam na sua terra, dali distante cerca de 25 milhas, e vieram uma noite com 70 canoas, e, como de seu costume, atacaram de madrugada. Os mamelucos e os portugueses correram para uma casa que tinham feito de pau a pique, e aí se defenderam. Os outros selvagens fugiram para suas casas e resistiram quanto puderam. Assim morreram muitos inimigos, mas por fim venceram estes e incendiaram o sítio de Brikioka, capturaram todos os selvagens, mas os cristãos, que eram uns oito mais ou menos, e os mamelucos nada puderam fazer porque Deus quis salvá-los. Aos outros selvagens, porém, que tinham

capturado, esartejaram-nos e repartiram-se entre si, depois do que voltaram para a sua terra (São Sebastião)”.

Como os portugueses reedificaram “Brikioka” e depois fizeram uma casa forte na Ilha de Santo Amaro:

“Depois disto, pensaram as autoridades e o povo, que não era bom abandonar este lugar, mas que cumpria fortificá-lo, pois que deste ponto todo o país podia ser defendido. E assim o fizeram...

Quando os inimigos perceberam que o lugar lhe oferecia grandes dificuldades de ataque, vieram à noite, mas por água, e aprisionaram a quantos encontraram em São Vicente. Os que moravam mais longe pensavam não correr perigo, visto existir uma casa forte na vizinhança, pelo que sofreram muito.

Por causa disso deliberaram os moradores edificar outra casa ao pé da água, e bem defronte de Brikioka, e aí colocar canhões e gente para impedir os selvagens. Assim, tinham começado um forte na ilha, mas não o tinham acabado, à falta de artilheiro português que se arriscasse a morar ali. Fui ver o lugar. Quando os moradores souberam que eu era alemão e que entendia de artilharia, pediram-me para ficar no forte e ajudá-los a vigiar o inimigo. Prometiam dar-me companheiros e um bom soldo. Diziam que se eu o fizesse seria estimado pelo Rei, porque este costumava ver com bons olhos aqueles que, em terras assim novas, contribuía com seu auxílio e seus conselhos.

Contratei com eles para servir quatro meses na casa, depois do que um oficial devia vir por parte do Rei, trazendo navios, e edificar ali um forte de pedra, para maior segurança, o que foi feito. (Referência à construção do Forte São Felipe, depois São Luiz, por ordem do Governador Tomé de Sousa e executado por Brás Cubas).

Depois de alguns meses, chegou um oficial por parte do Rei, pois que lhe tinham escrito quão grande era o atrevimento dos selvagens e o mal que os mesmos lhes faziam. Também tinham escrito quão bela era esta terra e não ser prudente abandoná-la. Para então melhorar essas condições veio o Governador Tomé de Susse (Tomé de Sousa) para ver o lugar que queriam fortificar. Fizeram a casa de pedras, puseram dentro alguns canhões e ordenaram-me que zelasse bem da casa e das armas”.

Fica claro que Martim Afonso em sua provável estada em Bertioga, de passagem para o sul, instalou apenas uma estacada ou pequena casa forte, que fez desativar no ano seguinte, não podendo se contar dessa data a existência real de uma fortaleza, sendo que só a partir de 1547, com a construção realizada pelos irmãos Braga. É dessa época que passou a existir ininterruptamente, uma fortaleza.

A última vez em que os irmãos Braga aparecem atuando na defesa da Barra de Bertioga, é por volta de 1554, na companhia de outros dois filhos da terra, sacrificados ao canibalismo dos índios do litoral – Jerônimo e Jorge Ferreira.

(F 37) Hans Staden nos informa na sua obra, os fatos testemunhados e vividos por ele, como prisioneiro da tribo de Ubatuba:

“Alguns dançaram em homenagem aos seus ídolos, e quiseram neste mesmo dia ir à terra dos seus inimigos, a um chamado Boywassukange (Boissucanga), esperando aí até que anoitecesse. Ao deixarmos o lugar onde tínhamos pernoitado, chamado Maynbipe (Ilha de São Sebastião)... Quando perlongávamos a terra, avistamos, por detrás de uma ilha, umas canoas que se dirigiam a nós. Gritaram então: ‘Aí vêm os nossos inimigos, os Tuppin Ikins’. Quiseram ainda assim esconder-se com suas canoas por detrás de um rochedo, para que os outros passassem sem os ver. Mas foi debalde, viram-nos e fugiram para a sua terra. Remamos com toda a força atrás deles, talvez umas quatro horas, e os alcançamos. Eram cinco canoas cheias, todas de Brikioka. Conheci-os todos. Vinham seis mamelucos em uma dessas canoas, e dois eram irmãos. Chamava-se um Diego de Praga (Diogo de Braga) e o outro Domingo de Praga (Domingos de Braga). Defenderam-se estes valentemente, um com um tubo (espingarda) e o outro com um arco. Resistiram na sua canoa durante duas horas, a trinta e tantas canoas nossas. Acabadas as suas flechas, os Tuppin-Inbá os atacaram e os aprisionaram, e alguns foram logo mortos a tiro. Os dois irmãos não saíram feridos, mas dois dos seus mamelucos ficaram muito maltratados, bem como alguns dos Tuppin-Ikin, entre os quais havia uma mulher.

Entre os que foram assados de noite havia dois mamelucos que eram cristãos. Um era português, filho de um capitão e se chamava George Ferrero (Jorge Ferreira), cuja mãe era índia (segundo alguns historiadores, filha de João Ramalho). O outro chamava-se Hieronymus (Jerônimo). Este ficou prisioneiro de um selvagem morador na mesma cabana em que eu estava e cujo nome era Parwaa (Parauá). Assou o Hieronymus de noite, mais ou menos à distância de um passo do lugar onde eu estava deitado, Esse Hieronymus era parente consanguíneo de Diego Praga (Diogo de Braga)”.

Era assim que Hans Staden descreve o ambiente da Bertioga naquela época onde os irmãos Braga defendiam a ação povoadora portuguesa da Capitania de São Vicente, contra os ataques das tribos de Aimberé e Cunhambebe, barrando-lhes a passagem.

Tentaremos traçar um perfil destes irmãos Braga.

Segundo a época em que o relato de Hans Staden nos menciona, como sendo do aparecimento dos irmãos Braga (1547/1548), devemos supor que o mais moço, por serem homens de ação, vida de guerreiros que levavam, teria no mínimo dezoito anos de idade e o mais velho dos cinco, vinte e cinco ou vinte e seis anos. Dessa forma, retrocedendo no tempo, equivalendo a idade mínima e máxima desses irmãos, temos que o nascimento de todos eles fora anterior à chegada de Martim Afonso, visto que o mais moço teria nascido em 1529 e o mais velho em 1521 ou 1522.

Já que a certeza com que Hans Staden se expressou com relação aos irmãos Braga, e que nunca foi posta em dúvida por qualquer dos historiadores que abordaram o assunto, é aceitável, portanto que o pai, Diogo de Braga, português e progenitor destes primeiros vicentinos, foi também um dos misteriosos e esquecidos da primeira colonização, junto com João Ramalho e Antonio Rodrigues, companheiro do Bacharel Mestre Cosme

Fernandes, de Gonçalo da Costa, de Francisco de Chaves, de Pero Capico e Henrique Montes – estes dois vinham com a armada de Martim Afonso.

O importante é que ficamos cientes da existência dos irmãos Braga, e a sua participação na primeira época da história de São Vicente, sendo, portanto os primeiros vicentinos, (e talvez) os primeiros brasileiros conhecidos nominalmente. É amplamente conhecido o capítulo da nossa história que envolve a região de Bertioga à ação dos Tamoios, o tratado de paz com estes mesmos Tamoios, (Confederação dos Tamoios, que reunia as tribos de Coaquira, Aimberê, Cunhambebe e Pindobussu) conquistado pela ação de Anchieta e Manuel da Nóbrega, fechando estes um longo capítulo de guerras entre Tamoios e portugueses. Descobrimos então que nas primeiras páginas desta história participaram ativamente os irmãos Braga.

Em 1563 é realizado o armistício com a Confederação dos Tamoios, até que em 1565 a 1568 novos acontecimentos sacodem a população vicentina.

Montam-se expedições de socorro ao Rio de Janeiro, onde Estácio de Sá pretendia fundar a cidade de São Sebastião, tentando cumprir ordens do Rei. Vindo a São Vicente, Estácio de Sá consegue o apoio dos vicentinos, ou melhor, de todos os povoadores da Capitania de São Vicente, partindo de Bertioga em 27 de janeiro de 1565 rumo ao Rio de Janeiro, com tropas, navios e provisões conseguidas na baixada vicentina, para afinal fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na antiga praia de Martim Afonso.

Na fundação da futura capital brasileira, os vicentinos recebem uma boa notícia. Dois daqueles irmãos não tinham morrido – Diogo de Braga e Domingos de Braga. Eles apareciam ao lado de Estácio de Sá, combatendo os franceses de Villegagnon e as tribos da Guanabara, e continuando o combate ao lado de Mem de Sá, após a batalha de Uruçumirim em 20 de janeiro de 1567, onde foi ferido de morte o chefe Estácio de Sá.

Diogo de Braga aparece depois como um dos três primeiros vereadores da primeira Câmara de São Sebastião do Rio de Janeiro, que era composta pelos seguintes membros: Aires Fernandes – Juiz Ordinário, Francisco Dias Pinto, Cristóvão Monteiro (sogro de José Adorno) e Diogo de Braga (vereadores), Gomes Eanes – Procurador do Conselho. Funcionava esta Câmara ou Conselho em casa do Juiz Aires Fernandes, enquanto a Casa da Câmara estava ocupada pelo Governador Geral. Isto é o que temos em relação aos irmãos Braga.

Capítulo X - Diário da Navegação.

(F 38) O “Diário de Navegação de Pero Lopes”, de acordo com a opinião abalizada do próprio Varnhagen que o deu a publicação, é apógrafo assim como na opinião de historiadores como Francisco Martins dos Santos. (Para os interessados recomendamos a leitura da “História de Santos”, cap. IV, em que o autor realiza um aprofundado estudo a respeito do “diário”).

Antes do ano de 1839, muitos historiadores escreveram a respeito da chegada de Martim Afonso a São Vicente e os acontecimentos relativos a esta página da história, sempre com bastante certeza a respeito dos fatos em estudo.

No ano de 1839, Francisco Adolfo Varnhagen descobre na Biblioteca da Ajuda, em Portugal, o manuscrito que ele denominou “Diário da Navegação da Armada que foi a terra do Brasil em 1530”, e o publica a seguir, em Lisboa.

O próprio Varnhagen declara tratar-se de um apógrafo, com muitos erros evidentes, diferenças caligráficas, desencontros cronológicos, correções e outras anomalias, de forma a não poder ser considerado como descrição original e verídica dos fatos relatados.

Embora essas observações do próprio Varnhagen e de outros que estudaram a fundo o dito “Diário”, muitos historiadores se basearam nele, conseguindo confundir toda a história inicial vicentina. Antes do aparecimento desse documento, quase todos os historiadores concordavam com o fato de que a chegada de Martim Afonso foi realizada no antigo Porto de São Vicente, localizado na Ponta da Praia, ou fim da Praia do Embaré. Depois de 1839, muitos, desprezando as reservas de Varnhagen, começaram a embaralhar os fatos e a criar confusões, assim como de muitos outros, relacionados com as atividades Afonsinas em São Vicente. Tentaremos não confundir mais as coisas e colocar outras alternativas, para permitir ao leitor preocupado com esses assuntos, um maior campo de pesquisas e avaliações.

Apesar das reservas com relação ao “Diário”, muitos passaram a considerar a chegada de Martim Afonso como realizada nas águas da atual cidade de São Vicente, fundamentados numa pequena expressão:

“Foi n’hum batel da Banda Daloeste da Bahia...”.

Esta frase criou uma polêmica em torno do local de desembarque de Martim Afonso em 1532, mudando completamente o cenário dos fatos “da Banda Leste da Baía”, entrada do atual Porto de Santos, para a “Banda Oeste”, na mesma baía, onde fica a pequena barra de São Vicente, entre a Ilha Porchat e a Ponta de Paranapuã.

Segundo o trabalho de Jordão de Freitas, publicado no vol. III da “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, pág. 126, 127, 128 e outras, trabalho acompanhado do pronunciamento paleográfico do Sr. Pedro de Azevedo, 1º Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, antigo 1º Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e professor de paleografia da Faculdade de Letras de Lisboa, na esperança de ajudar no estudo desses assuntos:

“Naveguçam q fez P Lopes de Sousa no descobrimento da costa do Brasil militando na Capitania de Marti A de Sousa seu irmão na era Encarnaçam de 1530.”

Assim foi intitulado, muito provavelmente no princípio do século XVIII, e não antes, um Códice do século XVI de 41 folhas em papel florete, in fólio, encadernado, existente na

Biblioteca da Ajuda desde o terceiro quartel do século XVIII que começam com estas palavras:

“Na era de mil quinhentos e XXX sábado 11 dias do mês de dezembro parti desta cidade de Lisboa de baixo na companhia de Martim Afonso de Sousa, meu irmão, que ia capitam de hua armada e governador da terra do Brasil. Co vento leste sai fora da barra fazendo caminho sudoeste”.

Antes de pertencer a esta Biblioteca, tal códice fez parte da livraria organizada pelo Conde de Redondo, Tomé de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Menezes, 2º do título no ramo dos Sosas. Este códice passou, com quase todos os manuscritos da livraria do seu pai, para a Biblioteca estabelecida por El-Rei D. José junto ao Paço Real, edificado no sítio da Ajuda, após o terremoto de 1755.

Assim adquirido, veio depois a ser incorporado na secção dos denominados “Manuscritos da Corda”, cujo catálogo foi feito por Luís dos Santos Marrocos, funcionário desta Biblioteca quando esta se achava no rio de Janeiro, para onde fora remetido cerca de três anos depois da viagem da família real portuguesa para o Brasil.

Reingressada a secção dos manuscritos, em 1821, ou 1822, ao antigo edifício contíguo ao Palácio da Ajuda, Varnhagen aqui foi encontrar o importante manuscrito em 1839, ano em que Alexandre Herculano foi nomeado “encarregado” ou “bibliotecário da Real Livraria do Palácio da Ajuda”, e neste mesmo ano o deu à estampa em Lisboa.

Escrito em letra do Século XVI, o códice não é, todavia original, mas sim cópia, aliás, bastante incompleta, além de pouco cuidada.

Quando leu pela primeira vez e o colocou a público, Varnhagen também considerou uma simples cópia de “letra quase contemporânea”. Depois mudou de opinião e passou a tê-lo como original, ora atribuindo-a “a pena de Pero Lopes”, ora considerando-o escrito de punho de Pero Góis, chegando até a dá-lo como “o próprio original que Pero Lopes de Sousa levava a bordo”.

O paleógrafo Pedro de Azevedo declara que a letra do texto (não exclusivamente de um único punho, como se nota na fl. 5) é realmente romana, restaurada (bastarda ou italiana), mas de 3º ou 4º quartel do século XVI, ao passo que, a que usava Pero de Góis era gótica cursiva, conforme se verifica em duas de suas cartas autógrafas na Torre do Tombo (ambas dirigidas a D. João III) e em uma outra também autógrafa existente na Biblioteca de Évora.

A obra continua enumerando falhas cronológicas e questionando as diversas caligrafias contidas no “Diário”, conclui o historiador Francisco Martins dos Santos no seu estudo:

“Em verdade, o manuscrito de que se trata não é, no seu conjunto, um verdadeiro “diário náutico”. O manuscrito dado à publicidade por Varnhagen é antes uma truncada relação do itinerário e viagem de Pero Lopes de Sousa, capitão de um dos navios de Martim Afonso

de Sousa, relação, narrativa ou crônica baseada muito embora num diário de bordo, que não chegou até nós.”

Em artigo publicado pelo pesquisador Raul de Andrada e Silva, em “Poliantéia Vicentina”, Editora Caudex, 1982, além de esclarecer alguns pontos com relação ao “Diário” de Pero Lopes, emite opinião que consideramos bastante comedida e justa. Visto isso, nós tomamos a liberdade de transcrever alguns trechos, deste seu estudo, que entre outras coisas diz o seguinte:

“Varnhagen o tirou de cópia pertencente a Frei Francisco de S. Luís. Além desta, o nosso historiador conheceu mais duas cópias: a primeira, que rejeitou por vários defeitos, a começar pela letra do manuscrito, que lhe pareceu do século XVIII e finalmente a da sua preferência, a saber: códice que achou na Biblioteca Real do Paço da Ajuda e trazia o título de “Navegação que fez Pero Lopes de Sousa no descobrimento da costa do Brasil, militando na capitania de Martim Afonso de Sousa, seu irmão, na era da encarnação de 1530”. Este foi o texto impresso pela primeira vez por Varnhagen, e além desta saíram mais cinco edições: a de 1847, cuja autoridade foi contestada por Varnhagen, que por sua vez promoveu as de 1861 e 1867, e finalmente as edições críticas (5^a. e 6^a.) do Comandante Eugênio de Castro com prefácio de Capistrano de Abreu. Além deste manuscrito, cujas anomalias adiante mencionaremos, há outras valiosas fontes para a história da expedição de 1530: “Crônicas ou Anais de El Rei D. João III”, de Frei Luís de Sousa, a variada correspondência de D. João III com seus conselheiros, embaixadores e magistrados do Reino, em especial o seu amigo e conselheiro íntimo...”

Faz uma relação de vários autores como: Antonio Herrera e Ruy Diaz de Gusmão, Pedro Taques de Almeida Pais Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus.

Voltando agora ao Diário, trata-se sem dúvida de um apógrafo ou cópia do original, que se perdeu...

Mesmo assim o historiador português rejeita expressa e categoricamente, como o fazem outros especialistas, a opinião do Dr. João Mendes de Almeida, partilhada por Francisco Martins dos Santos, segundo a qual, além de apógrafo, o manuscrito é apócrifo. Quanto à ausência, ainda se aceita, mas apócrifo no sentido de desprovido de autenticidade não se pode aceitar sem comprovação contundente e também à luz da outra documentação que ora confirma, ora corrige distorções, ora cobre omissões do Diário. E Jordão de Freitas taxativamente contesta a tese de apocrifia, nestes termos, que subscrevemos (A Expedição de Martim Afonso de Sousa – 1530-1532, na História da Colonização Portuguesa do Brasil, III, Porto – 1924, pág. 133.)

A autenticidade de tal narrativa, porém, em nada ficou prejudicada com as alegações ou observações feitas pelo Dr. João Mendes de Almeida, as quais de forma alguma justificam ou autorizam esta sua arrojada conclusão...:

“A viagem de Martim Afonso”, ajunta o citado autor, “nos meses e anos apontados no códice da Biblioteca da Ajuda, é um fato cuja realidade nos é imposta por vários documentos autênticos e incontestáveis”.

Na verdade o Diário não é propriamente um diário náutico, opina Jordão de Freitas. O documento é antes uma relação truncada do itinerário da frota e da viagem de Pero Lopes. Do Tejo saíra o irmão de Martim Afonso na nau capitânea. Mas durante a expedição assumiu o comando de uma caravela.

Com estas informações, acreditamos que sejam suficientes para mostrar e colocar em julgamento as irregularidades existentes nesse Diário, no qual tantos historiadores se apoiaram, depois da sua publicação em 1839, sem fazer as reservas e precauções que, no caso se fazem necessárias para a maior conservação das verdades históricas.

Os copistas que provavelmente tiveram os originais em mãos, por razões que nos escapam, não quiseram ou não puderam transmiti-lo integral e completamente à posteridade.

“Terça-feira pela manhã fui n’hum batel da banda d’aloeste da Bahia e achei num rio estreito em que as naos podiam correger, por ser muito abrigado de todos los ventos, e à tarde metemos as naos dentro com o vento sul. Como fomos dentro mandou o capitam J. fazer hua casa em terra para meter as velas e enxárcia aqui neste porto de San Vicente varamos hua não em terra. A todos nos pareceu tam bem esta terra, que o capitam J. determinou de a povoar. Deu a todos los homes terras para fazerem fazendas, e fez hua villa na ilha de San Vicente e outra nove léguas dentro pelo sartam, à borda d’hum rio, que se chama Piratininga...”

Neste trecho o erro começa pela primeira palavra: terça-feira, que não foi terça-feira como diz o Códice (à fl.26) e sim segunda-feira, 22 de janeiro. Nesta palavra, aliás, o próprio Códice está retificado, visto que primitivamente escreveram nele – sabbado pela manhã – para riscarem depois, substituindo essas palavras por – terça-feira pela manhã.

Esta é uma das provas da indecisão do copista, mostrando que o “Diário” foi recomposto de memória anos depois da viagem.

Em seguida encontramos a frase: “Fui n’hum batel da banda d’oeste da Bahia e achei hum rio estreito”, aparentemente regular, mas em verdade tão errados quanto os dias e datas apontadas. Observados os erros e falhas de todo o Códice e realizado um exame dessa expressão, vemos que um erro aí teria sido muito fácil de praticar. Notem-se as palavras usadas a cada passo no referido Códice – todos los homes – todos los ventos – todos los santos – todos los dias – evidente influência castelhana sobre o português do autor, coisa muito comum na época, nas cartas e notícias, portanto a expressão em foco seria assim:

“Fi n’hum batel da banda de lo este da Bahia
ou fui n’hum batek da banda delo ése da Bahia
ou fui n’hum batel da banda dalo este da Bahia

Como se nota pelo exemplo dado, à alteração efetuada pela junção ou fusão feita no Códice das palavras que precisavam o local do desembarque afonsino, fazendo que um fato ocorrido no este, passou a ser interpretado como sendo no oeste. Exte exemplo, assim como outros que podem ser apontados, não deixam dúvidas de que o Diário em questão é

apógrafo, muito embora, à concordância geral de que os fatos narrados nele são fatos reais, embora as imperfeições apontadas pelos diversos estudiosos, fazem com que a utilização do “Diário de Pero Lopes” passa a ser utilizado como documento quanto aos fatos por ele abordados, com bastante segurança, já que como foi demonstrado anteriormente neste aspecto conta com outros documentos de apoio. De maneira geral, as falhas mais importantes, fora as abordadas, são cronológicas, ainda assim o aparecimento desse Diário, ao invés de esclarecer dúvidas, somente veio para plantar incógnitas e dúvidas sobre fatos, que já se consideravam bastante claros, mas pelo uso desse documento apógrafo, por diversos historiadores, depois do seu aparecimento em 1839 criou-se muita confusão e contradições a respeito dos atos e acontecimentos da atuação Afonsina e conseqüentemente da história inicial de São Vicente.

Como já citamos anteriormente, existem provas documentais irrefutáveis de que o Porto de São Vicente, como declarado no Diário, ficava a leste do ponto onde se achava a armada de Martim Afonso (junto à atual Praia do Góis), ou seja, no atual estuário de Santos, logo após a Ponta da Praia, que era o “rio estreito”, citado na descrição, e não a Oeste.

Alonso de Santa Cruz é, neste sentido, a melhor testemunha com seu “Yslário” de 1530, corroborado pela afirmativa de Gandavo, em descrição de 1565/1570, declarando que a barra da Vila de São Vicente era “... baixa e nem muito grande, por não poderem entrar senam embarcações pequenas”.

Se o Diário ou Códice, não fosse apógrafo, segundo o próprio Varnhagen que deu a público, e pelo estudo apurado de diversos historiadores e paleógrafos, que o documento em questão não apresentasse tantas diferenças caligráficas e contradições, tanto cronológicas quanto de diversas índoles, como rasuras e correções, e tendo sido utilizado em diversos estudos históricos sem os cuidados e ressalvas necessários, não teríamos hoje tantas dificuldades no trato dos primeiros tempos da história do povoamento (ou colonização) de São Vicente e conseqüentemente dos primeiros acontecimentos relativos à colonização do Brasil.

Capítulo XI - Chegada de Martim Afonso a São Vicente

Um dos fatores que muitos historiadores parecem ignorar, e que causam dúvida geral sobre alguns acontecimentos da chegada de Martim Afonso a São Vicente, é que, na armada daquele fidalgo viessem vários homens que já haviam residido por muitos anos no povoado e região de São Vicente, como Pero Capico, Pedro Eanes, Henrique Montes e outros, sendo que este último vinha como prático da região, como dissemos anteriormente e o primeiro, (Pero Capico), na qualidade de Escrivão da Armada e que tinha sido anteriormente o primeiro Capitão de São Vicente, cargo que ocupou por vários anos, segundo declara o próprio Rei. Foi trazido por Cristóvão Jacques em 1516 e voltando a Portugal em 1527, segundo o alvará régio de 15 de julho de 1526. Estas circunstâncias tiravam da expedição Afonsina, a necessidade de titubeios a ela atribuídos na sua chegada à região vicentina.

Trazendo esses homens a bordo dos navios, a região de São Vicente e o seu porto deixavam de ser lugares duvidosos, para serem lugares conhecidos e previstos da costa. O Porto de São Vicente, indicado para desembarque e estacionamento da esquadra, era o mesmo existente há mais de vinte anos na entrada do estuário de Santos, onde Diogo Garcia carregou os escravos comprados ao Bacharel, segundo a sua descrição de 1527 e o mesmo local onde Alonso de Santa Cruz esteve fundeado por mais de um mês, com os navios de Caboto, conforme o Mapa XVI, do seu “Yslário”, no ano de 1530.

As transcrições de documentos que vimos até agora mostram uma riqueza de detalhes, incompreendida por todos os que, erroneamente, desprezando documentos e autores, resolveram considerar a entrada de Martim Afonso pela barreta da vila vicentina. Continuemos acompanhando o diário:

“Como fomos dentro mandou o capitán J. fazer hua casa em terra para meter as velas e enxárcia. Aqui neste porto de Sam Vicente varamos hua não em terra. A todos nós pareceu também esta terra, que o capitán J. determinou de a povoar, e deu a todos os homes terras para fazerem fazenda, e fez hua villa na ilha de Sam Vicente, e outra nove léguas dentro pelo sertam, à borda d’hum rio que chama Piratininga.”

Se considerarmos este trecho exatamente como diz o texto, teremos o seguinte: uma nau, de Martim Afonso, (provavelmente a capitânia), foi varada em terra no Porto de São Vicente, calculando que uma nau deveria pesar umas quinhentas toneladas, ou mais, já que no tempo de D. João III chegaram a pesar 900 toneladas, do que já tratamos anteriormente. Para que ela fosse posta a seco, seria necessário que o local do Porto apresentasse apenas um ligeiro aclave, de terra lisa e dura, saindo em rampa de dentro d’água.

(F 40) O Porto das Naus de São Vicente, fronteiro ao Tumiarú, tomado por muitos historiadores nos últimos oitenta anos, como o lugar em que aconteceram tais fatos, não apresenta as condições ideais para que se possa, em qualquer tempo, realizar as manobras necessárias para se pôr uma nau em terra firme.

O lugar em questão não apresenta praia ou areias duras, nem pequeno aclave sainda fora d’água, como seria necessário para que uma embarcação tão grande e de tanto peso fosse alçada ao seco. Pelo contrário, termina em corte na parte mais funda do pequeno recôncavo, apresentando as suas terras uma elevação de metro a metro e meio junto à água, o que torna infeliz qualquer tentativa naquele sentido. Somadas a estas circunstâncias, não podemos ignorar que as águas no local têm fundo, variando entre um metro e dois metros e meio, de forma que as únicas embarcações que poderiam chegar perto da margem naquele lugar, podiam também ser postas a seco, como as indicadas na escritura de 25 de maio de 1542. Seriam bergantins, pequenas pataras, pinacinhas e outras embarcações do tipo, como aquelas que ali aportavam desde a época do Bacharel, e iguais às que eram construídas no estaleiro instalado naquela margem, como informa Diogo Garcia no seu depoimento de 1527, de onde veio ao lugar, o nome de Porto das Naus.

Outro detalhe que os defensores do Porto das Naus parecem não levar em consideração, é que o nível das águas do Mar Pequeno e, conseqüentemente da área em estudo também, já que suas águas fazem parte do mesmo sistema, tem subido de nível por diversas razões,

como desmatamento na Serra entre outros, recebendo o Mar Pequeno hoje, um maior volume de águas, ficando desta maneira, mais fundo do que no passado e, ainda assim, como estamos vendo, ainda é muito raso.

Não havendo condições para que o Porto de São Vicente, onde a armada Afonsina realiza as manobras mencionadas pelo diário, há quem aponte o chamado Porto do Tumiarú como sendo o local em que tais fatos se deram.

No Tumiarú, a uma distância de duzentos ou trezentos metros da margem, e em até mais alguns lugares, as suas águas apresentam um fundo de um metro a um metro e meio apenas, em fundo de terras moles ou lamacentas, sendo freqüente se verem canoieiros locais saltarem das suas embarcações para a água, a grande distância da margem, conservando metade do corpo fora dela, o que demonstra que qualquer embarcação maior do que lanchas e catraias ficariam ali encalhadas.

Além dos impedimentos naturais, que como vimos não são poucos e nem susceptíveis a argumentações, tem ainda o testemunho da escritura de 25 de maio de 1542, assinada pelo Capitão-mor Antonio de Oliveira, em favor de Pero Correa, (carta de afirmação e doação) indicando que desde 1532 nunca houve porto na Ilha de São Vicente, do lado da Vila.

“A deu ao dito Pero Correa, e, onde começou a partir que é NO DITO PORTO DAS NAOS, ficará um rocio de tiro ao arco, assim como foi mandado e ordenado pelo Snr. Governador, que fique livre e desembarçado para quando as náos ali ancorarem...”.

O documento prova que a Vila de São Vicente não possuía porto e que as suas terras eram privadas de desembarque, sem o que o “rocio de um tiro de arco para quando as naus ali ancorassem”, não teria sido reservado nas terras fronteiras e sim na própria ilha. Estabelecido que, de acordo com o Diário, a armada de Martim Afonso se achava a 21 e, no início de 22 de janeiro de 1532 fundeada junto à praia do Góis, uma praia da Ilha do Sol, sendo que a Ilha do Sol mencionada pelo Diário é a mesma ilha “Oriental de Alonso de Santa Cruz, ou seja, a Ilha de Santo Amaro de hoje. É pelo menos incongruente que a armada tenha saído de lá, “Com o vento sul”, conseqüentemente vento contra, para entrar na pequena barreta de São Vicente (Vila), quando tinha a quinhentos metros de distância ou menos, a entrada ampla, franca e aberta do atual estuário de Santos, com trinta braças de fundo e ainda com vento favorável ?

Estas considerações, para quem estuda um pouco a geografia da área em questão, leva-nos à convicção de que realmente o Porto de São Vicente ficava onde Alonso de Santa Cruz o localizou em, 1530, no local onde tantos historiadores o localizaram como Rocha Pita e Simão de Vasconcelos, até Frei Gaspar, Varnhagen e Machado de Oliveira, ou seja, junto à atual Ponta da Praia, na região onde hoje está localizado aproximadamente o Museu de Pesca, em Santos. Continuando a mesma linha de raciocínio, veremos mais alguns pontos do Diário, como:

“Domingo vinte do dito mez pela manhã quatro léguas de mim vi a abra do porto de Sam Vicente: demorava a nornordeste”.

Estabelecido como está, que Martim Afonso vinha do sul, de volta do Rio da Prata, e por mais ou menos afastada que a armada estivesse da Ponta de Itaipu e a uma distância de quatro léguas, de acordo com o Diário, notasse que tanto a barra quanto à abra da baía vicentina só ficariam visíveis se a armada estivesse bem perto da linha visual dos morros de Itaipu e Paranapuã, sem esse posicionamento, tanto a barra quanto a abra ficam fora do campo de visão. Portanto ficando a armada na posição indicada pelo Diário, e na distância de quatro léguas, a única barra e abra na posição “nornordeste” eram a enseada formada na entrada do estuário santista, entre a praia do Embaré e os morros da Ilha de Santo Amaro, o que demonstra que o Porto de São Vicente ficava mesmo na Ponta da Praia.

Nesta afirmativa não estamos sozinhos, já que é compartilhada por diversos historiadores, como vimos anteriormente. Para aqueles que desejarem mais informações a respeito deste assunto, recomendamos a leitura de “História de Santos”, de Francisco Martins dos Santos, cap.IV.

Outra das confusões é a identificação que alguns fazem da Ilha Porchat com a Ilha do Sol, pretendendo identificá-la com a ilha desse nome, mencionada no Diário, onde junto a uma praia fundeara a armada de Martim Afonso. Este se constitui um dos fatores de engano de diversos historiadores. Já Frei Gaspar esclareceu este engano, mostrando que a chamada Ilha Porchat sempre foi o que é hoje, um outeiro, denominado nos primeiros tempos de “Outeiro do Mudo”, depois “Ilha do Mudo”, quase sempre ligado francamente (principalmente nas marés baixas) à terra, como uma ponta da Ilha de São Vicente, e raras vezes isolada pelas marés na praia do Itararé. Isto posto, fica difícil determinar, ou mesmo se imaginar, onde seria, na Ilha Porchat, a praia citada pelo Diário de Pero Lopes onde aportou a armada de Martim Afonso. Fica difícil imaginar uma nau de 500 ou mais toneladas, fundeada junto à Ilha Porchat.

Diversos historiadores de capacidade reconhecem que a “Ilha do Sol” citada no Diário é a Ilha de Santo Amaro e que a praia da mesma ilha junto à qual fundeou a armada de Martim Afonso, é a atual Praia de Góis.

Se a praia da Ilha do Sol, junto a qual fundeou a armada de Martim Afonso é a atual Praia de Góis, a “abra do porto de São Vicente” era também aquela onde ficava, segundo o mesmo Diário, a praia mencionada, e sendo aí a “abra”, o Porto de São Vicente, era logo depois, pouco atrás dela, já que “abra” ou enseada de um porto, está claro, é a que precede ou constitui a sua entrada, e nunca uma enseada localizada a uma distância de mais ou menos uma légua em direção oposta com uma baía de mar grosso de permeio. A continuação da pesquisa do Diário de Pero Lopes nos diz o seguinte:

“Quarta-feira XXII dias do mês de maio... party deste rio de Sam Vicente”.

Estabelecido como está, que o “Rio de São Vicente” era o atual estuário de Santos, demonstra que a entrada da armada se efetuara também por ali, onde ficava realmente o Porto de São Vicente. O nome Porto de São Vicente significava apenas que servia a região de São Vicente e ao povoado, depois Vila, exatamente como acontece hoje, que se pode dizer, como naquele tempo se diria : Santos é o Porto de São Vicente, ou ainda de São Paulo, sem que isso implique ou implicasse com a sua localização.

Veremos a seguir a Carta de confirmação das terras de Pero Correa, passada a 25 de maio de 1542 pelo Capitão-mor Antonio de Oliveira, à qual já fizemos referência anteriormente, e o que ela diz a respeito da localização do Porto de São Vicente:

“... faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, como por Pero Correa, morador n’esta villa de São Vicente, me foi feita uma petição, em que diz que por Gonçalo Monteiro, que foi aqui capitão, lhe foram dadas umas terras da outra banda desta ilha, que é o Porto da Náos, terra que era dada a um Mestre Cosme, bacharel e outra d’onde chamam Perohybe, e é dez ou doze léguas desta villa, das quaes terras elle Pero Corrêa tinha carta e lhe cahira no mar, as quaes estavam em o livro de tombo que o escrivão de datas tem em seu poder, e me pedindo pelas ditas confrontações, que estavam no livro do tombo lhe mandasse passar novas cartas das ditas terras que me pedia, mais uma ilha de tres que estão defronte da dita terra de Perohybe para seu aposentamento de carga e descarga das náos. A primeira que foi dada, que é defronte desta ilha e villa de São Vicente começa a partir do Porto das Náos, partindo com terras de Antonio Rodrigues até ir partir com as terras de Fernão de Moraes, defunto, ou com cujos forem daqui por diante... a que deu ao dito Pero Corrêa, e onde começou a partir que é no dito Porto das Náos, ficará um rocio de tiro de arco, assim, como foi mandado e ordenado pelo Snr. Governador, que fique livre e desembaraçado para quando as náos alli ancorarem...”.

Este documento sempre foi muito citado por aqueles que defendem a entrada da frota Afonsina na barra de São Vicente e utilização, pela mesma armada, do Porto das Naus, existente defronte ao Tumiarú. Mas os dizeres do documento, quando interpretado na defesa desta tese, volta-se contra este argumento.

Como já foi exposto neste trabalho, através de diversos documentos, a Vila de São Vicente não possuía porto do seu lado da ilha, fato corroborado pelo Diário de Pero Lopes, quando tomado por base, de haver Martim Afonso desembarcado no Porto de São Vicente e varado uma nau em terra, mostrando que o Porto de São Vicente não estava localizado na face ocidental da ilha, onde estava o povoado e, depois Vila, sim do lado oriental.

A Escritura de 1536, em favor de Estevão da Costa, descreve as terras doadas ao mesmo, por Gonçalo Monteiro, Capitão-mor de São Vicente (após a volta de Martim Afonso a Portugal) que ficavam no extremo inferior da Ilha de Santo Amaro, em frente à Ponta da Praia atual. Esta Escritura, juntamente com a carta de 1542 (já transcrita) e a descrição de Alonso de Santa Cruz do ano de 1530, seriam suficientes para esclarecer estes aspectos da história inicial de São Vicente. Vejamos o que ela diz:

“Confiando no dito Estevão da Costa, lhe dou e hei por dadas as terras seguintes de Guaibe, onde é o Porto da Náos, defronte dessa Ilha de São Vicente, onde todos estamos, etc... da banda do sul partem com a barra e porto dita Ilha de Guaibe e desta de São Vicente, que é onde ancorão as náos quando vêm para este Porto de São Vicente...”

Este documento esclarece que a barra da Ilha de Guaibe (Santo Amaro atual) e a barra de São Vicente eram uma só. E que as terras demarcadas partiam e se confrontavam da banda

sul, com ambos os portos – o da Ilha de Guaibe e o da Ilha ou Porto de São Vicente – conceito que ainda reafirma quando diz:

“Que é onde ancorão as náos quando vêm para este Porto de São Vicente”.

Através do historiador Frei Gaspar da Madre de Deus, ficamos sabendo que as naus que vinham de fora aportavam no Porto de São Vicente, e que dali as mercadorias eram transferidas para embarcações menores e enviadas para a Vila de São Vicente, ao outro lado da ilha - os volumes maiores e mais pesados, enquanto as mercadorias mais leves seguiam pelo caminho de terra. É lógico que existia um segundo Porto das Naus perto da Vila de São Vicente, onde essas embarcações menores, como bergantins, primacias, pataras e galerinhas até cinqüenta toneladas ou pouco mais, deviam aportar, baldeando a parte da carga pesada destinada à vila. Portanto não se discute a existência do Porto das Naus de São Vicente, onde as embarcações menores constituíam as “naus” que chegavam àquele ancoradouro.

Nesse Porto das Naus vicentino existiu um trapiche alfandegário, onde ficavam depositadas as mercadorias baldeadas dos navios ancorados no Porto de São Vicente, ao outro lado da ilha, para que os proprietários viessem retirá-las pagando as taxas devidas.

Desta forma o porto quase fronteiro à vila de São Vicente (hoje Cidade de São Vicente), foi realmente o Porto das Naus (pequenas), consideradas assim pela gente da época.

Acreditamos que esta seja a história dos primeiros acontecimentos da Capitania de Martim Afonso, vistos pelos documentos apresentados (transcritos), resumindo: a história do Porto de São Vicente, dos dois portos das naus, e finalmente o da chegada da armada de Martim Afonso de Sousa.

Existem diversas teorias de vários autores que trataram do mesmo assunto, segundo as quais o porto da Vila de São Vicente era bom em seus primeiros tempos, depois se assoreou com entulhos de areias ou se transformou com a ressaca de 1542 (que muitos insistem em chamar de maremoto), sem que apresentem um apoio documental convincente.

Os defensores da entrada da armada Afonsina na pequena enseada de São Vicente não atentam para o tamanho dos barcos usados no tempo de D. João III. Segundo as notícias da época, as naus daquele tempo chegaram a ter 800 e 900 toneladas, sendo freqüentes as de 400 e 500 toneladas por serem construídas em madeira. O seu volume igualava aos vapores da antiga Companhia Costeira, por onde se vê que a barra “seca” de São Vicente (assim citada em vários mapas antigos) e assim declarada por Gandavo em 1570 (e reconhecida por diversas sondagens efetuadas no correr dos anos), com arrecifes e bancos de areia em toda a extensão da pequena enseada, não sendo naturalmente muito aconselhável para navios de porte e veleiros como os da época.

Muitos apresentam as ruínas que existem a uma distância de 100 metros da Ponte Pênsil, como sendo as ruínas da primeira Alfândega do Brasil (localizadas em frente ao Tumiaru), sendo que na verdade era um trapiche alfandegário o que ali funcionou, no que era o Porto

das Naus, nome pelo que elas são atualmente conhecidas, e que anos depois foram transformadas em trapiche ou casa de purgar açúcar, por Jerônimo Leitão, muito embora ultimamente tem-se levantado algumas dúvidas que parecem apontar que ali seria o estaleiro, que funcionava perto do Porto das Naus, desde a época do Bacharel, portanto antes da chegada de Martim Afonso.

De fato, nessa área existiu um estaleiro, e, o Porto das Naus, sendo o primeiro trapiche alfandegário de São Vicente, mas no ano de 1580 Jerônimo Leitão instalou seu engenho de açúcar, quando pouco devia existir das primitivas construções, ficando evidente que esse capitão-mor fez construções ali, sendo algumas novas e outras aproveitando alguma coisa que restara da anterior, como alicerces e pedras desmontadas, mas para isto se tornar uma afirmativa, se necessita muita pesquisa documental e de campo, visto que os engenhos da época tinham: casa de purgar, casa de moenda, depósito e outras construções utilizadas naquelas antigas propriedades, de forma a não se poder afirmar hoje, que ali era o “trapiche alfandegário” de São Vicente, e sim que foi algum dia.

A primeira alfândega do Brasil foi instalada na Bahia em 1549 e a segunda em São Vicente (alfândega seca), na ilha, dentro da vila, no mesmo ano e ambas por Antonio Cardoso de Barros, vindo para isso de Portugal, autorizado pelo Regimento de 17 de dezembro de 1548, de D. João III.

A Escritura de 11 de agosto de 1549, lavrada por Antonio Rodrigues de Almeida, Escrivão da Fazenda, é o primeiro documento a revelar a existência da alfândega vicentina naquele mesmo ano, identificando-a assim:

“E por verdade d’isso com o meu signal público, eu, Tritão Mendes, Tabelião do público jucicial nesta villa de São Vicente e seus termos pelo dito governador o escrevi. Aos 11 dias do mez de Agosto de 1549, e eu, Antonio Rodrigues de Almeida, Escrivão da Fazenda, por El-Rei Nosso Senhor em toda esta Capitania, que esta trasladei de outro traslado de verbo adverbium n’esta villa de S. Vicente nas casas da Alfândega do dito senhor...”.

Fica evidente que antes de 1549, não existia Alfândega em São Vicente como em todo o Brasil. Existiam apenas trapiches alfandegários em vários locais da costa, contando-se entre eles o do Porto das Naus Vicentino e o Porto de São Vicente na entrada do atual estuário santista, que servia toda a zona de dentro.

As ruínas de São Vicente, conhecidas como do Porto das Naus são, na opinião de Frei Gaspar, os restos do Engenho de Jerônimo Leitão, trapiche, casa de purgar, ou qualquer construção conjunta, mais sujeitas ainda a mais pesquisa documental e de campo, posto que há dúvida razoável a respeito.

Como já vimos anteriormente, desde 1502 até 1532, o atual estuário de Santos foi sempre identificado como Rio de São Vicente, ou seja, a partir do batismo vespuciano. Reafirmando a documentação na qual nos baseamos, vimos que o próprio Martim Afonso de Sousa, em 1532, na semana concedida a Pero de Góis, já citada neste trabalho, utiliza a

dita denominação na confrontação das terras doadas, não deixando nenhuma dúvida a esse respeito.

Depois de 1532 surgiu a necessidade de se determinar e distinguir as terras. Iria assim o estuário santista, perdendo o primitivo nome cristão e português (Enguaguaçu), em favor das águas que ficavam junto à vila, gerando as dúvidas surgidas posteriormente e que causa a questão demarcatória havida em 1624, entre os herdeiros de Martim Afonso e de seu irmão Pero Lopes.

O Bacharel Mestre Cosme Fernandes, por volta de 1503/1504, veio de Cananéia, onde foi deixado na condição de degredado, por ordem de D. Manuel I, pela armada de André Gonçalves e Américo Vespúcio em 1502. Fundou à margem desse rio de São Vicente (de 1502) o Porto do mesmo nome, citado por todos os navegantes da época e designado em seus portulanos, como Porto de São Vicente.

Com a chegada de Martim Afonso em 1532, o Porto de São Vicente continuou como ancoradouro oficial e porto principal da Capitania, enquanto que o antigo povoado, do lado oeste da ilha passava à categoria de vila ou capital de toda a capitania que tomou o seu nome, isto já desde 1516, quando Itamaracá e São Vicente foram tornadas capitania – Pedro de Magalhães Gandavo – “História da Província de Santa Cruz” – 1576 – última edição, pág. 90 e 91:

“A última Capitania he a de Sam Vicente, a qual conquistou Martim Afonso de Sousa, tem quatro povoações. Duas delas estam situadas em huma Ilha que divide hum braço de mar da terra firme à maneira de rio. Estam estas povoações distantes do Rio de Janeiro quarenta e cinco legoas em altura de vinte e quatro grãos. Esse braço de mar que cerca esta ilha tem duas barras cada huma para sua parte. Huma dellas he baixa e nam muito grande, por onde nam podem entrar sinam embarcações pequenas, ao longo da qual está edificada a mais antiga povoaçam de todas, a que chamão de São Vicente. Hua legoa e meia da outra barra (que he a principal por onde entrão os navios grossos e embarcações de toda a maneira que vem a esta Capitania) está a outra povoação, chamada Santos, onde por respeito desta escalla, reside o Capitão ou o seu Logo tenente com os officiaes do Conselho e governo da terra.”

Carta de Diogo Garcia de Morguer - Memória de la Navegacion - 1527

Transcrições no Tomo 15 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e Corografia Histórica, Cronográfica, Império do Brasil, pág. 150, em que diz:

“1527 – E de aqui fuemos a tomar refresco em São Vicente questá em 24 grados ali vive um Bachiller e unos yernos suyos mucho tiempo ha que ha 30 años, a ali estuvimos hasta 15 de Enero del año seguinte de 27,.....y hicieron conmigo uma carta de fletamiento para que las truxese em Espana con la nao grande ochocientos esclavos, e yo la hice con acuerdo de todos mis oficiales e contadores e luego acordamos que allegando em el rio mandasemos na nao.....e luego acordamos todos mis oficiales de la mandar fuera del rio la não questava en gran peligro de las Gurupadas que en aquel tiempo

ay em aquel rio, e más que fuese a la carga los esclavos del dicho Bachiller que tinha fletado para en España, e daria nuebas como Sebastian Gavoto estava en el rio, e luego la nao hizo vela e fuese fuera del rio a S.Vicente a esperar mi respuesta em aquel puerto de S.Vicente.”

Diogo Garcia de Moguer, segundo a opinião de muitos historiadores, era um comandante português a serviço da Espanha e, nesta oportunidade cumpria um encargo do rei espanhol. Deixara o Cabo de Finisterra em 15 de janeiro de 1526 com destino ao Rio da Prata. Neste documento relata que viera ao Porto de São Vicente para “refrescar” (abastecer) os seus navios, e que ali encontrou o Bacharel e os seus genros, que moravam no local havia cerca de 30 anos. Diz ainda que comprou um bergantim fabricado por aqueles homens e a compra de 800 escravos para serem conduzidos do Porto de São Vicente para a Espanha. E finalmente que estando no Rio da Prata, mandara a nau grande voltar para o Porto de São Vicente e esperar a sua resposta. Tratando-se de um documento de 1526/1527, serve para, sem dúvida, comprovar a existência e o caráter de entreposto importante, do ancoradouro oficial da região de São Vicente, que originou desde 1532, a formação do povoado de Enguaguacú, futura Santos e Porto de Santos.

O nome de origem indígena da barra e baía de São Vicente, PARANAPOAN ou PARNAPOAN, é composto de “Paraná” que quer dizer “mar”, e de “poan”, que quer dizer “levantado”, “empinado”, “alteado”, etc, na chamada língua túpica ou da costa, significando exatamente isso: “mar levantado, empinado”, equivalendo à barra batida de ondas, de mar levantado, batido (imprestável para a navegação da época que era fundamentalmente à vela (veleira) ou a remos (embarcações pequenas).

Poucos historiadores observaram a circunstância de que o próprio nome indígena indica o fenômeno ocasionado até hoje pela existência de baixios e principalmente do grande banco de areia que começa na barra, provocando arrebentação e ondas, se estendendo de forma irregular até além da chamada Ponta da Fortalezinha, que marca o centro da baía, razão pela qual as ondas formadas na barra irem correndo com menos força ou intensidade até ali.

Tratando-se de uma denominação imemorial, autóctone, anterior ao povoamento vicentino pelos portugueses, fica evidente que a barra vicentina já era assim, sujeita aos fenômenos que a inutilizavam para ancoradouro ou porto e sem possibilidades de navegação de calado e principalmente à vela.

Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus na sua “Memórias para a História da Capitania de São Vicente” – 3ª. Edição, pág. 205 a 209, diz o seguinte:

“Junto a esse outeiro (Santa Catarina) edificou Luiz de Góis, fidalgo da Casa Real, com sua mulher D. Catarina de Andrade e Aguillar, uma capelinha onde colocaram a imagem de Santa Catarina, que mandaram fazer”.

“Caminhou com passos largos a nova povoação por nela fazerem casas todos os moradores do rio da Bertioga, os de terra firme mais chegada a Enguaguaçu, muitos da Ilha de Santo Amaro e vários da outra de S. Vicente, cujas fazendas estavam mais

próximas à povoação do que a Vila (Vila de São Vicente). Já foi citado que os navios até esse tempo davam fundo no lugar onde o Rio de Santo Amaro desemboca no canal da Barra Grande. Este surgidouro era inconveniente, assim aos marinheiros, como aos donos das fazendas; aos primeiros, por lhes ser necessário residir em porto solitário, enquanto as embarcações aqui se demoravam; e aos segundos, porque conduziam para Vila (de São Vicente) as suas cargas mais pesadas ou pela Barra de São Vicente, com muito perigo em canoas, ou por dentro, rodeando toda a ilha com viagem mais dilatada.”

“Para que estas fossem mais breves, e a gente da tripulação não assistisse em lugar deserto..., logo os navegantes desampararam o antigo surgidouro, e vieram dar fundo mais acima, defronte da dita povoação, pois junto a ela ancoravam os navios que vinham para S. Vicente, e ali descarregavam, e o mesmo faziam os moradores da Ilha de Santo Amaro, Bertioga e terra firme, que das roças vinham para a Vila em canoas, e não queriam ir embarcados até S. Vicente, os quais saltavam em terra na povoação e dali caminhavam pela estrada que Pascoal Fernandes e Domingos Pires tinham aberto; por este modo deram o nome de Porto à dita povoação, querendo dizer com esta palavra que ela era o Porto da Vila de São Vicente.....”

Acreditamos que esta passagem da obra de Frei Gaspar é bastante esclarecedora sobre o assunto em pauta. Esclarece as razões pelas quais foi desativado o Porto de São Vicente (da Ponta da Praia), assim como o surgimento do povoado de Enguaguaçú, e que no início era considerado como Porto de São Vicente e, como começou a futura Vila e depois cidade de Santos.

Capítulo XII - Do nome “Gohaió” ao de “São Vicente”

(F 41) A Ilha de São Vicente, em que se localizam as cidades de Santos e São Vicente, chamou-se primitivamente “Goiahó”, “Gohaió”, “Guaió” ou “Guaiahó”.

A transmissão desse particular histórico-geográfico devemos a Martim Afonso de Sousa que o cita no texto da carta de sesmaria passada a Pero Góis, em Piratininga, a 10 de outubro de 1532, confirmando desta maneira as consignações cartográficas anteriores (do início do século XVI) de Kunstman e dos Reinel, assinalando a ilha dos Goianos ou dos Guaianos e Guanás.

A sua denominação atual “São Vicente” devemos a André Gonçalves e Américo Vespúcio, que a 22 de janeiro de 1502, fundeando seus navios no estuário santista, na altura da Ponta da Praia, denominaram de “Rio de São Vicente”, por ser aquele o dia do santo e esse nome serviu para designar depois a ilha, porto, povoado e região. O dia 22 foi o dia em que o santo morreu torturado, no ano de 304.

Na época era comum batizar-se acidentes geográficos, fundação de povoados e outros, com o nome do santo do dia, assim como São Sebastião do Rio de Janeiro, Bahía de Todos os Santos, São Paulo de Piratininga, etc.

Da viagem de Vespúcio de 1501 a 1502, as cartas de navegação e mapas da época, como de Kaustmann (mapas 1 e 11 da cosmografis de 1503), a de João Rayssch (de 1506/1508, publicada na Geografia de Ptolomeu de 1508) e a de Waldseemuller (Hylacoylus), em todas elas já aparece o nome de São Vicente, grifado de vários modos: San Vicente, San Bicente, San Uicente e San Vicenzo, aplicada à região, ilha e rio. Apesar disso, muitos ainda insistem na afirmativa de que teria sido Martim Afonso a dar o nome em 1531/1532.

Até aquele ano de 1502, Gohaió e suas formas paralelas prevaleceram na denominação da ilha, mas depois daquele ano o nome “São Vicente” passou a substituir o nome antigo de maneira permanente.

Segundo o historiador Francisco Martins dos Santos na sua obra “História de Santos”, vol. 1, (que tomamos como base para o desenvolvimento deste trabalho), o nome GOHAYÓ traduz bem o fenômeno geonômico pressupostamente operado através de séculos sobre esta parte da região. Palavra de origem tupi, ela e compõe do seguinte:

GU – “recíproco”; AI – “despregar”, “abrir”, “separar”; Ó – “cortar”, “arrancar”, com o significado de “a que foi arrancada ou cortada, aberta ou separada dos dois lados” (aparecendo os termos AI e Ó, unidos na mesma palavra, para exprimir separação por força. Por um fenômeno sísmico qualquer), o que finalmente indica o significado de ter sido a ilha separada do continente por força sísmica ou pelas águas.

Alguns autores argumentam que o nome teria sido ENGAGUASSÚ ou ENGUAGUAÇÚ, ignorando que este nome era dado ao lagamar ou grande enseada em frente à embocadura do rio ou canal de Bertioga, passando a denominação à parte da ilha de São Vicente, onde se fundou um povoado de nome ENGUAGUAÇÚ, que depois, em seu desenvolvimento, foi vila e cidade de Santos. Em 1541, D. Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso e administradora da Capitania de São Vicente, manda transferir o porto de São Vicente, localizado na Ponta da Praia, para a enseada de Enguaguaçú, dando assim mais força para o nascente povoado.

Enguaguaçú era uma variante prosódica de Y ou Ygoã-Guaçú (tomada a pronúncia escura e nasal do primeiro som, pelo indígena como EN), com o significado “Enseada grande do rio”, ou “Rio da Enseada Grande”, de acordo com identificação que se queira fazer.

Outra denominação que nos aparece da Ilha de São Vicente, citada em meados do século XVI, é MORPION.

Hans Staden, artilheiro alemão, que chegou a São Vicente em 1549, depois de naufragar na costa próxima, descreve assim, na sua obra, sobre a ilha:

“Nesta ilha existem dois lugares: um chamado MORPION e outro ENGUAGUAÇÚ”.

Para Jean de Lery, companheiro de Villegagnon, MORPION era o nome dado pelos índios ao Forte de Bertioga. Para Thevet era o nome aplicado à Ilha de São Vicente e à Capitania, aparecendo com as grafias MORPION, URBIONE e URBIONEME.

MORPION ou URPION seria o nome utilizado pelos que visitaram a ilha, indicado como sendo o nome dado pelos índios. Para João Mendes de Almeida seria a corrupção do vocábulo composto “uiraupaon” com o significado de “Ilha dos Pássaros”.

O Dr. Pirajá da Silva, em suas notas e comentários sobre o “Roteiro do Brasil”, de Gabriel Soares, diz que MORPION é vocábulo de origem duvidosa.

De fato, pode tratar-se de um vocábulo de origem hebraica, como tantos que aparecem na geografia da costa brasileira, devido à presença de muitos “cristãos-novos”, ou seja, de judeus convertidos ao cristianismo, como também pode ser uma voz indígena e/ou corruptela de dialetos índios. A realidade é que até hoje não há explicação satisfatória sobre a origem ou significado de MORPION e as suas variáveis.

Estas são as denominações mais conhecidas que a ilha, povoado, porto e depois cidade de São Vicente teve através de sua história.

Franceses

A chegada dos portugueses ao Brasil quase coincidiu com a chegada dos franceses, que logo começaram o mesmo tipo de comércio praticado pelos portugueses, ou seja, o de resgate do pau-brasil em troca de objetos com os naturais da terra.

Apesar da extensão do litoral brasileiro, o encontro e enfrentamento de francos e lusos foi inevitável. Portugal considerava a nova terra da sua exclusiva propriedade pelas concessões Papais contidas no Tratado de Tordesilhas, que dividia o novo continente em possessões espanholas e portuguesas e pela prioridade do descobrimento.

O Rei tirava porcentagem dos gêneros levados para além-mar e os armadores queriam lucros dos seus esforços e capitais aplicados nesse comércio.

A presença dos franceses prejudicava os interesses portugueses na região, oferecendo os gêneros a preços mais vantajosos, já que não tinham eu pagar os quintos, e os levavam diretamente aos mercados consumidores, sem ter que passar por Lisboa.

Desde a Paraíba, ao norte, até São Vicente, no sul, o litoral era habitado por povos que falavam a mesma língua, tinham os mesmos costumes, porém divididos por desavenças muito antigas em dois grupos: os Tupinambás e os Tupiniquins.

As razões de porquê os Tupinambás se aliaram aos franceses, e os portugueses tiveram os Tupiniquins ao seu lado, é fato que não consta na história, mas o fato é importante, já que por muitos anos ficou indeciso, se o Brasil seria dos portugueses, ou dos franceses, dependendo em grande parte das regiões ocupadas, se tinham ou não a aliança das tribos da região, fato que podia significar um assentamento e ocupação da região, de maneira pacífica ou não.

Ainda nos últimos tempos do reinado de D. Manuel, começaram os protestos contra a presença dos franceses nas costas do Brasil e as atividades destes, contrabandeando o pau-brasil. Com a acessão de D. João III ao trono de Portugal, a situação ficou mais tensa. Vendo-se a inutilidade do envio de embaixadas à corte da França e de promessas compradas a peso de ouro e nunca cumpridas, o rei de Portugal resolveu endurecer a sua política com relação às novas terras. Como consequência manda uma armada guarda-costas ao Brasil, sob o comando de Cristóvão Jacques em 1527. Este comandante já estivera antes no Brasil e deixara uma feitoria junto a Itamaracá em 1517, quando voltava de uma expedição ao Rio da Prata e quando foram criadas as duas primeiras capitânicas: Itamaracá e São Vicente.

Desde Pernambuco até a Bahia e talvez Rio de Janeiro, Cristóvão Jacques deu caça aos contrabandistas. Na realidade as armadas guarda-costas eram meros paliativos. Só povoando a terra poder-se-ia cortar o mal pela raiz. Cristóvão Jacques ofereceu-se para trazer mil povoadores. João de Melo da Câmara fez um oferecimento semelhante, indignado com a atitude da gente que até então tinha vindo para o Brasil, limitando-se a comer os alimentos da terra, juntar-se às índias. Visto isso, ele propôs trazer numerosas famílias, bois, cavalos, sementes, etc. Ao invés destas medidas o rei optou por mandar uma armada de meio-termo, quer dizer, entre armada guarda-costa e expedição povoadora, sob o comando de Martim Afonso de Sousa.

Capítulo XIII - A expedição de Martim Afonso.

(F 42) A expedição de Martim Afonso correspondeu aos desejos de D. João III de tentar ainda com recursos da coroa, sem lançar mão daquele feudalismo coloquial, repelir os concorrentes e fundar bons povoamentos e, sobretudo afastar os estrangeiros: “por el-rei ter novas que no Brasil havia muitos franceses me mandou lá”, diria o próprio Martim Afonso, (em Brevíssima e Sumária Relação, Coimbra, 1877). Mas o embaixador da Espanha, Lopo Hurtado de Mendoza, protestou, dizendo que não entrasse o Rio da Prata, e Paraná, e Paraguai... (Requerimento, en Revista de la Biblioteca Nacional, nº 37, pág. 137, Buenos Aires – 1946).

D. João III tivera grande amizade e confiança em Martim Afonso, que estivera a seu serviço quando príncipe-herdeiro, e fora tanta a sua amizade, que D. Manuel se aborreceu e quis expulsá-lo da corte. Com a ascensão de D. João III ao trono em Portugal, Martim Afonso não teve o favor de antigamente, distanciado, como estava então, pelo prestígio atingido por D. Antonio de Ataíde, Conde de Castanheira. A armada de Martim Afonso era composta de cinco navios: a nau capitânia (não se sabe o seu nome), onde ia o jovem Pero Lopes de Sousa, os galeões São Miguel (Capitão Heitor de Sousa) e São Vicente (Capitão Pero Lobo Pinheiro), e as caravelas Princesa (Capitão Baltazar Gonçalves) e Rosa (Capitão Diogo Leite, que fora capitão de uma das naus de Cristóvão Jacques).

Martim Afonso trazia instruções acerca da posse de todo o território brasileiro, abrangido pelo meridiano de Tordesilhas e poderes para: doação de sesmarias, organização da justiça, fundação de feitorias (fazer Vilas, como se dizia na época). Trazia também instrumentos de trabalho, vinte e sete nobres, diversos povoadores, oficiais (mestres de várias profissões – carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc.) e quatrocentos homens de armas e muita artilharia para defesa de fortalezas, que deveriam ser construídas.

A armada de Martim Afonso parte de Lisboa a 3 de dezembro de 1530, chegando às costas de Pernambuco e captura três naus da França carregadas de pau-brasil. Uma é mandada para Lisboa, outra incorporada na expedição e a terceira posta a pique.

Martim Afonso decide dividir as suas forças, partindo Diogo Leite com duas caravelas, para descobrir a costa leste-oeste, chegando à Baía de Gurupí, se não até o Amazonas. Retornando, o capitão-mor seguiu para o sul.

A 13 de março de 1531 Martim Afonso entra na Bahia de Todos os Santos, onde encontra o português Diogo Álvares Correia (Caramuru), que o recebe hospitaleiramente. Este homem providencial se transformou em fiador ambíguo da lealdade dos índios. Tinha mulher brasílica e vários filhos. Vivia respeitavelmente e, sendo muito amigo dos Tupinambás, levava muitos deles à presença do Capitão-mor.

Em 30 de abril Martim Afonso ancora junto à Ilha Rosa, em frente à Barra do Rio de Janeiro, e ao meio dia entra na Baía de Guanabara. Mandou construir uma casa forte. Apelidou-se de Martim Afonso o desaguadouro do Rio Comprido, o sítio onde fundeu. Mandou aparelhar dois bergantins. Mandou quatro homens a verem o país no que consumiram em dois meses por campos e serras, se internando pelos sertões adentro, à procura de metais preciosos. Voltaram depois de andarem por 115 léguas, trazendo de volta muito cristal e a notícia de ouro e prata no Rio Paraguai. (“Diário de Pero Lopes” 1, pág. 207). Esta notícia está registrada como sendo um chefe indígena a lhes dizer da existência de ouro e prata, muito grande. Supuseram ser o Paraguai (Capistrano, nota de Varnhagen, 1, pág. 150).

Em 1 de agosto de 1531 Martim Afonso parte da Guanabara e chega a Bertioga, onde manda construir uma estacada (pequeno fortim) feito de taipa, onde deixa alguns homens. Segundo alguns historiadores, teria sido realizada uma reunião entre Martim Afonso e João Ramalho (do que não há prova documental), para decidir a sorte do Bacharel Mestre Cosme Fernandes (a sua expulsão para Cananéia). Embora não mencionado por estes autores, é razoável pensar-se que participasse dessa reunião, o Capitão de São Vicente, Antonio Ribeiro, e fosse ele o encarregado de dar a ordem ao Bacharel de retirar-se, sendo em São Vicente até o momento, o representante da autoridade real e não João Ramalho, como é mencionado comumente.

Também não há referências documentais a respeito, assim como do pretense ataque dos índios, evitado por João Ramalho. Quanto à estacada (pequeno forte construído de taipa), teria sido desativada por ordem de Martim Afonso, pouco depois da sua chegada a São Vicente. Outro aspecto a ser mais estudado é o pouco tempo dado ao Bacharel para retirar-se para Cananéia, já que a armada Afonsina estava em Bertioga no mês de agosto, quando

se daria a ordem para o Bacharel abandonar São Vicente, nos chama a atenção que, no mesmo mês Martim Afonso já o encontra instalado em Cananéia. Pensamos que a ordem foi dada ao Bacharel antes da estada de Martim Afonso em Bertioga e nesse caso teria sido uma ordem de rei e transmitida pelo capitão de São Vicente, Antonio Ribeiro, já que, segundo o Diário de Pero Lopes, o Bacharel e sua gente são encontrados em Cananéia sem que sejam indicados indícios de chegada recente à região.

Tem sido aceito pelos historiadores em geral o fato de que a armada Afonsina, na sua viagem para o sul, estacionou por alguns dias em Bertioga.

Após uma longa permanência no Rio de Janeiro, onde tentou fundar uma povoação junto à Praia Vermelha, conhecida depois como Praia ou Porto de Martim Afonso e onde construiria uma casa de pedra – Carioca – futuro Flamengo, aporta em Bertioga, junto à Ilha de Guaíbe, atualmente Ilha de Santo Amaro, em porto natural, com mais de dez braças de profundidade. Teria construído ali a primeira estacada ou fortim nessa parte da costa da Baixada Santista, com guarnição de artilheiros e soldados. Nesse local teria recebido a visita de João Ramalho e o cacique Tibiriçá, acompanhados de quinhentos guerreiros goianases, parlamentando pela primeira vez com estes chefes do planalto, e combinando talvez, uma forma de convivência, que permitiria a João Ramalho a continuação das suas atividades comerciais de venda de escravos índios e a Martim Afonso o cumprimento da última parte da sua missão, que era começar oficialmente o povoamento do Brasil, começando pela criação da primeira vila (de São Vicente), dando começo à grande colonização.

Os historiadores em geral aceitam que os indígenas do litoral ficaram assustados com o aparato das naus e caravelas e dos soldados de Martim Afonso, fato estranho, já que deveriam estar acostumados a estes espetáculos, pois ali perto já existia o Porto de São Vicente, que recebia a visita bastante freqüente das armadas itinerantes, teriam ido até o planalto para avisar João Ramalho (o patriarca português da Borda do Campo), fazendo com que ele descesse com parte das suas forças. Isso não passa, evidentemente, de puro romance, não havendo nenhuma evidência documental, direta ou indireta.

Segundo Francisco Martins do Santos, isso não passa de uma fantasia. O lógico, no caso, seria admitir-se a atuação e Pero Capico e Henrique Montes (além de outros), antigos e conhecidos habitantes da região, conhecidos portanto dos índios do litoral vicentino (tapanhunos e miramomis), que conseguiriam com facilidade mensageiros para o planalto, para assim convidar João Ramalho para a sua primeira entrevista com Martim Afonso, o que em última análise seria a preparação da entrada de Martim Afonso, como autoridade máxima, na região vicentina, litoral este dominado pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes.

Como resultado dessa conferência, o Bacharel, por ser um degredado, teria que se retirar imediatamente para o seu local de degredo (Cananéia), abandonando o povoado que fundara (povoado de São Vicente e depois Vila), enquanto que Antonio Rodrigues permaneceria no Tumiarú, à espera da instalação dos homens do Rei.

É incontestável o comparecimento a esta conferência (se é que aconteceu) do Capitão Antonio Ribeiro, capitão da Capitania de São Vicente, criada junto com a de Itamaracá desde 1517, por ordem de D. Manuel e trazido para São Vicente, na segunda viagem de Cristóvão Jacques, quando substituiu Pero Capico no cargo em 26 de outubro de 1528, morando em paz e em comum com o poderoso Bacharel.

Como chamara a João Ramalho, Martim Afonso chamaria também o Capitão Antonio Ribeiro (que se destituiria do cargo com a sua chegada) e que estava muito mais perto de Bertioga.

Seria, portanto, Antonio Ribeiro, a pessoa indicada para transmitir a mensagem de Martim Afonso, com as alternativas que este poderia lhe oferecer: a retirada sua e de sua gente, imediatamente, para o local do seu degredo – Cananéia – ou a luta contra a sua armada composta de navios muito bem supridos de canhões e seus soldados e seus cabos de guerra, num total de quatrocentos homens de armas. Para o caso de aceitar a retirada, teria o prazo de alguns dias. Após isso Martim Afonso (se a sua ordem não fosse acatada), atacaria o povoado. Caso cumprisse a ordem de retirada, fundearia em Cananéia, para confirmar a presença do Bacharel.

Tudo isso é hipotético, já que como dissemos anteriormente, não existe, a nosso ver, prova documental, direta ou indireta, sobre esses acontecimentos.

Como é sabido e provado por diversos documentos já citados, o Bacharel opta pela retirada, junto com o seu genro Francisco de Chaves e toda a sua gente, que foram encontrados mais tarde em Cananéia, ao sul da Capitania, por Martim Afonso.

Continuemos com a viagem de Martim Afonso.

Depois da sua parada em Bertioga, Martim Afonso parte rumo ao sul, para cumprir a segunda missão, ou seja, o reconhecimento do Rio da Prata. Nesta rota, no mesmo mês de agosto, a armada Afonsina ancora nas águas de Cananéia.

Segundo o Diário de Pero Lopes, o piloto Pedro Eanes, que entendia o Tupi, insinuou-se num bergantim pelo porto de Cananéia e voltou com o Bacharel e de Francisco de Chaves, grande lingua de terra, acompanhado de vários espanhóis.

Pero Lopes registra o entusiasmo que as narrativas daquele Francisco de Chaves despertaram; Prometera ele que, em dez meses traria 400 escravos carregados de ouro e prata. Martim Afonso não teve dúvidas em fornecer-lhe oitenta homens, 40 besteiros e 40 espingardeiros, sob a chefia de Pero Lobo, sendo esta a primeira Bandeira a entrar pela terra adentro, saindo de Cananéia a 1 de setembro de 1531.

Partiram para nunca mais voltar, nem ele nem os seus soldados. Os índios Carijós teriam acabado com esta bandeira nos Campos de Curitiba.

Alguns autores acreditam ter sido uma cilada preparada pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes e o seu genro Francisco de Chaves. Aquilo que no momento podia parecer

inacreditável (400 escravos carregados de ouro e prata), ficou visível: Francisco de Chaves, assim como o Bacharel, podia perfeitamente ter conhecimento da viagem de Aleixo Garcia aos contrafortes andinos.

Pedro Calmon em sua “História do Brasil”, vol 1, pág. 131/132, diz o seguinte:

“Por esse tempo (1520) Aleixo Garcia, português e comparsa de Solís, estabelecido em Santa Catarina, procurava tirar a limpo as fábulas guaranis do Rei Branco”, senhor das montanhas coroadas de gelo. Ramirez e Montes (do número dos onze naufragos da expedição de Solís) não ousaram acompanhá-lo. Foram quatro com ele (entre estes o mulato Pacheco) em busca do Rio Paraguai; e há indícios de que vararam o Chaco até as primeiras ondulações andinas, onde os índios chanés lhes deram amostras dos metais usados pelos incas. Voltaram carregando esses objetos, com a idéia, seguramente, de uma corajosa entrada pelos vales, cordilheira acima, até as espantosas altitudes, quando acabaram com eles os paiaguazes. Alguns índios sobreviventes levaram Ramirez e Montes, na costa, a notícia da chacina – que Alvar Nuñez Cabeza de Vaca pessoalmente indagaria, meio quarto de século depois”.

Como é fácil perceber, Henrique Montes é mencionado nesta passagem e ele se encontrava fazendo parte da armada de Martim Afonso.

Alguns companheiros de Solís, escapando à sanha dos índios e depois tolerados, confirmaram estes indícios vagos. Na Costa dos Patos alguns deles falavam com entusiasmo de tais riquezas.

Cristóvão Jacques colheu tais notícias na Costa dos Patos ou no próprio rio, por cerca de 1522, e levou-as ao Reino (Capistrano de Abreu, in “Capítulos da História Colonial, IV ed. 1954, pág. 86).

E. de Gandia em “História de la Nación Argentina”, II, pág. 569, Buenos Aires – 1937, e Mário Monteiro em “Aleixo Garcia”, pág. 25, Lisboa – 1923 e também o “Comentaires de Alvar Nunes Cabeza de Vaca”, em “Cabeza de Vaca”, em Ternaux Compans, Voyages, Relations et Mémoires Originaux, etc., VI, Paris – 1837; E. de Gandia, em “História Crítica de los Mitos de la Conquista Americana”, pág. 161 a 169. Estes são alguns dos autores que também citam nos seus trabalhos, a viagem de Aleixo Garcia aos contrafortes dos Andes.

Portanto a afirmação de ter sido uma cilada do Bacharel Mestre Cosme Fernandes e de Francisco de Chaves nos parece no mínimo especulação, visto os testemunhos apresentados. Henrique Montes e Pero Capico, como já citamos, conheciam estes fatos e quanto a Chaves e o Bacharel, evidentemente, também os conheciam, tanto quanto (é provável) o próprio Martim Afonso, portanto não há no nosso entender, base para a falada “cilada”, como forma de vingança pela expulsão do Bacharel, das terras de São Vicente.

A idéia do engodo filia-se à “tortuosa” conduta do Bacharel, cujo genro, bem pago por Garcia e Caboto, aderiu afinal à causa castelhana para desempenhá-la com extrema eficiência. Martim Afonso permaneceu em Cananéia por quarenta e quatro dias.

O Capitão-mor deixou três marcos de pedra com as armas portuguesas, no pontal de Itaquaruçá (Varnhagen, ob. Cit. I, pág. 151) e seguiu viagem rumo ao sul, para o Rio da Prata. O mau tempo reinante na área contrariou os seus projetos, pois ao que parece, pretendia subir o rio. À altura do Chuí naufragou a nau capitânia e logo em seguida um bergantim. Martim Afonso salvou-se agarrado numa tábua.

Realizou-se um conselho, acerca do que se fazer a seguir; entrar no Prata apesar dos temporais, ou voltar. Resolveram voltar. Ainda assim, Martim Afonso decidiu enviar um bergantim com trinta homens, sob o comando de Pero Lopes, que levava em sua companhia Pero de Góis, para explorar aquele estuário e assinalar a sua posse, com uma pedra padrão, em nome de Portugal. Pero Lopes demorou um mês nessa missão, subindo pelo Rio Paraná e Rio Uruguai, enquanto o resto da armada ficou aguardando o seu retorno. Na volta de Pero Lopes e seus companheiros, voltaram rumo ao norte, para dar início a terceira parte da missão: dar início ao povoamento do Brasil, começando a obra em São Vicente, onde teria chegado a 22 de janeiro, fundando a primeira Vila, a Vila de São Vicente.

Capítulo XIV - Fundação da Vila de São Vicente.

Tratamos nos capítulos anteriores de diversos aspectos que envolveram ou antecederam a fundação ou criação ou ainda elevação da Vila de São Vicente, tentando documentar o nosso trabalho, com transcrições e citações, não só de documentos, como também de trabalhos de diversos historiadores.

Vimos que antes da vila Afonsina já existia o povoado de São Vicente, citando alguns dos seus primeiros habitantes, assim como a figura do famoso Bacharel Mestre Cosme Fernandes, que consideramos o fundador do povoado.

Apresentamos diversas transcrições de documentos que mencionam os fatos do desembarque de Martim Afonso em terras vicentinas, no antigo Porto de São Vicente, assim como a localização deste porto na Ponta da Praia. A existência do Porto das Naus, no Mar Pequeno (Japuí) e o outro Porto das Naus, localizado na Ilha de Santo Amaro, nos mostra a impossibilidade de a armada Afonsina ter entrado na pequena barra de São Vicente. Por outro lado constatamos a importância da escolha de São Vicente para ser a Primeira Vila do Brasil, devido a ser, já na época anterior à vinda de Martim Afonso, um povoado com toda uma infraestrutura, como sejam: portos, estaleiros, uma fortaleza, população estável, plantações e criações regulares, amizade com as tribos da região, sendo, portanto um entreposto importante de abastecimento das armadas itinerantes que demandavam o Rio da Prata (provável caminho para se chegar ao Peru), ou de passagem para a Europa, ou mesmo para a Índia, sendo São Vicente também o ponto de maior desenvolvimento da costa brasileira e mais próximo (na parte sul) da indefinida linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas, que dividia as posses portuguesas das terras da Espanha.

São Vicente não possui nenhum documento que possa afirmar categoricamente que foi elevada a Vila, a 22 de janeiro de 1532. Essa data, 22 de janeiro, é uma data convencionada pelos diversos historiadores que dela trataram. Portanto, quando se diz que São Vicente foi fundada, ou mais corretamente elevada à Vila nessa data, se está apenas dizendo o mesmo que tantos historiadores disseram, sem que tenha-se tido nunca um só comprovante histórico, documento ou crônica, ou quaisquer outros, de que realmente a Vila de São Vicente passou a existir como Vila a partir daquela data “22 de janeiro de 1532”.

Começa ali, em São Vicente, a história da América Portuguesa. O lugar era favorável, já existia um povoado com portos, uma “casa de pedra” ou fortaleza, estaleiro, plantações e criações e com tribos indígenas amistosas, graças ao trabalho realizado, fundamentalmente, por dois portugueses, o Bacharel na baixada e João Ramalho no planalto.

Fundou, pois, Martim Afonso, a Vila de São Vicente, na parte da ilha voltada para a barra sul, no local onde já se encontrava o povoado do mesmo nome separado da terra firme e da Ilha de Santo Amaro por um canal, que devia protegê-la das surpresas do continente, sem com isso esconder o largo fitão da costa, ao fundo do qual se avista a Serra de Paranapiacaba (em língua Tupi significa “de onde se via o mar”). Martim Afonso sobe ao planalto junto com João Ramalho, pela antiga “Trilha dos Guaianazes” até a região de Santo André da Borda do Campo onde teria fundado a segunda vila, mas com relação a este fato, há dúvidas, já que existem documentos que apontam a sua fundação por Tomé de Souza (com relação a isto trataremos oportunamente), no limiar do planalto, e entregue aos cuidados de João Ramalho e Tibiriçá. Esse planalto era chamado de Piratininga (peixe seco). Nas palavras do Diário de Pero Lopes:

“O Capitão-mor repartiu gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais, e pôs tudo em boa ordem de justiça, do que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar vilas, a ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes, a ser cada um senhor do seu, e investir as injúrias particulares, e ter todos outros bens da vida segura e confortável”.

Depois de ter consultado os mestres, pilotos e marinheiros mais experientes, Martim Afonso decidiu que Pero Lopes regressaria a Lisboa com o Galeão San Vicente e a nau Nossa Senhora das Candeias que, devido ao gusano, não resistiram muito tempo fundeadas no Porto de São Vicente.

Pero Lopes dando conta ao rei D. João III de tudo quanto tinham realizado, partiu para Portugal a 22 de maio de 1532.

Fica, pois, Martim Afonso em São Vicente, tendo à sua disposição a caravela Santa Maria do Cabo e um bergantim, com a população e os trabalhos de instalação efetiva da Vila de São Vicente e no aguardo dos homens que compunham a bandeira de Pero Lobo. Dezoito meses após a partida dessa bandeira, Martim Afonso teria mandado um novo contingente ao interior, em busca dessa bandeira, sendo esse grupo chefiado por Pero Góis e Rui Pinto, entretanto o esforço foi inútil, pois os homens da primeira bandeiras jamais regressaram.

Martim Afonso inicia sua obra em São Vicente.

(F 44) Não existe, ou ainda não foi trazida à luz, nenhuma documentação que descreva, realmente, como foi realizada a instalação da primeira vila de São Vicente, ou nos traga alguma luz a respeito das dificuldades que teve e às providências que tomou o futuro donatário para iniciar o povoamento regular do Brasil.

Sentindo que para preencher esta lacuna, criada pela falta de informação, temos o atrevimento de, através de informações e documentação, que atestam as soluções e dificuldades, tiveram outros mandatários em situações similares e relativamente contemporâneos a Martim Afonso. Com fundamento nestes históricos, tentaremos, pois, com estas informações indiretas, narrar o que teria acontecido com o povoado de São Vicente e os seus povoadores, com a chegada do Capitão-mor Martim Afonso de Sousa à região da baixada.

É claro que esta parte do nosso trabalho foge às normas daquilo que poderíamos chamar de um trabalho de história, servindo apenas como complemento e, quem sabe, de motivação para a realização de trabalhos de pesquisa sobre estas e outras lacunas históricas, não sendo, portanto, elemento probatório de história, e sim produto provável de um pouco de raciocínio e muita imaginação, na tentativa de salvar a falta de documentação.

Tomamos como paralelo os fartos relatos e documentos existentes a respeito da fundação da cidade de Salvador, na Bahia, pelo primeiro Governador Geral do Brasil, Thomé de Sousa, sobre fatos ocorridos a partir da sua chegada, em 1549, portanto 17 anos após Martim Afonso de Sousa ter avistado a abra do Porto de São Vicente, atualmente Barra de Santos, em 20 de janeiro de 1532, a quatro léguas de distância. Nas primeiras horas da madrugada do dia seguinte, a Nau Nossa Senhora das Candeias entrou na enseada do porto de São Vicente, onde fundeou em seis braças de areia grossa. O Galeão São Vicente chegou ao meio dia e a Caravela Santa Maria do Cabo somente entraria na enseada em 5 de fevereiro. Durante o dia 21 fizeram-se à vela e foram sair numa praia situada na Ilha do Sol, hoje Praia do Góis, na Ilha de Santo Amaro. No dia 22 foram num batel para encontrar e desembarcar, no Porto de São Vicente, na Ponta da Praia, conforme a História Naval Brasileira – I vol., Tomo II, pág. 387 e “Diário de Pero Lopes”. Martim Afonso mandou varar em terra uma das naus e construir uma casa para guardar as velas e enxárcias neste Porto de São Vicente.

No seu trabalho publicado na “Poliantéia Vicentina”, obra já citada, pág. 19, “A mais antiga Cidade do Brasil”, o historiador Jayme Mesquita Caldas nos esclarece o seguinte, com relação à fundação da Vila de São Vicente:

“... Possivelmente D. João III deu instruções escritas sobre os fins principais dessa expedição armada. Foram sempre minuciosos, abundantes e longuíssimos os regimentos organizados pelo governo português para todas as suas empresas. É possível que também

tenham sido dadas instruções, acreditamos que secretas, a Martim Afonso, as quais até hoje não foram divulgadas ou encontradas”.

Para a navegação de Martim Afonso só foram registradas três breves cartas régias. São conhecidas e podem ser lidas na íntegra, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 24, pág. 74 a 78, ou na História da colonização Portuguesa no Brasil, vol. 3, pág. 159 a 160. Em nenhuma dessas três cartas régias, datadas de 20 de novembro de 1530 e assinadas por D. João III, Martim Afonso é nomeado, ou mesmo indicado Governador do Brasil. Sabe-se que em 22 de janeiro de 1532, no retorno do Rio da Prata e Cananéia, Martim Afonso, aportando em São Vicente, ciente do pequeno povoado integrado por portugueses já mesclados com o gentio, mesmo sabendo da impossibilidade, tendo em vista as cartas régias, procedeu o ato de fundação e criação da Vila de São Vicente, que foi a felizarda pela atitude do Capitão-mor, função da qual estava investido por uma das cartas régias, cujo ato foi manter o nome que já existia.

Segundo Alfredo Elias Jr. Em “Resumo da História de São Paulo”, em que cita Frei Gaspar, teriam sido estes alguns dos povoadores de São Vicente vindos com Martim Afonso: Pero Góes da Silveira, Luiz de Góes da Silveira, Scipião de Góes (filho antecedente), Gabriel de Góes (todos fidalgos), Isabel Leitão, Domingos Leitão, tio da precedente, cavalheiro e fidalgo casado com Cecília de Góes, Diogo Rodrigues, Antão de Leme, filho do anterior e natural de Funchal e também fidalgo, Leonor de Leme – filha do precedente, Braz Esteves – também de Funchal, José Adorno, Francisco Adorno, Paulo Dias Adorno, que em 1534, segundo alguns historiadores, fugiu para a Bahia, por ter matado um português em São Vicente, casou-se depois com uma das filhas de Caramuru – Catarina Monteiro, Cristóvão Monteiro, Jerônimo Leitão, Ruy Pinto, Francisco Pinto, Baltazar Borges, Antonio Adorno, Antonio de Oliveira – fidalgo, segundo lugar-tenente de Donatário, Cristóvão de Aguiar Altero, Antonio Rodrigues de Almeida – também cavalheiro e fidalgo, João Pires Cubas – pai de Brás Cubas, Francisco Nunes Cubas, Antonio Cubas, Gonçalo Nunes Cubas – estes irmãos de Brás Cubas, Jorge Pires, Pedro Colaço, Jorge Ferreira, Antonio Proença, Pedro Figueiredo, Vicente Lourenço e Fernandes, Jorge Ferreira, Bartolomeu Gonçalves Ferreira, Padre Gonçalo Monteiro – acompanhado de dois padres dos quais não temos os nomes, Henrique Montes. Segundo Cleóbulo Amazonas Duarte, “vieram muitos alistados em Lisboa, que era então regorgitante porto internacional: alemães, católicos da Renânia, italianos e franceses do sul não contaminados pelo Calvinismo, e muitos deles aqui ficaram. Vieram muitos artífices, para darem impulso ao povoamento do Brasil, que começava em São Vicente”.

Além desse número indeterminado, vinham os comandantes dos navios e suas tripulações, e os mais de trezentos soldados bombardeiros, besteiros e espingardeiros. Acreditamos que somariam 500 pessoas, aproximadamente.

Chega, pois, Martim Afonso, segundo tradição, a 22 de janeiro de 1532 e “funda” a Vila de São Vicente, ocupando o antigo povoado de São Vicente fundado por volta de 1504 pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes Pessoa, expulso de Portugal em 1501.

É muito provável que tenha sido recebido com as devidas homenagens pelo Capitão Antonio Ribeiro e diversos moradores, como Antonio Rodrigues, Diogo Braga e seus

filhos, e João Ramalho, vindo do planalto piratiningano, onde morava, e outros habitantes do povoado.

Martim Afonso, na sua chegada, encontra povoadores estabelecidos há muitos anos na região, com plantações e criações regulares, vida social e comercial estabelecida e funcionando em harmonia com os índios da região.

Existe um núcleo habitacional, composto de dez ou doze casas de tipo europeu, um forte de pedra com uma torre, no qual Martim Afonso decide hospedar-se (a chamada “Casa de Pedra”), durante a sua permanência em São Vicente, e uma infraestrutura composta de estaleiros, dois portos (o de São Vicente e o das Naus), numerosas construções secundárias para depósitos de mercadorias e malocas de diversos tipos, onde moravam os índios e os menos afortunados, além de diversas oficinas de carpintaria, marcenaria, ferrarias, oficinas de artefatos em geral, fábrica de telhas (cujo fabrico era muito demorado) e outros produtos necessários ao funcionamento do povoado e as atividades agrícolas e às de criações, existindo dos arredores diversos sítios e fazendas. Eram diversos os motivos para a escolha do povoado como lugar ideal para o início da colonização.

Chegando, pois Martim Afonso ao povoado, é rezada uma missa em plena praia, pelo Padre Gonçalo Monteiro, com a ajuda de dois padres que o acompanhavam. Não existia nenhuma igreja no povoado e nem sequer uma capela. A primeira igreja seria construída a seguir, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção. Tanto o Padre Gonçalo Monteiro (que depois seria deixado em São Vicente como Capitão-mor e o primeiro a ocupar este cargo na Capitania Hereditária de São Vicente), quanto os dois padres que o acompanhavam, eram Franciscanos.

Devemos esclarecer que a data de 22 de janeiro de 1532 foi oficializada pelo consenso geral, para ser considerada a data de fundação da Vila de São Vicente, visto que na realidade não existe documentação que nos possa esclarecer a data verdadeira, assim como também muitos questionam a localização da primeira vila. Como já vimos, a localização do povoado da época do Bacharel está bastante esclarecida e nos parece razoável que a vila viesse a ser localizada no mesmo local, isto é, na área correspondente hoje, à Praça 22 de Janeiro, Biquinha de Anchieta, Praça João Pessoa e arredores.

Martim Afonso hospeda-se na fortaleza, localizada no fim da atual Rua Martim Afonso, esquina com a Praça 22 de Janeiro. Nessa fortaleza, segundo escritura lavrada em favor de Pero Góes, datada de 15 de outubro de 1532, o futuro donatário se hospedou enquanto esteve em São Vicente, fazendo desta o seu quartel-general e centro de operações. A localização desta fortaleza está perfeitamente balizada e reconhecida, tendo parte da sua estrutura exposta à visita pública, na atual Casa Martim Afonso ali instalada.

O local do povoado tinha abundante provisão de água potável, vinda das bicas e nascentes no morro fronteiro, (Morro dos Barbosas) e no Morro do Voturuá. O Morro dos Barbosas, (inicialmente conhecido como Morro de Tumiarú, antigo Outeiro de São Vicente, depois Morro Santo Antonio, dos Padres e finalmente Morro dos Barbosas) junto à Praia Mahuá, Praia de São Vicente ou da Cidade, apelidada mais tarde de “Gonzaguinha”, possuía duas

nascentes de água, capazes de servir, por muitos séculos, a população da Vila de São Vicente, suprimindo necessidades da população.

Uma das fontes era aquela, denominada “Fonte do Povoado” (atual Biquinha de Anchieta), localizada quase no mesmo local; a outra, já considerada como uma cachoeirinha, era a do Centro ou “do Campo”, ou “Fonte dos Padres”, origem do riozinho do Sapeiro, mais tarde conhecido como “do Sapateiro”. Havia uma terceira fonte do outro lado do morro, no lugar chamado Paquetá, nas proximidades da atual Ponte Pênsil, que servira o primitivo Porto do Tumiarú. Delas, a que ficaria famosa era a “do Povoado”, que pela beleza do seu ambiente e pela qualidade das suas águas, mais tarde seria aproveitada pelos jesuítas e em particular por Anchieta, para suas apresentações artísticas e teatrais e suas preleções ao ar livre.

A proximidade de água potável do povoado era, na época, de vital importância, já que essas fontes não podiam ficar muito longe, já que em um ataque, o isolamento destas fontes poderia colocar em risco quaisquer medidas de sobrevivência, caso a vila fosse sitiada. Sem alimento sobrevive-se por bastante tempo, mas sem água não. Era portanto, a água, um elemento de extrema importância para a localização da nova vila.

Capítulo XV - A construção da Vila.

F 45) De acordo com Rocha Pombo, tinha-se costume em Portugal (isso até há mais de um século) que em toda nova povoação ou vila, se cuidasse do arruamento e organização urbana. No caso da vila vicentina, este arruamento deve ter sido ajustado às condições que já existiam, mais ou menos alinhadas e, talvez um embrionário arruamento.

Outro fato interessante que se deve anotar, é que na época as terras urbanas não eram doadas, nem vendidas aos moradores, e sim cedidas para uso. Por esta ocupação dos terrenos urbanos, o morador pagava uma taxa ao erário público. Esse pagamento ou “aforamento” era recolhido pela Câmara, a fim de prover a vila de melhorias e obras públicas. Em todos os documentos constavam essas doações.

Esta forma de utilização do solo urbano teve a sua origem na Idade média. Segundo a concepção medieval, a terra tinha uma origem divina, pois provinha de Deus e o rei era seu administrador. Por sua vez, o rei a distribuía a seus vassallos (príncipes) e estes aos seus próprios vassallos, se estabelecendo dessa forma uma certa hierarquia.

Por lei eclesiástica expressa, estas terras eram inalienáveis, não podendo os senhores feudais retê-las como de sua propriedade. Por outro lado podiam perdê-las, desde que quebrassem o juramento de fidelidade que haviam feito ao seu senhor. Os habitantes da área urbana eram chamados de “locatários” ou “foreiros”. Nessas condições, cada habitante recebia o seu lote de terreno urbano para construir a sua moradia. Este terreno ele não o comprava, nem dele se tornava proprietário. A casa era da sua propriedade, mas

o terreno não. Cada morador pagava anualmente um “foro” correspondente ao direito de uso e construção, como também uma taxa de hereditariedade. Esse direito de hereditariedade poderia ser transferido a um terceiro. Havia, desta maneira, uma perfeita separação jurídica entre solo e construção.

Estes costumes chegaram ao Brasil com os primeiros povoadores, continuando, com algumas variantes nos séculos seguintes. Disposições sobre o assunto “urbanismo” podem ser consultadas no Livro I, título 68, da Ordenação do Reino, e outros detalhes na obra já citada, de Tito Lívio.

Esta mentalidade não era apenas das autoridades, mas também do povo que se preocupava com os aspectos urbanísticos das suas localidades. Assim o privam diversos documentos. O povo e as autoridades estavam plenamente conscientes das necessidades urbanísticas da época. Esta mentalidade continuou depois da Independência do Brasil, orientando a fundação de núcleos urbanos, tanto no Império, quanto depois, na República.

Na preocupação com urbanismo, muitas foram às vilas mudadas para novos locais, mais apropriados e onde pudessem se desenvolver em melhores condições. Eram designados os locais dos prédios públicos, formando a praça principal em quadrilátero, e a seguir a localização das moradias, obedecendo ao desenvolvimento linear, conseqüentemente, o traçado das ruas, como prolongação ou paralelas à praça central.

Em São Vicente ia começar a história da América Portuguesa. O local era extremamente favorável, tanto pela localização, quanto pela amizade dos índios da região, devido ao trabalho de pacificação e relacionamento realizado por dois portugueses: João Ramalho no planalto e Antonio Rodrigues e Bacharel no litoral, além de já contar com um povoado de moradores estabelecidos e regulares, instalações habitacionais, diversos trabalhadores hábeis em várias profissões, contando ainda com plantações e criações regulares em volta do povoado, a existência de um forte, estaleiros e dois portos em funcionamento, o que propiciava o desenvolvimento de um ativo comércio, com as armadas itinerantes bastante freqüentes na área notadamente em demanda da região do Prata.

Chegando, pois, ao povoado de São Vicente, encontra-se com os moradores e com o capitão de São Vicente, Antonio Ribeiro, que ocupava o cargo desde 1528, quando é trazido pelo Governador da Costa, Cristóvão Jacques, para substituir Pero Capico, primeiro capitão de São Vicente desde 1516/1517.

Parece-nos evidente que, com a chegada de Martim Afonso cessara o mandato de Antonio Ribeiro, entregando ao novo mandatário, além do cargo, informes preciosos para o cumprimento da tarefa de povoamento regular, que Martim Afonso vinha executar por ordem do rei de Portugal.

Como não são conhecidos os Regimentos que Martim Afonso deve ter trazido consigo (instruções detalhadas das suas atribuições e encargos), devemos preencher esta falta com elementos comparativos, principalmente da expedição de Thomé de Sousa, Primeiro Governador Geral do Brasil. Os problemas eram muitos: alojamentos para a gente que o acompanhava, colonos, mestres de ofícios, gente de armas e tripulações.

Devia inicialmente enfrentar a construção de habitações suficientes para no mínimo 450 a 500 pessoas, providenciar alimentação, estabelecer a administração pública, a justiça e outras funções necessárias para a implantação de um centro povoador permanente, que oferecesse segurança e bem estar aos seus moradores, de acordo com os costumes do reino.

Para executar esta tarefa, Martim Afonso teria nomeado os primeiros oficiais da Câmara, à maneira do que se praticava em Portugal, com as vilas recém fundadas, fato mencionado por Pedro Calmon, com relação a Thomé de Sousa. Era desta maneira que o aparelho comunal ou municipal começava a funcionar, dividindo com Martim Afonso o governo e as responsabilidades nos cuidados de policiamento, justiça, distribuição de trabalhos, preços de mercadorias, localização dos moradores na nova vila e a formação de ruas e manutenção da ordem urbana e municipal, até a vila estar em condições de escolher, em eleições, os seus governantes municipais.

Nomeia, além dos oficiais da Câmara, Ouvidor-geral, para a organização da justiça, provedor da fazenda para cuidar da arrecadação das rendas reais e instalação do posto de arrecadação das ditas rendas. Este trapiche alfandegado foi instalado no local, hoje conhecido como Porto das Naus.

Nomeia tesoureiros, almoxarife dos mantimentos, mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, “mestres de fazer cal”, telhas, tijolos e taapeiros, e o mestre ferreiro Bartolomeu Gonçalves, que muito ajudou e que assim diria: “de todas las cousas que eram necessárias de meu ofício, sem por isso pedir prêmio nenhum, por folgar de se a terra povoar e enobrecer, além de dous anos que fui em soldo, que o dito Senhor (Martim Afonso) me deixou”.

A primeira igreja

(F 46) De acordo com o historiador Jaime Mesquita Caldas, um dos maiores conhecedores da história religiosa de São Vicente, “a primeira igreja mandada construir por Martim Afonso de Sousa, em 1532, sob a égide de Nossa Senhora da Assunção”, foi destruída pelo “maremoto” (para alguns, para outros uma ressaca), ocorrido em 1541/1542, fenômeno marítimo este, que de vez em quando se repete em São Vicente, notadamente na área correspondente a biquinha, Praça 22 de Janeiro e Praia do Gonzaguinha ou de São Vicente.

A mesma sorte tiveram a Câmara, Cadeia e algumas outras construções públicas, o que indica que a praça principal da Vila ficava perto da praia e, na nossa opinião, no local da atual Praça 22 de Janeiro (Parque Ipujiara).

Segundo consta em documentos, pesquisados por Jaime Mesquita Caldas foram levantadas depois duas igrejas: a de Nossa Senhora da Praia e a de Santo Antonio. A de Nossa Senhora da Praia teria sido construída com alicerces de pedra e paredes de taipa e com teto de telhas, sendo o primeiro vigário, o Padre Gonçalo Monteiro (nomeado e deixado em

São Vicente no cargo de Capitão-mor por Martim Afonso, quando de sua volta a Portugal), ocupa o cargo de vigário de 1532 a 1539.

A Igreja de Santo Antonio ficava no Largo de Santo Antonio, depois Praça Batista Pereira, hoje Praça João Pessoa. O local exato é ocupado pela atual Matriz, porém com a frente voltada para o Morro dos Barbosas, parte lateral na rua XV de Novembro (ex Rua Direita) e fundos para a rua D. Ana Pimentel. Benedito Calixto assim se manifestou a respeito da Igreja de Santo Antonio:

“Foi nesse antigo largo que existiu, há quase três séculos (1532 – 1780), a célebre Igreja de Santo Antonio, construída em 1532 pelos missionários franciscanos e que vieram com Martim Afonso de Sousa. Essa igreja, conforme os documentos da Câmara Municipal da época, citados por Frei Gaspar, serviu de Matriz e Casa de Conselho, após a destruição da primitiva capela em 1554”.

Em 1756, conforme depreende de documentos extraídos do “Livro do Tombo”, a dita Igreja de Santo Antonio anda existia nesse largo e serviu de Matriz até 1759, enquanto se procedeu a reedificação completa da atual Matriz de São Vicente Mártir.

A atual Matriz, consoante dados históricos, teve a administrá-la o Vigário Colado, o Padre Dr. Tomé Rodrigues, de fevereiro de 1749 a 1761, quando esse clérigo faleceu. Sob a sua responsabilidade é que se ergueu a Matriz em 1757, cujos trabalhos de construção só terminaram em.....

Prédio da Câmara e Cadeia.

(F47) Era costume na época, que os prédios construídos para o funcionamento das Câmaras, tivessem dois andares. O andar de cima era dedicado às funções da Câmara e o andar térreo era utilizado como cadeia. Sendo que, na época não existia uma força policial e muito menos carcerária, eram os oficiais da Câmara os encarregados de cuidar dos detentos (presos), alimentação, vestimenta, acomodações, etc. Outras razões contribuíam para isso,. Entre elas, que os presos, estando no nível da rua e com janelas (com grades) podiam ser visitados e auxiliados por parentes e amigos (auxílio extremamente necessário quando os oficiais da Câmara passavam dificuldades para a manutenção dos detentos). Outra razão aludida, é que, estando em contato visual diário com a população (notadamente parentes e amigos), serviria isto para recuperar socialmente o detento.

Divisão de tarefas.

Em seguida várias frentes de trabalho começam: construção de moradias, construção da Câmara e Cadeia, da igreja e casas dos oficiais, formando a praça principal, onde será instalado o pelourinho. Por outro lado, outros fazem o levantamento das terras de boa qualidade e que se encontram disponíveis, já que algumas estão ocupadas por antigos moradores, como Antonio Rodrigues, Diogo Braga e seus filhos, entre outros. Este levantamento inclui, quando é o caso, plantações levadas a cabo, ou criações, visando

quais terras puderam ser atribuídas em sesmarias aos novos colonos. Juntamente se realiza o mapeamento das terras da ilha, e da área continental que a rodeia.

Martim Afonso conta, principalmente, com a colaboração dos moradores da região como Antonio Rodrigues, morador do litoral, João Ramalho, habitante do planalto, profundos conhecedores da região e, com assessores diretos, Pero Capico, Henrique Montes e Pedro Eanes, vindos na sua armada de Portugal. Além do mais, tanto Antonio Rodrigues quanto João Ramalho estavam capacitados desde a época do Bacharel Mestre Cosme Fernandes, a aprisionar índios para servirem de escravos, o que muito ajudaria nas tarefas mais rudes da instalação da vila.

As informações destes homens, evidentemente, seriam de vital importância para Martim Afonso de Sousa. Antonio Rodrigues via os índios das tribos do Cacique Piquerobi como amigos, embora o cacique, particularmente, não visse com bons olhos a instalação dos novos colonos, mas colaboravam nos trabalhos de instalação da Vila. Podemos supor que também houvesse a colaboração de índios do planalto, através de relacionamento de João Ramalho e a colaboração do Cacique Tibiriçá, muito amigo dos portugueses.

Estes indígenas poderiam encarregar-se da casa de animais nas matas e colheita de frutas e vegetais existentes nas florestas das redondezas, assim como da pesca (muito abundante) e frutos do mar (mariscos, ostras, lulas e outros) que, somados aos produtos das plantações e criações já existentes, supriam com variedade e fartura as necessidades da alimentação dos moradores da vila. É de destacar que de muitos anos antes São Vicente produzia em suas criações regulares porcos, galinhas, patos, gansos e outros animais e, nas plantações em volta se colhiam milho, mandioca, batata doce, inhame, abóboras e diversos outros vegetais. Também se plantavam diversas qualidades de frutas como laranjas, limões, cidras, banana, ananás e alguma cana de açúcar para consumo, provavelmente figos e outras frutas.

Plantações

(F48) A utilização do índio na lavoura não deu os resultados esperados. Habitados à vida livre, rebelava-se contra o sistema de escravidão e não produzia o suficiente. Além disso, os jesuítas, sentindo-se prejudicados nos seus trabalhos de catequese, levantaram-se contra a escravidão dos indígenas, muito embora a escravização dos índios em maior ou menor grau tenha sobrevivido quase até a abolição da escravatura. Por estes motivos foi introduzido o homem africano como escravo no Brasil. Esta prática já era utilizada com sucesso nas plantações dos Açores e da Madeira.

A primeira e mais intensa utilização foi, sem dúvida, nas plantações de cana-de-açúcar, inicialmente realizadas no litoral vicentino e depois no resto do país, principalmente no norte e nordeste. Na medida em que os índios iam se extinguindo, ou se afastando, ia crescendo a escravidão dos negros.

Entre as plantas originárias da América e que eram cultivadas pelos portugueses no Brasil constam: fumo, algodão (planta asiática e também americana), milho, inhame, batata,

batata doce, amendoim (chamado mundubi ou mandobim), abacaxi (não confundir com ananás, aqui igualmente encontrado), banana (indígena), trigo (diversos jesuítas assinalaram a existência de trigo em São Vicente, acrescentando um deles, que era pouco semeado pela maior “facilidade e bondade” da mandioca).

Frei Vicente do Salvador confirma o cultivo de trigo em São Vicente, vinhas (Gabriel Soares e Frei Vicente do Salvador registram plantações em São Vicente, onde existia alguma indústria vinhateira). Laranjas, limões, limas e cidras já aparecem em documentos referentes aos tempos anteriores a Martim Afonso, como sendo cultivados pelo Bacharel Mestre Cosme Fernandes. O marmeleiro é citado por Hélio Vianna na fabricação da marmelada, que era levada em caixetas pelos bandeirantes, em suas penetrações no sertão.

O trabalho dos índios amigos era pago com objetos e ferramentas como: foices, machados, espelhos, pentes, facas, tesouras, anzóis, enxadas, etc. Eles ajudavam a cortar árvores, palmas e outros ainda as serravam, ajudando também na construção das casas.

Como já visto anteriormente, o povoado contava apenas com dez ou doze casas de tipo europeu, insuficientes, portanto, para acolher a numerosa população que acompanhava Martim Afonso. Evidentemente era necessário se construir um número maior de habitações. Isto sem contar com depósitos e diversas oficinas, como ferrarias, tonelaria, carpintaria e outras atividades profissionais que não podiam ter o seu funcionamento ao ar livre, considerando-se que a região vicentina é muito sujeita a chuvas, sendo uma das regiões de maior precipitação pluviométrica do Brasil. Isto sem dúvida dificultava a tranqüila realização de alguns dos trabalhos de edificação. As construções eram feitas de taipa de mão ou de pilão, barro e madeira, algumas talvez com alicerces de pedra, portanto não podiam demorar muito. E ainda com palhas eram cobertas as casas e depósitos e, para a igreja e o prédio da Câmara se fabricaram telhas de barro feitas à mão e modeladas nas coxas, chamadas comumente de “telhas espanholas”.

As tarefas dividiam-se em secções, para poder ser, a obra geral, trabalhada em diversos lugares ao mesmo tempo, permitindo assim melhor rapidez na conclusão dos trabalhos, com os mestres dirigindo as diversas tarefas.

Monta-se a ferraria, tendo à frente o Mestre Ferreiro Bartolomeu Gonçalves para fabricar os utensílios de metal necessários para as obras, junto os carvoeiros, encarregados de fabricar o carvão necessário às fornalhas e ao uso doméstico, onde o ferro é esquentado, para depois ser malhado a martelo, na bigorna.

Nas tendas de ferreiro não faltam as ferramentas para a execução do seu trabalho, como: bigorna, taz, tenaz de tirar verga, torno, tresmalhos, foles com suas biqueiras, mós, etc., além da indispensável fornalha alimentada a carvão, fornecido pelo mestre carvoeiro. Nessa instalação existiam diversas peças de metal, principalmente ferro, que ele transforma em ferramenta para lavoura e outras atividades, inclusive domésticas. Vão surgindo do fogo e do golpe do malho, enxadas, machados, enxós, cunhas, foices de ceifar e de roçar, foicinhas de ceifa, tesoura de podar e outros objetos.

Nestes trabalhos o mestre ferreiro conta com a ajuda de diversos índios nas oficinas do carpinteiro, comandados por um mestre, montadas com todos os apetrechos necessários à sua profissão: verrumas, goivas, formões, martelos de orelha, escopros, plainas, junteiras, garlopas, cepilhos, tornos, trados, serras de mão, serra braçal com seus aviamentos, graminhos, ferros de molduras com seus cepos, compassos. A atividade é grande, os índios trazem a madeira cortada nas matas das redondezas. Estes troncos vão sendo transformados em vigas, caibros, janelas, portas, cadeiras rasas, mesas, gamelas e tantos objetos para a construção, de mobília, de trabalho, para a agricultura, para as criações, para uso doméstico, baús ou “caixas” e tantas outras coisas que não temos condição de descrever. Muitos índios ajudam nas tarefas, colaborando e aprendendo o uso das ferramentas, a confecção de móveis (rudimentares), utensílios e ferramentas.

Simultaneamente vão sendo construídas as moradias, os depósitos de objetos e outros para alimentos, e outros ainda de mercadorias. Constrói-se a igreja, o sobradinho que abrigará a Câmara e a Cadeia. As construções são de taipa, taipa de mão ou de pilão, ou de barro e madeira. Paredes grossas e revestidas de cal de conchas (ou de ostras, conforme alguns autores), para que as paredes fiquem mais resistentes. Casas de pedras, só mais tarde. Com telhas só a Igreja, a Câmara e a Cadeia, e alguma casa de algum principal, as outras cobertas de palha.

As casas da vila são simples, térreas ou assobradadas, com seus repartimentos de taipa, seus corredores, suas camarinhas, de paredes nuas, umas com alpendre, outras com balcão, mas todas brancas, frias, pesadas, sem grandes características próprias. A diferença maior está dentro delas, não por si mesmas, mas pelo mobiliário, que também não é muito. Mobiliário é claro, é mais um eufemismo do que uma realidade. O móvel mais importante é a arca (ou caixas, como são chamadas correntemente na época). As arcas são colocadas em toda parte, pois elas, com seus tamanhos variando entre seis, oito e nove palmos, substituem quase todos os móveis da casa, servem para guardar roupas, louças e ferramentas, e quando fechadas servem como lugar de sentar. A presença da arca não impede que nas casas de pessoas de maior lustre, se encontre as canastras encouradas e os baús certamente para guardar as roupas de domingos e dias de festas.

Inicialmente se dorme em catres ou em redes. Só com o passar dos anos é que aparecem as camas e outros móveis vindos do reino, ou executadas na própria vila. Por enquanto, cadeiras rasas, mesas de miçangas e de dobradiças, depois é que viram bufetes torneados com gavetas.

Nesta época os trabalhos de marcenaria, de entalhe ou de torno, ainda estão no começo em Portugal, ainda prevalecendo o “alfanje” da chamada arte indo-portuguesa. No chão, por vezes algum carpete de lã ou de palha de Angola, nas paredes nuas ainda não se teve tempo de pensar em decorações, como não seja cobrar a imagem de algum santo, trazido de Portugal; objetos poucos, algumas tigelas, jarros, pratos e algum pote de louça do reino ou da Índia. Pratos, colheres, garfos, tigelas, castiçais, candeeiros, na maioria das casas eram de estanho, devido ao baixo preço e alta durabilidade e em algumas casas eram de prata. Pias de pau, por vezes, copos de vidro, gamela de madeira, candeeiros de pendurar, toalhas de mesa, roupas de cama de diversos tecidos – de algodão, de linho, de sede e de damasco. Em algumas casas um lampião, mas o mais freqüente era o uso da lamparina e

da vela. Em algumas casas, além das caixas (arcas), baús, cadeiras rasas, há também algumas cadeiras de estado, tamboretos e um ou outro armário. A maior variedade e até luxo, só nas casas que já existiam antes da vinda de Martim Afonso. Nas casas novas há muita sobriedade, já eu não há tempo ainda para se pensar em bom gosto e requinte. Isto só com o tempo é que será possível. Por enquanto o mais urgente é instalar a Vila.

Na medida em que as construções são realizadas, começam a delinear-se as ruas, mas sem nome (isso virá depois),; por enquanto são apenas ruas: da igreja, do forte, rua da casa do Sr...., rua do ferreiro, da lavadeira, da Câmara, somente para identificar os lugares. Caminhos vão sendo conhecidos à medida que o ir e vir dos povoadores os vão traçando: caminho da biquinha, caminho da plantação do Sr...., caminho do engenho, etc.

Depois esses caminhos, em alguns lugares, se socaram taipas, se limpavam o mato, e sobre os rios se construíram pontes. Nos sítios e fazendas dos arredores da vila, as casas e a mobília, as necessidades não são muito diferentes do que existe na área urbana, apenas que elas têm mais condições de suprir mais facilmente as suas necessidades e é onde o senhor das terras é a autoridade, muito mais marcante do que na vila. Também é mais isolada a vida dos seus moradores. As distâncias, os caminhos incipientes e de má conservação, fazem com que o habitante dos sítios e fazendas pouco visitem a vila. A não ser quando há necessidade, ou em dias festivos, eles aparecem nas ruas de São Vicente. Dependendo das distâncias, as viagens podem encerrar certo perigo. Nunca se sabe quando os índios hostis, principalmente provenientes de Ubatuba, podem atacar a própria vila, e mais facilmente os sítios e fazendas, localizados mais ou menos longe da área urbana. Além destas incursões indígenas, há sempre o receio de ataques piratas, isto em todo o litoral brasileiro. Daí a presença do forte ser importante para a sobrevivência de todos.

Entre estas fazendas e sítios, alguns são antigos e por isso mesmo têm benfeitorias como alambiques de destilação, olarias ou telhais com forno, até incipientes casas de trapiche com suas canoas e seus moinhos para beneficiamento de arroz e algum outro tipo de cereal, como o trigo.

A cana-de-açúcar começa a tomar espaço nas plantações, por isso os primeiros engenhos começam a ser construídos. É o início da cultura canavieira e do fabrico do açúcar em São Vicente e depois no Brasil litorâneo. O único núcleo interiorano, na época, é Santo André da Borda do Campo, sob a alcaidaria de João Ramalho. Tudo mais é no litoral.

Engenhos

(F49) Com os canaviais, fez-se instalar a primeira moenda, naturalmente similar às que já se usavam na Ilha da Madeira, e Frei Vicente do Salvador viu ainda no Brasil (seria provavelmente a do José Adorno que trouxera desmontada da Ilha da Madeira), “dois eixos postos sobre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois, que andava com uma muito campeira, chamada bolandeira...”

Um documento de 1452 registra que em Portugal o infante concedeu ao escudeiro Diogo de Teive o seu “lagar”, ou seja, o molinete em que as canas eram espremidas em dois rolos

de pau ajustados verticalmente a um quadrado de madeira movido um deles pela gangorra ou canhão, a que se atrelava cavalo ou boi. Cedeu também o direito de montar um “engenho d’água” com capacidade para moer toda a safra, mediante um terço do produto, livre de despesas para o doador. Percebe-se por este acordo a evolução da aparelhagem de lagar (sua forma árabe-africana) a engenho d’água, e a existência de monopólio da exploração “que eu não dê lugar a ninguém que possa fazer outro semelhante, atendendo a que um engenho serviria toda a região e para ser abastecido teria o fornecimento pontual, para não desviar-se a produção para outros engenhos”.

Criou-se, pois, em São Vicente, o sistema econômico de divisão da terra, com a dependência mútua da lavoura e o engenho, o privilégio deste e a concentração dos negócios, cujo quinhão maior cabia ao exportador. O rei arrecadava o terço, transportando o açúcar para vender por preços bem maiores. Este sistema já funcionava na Ilha da Madeira, desde a época do Infante D. Henrique.

Com o surgimento dos engenhos, fez-se necessária a utilização de mão de obra nas lavouras de cana de açúcar. Isto propiciou a vinda de escravos provenientes da África, visto as dificuldades na escravização dos índios e a oposição ferrenha dos jesuítas a esta escravização. Os outros dois engenhos contemporâneos ao de Martim Afonso, já fizemos referência anteriormente.

A partir da instalação no Brasil do sistema de Capitânicas Hereditárias, a expansão da cana de açúcar e conseqüentemente a construção de engenhos, se difunde rapidamente pelo território nacional, tendo no norte e nordeste a sua maior expansão.

Pelo gênero de lavoura a que se dedicaram os primeiros povoadores trazidos por Martim Afonso de Sousa – canaviais e fabrico de açúcar – parece terem trazido ou mandado trazer por esse tempo, mudas de cana necessárias, muito embora se tenha notícia da existência da cana de açúcar no Brasil, antes de 1532. O Yslário de Alonso de Santa Cruz já menciona a existência de cana de açúcar ou cana doce no Brasil.

Pretendiam os novos povoadores transformar São Vicente em outra Ilha da Madeira. Tomaram, portanto, a decisão certa, já que a extração do pau-brasil nada criava de estável, porque os marinheiros e aqueles que se dedicavam a essa atividade de recolher a madeira de tingir, mal terminavam o serviço, voltavam para Portugal. Esta atividade se desenvolvia no sistema oriental das feitorias do comércio. O trabalho era dos indígenas que levavam as toras. Para a fixação na terra, era necessário desenvolver uma atividade rendosa economicamente e que ocupasse não só o território, mas que incentivasse a fixação dos povoadores no local. Para a permanência na terra ocupada seria o desenvolvimento da lavoura, ou seja, a plantação de uma lavoura que tivesse amplo mercado e oferecesse lucros.

A extração do pau-brasil havia de esgotar-se. Nenhum produto da América interessava aos mercados europeus, (batata, milho, algodão...). O conselho dado a Portugal, pelo infante Navegador, era agora com o povoamento do Brasil. Mais oportuno do que nunca, assim como se fizera nas ilhas, a cana-de-açúcar seria a solução ideal. Começa, pois o povoamento do Brasil, iniciado em São Vicente por Martim Afonso de Sousa, tendo como

base de desenvolvimento econômico e elemento de fixação do povo à nova terra, a lavoura de cana-de-açúcar e conseqüentemente a construção dos principais engenhos do Brasil.

Martim Afonso mandou plantar o canavial em boa época. Teve dois fatores fundamentais: A fundação de uma Vila em lugar favorável e que fixava, ao sul, a expansão portuguesa e a sua sustentação pela indústria açucareira.

As outras capitâneas, mais tarde, seguiriam o seu exemplo: a Vila com a Casa do Conselho, a distribuição das terras em sesmarias, o cultivo da cana-de-açúcar e a construção dos engenhos. Nasce o Brasil litorâneo, sintetizando na azáfama vicentina, quando o Capitão-mor Martim Afonso começa a abrir os sulcos na terra, enriquecendo-a e enriquecendo-se, muito embora a maior parte da riqueza de Martim Afonso foi por ele conquistada na Índia.

A introdução da cana-de-açúcar no Brasil, nos seus aspectos mais longínquos, deve-se principalmente à política administrativa do mestrado da Ordem de Cristo, em Portugal, posta em prática nos seus novos domínios ultramarinos, pelo Pará, confiada ao Infante D. Henrique, percebendo a vantagem comercial da introdução da cana-de-açúcar nas ilhas da Madeira e São Tomé, ainda no séculos dos descobrimentos. Daí a construção dos primeiros “lagares do Príncipe”, engenhos e moendas d’água que pagavam tributos, mas que também eram incentivados pelo espírito prático do líder das milícias de Deus.

No Brasil, determinou D. Manuel I em 1516, continuando a mesma política antiga, que o feitor e os oficiais da Casa da Índia procurassem um homem capacitado para começar a instalação de um engenho nas novas terras. Não se sabe se a ordem foi cumprida. No entanto as notícias parecem confirmar que o primeiro engenho no Brasil foi o de Martim Afonso de Sousa, em São Vicente, de acordo com Pedro Taques de Almeida Pais Leme:

“O primeiro que houve em todo o Brasil”.

Segundo Hélio Vianna, em sua “História Administrativa e Econômica do Brasil”, Pero Lopes de Sousa celebrou juntamente com o seu irmão Martim Afonso, em Lisboa, (provavelmente em 1534), escritura de contrato de sociedade com João Veniste, Francisco Lobo e o piloto-mor Vicente Gonçalves, com o objetivo da construção de dois engenhos nas capitâneas concedidas àqueles donatários Isto só poderia ter acontecido entre agosto de 1533 e 1534, quando da partida de Martim Afonso para a Índia. Se levarmos em consideração o tempo dos trâmites legais, providências para a construção e execução da mesma, este engenho estaria em funcionamento em 1535 ou 1536.

Por outro lado, lembramos que José Adorno, de acordo com a opinião da maioria dos historiadores, trouxe um engenho desmontado (evidentemente o maquinismo), da Ilha da Madeira. Isto nos faz pensar que o engenho de Martim Afonso começaria a funcionar em 1534/1535. As colheitas da cana, de pelo menos dois anos, ficaram esperando a construção do primeiro engenho? Ou será que o engenho de José Adorno não estaria pronto em muito menos tempo, já que necessitaria apenas a construção das acomodações, para funcionar e, nesse caso seria o primeiro engenho de São Vicente? Por enquanto não temos condições de responder a essa pergunta.

Engenho dos Erasmos.

(F50) Localizado logo depois da atual divisa de São Vicente e Santos, na Avenida Antonio Emmerick, na base do Morro da Nova Cintra, perto da margem de um rio, encontram-se as ruínas do Engenho dos Erasmos, ou São Jorge dos Erasmos.

O rio que corre perto é o Rio São Jorge, antigamente chamado Rio da Igreja. Nasce perto do local das ruínas, ao sopé dos morros e logo ganha volume, desaguando no Largo da Pompeba. À pouca distância de sua nascente, à margem direita, localizava-se uma pequena igreja ou capela, com a invocação de São Jorge, cujas ruínas, até há algumas décadas atrás eram visíveis. Devido à capela era conhecido como Rio da Capela, ou Rio São Jorge. Segundo o historiador Costa e Silva Sobrinho, a denominação de São Jorge logo passou às terras em volta. Dessa forma, o Engenho do Senhor Governador, depois Engenho dos Armadores ou do Trato, passou finalmente a chamar-se Engenho de São Jorge dos Erasmos.

Chamou-se inicialmente de Senhor Governador, por ter sido de propriedade do donatário Martim Afonso de Sousa e de mais três sócios deste, que além de construírem o engenho, mandaram construir uma capela dedicada a São Jorge, santo padroeiro naquela época e um dos santos padroeiros de Portugal. Foi mudado o nome para Engenho dos Armadores, por construírem os armadores do trato uma sociedade comercial pelos senhores do mesmo engenho. Finalmente, também por influência da capela, ficou denominado de Engenho de São Jorge.

Quando Martim Afonso e os demais sócios venderam suas partes a Erasmo Schetz e seus filhos, deu-se nesta oportunidade um acréscimo na denominação do engenho, ligando o nome da propriedade ao dos novos donos. O engenho passou então a ser denominado de Engenho de São Jorge dos Erasmos.

A seguir teve outros proprietários, como João do Prado, Pedro Rodrigues e Brás Teves, que só conservaram o nome do santo. Atualmente, depois de tantos anos, as ruínas são conhecidas como Engenho dos Erasmos. Esse engenho foi o primeiro a ser construído no Brasil com engenho d'água, capela, casa de moenda ou de engenho, casa das fornalhas, casa das caldeiras ou dos cobres e casa de purgar. Era tudo construído de pedra e coberto de telhas.

A moenda, o eixo da moenda, as rodas d'água, os arcos de rodete, a bolandeira, as aspas, as contra-aspas, o cáliz, tudo era feito em madeira de lei, como jacarandá, massaranduba, sapupira, sapucaia e vinhático.

Segundo ainda aquele historiador, havia o pasto ao lado do engenho, nas encostas dos morros e nas várzeas e estendiam-se até os canaviais. Canas-de-açúcar foram trazidas por Martim Afonso, da Ilha da Madeira. O engenho recebia a bênção do vigário e começava a moenda. O trabalho era intenso.

Durante oito meses ao ano, viam-se muitos carros de bois num vai-e-vem constante, sempre carregados. Pequenos barcos faziam o transporte da cana e de outros materiais. Nesse período de moenda não sobrava muito tempo para o descanso do mestre do açúcar, do banqueiro, do purgador, do caixeiro e de todos os envolvidos na árdua tarefa de produzir o açúcar.

A partir daí, desse engenho, começou a prosperar a Capitania de São Vicente e a cana-de-açúcar se espalhou para as outras capitanias do Brasil, como também o gado bovino e equino e muito outras riquezas que se fizeram grandes em nosso território.

O tempo vai passando e em poucos meses Martim Afonso recebe a informação do mestre pedreiro: “Fizemos cadeia muito boa e bem acabada, com casa de audiência e Câmara em cima... fizemos casa de fazendas e alfândegas (trapiches alfandegários) e armazéns e ferrarias (de taipa e barro) e rebocamos de cal e telhados que servem já... casas de taiparia que as outras são de parede de mão de madeira e barro que vai à mostra o melhor que eu entendi... muitas casas se podem fazer nestas ladeiras se isto houver de ir adiante...”. Outro comentava: “Pode-se já contar muitas casas e se começa a plantar cana-de-açúcar e muitas outras coisas para o mister da vida...”.

Na praça ladeada pelo prédio da Câmara e Cadeira, a igreja e as casas dos oficiais; bem no meio dela o pelourinho, feito de pedra trabalhada, formado por uma coluna encimada pela esfera armilar e a cruz (símbolos do poder real), dois braços de ferro para amarrar os que eram castigados e duas argolas, também de ferro, onde as autoridades oficiais da Câmara e outros faziam os seus comunicados ao povo, segurando uma destas argolas. O pelourinho ficava plantado em um quadrilátero de pedra, com três degraus, tudo assentado com cal de conchas.

À medida que as plantações à volta da vila foram fixando e alimentando aqueles “homens de armas” que ganhavam soldo de quatrocentos réis, as pessoas de qualidade ganhavam oitocentos réis, os funcionários ganhavam quinhentos réis e os trabalhadores e homens de armas ganhavam quatrocentos réis.

Os trabalhadores, já sem tarefas em virtude da diminuição das obras da vila, passaram a viver a expensas próprias, ou exercendo as suas profissões, ou recebendo terras para plantio e criações.

Os trabalhos de instalação da vila de São Vicente continuam em ritmo forte. Todo povoador tem o que fazer, uma missão a realizar e apesar do núcleo primitivo do povoado existir, este não é suficiente para alojar todas as pessoas que acompanham Martim Afonso. No povoado, na época do bacharel, tinha poucos habitantes, talvez 30 ou 40 europeus. Agora se trata de algumas centenas. Os índios, tanto os que são amigos, quanto os que são escravos, não têm maiores problemas, pois estão habituados ao desconforto. Eles constroem suas próprias moradias com palhas e folhagens, como é do seu costume. Os europeus, ao invés disso, necessitam de conforto e nesta terra chove muito, se bem que sempre faz muito calor, comparado o clima com o da Europa.

Os trabalhos continuam. Há os que partem diariamente para os campos, percorrem as terras em volta, até o pé da serra, fazendo levantamentos, identificando locais, fazendo mapas, sempre acompanhados por Antonio Rodrigues, João Ramalho, Henrique Montes e outros povoadores antigos, que conhecem as regiões em volta. Escolhendo aquelas terras que melhor convêm à lavoura, principalmente de cana-de-açúcar, os lugares mais apropriados para a construção de engenhos, facilita a doação das terras aos futuros povoadores, lavradores e empresários.

Algumas lavouras já existentes são ampliadas, pois se necessita de mais alimento, do que aquele que era produzido antigamente. Novas casas de farinhas de mandioca se constroem, pois será um alimento importante para os moradores da nova vila. As criações são mais cuidadas e melhor aparelhadas

Índios côm de cobre se aprofundam nas florestas para cortarem madeiras, que depois levam para a vila, onde homens barbudos, de carapuças de lã serram essas madeiras, enquanto outros lavram os campos.

Pelas margens dos rios e do mar, moços fascinados pela aventura constroem canoas de pau, orientados por outros moços da terra (mamelucos), na intenção de participar de feitos de coragem.

A tudo Martim Afonso está atento, a tudo ele está presente, de tudo recebe relatórios diários, que dão notícia do andamento dos trabalhos. Junto com os oficiais organiza, providencia, comanda. A Vila vai crescendo, tomando forma, realidade. É o primeiro passo para o povoamento efetivo do Brasil.

Ao cair da noite ouve-se um novo som, um som vibrante, forte, desconhecido nestas regiões vicentinas. É o repicar dos sinos da nova igreja, consagrada a Nossa Senhora da Assunção, enquanto as ferragens mouriscas rangem nas suas portas escancaradas, chamando à missa. E, quando anoitece, os sinos dobram e começam a se acender os candeeiros de azeite, ou as velas de cera, findando mais um dia de trabalho. Vai se fazendo o silêncio, somente quebrado pelo som de uma viola que acompanha o canto, que não se sabe se é de esperança na nova terra, ou de saudade de Portugal. Ainda assim parece uma canção de ninar para a vila que está nascendo, tendo como agasalho o marulhar das ondas do mar.

Só se tem o temor do ataque de corsários e piratas, pois fica junto ao mar, mas ainda assim, vigilante para o temor que vem do mar e o medo que vem das matas em volta, cheias de mistérios e de monstros que a enchem de rugidos e dos alaridos dos índios, que espreitam, esperam o momento de realizar o ataque.

Pirataria

(F 51) Os piratas que navegam nas costas da América não só dificultam as importações do Reino, como também, sempre que podem, assaltam e roubam as naus que vêm ao Brasil

Aqui, como em todas as colônias do Novo Mundo, é administrado de acordo com as necessidades do reino, e não das próprias necessidades.

A pirataria, que inicialmente visava o contrabando do pau-brasil, acaba se organizando comercialmente para a exploração sistemática do tráfico e da rapinagem. Não tem receio de atacar naus mercantes em pleno mar, muitas vezes atacando vilas e povoados localizados ao longo do litoral, exigindo dinheiro, roubando mercadorias guardadas nos depósitos dos portos, assaltando os habitantes destas localidades. Utilizando-se dos mais diversos tipos de embarcações, atacam no mar e em terra.

Destas expedições de aventureiros europeus, nos chegaram alguns nomes e apelidos: Bartolomeu Português, Roque Brasileiro (holandês, morando no Brasil), Diego, o mulato, João Davi Nau, Jack Jacson, Mansvelt, Chevalier, Lewis Scott (iniciador dos bucaneiros), outros com títulos, como Cook, (F52) Cavendish e (F53) Spielbergen, que assolaram e incendiaram as vilas de São Vicente e Santos.

A Vila de São Vicente e a primeira eleição.

(F54) Passados alguns meses da instalação material da Vila de São Vicente, quando é chegado o mês de agosto de 1532, Martim Afonso, em conjunto com os seus oficiais e homens de confiança, vendo que a vila está bastante organizada e adiantada na instalação de colonos, acha que já pode realizar as eleições.

De acordo com alguns historiadores, Antonio Rodrigues, tendo sido nomeado por Martim Afonso para ocupar o cargo de juiz ouvidor, realiza a convocação de todos os cidadãos para a votação, tudo de acordo com “As Ordenações do Reino” e harmonia com os costumes dos reinos de D. João III, rei de Portugal.

Assim sendo, os oficiais nomeados por Martim Afonso partem para apregoar a notícia, comunicar aos moradores que: a 22 de agosto de 1532 serão realizadas as PRIMEIRAS ELEIÇÕES para a escolha dos oficiais da Câmara, quando será, por este expediente, INSTALADA A PRIMEIRA CÂMARA DO BRASIL (e das Américas), instalando assim o primeiro governo municipal.

1ª. Eleição das Américas.

O acontecimento da 1ª. Eleição, realizada em São Vicente para escolha dos “Oficiais da Câmara”, ou seja, como hoje são conhecidos como vereadores, se reveste de extrema importância ao pensarmos que foi a primeira eleição acontecida no nascente Brasil e a primeira realizada nas Américas, o que dá para São Vicente uma projeção histórica que extravasa os seus limites municipais, para abranger importância nacional e internacional, fazendo-a amplamente merecedora do seu título “Berço da Democracia nas Américas.”

Este fato aconteceu, como já dissemos, a 22 de agosto de 1532, sob a presidência de Martim Afonso de Sousa, tendo como juiz Ouvidor Antonio Rodrigues, nomeado por Martim Afonso. Nessa ocasião foram escolhidos os oficiais da 1ª. Câmara. Segundo

alguns historiadores teriam sido 5 oficiais, segundo outros, 3 oficiais. Quem nos noticia a data da eleição é o historiador Tito Lívio Ferreira, na sua obra “História de São Paulo”, vol. 2, pág. 94.

Para ser votado, ou para exercer a “vereança” era necessário ser “Homem Bom”, entendendo como tal ser português, ou filho de boa instrução, gozar de prestígio, ser proprietário de terras, exercer alguma profissão ou outras qualidades que o fizessem merecedor de tal condição. Podemos observar que portugueses também eram os naturais da terra, quer dizer de português com índia, pois todos nasceram em território de Portugal. Não podiam ser eleitos os estrangeiros, os não católicos, os trabalhadores braçais, os judeus ou os mouros. Confirmando este particular, evocamos a figura do vicentino Diogo Braga, que era filho de português e índia e foi eleito para participar como “vereador” da 1ª. Câmara do Rio de Janeiro, em 1565, logo após a sua fundação, pelo governador Estácio de Sá.

Os membros das Câmaras elegiam entre os seus pares, o mais velho e experiente que exercia a Presidência da Câmara, que corresponde hoje ao cargo de Prefeito. Competia aos oficiais da Câmara discutir e resolver os problemas locais, referentes a arruamento, construções, limpeza e ordem pública, taxas e impostos, divisão e posse de terras e heranças, entre outros deveres como administração do dinheiro público e o exercício da justiça.

Tomamos como base para a descrição resumida do Código Eleitoral da Ordenação, o texto dos historiadores Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira, na sua obra “História da Civilização Brasileira”.

As eleições dos oficiais das vilas e cidades brasileiras eram realizadas como em Portugal, pelo povo, que tinha a mais ampla liberdade de escolher seus governantes locais. Essas eleições eram reguladas pela ordenação do reino. O título 67, do Livro Primeiro da Ordenação, determinava o modo de se proceder às eleições dos oficiais das Câmaras. As transcrições, cuja ortografia atualizamos, colocaremos entre aspas.

O mandato dos oficiais das Câmaras (juízes, vereadores, procuradores) era de um ano. Mas determinava o código eleitoral que as eleições se fizessem de três em três anos, isto é, num só escrutínio seriam eleitos três conselhos, um para cada ano. O sufrágio era universal. A eleição era indireta, em dois graus. O povo elegia seis eleitores e estes escolhiam os oficiais da Câmara para três anos, ou mais propriamente escolhiam três Conselhos para três anos consecutivos.

Ao povo cabia eleger seis eleitores. No dia da eleição, cada cidadão aproximava-se da mesa eleitoral e dizia ao escrivão, em segredo, o nome de seis pessoas,. Essas seis pessoas deviam ser as “mais aptas” para exercerem a função de eleitor. O escrivão ia anotando os nomes e terminada a votação, “os juízes com os vereadores viam o rol e escolhiam para eleitores os que mais votos tinham tido, aos quais logo seriam dados juramentos dos Santos Evangelhos”. Os seis eleitores juravam escolher as pessoas mais capacitadas e mantinham segredo dos nomes escolhidos durante os três anos seguintes.

A seguir os seis eleitores eram agrupados de dois em dois, formando três grupos. Dois de um grupo não podiam ser parentes, nem cunhados até o quarto grau, segundo o Direito Canônico. Deixavam o recinto da eleição e dirigiam-se a outro local.

“E em outra casa, onde estejam sós, estarão apartados dois a dois, de maneira que não falem uns com os outros”.

Os três grupos separados ficavam organizando as suas listas de votação. Cada grupo de dois eleitores numa folha de papel fazia tantas colunas, quanto os cargos de oficiais a eleger. Na primeira coluna, sob o título de “juizes”, escreviam no máximo seis nomes, já que eram dois juizes para cada ano. Na segunda coluna, sob o título de “vereadores”, um máximo de nove nomes, já que eram três vereadores para cada ano e na última coluna, sob o título “procurador” escreviam no máximo três nomes, ou seja, um procurador para cada ano. Cada grupo organizava desta maneira o seu rol (relação). Estes três róis (ou três relações) eram entregues pelos grupos ao “juiz mais antigo, o qual, perante todos jurará não dizer a pessoa alguma os oficiais, que na eleição ficam feitos”. A partir desse momento caberia ao juiz uma importante fase do processo eleitoral. O juiz teria que manipular aquelas três relações, num processo denominado “apurar a pauta, pois o juiz “verá por si só os róis, e consertará uns com os outros, e por eles escolherá as pessoas que mais votos tiverem. E tanto que assim os tiver apurados, escreva por sua mão em uma folha que se chama “pauta” os que ficam eleitos para juizes e em outro título os vereadores, e procuradores, e assim de cada officio”.

“E para servirem uns com os outros, o juiz juntará os mais convenientes, assim por não serem parentes, como os mais práticos com os que o não forem tanto, havendo respeito às condições e costumes de cada um, para que a terra seja melhor governada.

A tradição política brasileira se definiu quando Martim Afonso de Sousa, chegando a São Vicente em 1532, instalou a primeira Câmara Municipal das Américas. Introduzia-se assim, nas terras do Brasil e da América, a antiga instituição lusitana dos governos locais eleitos pelo povo. Tal direito foi trazido pelos primeiros povoadores do Brasil, adquirindo o hábito democrático de escolher pelo voto popular, os seus governantes locais.

Os representantes do Rei.

As autoridades principais, nas capitanias reais, eram nomeadas pelo rei, capitão-geral ou governador, e o ouvidor.

Os governadores eram, geralmente, nomeados para um mandato de três anos, embora este mandato podia ser interrompido antes desse prazo.

Os governadores de capitanias reais eram simples representantes do rei de Portugal, sendo intermediários entre o rei e o povo, ou mais exatamente entre o poder real e os representantes do povo.

Sendo nomeados pelo rei, os governadores tomavam posse perante a Câmara da cabeça de Capitania. Este ato tinha por única finalidade reconhecer esse poder emanado do povo, sendo que os governadores não interferiam no funcionamento das Câmaras. Mantinham com as Câmaras relações protocolares, evitando atritos com elas, pois perante o rei, os representantes do povo recebiam deferências especiais.

Outra autoridade nomeada pelo rei era o Juiz Ouvidor, que por vezes era denominado de “ministro”. O Juiz Ouvidor também era chamado de Juiz Corregedor e era encarregado da fiel observância das leis, verificando o exato cumprimento da Ordenação do Reino e das leis esparsas chamadas “Leis Extravagantes”, isto é, leis extras, fora da Ordenação do Reino. Ao Ouvidor competia presidir as eleições das Câmaras Municipais, e a diplomação dos eleitos. É importante esclarecer que, nas capitâneas hereditárias, o cargo de Juiz Ouvidor era ocupado por nomeação do donatário.

Outro fato a ser destacado é que, quando Martim Afonso elevou o antigo povoado de São Vicente à condição de Vila, ele nomeou para o cargo de Juiz Ouvidor, Antonio Rodrigues, pois tinha autoridade para isto, assim como os Oficiais anteriores à realização da primeira eleição.

Capítulo XVIII – Instalação da justiça em São Vicente.

(F 55) Segundo o historiador Tito Lívio Ferreira em sua obra realizada em conjunto com o seu irmão Manoel Rodrigues Ferreira, “História da Civilização Brasileira”, São Paulo, 1959, pág. 131, a tradição política brasileira teve início precisamente no dia 22 de janeiro de 1532, quando Martim Afonso de Sousa, aportando em São Vicente, ali instalou a primeira Câmara Municipal da América Portuguesa.

Introduzia-se dessa maneira nas terras virgens desta parte do Novo Mundo, a antiga instituição lusitana dos governos locais eleitos pelo povo, onde todos eram livres para manifestar o seu pensamento.

Iniciava o conquistador luso, a notável obra de povoamento e civilização cristã da nova terra, sob a égide da ordem e da lei, consubstanciada no livro máximo do império português: a Ordenação do Reino.

Eram tão amplas e extensas as atribuições das Câmaras no Brasil, que transcendiam à simples vida das suas comunidades. As Câmaras das capitais tinham um poder político-administrativo tal, que as colocava em plano superior aos próprios capitães-generais que governavam as Capitâneas.

Nas suas atribuições legais, não interferiam outros poderes, nem mesmo o do rei. Durante os três séculos que vão de 1532 a 1822, não se conhece nenhuma ação violenta da Coroa Portuguesa exercida contra qualquer das Câmaras do Brasil.

A partir de 1532 se realizaram eleições em todas as Câmaras do Brasil, quando eram eleitos os diversos membros, e o seu mandato era de apenas um ano. Estes membros eram chamados oficiais.

Quando o rei de Portugal passava cartas de doação das Capitâneas, resguardava os direitos políticos dos seus habitantes, ficando integrados dessa maneira nas instituições políticas portuguesas. Desta maneira consta na Carta de Doação que D. João III passou a Pero Lopes a 21 de janeiro de 1535, a determinação de que cabia ao “Ouvidor” estar na eleição dos Juizes e Oficiais, e alimpar e apurar as pautas, passar cartas e confirmação aos ditos Juizes e Oficiais.

Assim o Juiz Ouvidor verificaria a honestidade das eleições (limpando e apurando as pautas) e diplomaria os eleitos (passando cartas de confirmação).

Devido à falta de documentação com relação à primeira Câmara de São Vicente, nos vemos obrigados a utilizar informações bibliográficas, contendo informes o mais próximo possível, em data e local do assunto em pauta, servindo-nos delas como elementos de comparação, tirados principalmente da obra já citada, assim sendo:

Segundo o costume, o Ouvidor Jorge Ferreira, de São Vicente, no fim de dezembro de 1556, deveria tomar aquelas providências, de maneira que no dia primeiro de janeiro de 1557, tomassem posse os novos membros eleitos da Câmara de Santo André. Entretanto, não tomou nenhuma providência, o que motivou que no dia 8 de janeiro fosse redigido um protesto ao Ouvidor Jorge Ferreira, assinado inclusive por João Ramalho, na época alcaide-mor de Santo André. Transcrevemos o documento, vazado em termos jurídicos, segundo a Ordenação:

“Requerimento que o senhor capitão e guarda-mor, digo alcaide-mor com os oficiais da Câmara desta vila de Santo André fizeram ao senhor Capitão e Ouvidor Jorge Ferreira”.

Em como requerem ao senhor capitão e ouvidor Jorge Ferreira pelo que lhe requerem da parte de Deus e del Rey Nosso Senhor que lhe despache e limpe Vossa Mercê a pauta que desta vila foi para se fazerem nesta Vila os oficiais novos como está em costume em as vilas como esta se fizeram e de Vossa Mercê não querer despachar nossa pauta e nos querer tomar nossa jurisdição que nos deixou o senhor Tomé de Sousa Governador a qual foi metido de posse por Antonio de Oliveira capitão e Braz Cubas por vereador desta Capitania com todas as liberdades conforme ao Regimento e Foral (que está trasladado no livro da Câmara desta Vila) de Sua Alteza, e Vossa Mercê o não querer despachar protestamos por todas perdas e danos e danificações desta vila e bens de órfãos que por falta de justiça se perderem por Vossa Mercê não prover com os ofícios como aqui temos em costume e dos assim Vossa Mercê não fazer protestamos de tirar instrumento de cartas testemunháveis para maior alçada sermos providos com justiça no qual requerimento fiz eu Diogo Fernandes escrivão em esta casa do Conselho desta dita vila hoje oito do mês de Janeiro da era de mil e quinhentos e cinqüenta e sete anos assinaram aqui eu Diogo Fernandes escrivão do público e da Câmara o escrevi – Álvaro Annes – Joanes Ennes – Gonçalo Fernandes – João Ramalho”.

Observações: Nesse documento, entenda-se por ofícios os cargos de juízes, vereadores e procuradores. (Os juízes ordinários e dos órfãos eram eleitos também pelo povo). O resultado da reclamação foi que no dia 5 de fevereiro de 1557 já estava em funcionamento a nova Câmara.

A Ordenação do Reino era o livro obrigatório, nas sessões de Câmara como consta em documento de 3 de outubro de 1587, da Câmara de São Paulo.

A estrutura das Câmaras era diferente de hoje. Não havia um chefe executivo, como os atuais prefeitos e a Câmara era simultaneamente legislativo e executivo, realizando sessões duas vezes por semana, normalmente às quartas feiras e aos sábados. A Ordenação determinava, com relação às sessões, que seus membros:

“... não consentirão que nela estejam os senhores das terras, nem seus alcaides-mores, nem pessoas poderosas, e se lá entrarem requeiram-lhes que digam o que querem e o escrivão da Câmara o escreva. E enquanto requerem suas coisas, não prossigam em sua vereação. E acabado de requererem, saiam-se logo, e eles façam sua vereança”.

O número de membros das Câmaras não era determinado nas Ordenações e sim quando a Vila recebia o Foral do Rei. Ali era determinado o número deles que de maneira geral se compunha de 2 juízes ordinários, 2 vereadores e 1 procurador. Os juízes ordinários, chamados também de oficiais, eram eleitos pelo povo. Cabia a eles distribuir a justiça, principalmente nos processos do cível. Das suas funções cuidava a Ordenação, no Livro I, Título 65, “Dos Juízes Ordinários e de Fora”, iniciando assim:

Os Juízes Ordinários, e outros que nos de fora mandarmos devem trabalhar, que nos lugares e seus termos, onde forem juízes, se não façam malefícios, nem malfeitorias. E fazendo-se prevejam nisso, e procedam contra os culpados com diligência.

- 1- E os Juízes ordinários trarão varas (daí a nomenclatura “Vara Cível” e “Vara Criminal”, hoje usada na organização judiciária do Brasil) vermelhas, e os Juízes de fora, varas brancas, continuamente quando pela vila andarem, sob pena de quinhentos réis, por cada vez que sem elas forem achados.
- 2- E porque os Juizes Ordinários com os homens bons tem o regimento da Cidade, ou vila, eles ambos quando puderem, ou ao menos um, irão sempre à Vereação da Câmara, quando se fizer, para com os outros ordenarem, o que entenderem que é bem comum, Direito e Justiça”.
- 3- Não podemos transcrever neste trabalho, tudo o que constava na Ordenação, com relação aos Juízes Ordinários, aos quais competia:

“Mandar prender e soltar, abrir inquéritos e fazer correr os processo sobre mortes, injúrias, atentados ao pudor, moeda falsa, cárcere privado, roubo, ofensas físicas, fugas de presos, etc”.

O artigo 18 mandava:

“... processem os feitos e dêem neles sentença final, e darão apelação e agravo, ou eles apelarão, segundo os casos forem e por nossas Ordenações forem obrigados...”

Vemos, desta maneira, a importância dos Juízes ordinários, que eram eleitos pelo povo.

O Livro Título 65, da “Ordenação”, tratava dos Vereadores expressando de início:

“Aos Vereadores pertence ter cargos de todo o regimento da terra, e das obras do Conselho, e de tudo o que puderem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar. E se souberem que fazem da terra malfeitorias, ou que não é guardada pela Justiça, como devem, requererão aos Juízes, que olhem por isso. E se o fazer não quizerem, façam-no saber ao Corregedor da Câmara, ou a nós”.

- 1- E todos os Vereadores irão à vereação à quarta-feira e ao sábado, e não se escusarão sem justa causa. E o que não for, pagará por cada um dia cem réis para obras do Conselho, os quais logo o Escrivão carregará em receita sobre o procurador, sob pena de os pagar noveados. E o que for doente, ou tiver algum negócio porque não possa ir, o fará saber a seus parceiros, e será escuso.”

Os deveres dos Vereadores eram extensos. Deixamos claro que o Título 66, que trata dos vereadores, é extenso, constando de 49 artigos. Como curiosidade destacamos o art. 39:

“E não se fará obra alguma sem primeiro andar em pregão para se dar de empreitada a quem a houver melhor, e por menos preço, porém as que não passarem de mil réis se poderão mandar fazer por jornais...”.

“Andar em pregão” - dar conhecimento público, o que equivale a “editais de concorrência”.

O Livro I, Título 69, tratava das funções do Procurador, a quem competia suscitar as questões a serem tratadas.

Os cargos eletivos da Câmara eram os de Juízes Ordinários, vereadores e procuradores. Nas sessões participavam apenas esses oficiais, que executavam as próprias deliberações. Ao Juiz Ordinário cabia a presidência das sessões. Existiam também os almotacés, espécie de fiscais, encarregados de verificar se as posturas da Câmara estavam sendo ou não cumpridas pelos moradores da vila ou cidade. Os almotacés, nos três primeiros meses do ano eram os Juízes, os vereadores e o procurador, que haviam terminado o mandato no ano anterior. Nos nove meses seguintes, os cargos de almotacés eram providos conforme estipulado no artigo 14 do Título 67, do Livro I da Ordenação, ou seja, por eleição feita pelos oficiais da Câmara. O tesoureiro do Conselho, como também o escrivão, eram funcionários cujas obrigações estavam contidas nos Títulos 70 e 71 do Livro I da Ordenação. O mandato dos oficiais, ou seja, dos Juízes, vereadores e do procurador, era de um ano. Tomavam posse no dia 1º de janeiro, e deixavam os seus cargos no dia 31 de dezembro.

As Câmaras, além das atribuições decorrentes da Ordenação, tinham outras atribuições não menos importantes, como era o caso de dar posse aos funcionários administrativos nomeados pelo Rei de Portugal. Só davam posse as Câmaras das cabeças das Capitanias.

Assim sendo, em 1532 os portugueses criam o primeiro município instalado em São Vicente, seguindo as mesmas leis que eram praticadas em Portugal. E ao lado das Ordenações do Reino onde se disciplinavam as leis desde D. Afonso V de Portugal, começa desde 1532 em diante, com o regime municipal luso-brasileiro, código local para uso dos munícipes, para uso da terra. As feitorias passam a fortalezas, perdendo o sentido militar primitivo, e os povoados a serem elevados à condição de vilas, e depois vilas em cidades.

Aceitando-se a data de fundação da Vila de São Vicente a 22 de janeiro de 1532, e sabendo-se que as cartas dadas a Martim Afonso pelo Rei de Portugal lhe davam poderes para “fazer vilas”, como se dizia na época, é provável que os primeiros oficiais para a formação da administração pública, justiça e outras funções, tenham sido nomeados pelo capitão-mor, já que tinha poderes para isto. O próprio Governador Thomé de Sousa, quando chegou na Bahia, tomou essa medida, sendo os oficiais nomeados por ele. Isso, portanto, nos dá como verossímil a afirmação de Tito Lívio Ferreira, de ser a primeira eleição vicentina e conseqüentemente americana, de 22 de agosto de 1532.

Transcrevemos um trecho da obra de Pedro Calmon em “História do Brasil”, vol. I, pág. 229, fazendo referência à fundação de Salvador, Bahia, e diz: - “Duvidoso é que houvesse eleição para vereadores. Os que serviram deviam ter sido nomeados pelo governador, à maneira do que se praticava nas vilas recém-fundadas. Em todo caso, era o aparelho comunal com os seus magistrados que começava a funcionar.”

No caso mencionado, a divisão das responsabilidades e funções, refere-se a Thomé de Sousa; no caso vicentino se aplicam a Martim Afonso, sendo, portanto, que tendo poderes para nomear os oficiais, como juiz-ouvidor e o procurador, só depois de estar consolidado o povoamento, é que se realizou a eleição dos componentes da primeira Câmara. Daí resultando o período de janeiro a agosto, quer dizer entre a fundação da Vila, ou melhor, elevação do povoado de São Vicente (já existente) à categoria de Vila, e a realização da primeira eleição, para escolha, pelo voto do povo, dos oficiais da Câmara, sendo desta forma constituído o primeiro município do Brasil, conforme veremos a seguir.

Teve começo, em 1532, com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa, a instituição dos municípios no Brasil. Muito embora regidos pelas Ordenações Manoelinas nesse transplante de Portugal para a América, opina Varnhagen “que desde logo em uma e outra vila São Vicente e Piratininga, organiza-se um simulacro de Câmaras municipais, com seus vereadores; estes possivelmente seriam nomeados e não eleitos, pois não poderia isto se fazer, sem se apurarem os homens bons que em conformidade das Ordenações, deviam ser os eleitores”.(Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Porto Seguro, em “História Geral do Brasil”, 4ª. Edição integral, São Paulo, 1948, T. I. Pág. 192/193. Criadas por D. João III em 1534/1536 quatorze capitanias hereditárias na costa do Brasil, concedeu aos donatários o poder de criar vilas ativamente, participando das necessárias

eleições, outorgando-lhes insígnias e direitos, expressos pelas Ordenações e Forais. Foi, portanto, a Vila de São Vicente a primeira a receber esta organização.

Criado o Governo Geral (com Thomé de Sousa na Bahia), embora ao governador não fosse dado a princípio, o mesmo direito dado aos donatários, de erigir vilas; somente pode fazê-lo mediante expressas ordens reais. De acordo com esta regra se fundaram alguns municípios, durante o século XVI.

As eleições para escolha dos oficiais das Câmaras das vilas e cidades brasileiras, eram feitas da mesma forma que em Portugal, seguindo a regulamentação da Ordenação do Reino. O Título 67, do Livro I, da Ordenação, determinava como proceder às eleições, constituindo, portanto, um código eleitoral, mas unicamente para eleger os Conselhos, ou governos municipais.

Na tentativa de descrever estas eleições, tomamos novamente como base o trabalho do historiador Manoel Rodrigues Ferreira, “História da Civilização Brasileira” realizado em conjunto com Tito Lívio Ferreira, ed. 1959, São Paulo, por ser o trabalho mais completo, no nosso entender.

O mandato dos Oficiais das Câmaras, como dos Juízes Ordinários, Vereadores e Procuradores tinham a duração de um ano, sendo que as eleições eram realizadas de três em três anos. Devido a isso, em cada eleição eram eleitos três Conselhos, um para cada ano.

Quando estava para terminar o mandato do último Conselho, no final do terceiro ano, o povo e mais os homens-bons, “nas oitavas do Natal”, eram convocados para novas eleições. Eram chamados de homens-bons as pessoas dotadas de experiência e força moral na sociedade e, desta camada da sociedade é que saíam os seis eleitores e os ocupantes aos cargos de oficiais.

Na primeira etapa o sufrágio era universal: todo o povo votava, não havia qualificações nem privilégio de voto. Votava toda a massa do povo. A eleição era indireta e em dois graus. O povo escolhia seis eleitores, e a estes cabia escolher os oficiais da Câmara, ou seja, três conselhos para três anos consecutivos.

O povo, portanto, escolhia seis eleitores. Na eleição, o cidadão ia até a mesa eleitoral e dizia ao escrivão ou juiz ouvidor, em segredo, o nome de seis pessoas. Desta forma, os seis eleitores eram “nomeados secretamente, sem outrem ouvir o voto de cada um”. Essas seis pessoas deveriam ser as mais aptas para exercer as funções de eleitor. O escrivão ou o Juiz Ouvidor ia anotando os nomes e terminada a votação “os juízes com os vereadores verão o rol, e escolherão para eleitores os que mais votos tiverem, aos quais será logo dado juramento dos Santos Evangelhos”. Os seis juravam que escolheriam as pessoas mais capacitadas para ocupar os cargos de oficiais da Câmara, e também que na contariam a ninguém quais os escolhidos, conservando segredo durante os três anos seguintes.

Na segunda fase da eleição, os seis eleitores eram agrupados de dois em dois, formando assim três grupos. Dois de um grupo não podiam ser parentes, nem cunhados até o quarto grau, em conformidade com o Direito Canônico.

Abandonavam o recinto da eleição “E em outra casa, onde estejam sós estarão apartados dois a dois, de maneira que não falem uns com os outros.”

Os três grupos ficavam, pois, organizando as suas listas de votação. Os dois eleitores de cada grupo, numa folha de papel, faziam tantas colunas, quantos os cargos de oficiais a eleger. Na primeira coluna, sob o título de “Juizes”, escreviam um máximo de seis nomes, sendo dois juizes para cada ano. Na coluna seguinte, sob o título “Vereadores” escreviam um máximo de nove nomes, desde que fossem três vereadores para cada ano. Na terceira coluna, sob o título de “Procurador” escreviam três nomes, sendo um procurador para cada ano. Cada grupo organizava o seu rol (lista ou relação). Os três grupos entregavam as suas listas ao “juiz mais antigo, o qual perante todos jurará de não dizer a pessoa alguma os oficiais, que na eleição ficam feitos”. O juiz jurava que manteria segredo, nos próximos três anos, dos nomes contidos nos três róis (listas).

Caberia ao juiz uma importante fase do processo eleitoral. O juiz teria que manipular aqueles três róis, num processo que era chamado de “apurar a pauta”. O juiz “verá por si só os róis, e consertará uns com os outros, e por eles escolherá as pessoas que mais votos tiverem. E tanto que os assim tiver apurados, escreva por sua mão em uma folha, que se chama pauta”, os que ficam eleitos para juizes, e em outro título os vereadores, e procuradores, e assim de cada officio”. O juiz de posse dos três róis, escrevia numa coluna sob o título “Juizes”, todos os nomes que constavam naquelas relações. Evidentemente, alguns nomes podiam aparecer em mais de uma lista, ou até nos três. O mesmo acontecia com os nomes dos vereadores e outros officiais. A seguir, o juiz começava uma importantíssima tarefa: combinar os diversos nomes, segundo o critério que constava da Ordenação: “E para servirem uns com os outros, o juiz juntará os mais convenientes, assim por não serem parentes, como os mais práticos com os que o não forem tanto, havendo respeito às condições e costumes de cada um, para que a terra seja melhor governada.”

O juiz, diante de um máximo de 27 nomes para vereadores (no caso de três vereadores num Conselho), teria que escolher nove nomes, separados em grupos de três, para cada ano de mandato. Ao escolher os grupos de três, deveria ter o cuidado de não serem inimigos entre si, que não fossem todos inexperientes, tudo isso “para que a terra seja melhor governada”. Ficava desta maneira, a pauta organizada. “E esta pauta assinada pelo juiz, cerrada e selada”.

Antes de encerrar a pauta, o juiz escrevia em três papezinhos separados, aqueles nomes escolhidos para ocuparem os cargos de officiais. Isto é, sendo escolhidos nove nomes para vereadores, divididos de três em três, sendo cada papelzinho para cada ano de mandato. A seguir o juiz pegava três bolas de cera chamadas pelouros e dentro de cada uma colocava um daqueles papezinhos, fechando a seguir os pelouros. A seguir, tomava de um sacco, com um certo número de divisão que estivesse escrito “vereadores”, ele colocava os três pelouros de vereadores.

Repetia o processo, sendo um só procurador da Câmara, escrevia três nomes diferentes (retirados da pauta), um nome em cada um dos três papeizinhos. Estes papeizinhos eram colocados separadamente dentro de pelouros e fechados. Estes pelouros eram colocados na divisão do saco onde estava escrito “procuradores”. O mesmo processo utilizava-se para os cargos de “juízes”.

Existia no saco uma divisão para ser colocada a pauta, a qual não seria colocada em um pelouro, mas sim “cerrada e selada”. Era o único procurador que ficava sabendo dos nomes dos pelouros, sob juramento de segredo. Assim o saco dos pelouros era guardado num cofre com três fechaduras. Cada vereador, cujo mandato se extinguia, recebia uma chave, que lhe era entregue pelo que a guardara no ano anterior. Aquele que cedesse sua chave a outro seria “degredado um ano para fora da vila e pagaria quatro mil réis de multa”.

No fim de cada ano, durante o mês de dezembro, quando findava o mandato dos oficiais, se realizava a abertura dos pelouros, para saber os que iriam servir no ano seguinte. Dizia a Ordenação:

“E no tempo que houverem de tirar os pelouros, segundo seu foro e costume, mandaram pregoar que venham a Conselho...” O povo era convocado para assistir à abertura dos pelouros. Os três ex-veredores que detinham as chaves do cofre abriam-no. “E perante todos, um moço de idade até sete anos, meterá a mão em cada repartimento, e revolverá bem os pelouros, e tirará um de cada repartimento, e os que saírem nos pelouros, serão oficiais esse ano, e não outros”.

Todos os anos eram repetidos o mesmo processo. No último não havia mais do que três pelouros, que eram só retirados e anunciados os nomes que eles continham. Ficavam então no saco a pauta do juiz e os três róis dos eleitores. Estes eram retirados e abertos. Nesse momento, os oficiais e o povo iam verificar duas coisas: se o juiz agiu correta e conscientemente, e também se os pelouros não haviam sido substituídos. Verificava-se assim se:

“Saíram os oficiais que nela (pauta) foram postos, ou se foi feita nela alguma falsidade, para se dar o castigo a quem o merecer”.

Se comprovadas fraudes, a Ordenação mandava abrir devassa (inquérito), para descobrir e punir os culpados. Em resumo, é o que consta do Título 67 do Livro 1º, das Ordenações do Reino, e que presidiu as eleições das Câmaras Municipais do Brasil e Portugal, até o ano de 1828. Nesses quase trezentos anos as Ordenações sofreram algumas alterações, na busca de aperfeiçoamento, ou atendimento a necessidades de diversas ordens. Citaremos como exemplo o Alvará de 12 de novembro de 1611, que nos diz o seguinte, em certo trecho:

“Tanto que os Corregedores, ou Ouvidores (juízes) entrarem nas terras, aonde hão de fazer a eleição, escolherão duas ou três pessoas, que lhes parecer das mais antigas e honradas, e de que tenham informação que são zelosas do bem público e de sãs consciências e lhes

perguntarão pelas pessoas, que há nas ditas vilas, dando-lhes juramento dos Santos Evangelhos e saberão delas as qualidades que têm para poderam servir os cargos de governança, e dos parentescos, que entre eles há, e amizade, ou ódio e de suas idades”.

Como vemos nesta passagem, os Juízes Corregedores e os Juízes Ouvidores não eram dos locais das eleições, e nos parece óbvio que eram nomeados por autoridade maior, ou seja, Real.

Lembramos também que a presidência das eleições cabia ao Corregedor ou Ouvidor, vindos de fora, e na falta destes, seriam presididas pelos juízes ordinários do lugar, e na falta destes, pelo vereador mais velho.

O alvará proibia o suborno durante as eleições e os que não cumprissem a lei seriam: “presos e condenados em dois anos de degredo para um dos lugares da África, e, além disso, pagarão cinqüenta cruzados”.

Recomenda o alvará ao povo, que “votem os seis eleitores dos mais velhos e zelosos do bem público, e que não sejam parciais, se na dita vila houver bandos”. Por “bandos” subentende-se “facções”, precursores dos modernos partidos políticos.

As leis do Império Português, que formam a Ordenação do Reino, e nas leis esparsas, foram introduzidas no Brasil em 1532 por Martim Afonso de Sousa.

A Ordenação determinava que ninguém podia negar-se a servir os ofícios de juiz ordinário, vereador ou procurador da Câmara, quando para isto fossem eleitos (podemos observar que ninguém é candidato). Assim a eleição dos cidadãos para os cargos da Câmara era independente da vontade deles. Não existia remuneração alguma pelo exercício destes cargos, e estes oficiais, quando faltavam às sessões, pagavam multa, conforme as Ordenações.

A Ordenação determinava, a respeito das sessões, que seus membros “... não consentirão que nela estejam os senhores das terras, nem os alcaides-mores, nem pessoas poderosas, e se lá entrarem, requeiram-lhes que digam o que querem, e o escrivão da Câmara o escreva. E enquanto requererem suas coisas, não prossigam em sua vereação. E acabado de requererem, saiam-se logo, e eles façam sua vereação”.

Adendo às eleições.

Em documento transcrito por Tito Lívio, em obra já citada:

“... se faça logo a eleição das pessoas que hão de servir os cargos da terra aonde haverá dois Juízes Ordinários, e dois Vereadores, hum procurador do conselho que sirva de tesoureiro e demais do Escrivão e Meirinho da Superintendência, haverá hum Escrivão da Câmara que sirva por hora também da Almoçataria e hum Escrivão do Público Judicial e Notas, que sirva também das execuções, e escreva alternativamente com o Escrivão

dasuperintendência como se pratica com os oficiais das ouvidorias e se faça o Alcaide na forma que dispõe a Ordenação...”.

Depois de realizadas as eleições é que começa realmente a distribuição de terras, e a ida de Martim Afonso ao planalto em companhia de João Ramalho, quando nomeia este Alcaide-mor do Altiplano. Na realidade, Martim Afonso não funda a Vila de Santo André da Borda do Campo, como é mencionado correntemente pelos historiadores. Esta Vila só vem a ser fundada pelo Governador Geral Thomé de Sousa, anos mais tarde.

Martim Afonso sobe pela chamada “Trilha dos Guaianazes”, cujo traçado, assim como o de muitas outras trilhas indígenas, serviu, não só para a penetração do sertão brasileiro, como de traçado inicial das primeiras estradas, até se concretizar nas modernas estradas.

Começa então a distribuição de terras e a implantação dos primeiros engenhos de cana, depois de prévio estudo, de que locais seriam mais apropriados, visto a localização do porto, para saída da produção açucareira, assim como a localização das plantações de cana-de-açúcar.

Estando o porto de São Vicente localizado na atual Ponta da Praia, era natural que os engenhos e principais plantações importantes de cana-de-açúcar ficassem nas redondezas, favorecendo o desenvolvimento natural da futura Vila e depois Cidade de Santos.

Depois de realizadas as eleições para a escolha dos oficiais da Câmara de São Vicente, Martim Afonso dá continuidade aos seus trabalhos de construção e assentamento dos povoadores. Entre estas tarefas (depois de ter subido ao planalto piratiningano, na companhia de João Ramalho e nomeado este como alcaide das terras de Piratininga e visitado Santo André da Borda do Campo), os trabalhos de levantamento das terras da baixada estavam bastante adiantados, como para expedir as primeiras escrituras de doação de terras.

Ao que tenhamos notícia, a primeira que foi expedida, lavrada a 15 de outubro de 1532, na fortaleza existente em São Vicente (onde Martim Afonso se hospedou), foi a doação de terras a Pero Góes, por Martim Afonso de Sousa. A escritura foi redigida por Pero Capico, na qualidade de Escrivão do Reino, sendo testemunhas Antonio Rodrigues e João Ramalho.

Como poderemos concluir a seguir, pela localização dos engenhos e dos principais homens a ocupar terras, foi dada uma concentração à área mais próxima ao porto de São Vicente, localizado na época na Ponta da Praia (Santos), favorecendo essa região. Isto se acentua com a ordem de Ana Pimentel (esposa de Martim Afonso), em 1534, para que o porto fosse transferido para Enguaguaçú, o que vai fortalecer ainda mais a região da nascente povoação de Enguaguaçú (depois vila e finalmente cidade de Santos).

Luís de Góis ficou na Ilha de São Vicente, junto a Enguaguaçú. Seu irmão Pero de Góis se instalou no sopé da Serra de Jurubatuba, onde fundou um engenho, o de Madre de Deus. Vizinho de Luís de Góis, estabeleceu Martim Afonso o seu engenho em Enguaguaçú, área destinada a grande desenvolvimento e prosperidade. Brás Cubas, criado da casa de Martim

Afonso, se estabeleceu junto ao Monte Serrate. Instalaram-se também na região Pascoal Fernandes, Domingo Pires, o genovês José Adorno e seus irmãos, instalando este o engenho de São João. Rui Pinto recebe as terras de “Porto das Almadias”, hoje município de Cubatão.

Os portugueses passam a ocupar nesta época, terras em Cubatão, Piaçaguera, Cabraiaquara, Titiguapara, Perut-i, Itapema, Ilha Pequena, Itapanhaú, Bertioga, toda a Ilha de Guaibé (Santo Amaro), além de toda a Ilha de São Vicente.

Martim Afonso trouxe vários artífices ou mestres: carpinteiros, pedreiros, ferreiros, entre outros profissionais. Dentre estes mestres, como eram chamados, o único que a história registra, é o Mestre Bartolomeu Gonçalves, ferreiro, que ótimos serviços prestou, ao desenvolvimento da Vila e região, e que ele devia comentar: “...de todas as cousas que eram necessárias de meu ofício, sem por isso pedir premio nenhum, por folgar de por terra povoar e enobrecer, além de dous anos que fui em soldo, que o dito Sr. (Martim Afonso) me deixou...” – citação de Frei Gaspar da Madre de Deus em “Memórias para a História da Capitania de São Vicente”, pág. 206, edição de A. Taunay, São Paulo, 1920.

A partida de Martim Afonso de São Vicente.

Depois de 13 de março de 1533, Martim Afonso de Sousa parte na caravela Santa Maria do Cabo, para Portugal, chegando a Lisboa em agosto do mesmo ano. Mais tarde, em 1534, as Capitanias de São Vicente e de Pernambuco, foram as únicas que prosperaram, dentre as doze que inicialmente foram fundadas, graças à cana-de-açúcar, que sustentou o desenvolvimento delas.

Supõe-se que na véspera de embarcar para Portugal, Martim Afonso soubesse do fim trágico da expedição confiada a Francisco de Chaves. Encarregou Pero de Góis e Rui Pinto de fazer a guerra aos carijós, que constava terem trucidado os oitenta portugueses e o seu chefe, Pero Lobo. E parte para Portugal.

A narração de Guzmán, dos fatos da guerra de Iguape, está confirmada por vários documentos. Assim, conforme a apostila de 20 de agosto de 1537 à carta de sesmaria de Rui Pinto, não havia em São Vicente livro de tombo, por “o haverem levado os moradores de Iguape”. Rui Pinto e Pero de Góis (os dois capitães da malograda investida), não tinham cumprido a ordem de Martim Afonso, quanto à perseguição dos carijós dos Campos de Curitiba, ocupados com a “guerra dos de Iguape”, segundo uma ata da Câmara de São Paulo (Varnhagen, obra citada, I, pág. 201).

Chegando a Portugal, Martim Afonso não descansou. A seu pedido e sobre observações suas Pedro Nunes escreveu o “Tratado sobre certas dúvidas que trouxe Martim Afonso de Sousa quando veio do Brasil”. Alguns meses depois saía do Tejo com a sua armada rumo à Índia, sem nunca mais voltar a São Vicente.

Capítulo XIX - Capitánias Hereditárias

(F56) Na Nossa história faz-se, por vezes, alguma confusão entre Capitania e Capitania Hereditária (ou Donatária), detalhe importante.

Não se esclarecendo estes fatores, divulga-se o conceito de que Martim Afonso de Sousa foi o primeiro capitão, criador portanto, da Capitania de São Vicente, quando na verdade tal Capitania já existia desde 1516, com o seu Capitão nomeado pelo Rei e que foi Pero Capico, o que é confirmado pelo Alvará de 15 de julho de 1526, onde se lê: - “Eu, El-Rey faço saber a vós, Chistovam Jacques, que ora envio por Governador às partes do Brasil, que Pero Capico, capitão de uma das Capitánias do Brasil, me enviou dizer que lhe era acabado o tempo de sua capitania e que queria vir para este Reino, e trazer consigo todas as peças de escravos e mais fazendas tivesse....” (Passado a 15 de julho de 1526, em Almeirim, por Jorge Rodrigues, livro de Repartições – ou Reformações – da Casa da Índia, fl. 25, reproduzido por Varnhagen, na sua “História Geral do Brasil”.)

Depois da administração de Pero Capico, que foi de 1517 a 1527, ele parte para o Reino, é substituído pelo Capitão Antonio Ribeiro, cuja posse aconteceu a 26 de outubro de 1528, estendendo-se até a chegada de Martim Afonso de Sousa.

Por aquela época eram conhecidas diversas feitorias, instaladas ao longo da costa brasileira. Algumas nem isso chegavam a ser, como a de Percaauri ou Percauari, a de Igarçu ou Iguaraçu, a da Bahia (com Diogo Álvares), a de Cabo Frio, a de Iguape e Cananéia, e a de Santa Catarina, que não passavam de aglomerados primitivos e sem organização. Conheciam-se apenas duas Capitánias, exatamente aquelas a que o Rei faz referência em outro trecho no documento de 1526: a de Itamaracá, em Pernambuco e a de São Vicente, ambas prósperas e dignas de um Capitão, lembrando-se que a de Itamaracá seria destruída em 1532 por corsários franceses, fato citado na carta do Rei D. João III a Martim Afonso em 28 de setembro do mesmo ano.

É de se apontar que Pero Capico volta como escrivão e prático da região, na armada de Martim Afonso, o que confirma a sua estada anterior em São Vicente, assim como o seu conhecimento da região e os seus habitantes. A experiência e o conhecimento da região vicentina era, evidentemente, importante para o sucesso do novo capitão e governador Martim Afonso.

Pela sua convivência com o Bacharel, os seus genros e os habitantes da região vicentina, permitiria a Martim Afonso a realização pacífica da terceira parte da sua missão, começar o povoamento da terra brasileira.

O conhecimento e a amizade de Pero Capico com os principais da terra, Antonio Rodrigues e João Ramalho (no planalto), ambos casados com filhas das principais caciques da região, Piquerobi e Tibiriçá e conseqüentemente as suas alianças com estes caciques, eram uma determinante importante na tarefa de Martim Afonso. A confirmação destas considerações viria pouco depois.

Enquanto Martim Afonso de Sousa realizava em São Vicente uma administração pacífica, ainda que movimentada, sem lutas e sem contratempos, nas outras regiões do Brasil – nas donatarias concedidas pelo Rei – a oposição dos índios arruinaria a quase todos os capitães-donatários, impedindo o desenvolvimento por muitos anos de seus territórios.

Até mesmo a da Bahia, onde atuava Diogo Álvares em aliança com os índios, encontra a ruína e a morte (devorado pelos tupinambás, segundo relatos), o donatário Francisco Pereira Coutinho, e outros.

Parece-nos que cabe a Pero Capico uma grande parte de mérito, pelo êxito, quase único, de Martim Afonso de Sousa, terceiro Capitão de São Vicente e primeiro donatário desta Capitania.

Fica caracterizada, quanto a São Vicente, a diferença histórica entre Capitania e Capitania Hereditária (Donataria), notadamente, que vindo como Capitão, Martim Afonso, sendo o terceiro mandatário de São Vicente, só depois, quando já estava em São Vicente é que se tornou Donatário, conforme a carta de D. João III, da que transcrevemos um trecho:

“Martim Afonso amigo. Eu, El-Rei vos envio muito saudar; vi as cartas que me escreveste por Joam de Sousa, e por ele soube de vossa chegada a essa terra do Brasil, e como hieis correndo a costa, caminho do Rio da Prata, e assim do que passaste com as naus francesas dos corsários que tomastes, e tudo que nisso fizestes, vos agradeço muito.... Depois de vossa partida se praticou, se seria meu serviço povoar-se toda essa terra do Brasil, e algumas pessoas que requerião Capitania em terra dela. Eu quizera, antes de nisso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda para vossa informação fazer o que bem me parecer e que na repartição que disso houver de fazer, escolhas a melhor parte, e porém, porque depões fui informado que dalgumas partes fazião fundamento de povoar a terra do dito Brasil, considerando Eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente que a povoasse, depois de estar assentada a terra, e ter nella feita alguma força, como já em Pernambuco começavão a fazer, segundo o Conde da Castanheira vos escrevera, determinei de mandar marcar de Pernambuco até o Rio da Prata cincoenta léguas da costa a cada Capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes vosso irmão cincoenta nos melhores limites dessa costa por parecer de Pilotos, e de outras pessoas, de quem-se o Conde por meu mandado enformou, como vereis pellas doações, que logo mandei fazer, e que vos enviará, e depois de escolhidas estas cento e cincoenta léguas da Costa para vós, e para vosso irmão, mande dar a algumas pessoas, que requeriam, Capitancias de cincoenta léguas a cada huma.”

Segundo Francisco Martins dos Santos, em obra já citada:

“A criação da Donataria de São Vicente, como aí se lê, data de 28 de setembro de 1532, e a nomeação de Martim Afonso como Capitão-mor data de 20 de novembro de 1530, com mais de dois anos de permissão”.

Como se vê na carta do Rei, reserva para Martim Afonso cem léguas nos melhores lugares da costa. O piloto que Martim Afonso enviara a Portugal, João de Sousa, com as notícias

da sua viagem até São Vicente, e da harmonia de idéias a respeito da forma de povoamento do Brasil – donataria – que vinham de encontro com os planos do Rei, fizeram com que o monarca português não esperasse pelo retorno deste a Portugal, para conceder-lhe a Capitania de São Vicente, como sendo a melhor parte da costa brasileira.

E por que seria considerada São Vicente a melhor terra? Pela condição de lugar já povoado e civilizado, com penetração do sertão (com a presença de João Ramalho no planalto), com produção agrícola e industrial (manufatureira) já organizada de embarcações para a navegação costeira, produzidas nos antigos estaleiros do Bacharel Mestre Cosmes Fernandes, com diversos tipos de criações, com várias casas européias já construídas, com uma “casa de pedra e torre” (fortaleza que defendia o povoado) e um grande tráfico de escravos, e os laços de amizade com os indígenas da região através de Antonio Rodrigues e João Ramalho. Além destas razões, era o ponto mais próximo do Rio da Prata, tido na época como lugar de imensas riquezas, e um dos caminhos para a conquista do Império Inca.

Sabe-se hoje que o Rei de Portugal, D. João III, já tinha conhecimento na época da existência de São Vicente como importante povoado e dos núcleos existentes mais ao sul, como Cananéia e Iguape, daí ter dado ao irmão de Martim Afonso, Pero Lopes de Sousa, uma Capitania (1ª. Parte) correspondente à metade do Estado do Paraná e grande parte do Estado de Santa Catarina de hoje. Desta forma as Capitânicas de São Vicente e de Sant’ana, seriam locais de onde se podia atingir facilmente o Rio da Prata, o que acabaria por anexar ao Brasil e à colônia portuguesa, terras localizadas além da linha do Tratado de Tordesilhas, todo o território do Rio Grande do Sul.

A intenção do Rei fica clara e demonstrada, na ida da armada de Martim Afonso, diretamente ao Rio da Prata, antes mesmo de se recolherem em São Vicente, e o envio da Bandeira de Pero Lobo, que, partiu de Cananéia para localizar as riquezas do Império Inca, (sendo esta bandeira dizimada pelos índios Carijós nos campos de Curitiba).

A carta de Diogo de Gouveia tem grande importância para a história do regime de capitânicas hereditárias no Brasil escrita ao Rei D. João III, em 29 de fevereiro e 1 de março de 1532.

Este regime ou sistema de colonização, não era novidade em Portugal. Particulares recebiam do rei poderes e terras. Este sistema de capitânicas hereditárias já fora experimentado com êxito nos Açores e na Madeira, e mesmo aqui, em 1504, quando foi doada a Capitania de Fernando de Noronha, que não prosperou. A idéia parece ter sido patrocinada por ele, quando lemos o seguinte trecho:

“... Eu já por muitas vezes lhe (a V.C.) disse o que me parecia deste negócio e que este já agora não era o acertar, que a primeira deverá ser isto, que a verdade em dar, senhor, as terras a vossos vassallos, que três anos há que V.A. dera dos dois de que vos falei, a saber, do irmão do capitão da Ilha de S. Miguel que queria ir com dois mil moradores lá a povoar, e de Cristóvão Jacques com mil, já agora houvera quatro ou seis mil crianças nascidas, e outros muitos da terra casados com os nossos, e é certo que após estes houveram de ir outros muitos. Porque quando lá houver sete ou oito povoações estes serão

abastantes para defenderem aos da terra que não vendam o Brasil a ninguém e, não o vendendo, as naus não hão de querer lá ir para virem de vazio. Depois disto aproveitarão a terra... e converterão a gente à fé...”

Neste trecho da carta de Diogo de Gouveia não está apenas a idéia de se estabelecer no Brasil o regime já vitorioso em outras terras.

Na carta de D. João III a Martim Afonso de Sousa, de 28 de setembro de 1532, o rei lhe participa a sua intenção de dividir o Brasil em lotes (capitanias hereditárias), uma das quais seria dele (Martim Afonso) e outra de seu irmão, Pero Lopes de Sousa. Somente em 1534, entretanto, é que foram emitidas as primeiras cartas de doação. O porquê desta demora é respondida por Capistrano de Abreu, em “Capítulos de História Colonial”: - “A demora entre o projeto e a execução pode explicar-se pela vontade régia de esperar a volta de Martim Afonso, ou pela dificuldade de redigir as complicadas cartas de doação e os forais que as acompanhavam.”

Os alicerces jurídicos do regime de capitanias hereditárias estão nas cartas de doação e nos forais, que acompanhavam as doações de terras.

A carta de doação se constituía do documento pelo qual o rei concedia aos capitães-mores de terras, que gozariam de juro e herdade, do título de governadores de suas donatarias. O foral fixava os direitos, foros, tributos e coisas que, na respectiva terra, se haviam de dar ao rei e ao capitão-mor.

A primeira carta de doação, assinada pelo rei D. João III, tem a data de 10 de março de 1534. Foi feita em favor de Duarte Coelho, a que foi concedida Pernambuco.

As doações de capitanias por D. João III entre 1534 e 1536 foram as seguintes:

<u>DONATÁRIOS</u>	<u>CAPITANIAS</u>	<u>CARTAS DE DOAÇÃO</u>	<u>FORAL</u>
Francisco Pereira Coutinho 28/06/1534	Bahia		05/04/1534
Pero do Campo Tourinho 23/09/1534	Porto Seguro		27/05/1534
Duarte Coelho 24/09/1534	Pernambuco		10/03/1534
Martim Afonso de Sousa (2 lotes)	São Vicente	?	06/10/1534
Pero Lopes de Sousa 06/10/1534	Itamaracá/Sto. Amaro/terras de Santana		01/09/1534
Vasco Fernando Coutinho 07/10/1534	Espírito Santo		01/06/1534

Aires da Cunha e João de Barros	Maranhão (2 lotes)	?	11/03/1535
Jorge de Figueiredo Correia	Ilhéus	?	01/04/1535
Antonio Cardoso de Barros	Ceará		19/11/1535
20/11/1535			
Pero de Góis	São Tomé		28/01/1536
29/02/1536			
Fernad'Álvares de Andrade	Piauí	?	?

Anos mais tarde, o rei de Portugal concedeu outras duas capitânicas: Ilha da Trindade, a Belchior Camacho em 1539 e Ilha de Itaparica, a princípio simples sesmaria, doada como capitania a D. Antonio de Ataíde, conde de Castanheira, em 1556.

Os primeiros donatários foram doze, mas quinze os lotes em que foi dividido o litoral brasileiro, pois Martim Afonso recebeu dois lotes, Pero Lopes recebeu três e Aires da Cunha, junto com João de Barros, dois lotes.

Nas cartas de doação consta que o rei fazia mercê de certo número de léguas de terra, marcadas na costa, começando à beira mar e seguindo com a largura inicial para o interior, terminando onde passasse a linha de Tordesilhas. Ninguém sabia, entretanto, por onde passava realmente este meridiano, principalmente na parte sul.

Capítulo XX – Poderes dos Capitães Donatários.

Os donatários tinham a posse e governança da terra, embora nem todos estivessem sempre pessoalmente à frente da capitania. Foi o caso de Martim Afonso de Sousa, que deixou em São Vicente como seu lugar-tenente o Padre Gonçalo Monteiro e em Portugal sua esposa Ana Pimentel como a sua procuradora. Outro exemplo é Pero Lopes, que ao partir para Portugal, entregou a administração de Santo Amaro ao capitão Gonçalo Afonso e a de Itamaracá a João Gonçalves.

Outros nunca estiveram no Brasil, como Fernand'Álvares de Andrade e João de Barros, que delegaram poderes a Aires da Cunha, e Jorge de Figueiredo Correia, que mandou para a capitania de Ilhéus o espanhol Francisco Romero.

Além do título de capitão ou governador, exerciam, além desse poder meramente executivo, o de supremo magistrado, com jurisdição a alçada nos casos-crime, podendo condenar a morte peões e escravos, e condenar até dez anos de degredo as pessoas de maior qualidade, sem apelação nem agravo.

Quem nomeava o ouvidor era quem o representava na jurisdição civil e criminal. Designava também o meirinho “diante do ouvidor”, escrivães do público e judicial, e outros oficiais “costumados no reino”, como os “juizes ordinários”, ou de “vara vermelha”, geralmente dois para cada terra.

Os donatários ou governadores, estavam também investidos da “alcaidia-mor” com todas as rendas e direitos e foros e tributos que a elas pertencerem, segundo são escritas e declaradas no foral, podendo entregá-la a outra pessoa da sua escolha, tomando a “menagem delas, segundo forma de minhas ordenações”.

Duarte Coelho detinha o comando militar, conforme consta no foral:

“Os moradores e povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra a servir nela, com o capitão, se lhe necessário for”.

A finalidade principal do sistema de capitanias hereditárias, como pode se concluir das cartas de doação era: “... ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada do que até agora foi, assim para se nela haver de celebrar o culto e ofícios divinos e se exaltar a nossa santa fé católica, com trazer e provocar a ela os naturais da dita terra...”.

Para atingir estes objetivos foi estabelecido que o donatário deveria doar a terra em sesmarias, sem, entretanto tomá-la “para si”, nem para a sua mulher nem para o filho herdeiro dela, antes darão e poderão dar e repartir todas as ditas terras de sesmaria de qualquer qualidade e condição que sejam e lhes bem parecer.

Por sua vez os sesmeiros podiam repartir a terra em outras concessões, tendo sempre em vista o objetivo de povoar e colonizar.

As cartas de doação apresentam algumas diferenças, mas em aspectos secundários, que não chegam a afetar a constituição do sistema. Essencialmente, são iguais à de Duarte Coelho, que pode perfeitamente ser tomada como padrão. Por este documento vemos a freqüência com que o Rei lembrava aos donatários a “ordenação” do Reino, vigentes também aqui no Brasil.

Evidentemente, se o capitão donatário era a máxima autoridade na sua capitania, existiam no Reino, acima dele, outras autoridades agindo como elementos de unificação, segundo as leis das “Ordenações”.

Por essas leis é que a organização municipal foi transplantada integralmente para o Brasil, onde funcionou da mesma maneira que no Reino de Portugal.

Além dos vastos poderes concedidos aos donatários, o rei concedeu a eles inúmeras vantagens, rendas, tributos e outros. Podiam nomear os escrivães e tabeliães do público e judicial e deles receber a pensão anual de quinhentos reais; tinham a posse das alcaidias-mores de todas as vilas e povoações; tinham o monopólio das moendas d’água, marinhas de sal e quaisquer outros engenhos de qualquer qualidade, podendo conceder licença para

que os fizessem; recebiam a metade da dízima do pescado a redízima (um décimo da dízima) de todas as rendas que à Ordem de Cristo e ao Rei pertencessem na capitania a vintena do que rendesse à Coroa, o pau-brasil exportado do Brasil, o direito de vender na Metrópole, livre de impostos, certo número de escravos da terra (em geral trinta e nove), a dízima do quinto de qualquer tipo de pedras preciosas ou semi-preciosas, pérolas, aljôfares, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou qualquer outro tipo de metal, que fosse encontrado na sua capitania. E também o aproveitamento da terra livre de qualquer imposto, do pau-brasil “não sendo em o queimar”, a redízima das mercadorias que fossem vendidas no Reino, desde que provenientes da sua capitania, isenção na importação de mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e quaisquer outras munições de guerra, livre comércio com os moradores e capitães de outras capitanias e o direito de barcas de passagem dos rios.

Eram, portanto, as fontes de renda que tornavam compensador o sistema de capitanias. Este sistema era um empreendimento comercial com o emprego de capital visando lucros.

Realmente o regime de capitanias constituía num contrato bilateral para a exploração de terras. O Rei concedia a capitania, favorecia o donatário, mas exigia também a sua parte nos lucros.

O foral de Duarte Coelho descreve os “direitos, foros e tributos e coisas, que se na dita terra hão de pagar...”. Acrescente-se que o Rei recbia impostos e coisas não só como soberano, mas também como Mestre da Ordem de Cristo, a quem, verdadeiramente, pertencia a terra.

As rendas da Coroa provinham: do quinto de “qualquer sorte de pedrarias, pérolas, etc., encontradas nas terras da dita capitania”, o dízimo do que os navios carregassem de ‘mercadorias da terra para fora do Reino’, o dízimo das importações feitas. Ainda o Rei reservava o monopólio do pau-brasil “e assim qualquer especiaria ou drogaria de qualquer qualidade que seja, que nela houver...”.

Diversas punições são estabelecidas, como em todos os contratos. A perda da terra quando uma sesmaria fosse ilegalmente concedida, o degredo para quem fraudasse o monopólio do pau-brasil, o comércio por elementos estranhos, (como o gentio da terra), somente permitido ao capitão e aos colonizadores.

Em geral, as capitanias tiveram um bom resultado no que diz respeito à ocupação da maior parte do litoral, fundam-se Vilas, dá-se início ao povoamento e, dificulta-se o comércio do pau-brasil pelos franceses, tudo, portanto que se objetivava atingir com o regime de capitanias hereditárias.

A capitania de São Vicente, junto com a de Pernambuco, foi das que maior sucesso tiveram. Quando Martim Afonso de Sousa retornou para a Europa, deixou a Vila de São Vicente estabelecida e colocou como capitão-mor o Padre Gonçalo Monteiro, auxiliado por excelentes colonos, um deles – Pedro de Góis – futuro donatário da capitania de São Tomé. Os índios foram contidos, foi desenvolvida a lavoura da cana-de-açúcar, três engenhos em construção, foram plantadas a vinha e o trigo, além de outras culturas.

As capitanias hereditárias não desapareceram. Só aos poucos elas foram passando para o patrimônio real, por compra ou por abandono dos donatários, embora outras fossem criadas, sob nova orientação, até o fim do século XVIII.

Fim das Capitanias Hereditárias.

No começo do século XVIII, devido às ideias centralizadoras de D. João V e do Marquês de Pombal, não só deixaram de ser concedidas novas donatárias, como foram progressivamente extintas todas as existentes, por compra, abandono ou confisco, até 1759. A primeira a ser comprada foi a da Bahia, onde por isso foi instalado o primeiro Governo Geral, sendo o seu Governador Thomé de Sousa.

(F56b) As capitanias de São Vicente, Santo Amaro e Santana: Em consequência de uma ação judicial entre o 1º Marquês de Cascais e a Condessa de Vimieiro, D. Mariana de Sousa da Guerra, descendentes de Martim Afonso de Sousa, o território da antiga Capitania de São Vicente passou a ser considerado como de Santo Amaro (pelo menos uma parte importante, que incluía a própria Vila de São Vicente, que era a cabeça da Capitania), para o que contribuiu a extinção da descendência de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, conseguindo ser reconhecido como donatário aquele Marquês, enquanto D. Mariana era forçada a contentar-se com a nova capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, nominalmente tida como de São Vicente.

Na posse dos dois primeiros Marqueses de Cascais, a partir de 1624, permaneceu, portanto, São Vicente, impropriamente intitulada Santo Amaro, embora também compreendendo esta capitania, como a que lhe era anexa, as chamadas terras de Santana, entre Cananéia e Laguna.

Segundo o historiador Frei Gaspar da Madre de Deus na sua obra “Memórias para a História...” e que trata extensamente desta demanda, começa por volta de 1619 na Metrópole, a demanda entre os herdeiros dos donatários da Capitania de São Vicente e a de Santo Amaro (a Condessa de Vimieiro, representando Martim Afonso, e o Conde de Monsanto representando Pero Lopes de Sousa) produz efeitos no Brasil com conflitos entre autoridades, que invadem reciprocamente os dois territórios.

Na época em que começava a disputa de limites entre os Monsanto e os Vimieiro, leva-se a efeito uma medição das 10 léguas de Capitania de Santo Amaro, encravada nas terras da Capitania de São Vicente. Nesta medição (pelo que consta, irregular), as dez léguas resultam em quinze, já que começam na Ilha de São Sebastião e terminam demarcando cinco léguas a mais, incluindo na Capitania de Santo Amaro (que antes acabava na Barra da Bertiooga) e com isto atingem a Ilha de São Vicente, quer dizer, a Vila Capital da Capitania de São Vicente e conseqüentemente as vilas de São Paulo, Mogi das Cruzes, Santos e outras, tornando-se assim a Capitania de Santo Amaro, agora com quinze léguas, o nome de Capitania de São Vicente e o restante da donataria de Martim Afonso (antiga Capitania de São Vicente) o nome de Capitania de Itanhaém. O responsável pela medição

foi Álvaro do Vale, representante do Conde de Monsanto. Com isto, resultam diversas contradições e conflitos, entre as autoridades das duas capitanias.

Por isto mesmo, quando em 1709 pretendeu, o rico vicentino José de Góis e Moraes comprar a donataria de São Vicente ao 2º Marquês de Cascais. Mais pela honra que pelo proveito da aquisição, D. João V preferiu fazê-lo para a Coroa criando nesse ano a nova capitania real de São Paulo e Minas do Ouro, ultimando a transferência com o pagamento de 44.000 cruzados, em 1711.

O feudalismo na colonização brasileira.

(F 57) O historiador Antonio Teleginski, em seu trabalho publicado na “Poliantéia Vicentina” nos esclarece o seguinte:

“Silvio Romero, historiador, escreveu com acerto que: Se à época dos oborígenes, o tempo ante-cabralino é no Brasil o que se pode chamar a nossa obscura antiguidade, o primeiro século, o século feudal da colonização, é a nossa indecisa idade média. (A história do Brasil Ensinada Pela Biografia de Seus Heróis – pág. 19). Desta forma, as cartas de doação e os forais eram a base do sistema criado pela metrópole (e já utilizado na Ilha da Madeira), para o povoamento do Brasil, as cartas de foral constituíam complemento e consequência das cartas de doação, mas estas estabeleciam ‘apenas legitimidade de posse’ e os direitos e privilégios dos donatários, ao passo que aquelas eram um contrato enfiteutico, em virtude do qual se constituíam perpétuos tributários da coroa e dos donatários capitães-mores, os solarengos que recebessem terras de sesmaria.”

Como se vê, o regime de capitanias hereditárias instituía uma hierarquia de senhores territoriais, que tinha o rei no cimo, tendo nos degraus inferiores o donatário e o sesmeiro ou colono. Direitos e deveres recíprocos deviam, pois, derivar para todos do ato que dava existência legal aos novos departamentos coloniais.”

Capítulo XXI – Depois da partida de Martim Afonso.

Os primeiros desbravadores de sertão partem de São Vicente, descobrindo terras e fundando cidades, dilatando as fronteiras do Brasil. Os vicentinos aprestam-se na defesa de São Paulo de Piratininga, do Rio de Janeiro. Desbravam o São Francisco, consolidam Belém do Pará, Ceará e Paraíba com Minas e os estados do Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A difusão do gado no Paraguai e Uruguai iniciou-se com cabeças de gado oriundas de São Vicente. A expansão da lavoura canvieira também foi em terras vicentinas.

Um dos fatos marcantes da história vicentina foi a atuação dos seus homens na conquista do tratado de paz com os índios Tamoios, quando Nóbrega, Anchieta e José Adorno

concretizaram o fato, estabelecendo desta maneira a consolidação da ação povoadora portuguesa, já que a ação dos Tamoios instigados pelos franceses vinha a comprometer.

A história dos povos tem fases áureas e de decadência e São Vicente não foi exceção. Não fugiu da máxima que diz: “Quando se ganha em extensão, perde-se na profundidade”. A descoberta do ouro provoca o êxodo de grande parte da população vicentina rumo ao sonho da riqueza fácil. Terras de cultura ficaram abandonadas, armazéns vazios, porto paralisado, arrecadação definhando, sem que a Metrópole pudesse fazer nada de imediato.

Comentário do Padre Manoel da Nóbrega, em carta de 1552: “... de quantos cá vierem, nenhum tem amor a esta terra, todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja à custa da terra”. Em outra carta, do mesmo ano: “Não querem bem à terra, pois têm sua afeição noutras plagas, nem trabalham para a favorecer, como por se aproveitarem de qualquer maneira que puderem, isto é quase geral, posto que entre eles haverá alguns fora desta regra.” Entretanto, com os anos, São Viacente reage.

Tocqueville afirma: “Os povos ressentem-se eternamente da sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer e que ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existência.

A relação entre São Vicente e o planalto.

(F58) Existiam muitas divergências entre a baixada e o planalto. Enquanto a baixada era uma região agrícola, o planalto tinha “bandeirante” como sua principal atividade. Esta diferença vai se acentuando desde o começo do século XVI.

São Vicente continua como Martim Afonso queria; terra de canaviais com engenhos ricos, em contraste com o sentido pastoril do planalto, o que gera um caráter instável no povoamento paulista. A posição geográfica e as dificuldades apresentadas pelo “caminho do mar”, tortuoso e irregular, não separavam apenas duas formas de subsistência, sendo sertanistas no altiplano e lavradores à beira-mar, e sim duas sociedades de cunho diferenciado.

No planalto eram os desbravadores do sertão que praticavam a caça aos índios hostis, seminômades, sendo a maioria da sua população formada por mamelucos e ainda assim, os maiores responsáveis pela expansão territorial brasileira. Os jesuítas se opunham a essas atividades.

No litoral a população era mais ordeira e afeita à ordem municipal. Os lavradores eram estabilizados nas terras junto ao porto, mais próximas da influência portuguesa, com mais contato com o exterior do que com a forma de vida do interior. Ainda assim era na região da baixada e no Rio de Janeiro, onde estes homens do planalto encontravam mercado para o comércio de escravos índios, precisamente pelo desenvolvimento da atividade agrícola, que justificava este comércio através da necessidade de muita mão de obra.

No ano de 1609, segundo Pedro Calmon, havia na Ilha de São Vicente quatorze engenhos, o que mostra até que ponto era desenvolvida a agricultura na região, principalmente na cana de açúcar.

Trilhas e caminhos.

(F59) O Brasil na época em que foi descoberto pelos portugueses, não possuía as estradas que no México e Peru, causaram a admiração dos conquistadores espanhóis e das que tanto se utilizaram para facilitar a conquista dos impérios Inca e Asteca, entre os mais notórios. No Brasil os portugueses apenas encontraram simples trilhas de índios, que de modo precário, punham em contato seus dispersos núcleos de moradia.

No começo serviram para o transporte do pau-brasil, rumo a feitorias instaladas no litoral. Assim também teriam servido para as primeiras entradas pela terra adentro, como a de quarenta léguas, que partia de Cabo Frio e da que faz menção Américo Vespúcio: as do Rio de Janeiro e Cananéia, ordenadas por Martim Afonso de Sousa.

Quando começam a ser fundadas as povoações do interior, sendo a primeira no planalto de Piratininga (Santo André da Borda do Campo, cujo fundador foi João Ramalho), o problema de suas ligações com o litoral, seria também o primeiro problema viário do Brasil. A antiga trilha dos Guaianazes, ou trilha dos Tupiniquins, utilizada por Ramalho, transpondo a serra, tornou-se depois Caminho do Padre, como lembrança ao Padre Anchieta, depois Caminho do Mar até os nossos tempos.

Segundo o historiador Washington Luís, em sua obra “Estradas Paulistas”, a trilha dos Guaianazes fazia parte de um caminho que chegava até o Peru (ou estrada de conquista dos Incas), com dois terminais conhecidos, um em São Vicente e o outro em Cananéia.

Muitas foram às trilhas indígenas utilizadas como vias de comunicação entre os povoados e vilas. Essas trilhas indígenas também serviram para a grande expansão territorial brasileira, motivada pelo movimento bandeirante em suas diversas fases. Depois se transformaram em caminhos do gado e de mercadorias. Por essas trilhas primitivas se realizou o fluxo do comércio, da conquista e da riqueza do Brasil, pau-brasil, preagem de índios, cana-de-açúcar, gado, ouro, etc.

Ao sul o caminho indígena do Peabirú levava os paulistas às povoações espanholas e reduções jesuíticas do Rio Guaira e daí ao Uruguai, Tape e Itatim, zonas correspondentes ao atual oeste do Paraná, noroeste e centro do Rio Grande do Sul, sudoeste matogrossense de hoje. O Paranapanema e o Tietê foram vias auxiliares que tiveram o mesmo destino, sendo que o último principalmente no século seguinte.

Alguns autores afirmam que este caminho, ou trilha, levava até os contrafortes da Cordilheira dos Andes e que foi este o caminho que Aleixo Garcia tomou na sua malfadada expedição.

Os rios foram caminhos também largamente utilizados em todas essas atividades, sendo nas terras do planalto paulista os rios Tietê, Tamanduateí, Paranapanema, Piracicaba e tantos outros rios de larga utilização em tantos capítulos da história vicentina e brasileira. Não nos estenderemos mais sobre este assunto, já que existe ampla biografia a respeito.

Povoamento do Brasil.

(F 60) O povoamento inicial do Brasil foi realizado de forma irregular e pouco intenso e somente a partir de 1532, com a chegada a São Vicente, de Martim Afonso de Sousa, é que começa a ser povoado de forma mais ou menos regular.

Durante o período chamado pré-colonial, tem-se notícias de poucos povoadores portugueses, e mesmo assim, de origem pouco conhecida como Caramuru, João Ramalho, Bacharel Mestre Cosme Fernandes, Antonio Rodrigues, Gonçalo da Costa e outros, que não atendiam a nenhum sistema de colonização ou povoamento regular. Somente a partir da expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa, é que as autoridades portuguesas começam a cuidar melhor do povoamento do Brasil.

Faltam informações mais positivas sobre a situação social dos colonos que vieram então. Muito provavelmente eram, em grande parte, degredados.

Todas as colônias eram, nessa época, lugares de degredo dos criminosos e indesejáveis de Portugal. Foi por essa razão que o Brasil, até pouco depois, foi lugar de degredo da pior qualidade “de modo que os usurários e defraudadores do primeiro delito e na reincidência iam para a África, ao passo que no terceiro delito deveriam ser deportados para o Brasil”. (Notícia Handelman).

Sabemos que nessa expedição colonizadora vieram com Marim Afonso também aventureiros. Pero Lopes no seu “Diário” diz o seguinte:

“Eu trazia comigo alemães e italianos e homens que foram às Índias e franceses”.

Vinham também nessa expedição vinte e sete fidalgos, entre eles os Góis, os Pintos e os Lemes. É preciso fazer umas considerações a respeito desses fidalgos emigrados para terras brasileiras, terras difíceis. Evidentemente a sorte deles em Portugal não era boa. Desta maneira, constituíam o contingente inicial do povoamento do Brasil, degredados, aventureiros e fidalgos em situação difícil e trabalhadores de diversas profissões, necessários à construção do novo território. Rocha Pombo escreve:

“Pode-se fazer uma idéia do que devia ser na América o europeu que deixava por seus alcoses e a sua penúria para além dessa imensidade do Atlântico, e vinha aqui sentir-se emancipado e no meio da abundância. Que havia de ser hoje, como senhor, o indivíduo que acabava de sair daquele doloroso islotismo da Europa medieval.

A precária situação social dos colonizadores, às dificuldades da terra gigantesca e selvagem, os naturais da terra culturalmente atrasados, vivendo praticamente na idade da

pedra, eram dificuldades enormes para a colonização. Teriam que construir tudo com os materiais que a terra oferecia. Sem dúvida, um desafio difícil de dimensionar. Teriam que realizar muitos sacrifícios pessoais e coletivos, vencer os mistérios da nova terra.

Havia poucos núcleos com alguma concentração urbana. São Vicente e Piratininga ficaram muitos anos quase desabitados, no planalto João Ramalho e na baixada o Bacharel Mestre Cosme Fernandes e uns poucos europeus.

No entanto estes dois lugares tiveram um bom começo. Pero Lopes, no seu “Diário”, relata como foram esses primeiros tempos de assentamento dos primeiros colonos regulares vindos na armada de Martim Afonso de Sousa:

“Repartiu o capitão-mor a gente nessas duas vilas, e fez nelas oficiais, e pôs em boa ordem de justiça, do que a gente tomou muita consolação, como verem povoar vilas, e ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes, a ser cada um senhor do seu, e investir as injúrias particulares, e ter todos os outros bens da vida segura e conversável.”

Pouco tempo depois realizou-se a divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias. O regime de donatarias não foi dos mais favoráveis, embora desse algum resultado em algumas regiões, como São Vicente e Pernambuco.

As outras capitanias caíram frente aos ataques dos índios, por cederem perante as lutas entre colonos, por terem sido abandonadas, ou por outras razões diversas.

Mesmo a Capitania de São Vicente, donataria de Martim Afonso de Sousa, o progresso foi menor do que se esperava. Basta lembrar que ao término do século XVI, a Vila de São Paulo, segundo Teodoro Sampaio, não possuía mais de 1500 almas e 150 fogos somente.

Nos escritos de Gabriel Soares de Sousa, assim como nas cartas dos jesuítas e outros escritores da época como Frei Vicente do Salvador, encontramos muitas referências ao estado de quase abandono em que se encontravam as capitanias, e, conseqüentemente os seus moradores, nos primeiros anos da colonização.

Dentre os diversos motivos que influíram para o insucesso das Capitanias, foi a má qualidade da gente (de grande parte) que vinha para o Brasil, inclusive gente sem leis, sem moral, capazes de todas as torpezas.

Se, por um lado muitos dos primeiros colonizadores deixavam a desejar, aventureiros e degredados principalmente, vinham a “fazer o Brasil”. Desde que, as plantações da cana-de-açúcar começaram a ser rendosas financeiramente, pessoas de outras categorias sociais, até das melhores famílias de Portugal, passaram a residir e ter, conseqüentemente, os seus interesses no Brasil, melhorando com isso a qualidade da sociedade como um todo.

Sendo a indústria açucareira a principal fonte de riqueza, a terra era a grande riqueza. Quanto maior a extensão de terra, mais rico era o seu proprietário, já que maior era a produção de açúcar. Surgem desta maneira, os senhores de engenho.

A vida rural tornou-se dessa forma de maior predominância sobre a vida urbana, dando nascimento a novos conceitos sociais. A propriedade rural passou a ser o centro gravitacional da vida colonial brasileira. Alcântara Machado nos diz em sua obra “Vida e Morte do Bandeirante”:

“Do latifúndio é que parte a determinação dos valores sociais, nele é que se traçam as esferas de influência, é ele que classifica e desclassifica os homens; sem ele não há poder efetivo, autoridade real, prestígio estável”.

Na época colonial não havia outros poderes que fizessem frente aos senhores de engenho, nem intelectual, comercial ou industrial, que pudessem de alguma forma arranhar sequer este bloco, praticamente institucional.

As fazendas de plantação de cana-de-açúcar eram compostas de três núcleos básicos: a casa-grande, que ocupava uma área considerável, com muitos cômodos, onde vivia o dono e a sua família e numerosos agregados; vinha depois a senzala, moradia dos escravos, afastada um pouco da casa-grande, às vezes apenas um cômodo, outras (um grupo de pequenas habitações) coladas umas nas outras e, finalmente as construções de beneficiamento da cana, as moendas, engenhos, que inicialmente foram movidos à água e depois por animais.

O senhor de engenho tinha o poder quase absoluto, poder patriarcal sobre tudo e todos, sobre a sua mulher seus filhos, escravos, agregados.

As filhas, chamadas normalmente de “sinhas-moças”, eram de tal forma controladas pela autoridade paterna, que até os seus noivos eram escolhidos por ele. Nada impedia o castigo de um filho ou uma filha que desobedecesse a uma ordem paterna. O respeito que cercava o senhor de engenho fazia com que o respeito filial, nessa época, tivesse quase um caráter religioso.

Nesse sistema patriarcal a mulher era uma pupila (note-se que era uma pupila, não uma escrava), considerada ser inferior, necessitada de proteção. A vida da mulher passava assim, primeiro sob a tutela do pai, depois sob a tutela do marido. Entretanto não lhe faltava o respeito de todos, respeito este que era demonstrado pelo tratamento cerimonioso que todos, inclusive o senhor do engenho e filhos como: “Minha esposa e senhora... ou a senhora minha mãe...”. Todos tinham para ela um grande respeito, reconhecendo-a sempre como a segunda pessoa em importância na fazenda.

O dia a dia da vida destas mulheres era de grande retraimento. Viviam enclausuradas na casa-grande, cercadas pelas mucamas. As suas atividades eram: costurar, bordar, fazer rendas, olhar o funcionamento da cozinha e castigar os filhos travessos ou malcriados, por meio do moleque-leva-pancadas. Quando saíam, era para ir à missa nos dias de festa, porque nos outros dias assistiam missa ali mesmo, na capela da fazenda. Somente duas opções tinham essas mulheres: o convento, ou o matrimônio.

Decadência do patriarcado rural.

(F61) Durante o ciclo do açúcar, séculos XVI e XVII, predominou, marcadamente, a vida rural sobre a vida urbana. A modificação social da família patriarcal, só nos séculos XVIII e XIX é que se foi fazendo mais evidente, após demorada transformação.

O domínio rural bastava aos proprietários de terras e engenhos. Dava-lhe tudo, a carne, o vinho, o pão, a lã e o algodão com que fabricavam suas roupas. Era um pequeno mundo, onde tinha igreja, escola, onde o menino de engenho geralmente aprendia a ler, escrever e a contar, podendo até aprender latim e teologia. Dessa forma, a pobreza dos povoados rurais tornava-se de fácil explicação. Não passavam, na maioria das vezes, de dependentes da fazenda. Muitos desses povoados, foram fundados pela necessidade dos senhores de engenho, de convívio social e do comércio. O processo que seguiam era levado a cabo da mesma forma. Um grande proprietário de terra, fazia para a igreja, doação de parte delas. Depois estas terras eram divididas em lotes, os quais eram comprados ou alugados pelos outros fazendeiros da região, que ali construía as suas residências, próximas à praça central, no fundo da qual era construída a igreja.

No povoado ou vila, o fazendeiro tinha a sua casa para descanso, para tratar de negócios, assistir às festas religiosas. Nos dias de festa, o povoado se enchia de pessoas das fazendas próximas. Nos outros dias, pouco movimento e sempre igual, com poucas novidades.

Funcionavam também, pequeno comércio varejista e algumas indústrias sem maior expressão. Um “rábula”, um “físico”, que normalmente fazia as funções de barbeiro, se instalava nas ruas adjacentes, conhecidas pelo nome do morador mais antigo ou de maior importância.

Ainda hoje continua, em muitas regiões do país, valendo estas formas de atividades sociais e comerciais, sem que mudem, essencialmente, os métodos para estas pequenas comunidades, ou aglomerados urbanos.

A fundação dessas pequenas aglomerações urbanas veio se fazendo desde o início do ciclo do açúcar. Somente quando os bandeirantes foram penetrando os sertões, e neles fixando-se. Com a descoberta das minas é que começa uma outra forma de aglomerados urbanos, com outras características sociais e comerciais.

Com a descoberta das minas a colonização se deslocou para o interior do território brasileiro. Aventureiros e habitantes do litoral e até senhores de engenho foram para as montanhas, em busca de riquezas mais fáceis. Muitas vilas foram fundadas como: Ouro Preto (Vila Rica de Albuquerque), São João Del Rey, Diamantina, entre outras, crescendo rapidamente pelo afluxo de habitantes.

Gilberto Freire, em “Sobrados e mocambos” comenta como a sociedade se modificou no sentido de urbanismo, a partir do século XVII, “antecipam-se condições de vida urbana, a um tempo comercial e industrial”, sendo que em Minas essa antecipação resulta da

exploração do ouro. Até essa época os senhores de engenho constituíam a aristocracia poderosa, dona da vida dos seus familiares e dos escravos, das terras e do governo.

Capítulo XXII – Formação do povo do Brasil.

(F62) A formação do povo português em que se misturam as raças mediterrâneas e nórdicas, descende de fenícios e cartagineses, gregos e romanos, godos de alta estatura, e mouros acobreados, celtas e germânicos, ou seja, da maioria dos troncos étnicos comuns a toda Europa.

Assim os tripulantes das armadas que aqui chegaram, tanto quanto os povoadores, suas fisionomias lembram os moçárabes da Alfama ou os cavaleiros loiros do Minho, dão ao triptico conhecido como “do Infante” (tábuas de Nuno Gonçalves), o valor narrativo de um catálogo antropológico, Comenta-se que cada tipo ali estampado, pescadores, clérigos e nobres, com as tarrafas, os libros ou as espadas, podem ser identificados no povo português.

Completada no século XV, a caracterização social produzida em uma unidade humana e civil, limitada geograficamente pelo território que reconhecia como pátria, estava pronta para embarcar na conquista dos mares. Foram esses portugueses, morenos ou ruivos, que iniciaram o povoamento do Brasil.

Esta terra estava habitada e os seus donos eram os índios. Desde o norte, até o rio da Prata, toda a terra estava habitada por tribos selvagens, em estado desigual de evolução. Inicialmente não foi possível distinguir umas das outras. Notava-se apenas as diferenças de idioma. Foram os jesuítas, os primeiros a estudarem a língua e os costumes dos índios. Primeiro aceitaram uma divisão mediante a fala. Os de língua geral, ou “tupis” e os de “língua travada”, como eram denominados pelos paulistas, ou tapuias, ou seja, “os inimigos”.

Contatos entre índios e brancos.

(F63) Os tupis ocupavam o litoral, circunstância pela qual tomaram logo contato com os brancos; os tapuias ocupavam o interior, expulsos pelos tupis do litoral, ocupando suas terras à beira mar. O fato de terem um idioma comum (apesar da existência de diversos dialetos), não impediu que de forma geral, fossem inimigos.

As tribos costeiras deram aos portugueses o ensejo, devido a esta unidade lingüística, apesar dos dialetos, de realizar mais facilmente uniões de amizade com os indígenas, e manter a colonização como sendo de um único território, sem as diferenças substanciais que a Espanha encontrou nos seus territórios, o que, segundo alguns historiadores, ocasionou a fragmentação das suas colônias, em diversos Estados, alicerçados nas diversas nações indígenas dominadas.

A unidade da língua tupi-guarani determina desde a pré-história, a unidade brasileira, pelo menos genericamente. Fatores sócio político e culturais também incidem sobre esta unidade, do ponto de vista histórico. Dentre estes, não é a implantação do idioma português, o mais importante. Apesar da imensidão do território, os portugueses sempre a consideraram um território único e indivisível “terra do Brasil” ou apenas Brasil.

Limitado inicialmente, o povoamento português ao litoral devido à barreira natural, representada pela serra do mar, se dividiu em duas etapas distintas: o litoral e a conquista do planalto, ou do sertão. A conquista do litoral é facilitada pela navegação de costa; a conquista do sertão é mais demorada e somente com a ação das entradas, ou bandeiras, é que esta se levará a cabo, principalmente pela ação dos bandeirantes de São Vicente e de São Paulo depois. Além disso, a serra do Mar, fechando o sertão, dava à costa uma continuidade favorável ao comércio entre as povoações. Esta muralha natural estendida de Santa Catarina à Bahia, desde épocas anteriores, ocasionava uma separação nítida entre as tribos indígenas. Haveria também durante a colonização, a diferença entre duas populações: a ribeirinha e a sertaneja.

Os acontecimentos históricos ficaram como que sujeitos a esta determinante geográfica. As capitânicas hereditárias progrediram ou fracassaram, tanto ao norte quanto ao sul do Brasil, por causas análogas, num panorama de acontecimentos não muito diferenciados: tribos não submissas, lavoura da cana-de-açúcar, extração do pau-brasil, imoralidade e crimes cometidos por colonos, influência da liberalidade dos costumes indígenas, rigor disciplinar de alguns capitães. A unidade do Brasil, do ponto de vista político, é derivada de todos estes fatores, que redundariam na sua organização administrativa. O rei D. João III não cogitou em reunir as funções de direção das capitânicas, com a criação do Governo-geral, para formar um conjunto, favorecido pela natureza, pelos povos indígenas e pela experiência adquirida.

As populações indígenas no século XVI.

(F64) Nos primeiros contatos com os índios, os portugueses notaram algumas peculiaridades entre as diversas tribos que habitavam o Brasil.

Em Pernambuco, entre o Paraíba e o São Francisco, os caetés eram inimigos dos potiguares ao norte, como dos tupinambás ao sul, sendo que pertenciam à mesma família dos tupis, cuja língua geral não impedia de serem inimigos. Lutaram contra Duarte Coelho e igualmente como os do Rio Grande, aceitaram a amizade dos franceses, ajudando-os na exploração do pau-brasil. Foram repelidos por Duarte Coelho para o sul, agrupando-se na margem direita do São Francisco, tornando-se inimigos definitivos da colonização. Com o seu extermínio é que foi possível o povoamento de Sergipe.

Por outro lado, os viatãs eram amigos dos potiguares, separando-se destes, devido a manobras dos portugueses. Sendo um ramo dos tabajaras, foram os primeiros pacificados pelos colonizadores de Olinda e Igarapé. O fato de serem inimigos dos índios do Cabo demonstra que a mesma nação se subdividia, da mesma forma que os da Bahia, em tribos inimigas e guerreiras.

A nação tupi se divide em dois ramos principais: tupinambás e tupiniquins, transformando-se em inimigos. Os tupinambás os chamavam de tabajaras ou tupinaés, que também quer dizer, inimigos. Os tupiniquins de São Vicente denominavam os seus adversários da Guanabara de tamoios ou tamuias, quer dizer inimigos, sendo que ambas as tribos tinham um inimigo comum, os tapuias, expulsos por estes do litoral.

Sobre a etnografia, recomendamos consultar: Rodolfo García, em “Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, ed. 1922: Wilhem Scidt em “Etnografia Sul-Americana”, trad. De Sérgio Buarque de Holanda, pág. 155 e seguintes, São Paulo, 1942; Lima Figueiredo em “Índios do Brasil”, pág. 99 e seguintes, Rio de Janeiro-1949; Estevão Pinto em “Etnologia Brasileira”, São Paulo-1857.

Gabriel Soares descreve os potiguares como lavradores e pescadores, traços bastante comuns às tribos ribeirinhas.

Estas tribos eram inimigas dos portugueses, permitindo que os franceses desenvolvessem as suas atividades extrativistas do pau-brasil. Ocupavam a costa leste-oeste, entre os limites da capitania de Pero Lopes, que o donatário tentou em vão povoar. Nas serras do Maranhão foram os tremembés os mais ferozes inimigos do povoamento português.

Os tupinambás ocupavam o litoral até a Bahia, os tupiniquins ocupavam de Ilhéus ao Espírito Santo, os tamoios o Rio de Janeiro e os teminós assim como os tamoios, a Ilha Grande e Iperoig, que tantos ataques fizeram contra São Vicente eram tupis que tinham os mesmos hábitos e a mesma língua. As tribos “de língua geral”, foram simpáticas aos portugueses, com exceção dos tapuias e os aimorés. Os goitacazes (parentes dos aimorés), ocupavam as terras próximas a Cabo Frio. Eram bastante primitivos, eram caçadores, não conheciam casa nem plantavam roças, vivendo no mato e praticavam a antropofagia como alimento, e não como ritual, como acontecia na maioria das outras tribos do Brasil. Gabriel Soares comenta: “Comem estes selvagens carne humana por mantimento”.

A zona de expansão dos tamoios abrangia o litoral do Rio de Janeiro, atingindo as cercanias da Bertioga, onde dominavam os tupis, pacificados por Antonio Rodrigues, João Ramalho e o Bacharel Mestre Cosme Fernandes. Os guaianazes, chefiados por Tibiriçá no planalto, e na baixada e Ilha de São Vicente eram chefiados por Piquerobi e Caiubi. Estas tribos guaianazes eram encontradas ao longo da costa sul até o Rio da Prata.

Geografia humana do Brasil.

Pierre Deffontaines publicou em 1940, na Revista Brasileira de Geografia, um estudo sobre Geografia Humana do Brasil. Num trecho do seu trabalho ele diz o seguinte:

“O Brasil é um caso inteiramente especial; é o único país tropical em que os brancos estão em imensa maioria. Eles elaboraram um tipo humano em progressão rápida e o país merece, pois, sob este ponto de vista, um estudo atento”.

Mostrará esse estudo que o elemento branco predominou sobre os índios e os africanos. Os brancos, conquistadores, impondo-se sobre os demais, não repelindo mesmo o cruzamento com eles, porque a sua cultura em todos os aspectos, deveria prevalecer.

Os índios e os africanos foram absorvidos, muito embora não totalmente. Deixaram e exerceram diversas influências na formação cultural brasileira, resultante dessa convivência e miscigenação.

A história social brasileira começa com o contato do homem branco com os primeiros habitantes da terra. Esse contato, inicialmente não deu para a formação de uma sociedade com todas as suas características.

A procura e exploração das riquezas da Índia fizeram com que o Brasil fosse relegado a segundo plano, no interesse dos conquistadores. Por trinta anos permaneceu sendo uma terra sem maiores interesses, com exceção feita da exploração do pau-brasil.

Com as reiteradas tentativas de exploração e fundação de núcleos urbanos por parte da França, Portugal sente o seu poder ameaçado no novo território e acorda do seu sonho asiático e se dispõe a colonizar o Brasil.

A extração do pau-brasil não propiciou a fixação ao solo, senão em pequena escala do elemento europeu na nossa terra, mesmo porque sendo esta uma atividade extrativa e temporária, praticamente propiciou apenas a fundação de feitorias, sendo uma das poucas exceções, o povoado de São Vicente.

Outro dos fatores que contribuiu para esse pouco povoamento do Brasil, é que a maior parte do elemento povoador foi composto essencialmente dos indesejados de Portugal.

Formação étnica do Brasil.

Com o começo do povoamento oficial do Brasil através da expedição de Martim Afonso de Sousa, é que realmente começa uma maior integração do elemento português com o índio. Este contato não se fez sem choques; houve lutas, crimes, acontecimentos de extrema crueldade, entre ambas as partes.

O conquistador mais forte, devido à sua vantagem bélica, procurava escravizar os indígenas. Deste confronto, a parte mais fraca não resistiu, sucumbindo umas tribos e outras se refugiando nas matas e outros ainda sendo comercializados como escravos.

O silvícola que o português encontrou no Brasil é de origem muito discutida até hoje. Vivia na idade da pedra polida, porém não a utilizava como material de construção.

(F65) Os primeiros povoadores chamaram esses habitantes de índios e os classificavam divididos em dois grupos rivais: os tupis que habitavam o litoral e os tapuias, que habitavam o interior do país. Essa classificação perdurou durante muito tempo. Somente com o avanço e desenvolvimento da antropologia e um melhor conhecimento dos índios,

levou, entretanto, a outras classificações. Em 1867 o alemão Von Martius os distribuiu em nove grupos, a saber:

Tupis-guaranis (os guerreiros); jês ou crans (os cabeças); gues ou cocos (os tios); crens ou guerens (os velhos); parecis ou paaaaragis (os de cima; goitacás (os corredores da mata); aruacs (a gente da farinha); guaicurus (os cavaleiros) e outros índios em transição para a cultura e a língua portuguesa.

Em 1884, Karl Von den Steinen, os dividiu nos seguintes grupos:

Tupis, Jês, Caribes, Nuaraques ou Maipures, Goitacás, Panos, Miranhas e Guaicurus.

Nota-se que não é fácil a tarefa da distribuição em grupos, do índio brasileiro, sendo que este problema ainda continua nos dias de hoje, sujeito a estudos mais apurados.

Capistrano de Abreu classificou os indígenas do Brasil da seguinte forma:

Tupis, originários do vale do Paraguai e Paraná espalhados por toda a costa do sul, até a foz do Amazonas e também pelas margens dos afluentes meridionais desse rio. Subdividiam-se em tupis-puros, que falavam o “abanheenga” ou língua boa e tupis-impuros, falando o nheengatu”, isto é, língua nova ou língua de gente. Estando divididos em muitas tribos, algumas delas com mais de um nome, receberam as seguintes designações locais:

Potiguaras, distribuídos desde o Rio Grande do Norte até a Paraíba; caetés, habitando até o Rio São Francisco; tupinambás ou tamoios e os tupiniquins, daí para o sul; temiminós até Cananéia; carijós, mais para o sul, bastante resistentes à colonização, sendo aniquilados pela bandeira de Pero Lobo; maués; mundurucus; jurunas e tupinambaranas na Amazônia; tupinaens em Sergipe. Cariris (em tupi = os tristonhos) moravam no interior, desde o São Francisco até o Paraíba. Como no caso dos tupis, estes têm várias designações como: tremembés, jucás, icós, jaicós, sucurius, entre outras.

Os uscutius habitavam o território de Alagoas do Monteiro, São João do Cariri até Teixeira e a Serra do Arobá, Município de Cimbres, no Estado de Pernambuco. Os icós habitavam as terras da Paraíba e Rio Grande do Norte, desde a Serra do Formigueiro até o Rio Sagrado.

Os tremembés viviam no litoral do Ceará, até que foram expulsos pelos potiguaras, em direção ao sertão, onde acabaram se misturando com outras tribos locais, perdendo a sua identidade cultural. Afonso A. de Freitas nos esclarece que estes tremembés, aliás tremembés, assim como os demais cariris, não tinham nada em comum com os tremembés e quiririns, que habitavam a capitania de São Vicente.

Por outro lado, Capistrano de Abreu opina que “para o sul parece que se estendiam muito em outro tempo, como mostram as denominações tão características de Orobó na costa do Espírito Santo, as de tremembés e quiririns em São Paulo”.

Os jês, também chamados tapuias, ocupavam o planalto central brasileiro. Numerosas são as designações dadas aos tapuias como: aimorés, botocudos, apinajés, e, na parte sul do Brasil, conhecidos como Bugres.

Os caraíbas, localizados no Vale do Madeira e do Tapajós, de onde saíram para o norte, também eram conhecidos como apiacés, bacairis, crixanás, vanás, pianocotes, etc.

Os maipures ou nuaruaques foi a nação indígena que mais extensão territorial ocupou. Originários da fronteira Brasil/Venezuela espalharam-se desde as Guianas até o Paraguai, ao sul, e até as Antilhas na Flórida, ao norte.

Além destes grupos encontramos outros grupos menores como: os guaicurús, os charruas, e minuanos na Bacia Platina e panos na Amazônia.

Completando o trabalho de pesquisadores anteriores, Rodolfo Garcia adiciona ainda outros povos além dos jês, disseminados no território brasileiro como os cariris, panos, goitacases, guaicurús, bororos, Carajás, trumais, nhambiquaras, betoias ou tucanos, pebas, catuquinas e macus. Esta última classificação sugere um maior estudo da matéria.

Segundo os estudiosos, notava-se grande diferença cultural até mesmo dentro da mesma nação, havendo tribos mais atrasadas que outras. Ainda assim existiam traços culturais comuns, como por exemplo, o desconhecimento da escrita e dos metais, a não utilização da pedra como material de construção e a ausência de animais domésticos.

Algumas tribos viviam da coleta, outras já praticavam uma lavoura, embora incipiente, de subsistência, plantando mandioca, milho e alguns outros produtos. O trabalho agrícola era sempre executado pelas mulheres, enquanto aos homens cabia prover o sustento através da caça e da pesca. Andavam nus, embora em muitas tribos fosse praticada a tecelagem do algodão para o uso de tangas, como no caso dos nuaruaques. Pintavam o corpo e o rosto, alguns furavam as orelhas, o nariz e o lábio inferior, onde inseriam enfeites de osso ou pedra. Entre os nhambiquaras, por exemplo, esse costume é bem comum e segundo Roquete Pinto, “Quantas tribos do Brasil e mesmo da América do Sul, por terem os seus filhos o costume de perfurar o lóbulo da orelha, não merecem esse nome nhambiquara?”.

Geralmente construíam canoas de árvores escavadas, ou de cascas de árvores, ou ainda pequenas jangadas de troncos amarrados. Tinham sentidos muito aguçados. Inteligência para coisas concretas e memória muito viva.

A forma de religião era fetichista, tendo um deus bom, (Tupã) e um espírito maligno chamado Anhac ou Anhã e ainda Anhangá. Praticavam com frequência a antropofagia ritual, forma diferente da antropofagia alimentar.

Roquete Pinto relata que em expedição realizada junto com Rondon ao sertão de Mato Grosso “Tendo ameaçado a lua e as estrelas com uma flecha levantaram-se bruscamente muitos Tagnanis e sutaram o meu gesto, falando muito exaltados, repreendendo-me, tomando-me a arma, como se aquilo fosse um sacrilégio”. Conta ainda que os Cocais e os Anunzês ameaçam a tempestade com suas armas, bracejando no espaço para todos os lados, invectivando a chuva em altos brados.

Muitas tribos incineravam os seus mortos, outras os devoravam, outras porém as enterravam em covas redondas ou alongadas. Levavam vida livre, diferente da nossa moral. Em algumas tribos o adultério nada significava, em outras era castigado severamente. De acordo com Couto Magalhães “Quaisquer, porém que eles sejam (costumes), não é prostituição, é um modo de ser de família, que eles julgaram melhor, segundo suas idéias e meio de vida”.

A constituição da família, como em quase todas as sociedades primitivas, era patriarcal. O parentesco, em diversas tribos, se transmitia do lado paterno, sendo a mulher simples elemento de procriação. A ligação do tio paterno era tabu. Entretanto nessas tribos podia ser permitida a ligação entre mãe e filho ou entre irmãos. A noção de incesto, nestes casos diferia completamente de outras tribos. Embora o regime patriarcal fosse praticado por muitas tribos, outras, entretanto, o matriarcado era a característica em outros grupos.

O chefe supremo era o tuxaua ou morubixaba, cargo este conhecido por cacique, que não era como alguns pensam, hereditário. Normalmente era temporário e exercido em tempos de guerra ou outros motivos como mudança de local de moradia. Havia, entretanto, tribos em que não tinha sequer um termo para este cargo, assim como havia tribos que tinham mais de um cacique, sendo um para guerra e outro para caça. O pajé, porém, existia em todas as tribos, curava os doentes, dava ou tirava a saúde, era o encarregado de todas as cerimônias místicas da tribo, conhecia os segredos das ervas, as quais utilizava com muita habilidade na cura dos doentes e, assim como lançava bênçãos, também lançava pragas. Dizia-se que tinha o poder de alterar os fenômenos naturais. Era uma figura extremamente importante nas tribos. Em quase todas as tribos este cargo era hereditário, sendo que o candidato a pajé era treinado e ensinado desde criança.

Os laços que uniam os membros de uma tribo eram muito estreitos, assim, quem ofendia um, ofendia a todos.

Segundo Vicente Tapajós: “Os índios do Brasil, já foi dito, não podem ser estudados, como até a pouco, sob o ponto de vista da homogeneidade. Todas as teorias que se formaram a esse respeito, sabemo-lo hoje, eram errôneas, resultavam, ou de ignorância, má observação e confusão, ou de fantasia romântica de poetas, desejosos de cantar a raça e imortalizá-la. Gonçalves Dias e José de Alencar criaram um índio a seu modo, que pudesse parecer um herói nacional, dono da terra.

O índio que a ciência nos mostra não tem a força hercúlea de Peri, não pensa como Juca Pirama, não ama como Iracema. É um índio como todos os outros, fruto da terra, flor silvestre, mentalmente em evolução, dono entretanto de cultura própria.

“... é por isso que dizemos ser difícil resumir, ou apresentar um quadro da cultura brasilíncola. As tribos apresentam as características mais diversas dentro de uma mesma tribo...”.

A organização da família admitia a monogamia em muitas tribos, em outras a poligamia. As tribos reuniam-se em tabas, aglomerados de casas de construção tosca, feitas de troncos

de árvores, recobertas de folhas de palmeiras, obedecendo traçados diferentes. A mobília mais comum eram redes de algodão, muitas vezes, pequenos catres, cabides e estrados.

A arte era incipiente. Aníbal Matos diz o seguinte:

“É dentre os habitantes mais antigos das selvas brasileiras, que nós vamos encontrar, sem dúvida, a origem embrionária da arte brasileira”.

Talvez pelo fato de serem nômades, muito pouco cuidado prestavam a suas moradias. Desta forma mudavam de habitat sempre que lhes faltavam os meios de sobrevivência: caça, pesca, frutas, etc.

Cuidavam com capricho da ornamentação do corpo, usando cocares de plumas, de tangas de penas em cores vivas e variadas. No corpo utilizavam pinturas das mais variadas, sendo que as mulheres eram as que realizavam esta tarefa, utilizando tintas, principalmente de urucum e suco de jenipapo.

Os trabalhos em cerâmica eram bastante avançados. Esta é representada por vasilhames de argila cozida, normalmente decorada com desenhos lineares pintados em preto e vermelho. Também havia nestas decorações, a representação da figura humana, não somente na arte Marajó, como também se encontra na expressão artística de tribos de outros lugares como, por exemplo, nas tribos que habitavam as margens do Rio Tapajós e em Santarém.

Ladislau Neto registra na sua “Investigações sobre a Antropologia Brasileira”:

“Nota-se nas urnas funerárias a presença de interessantes adornos gráficos, espécie de história necrológica representada por um sem-número de figuras hieroglíficas, entre as quais sobressaem tantas e tão diversas caras humanas.”

As tribos da Ilha de Marajó pintavam e esculpam em baixo-relevo figuras humanas, esboçadas, apenas linhas simples, com traço firme e forte. Foi este o elemento cultural que se cruzou inicialmente com o português. Até hoje subsiste a pergunta de, até que ponto esta cultura influenciou e influencia a cultura brasileira? É encontrada esta influência na vida familiar, na língua, na música e em diversas manifestações culturais e folclóricas do cotidiano brasileiro.

Capítulo XXIII – Ciclos econômicos.

Os ciclos econômicos do Brasil, segundo a maioria dos autores, são determinados pelos produtos que, em determinadas épocas, atraíam para o país uma evolução econômica de tal ordem, que se tornaram durante esse tempo, produtos de ponta na criação de lucros. Evidentemente cada uma destas atividades comerciais deixou marcas mais ou menos profundas nos costumes, comportamento, cultura e até criando formas folclóricas, e, no campo social transformações, por vezes violentas, outras vezes mais profundas e duradouras no cultural coletivo.

Difícilmente poderíamos fazer uma apreciação correta das interligações em que estes ciclos econômicos influem na formação social e cultural do povo, já que de forma geral, cada um destes ciclos se sobrepõe um ao outro no tempo, não sendo, portanto, compartimento separado do resto das atividades humanas da nação brasileira, não podendo portanto, se dizer que este ou aquele ciclo começou ou terminou em tal ano, ou século, como querem alguns autores. Ainda assim pode-se fazer uma listagem seqüencial aproximada, colocando-se em uma ordem que poderíamos chamar de “tempos históricos”, de maneira a se facilitar o estudo dessa matéria. Os ciclos econômicos, que de forma geral são apontados pela maioria dos autores são:

1º - ciclo do pau-brasil – desde o descobrimento (indústria extrativa), até a metade do século XVI.

2º - ciclo da cana-de-açúcar – desde a sua introdução em nossa terra, pela armada de Martim Afonso de Sousa.

3º - Ciclo do gado – praticamente desde o início da colonização, a sua introdução na Capitania de São Vicente, em 1534, por Ana Pimentel.

4º - Ciclo do ouro e pedras preciosas – desde a descoberta das primeiras aluviões, até o fim do século XVIII.

Como nossa análise vai até o século XVIII, não entraremos na apreciação do ciclo do café e outros.

Pelas próprias datas como vimos anteriormente e, colocadas como início e fim de cada ciclo, verificamos que não começa um ciclo com o desaparecimento do anterior, como pode ser interpretado na leitura de alguns autores. O pau-brasil, por exemplo, que foi a primeira riqueza explorada no Brasil, não desapareceu como produto importante com o desenvolvimento do açúcar. Continuou a ser monopólio da Coroa até a época de D. João VI e ainda aí, objeto de várias leis que demonstram a importância que Portugal dava então ao pau-brasil.

Interligado ao ciclo do açúcar e o ciclo do ouro e pedras preciosas, dando-se a sua expansão ao mesmo tempo que a cana-de-açúcar e a exploração do ouro, teríamos, intercalado e integrado, o ciclo do gado ou do couro, que foi elemento de ligação entre o litoral, unificado pela lavoura açucareira e o sertão, conquistado e unificado pela defesa e procura das minas de ouro e pedras preciosas.

Com o ciclo do açúcar, não pode ser considerada uma data do término dessa atividade, já que ainda em nossos dias continua sendo um dos itens importantes da economia do Brasil. Consideramos ciclos porque cada um desses produtos teve fases em que cada um deles se tornou o centro de preocupação econômica em torno da qual girava o comércio dos outros produtos secundários de importância menor em determinadas épocas da história econômica do Brasil.

Na época do pau-brasil, simples indústria extrativa, não existia colonização propriamente. Ao ser estudado o povoamento do Brasil, a extração e exploração não exigia a fixação ao solo. As instalações para essa atividade, espalhadas pela costa brasileira, não passavam, a

rigor, de feitorias, assim chamadas por serem instalações temporárias, apenas construídas para resistir enquanto houvesse madeira na região, para ser extraída. Essa madeira era elemento nativo, podendo ser colhida em pouco tempo tendo ou não o auxílio dos elementos aqui estabelecidos.

O único núcleo urbano na época era o povoado de São Vicente e talvez Itamaracá, sendo que São Vicente não era área de extração de pau-brasil e sim de criações e lavouras.

Era a época dos corsários franceses, do comércio clandestino do pau-brasil, das tentativas francesas de instalação em terras brasileiras da fundação das Franças Antártica e Equinocial. Ao lado do comércio do pau-brasil, se realizava também o tráfico de animais, vivos ou mortos, de algodão e outros produtos da terra. Também se realizava o comércio de escravos índios.

Na época em que a exploração do açúcar passou a ser o comércio de ponta, ainda a exploração do pau-brasil era praticada, embora como produto de interesse secundário. A sua comercialização, não obstante, era tão importante quanto a do tabaco.

Ao ciclo do ouro, começado com o garimpo do ouro de aluvião, e intensificado com as descobertas de jazidas, correspondem, também, outros produtos: o açúcar, o couro, o diamante e outras pedras preciosas.

Assim como no ciclo do café, veio o desenvolvimento industrial, se constituindo dessa maneira, um novo ciclo.

O pau-brasil.

(F 67) Na idade média se desenvolveu na Europa o gosto pelas cores fortes, o que fez com que a indústria de tintas para tecidos, procurasse recursos fornecidos pelos artífices do oriente, na procura de colorantes de origem vegetal.

O pau-brasil, assim chamado devido à cor de brasa que apresenta no seu interior, era trazido da Índia desde o século IX pelos árabes, através do Egito e Mar Vermelho e distribuído em toda a Europa. Em Portugal a sua utilização começa no século XV, nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V.

Com o descobrimento da América e verificada a grandeza das suas florestas, a procura de madeiras tinturiais passou a ser uma das primeiras atividades dos exploradores, atentos ao valor que tais madeiras, principalmente o pau-brasil, atingiam nos mercados europeus.

Vicente Eanes Pinzón, na viagem que no início de 1500 atingiu a costa nordeste do Brasil, levou um carregamento de 350 quintais de pau-brasil.

De acordo com Gaspar Correia, nas “Lendas da Índia”, a nau da frota de Pedro Álvares Cabral, que regressou de Vera Cruz para levar a notícia do descobrimento do Brasil, também levou um carregamento de pau-brasil (existem algumas dúvidas a respeito dessa

informação). Entretanto, ao que consta nas cartas de Américo Vespúcio, relativas à viagem realizada de 1501/1502, foi plenamente confirmado pelo “ato notarial” de Valenim Fernandes de 1503, que da terra então descoberta pelos portugueses “nos trouxeram os paus do Brasil”. (A. Fontoura da Costa em “Cartas da Ilha de Cabo Verde de Valentim Fernandes, 1506/1508”, Lisboa – 1939, pág. 93).

Como resultado dessas verificações, em 1502, foi arrendada a exploração do pau-brasil nos domínios portugueses no Brasil, a alguns comerciantes de Lisboa, dentre estes Fernando de Noronha. O compromisso era de mandar navios que anualmente descobrissem trezentas léguas de costa, a construir fortalezas na região, assegurando a sua conservação durante três anos, em troca de isenção de direitos no primeiro ano, pagamento de um sexto no segundo e de um quarto no terceiro. Obedeceu, talvez a esse regime, o navio da segunda expedição exploradora de 1503, carregando pau-brasil em Cabo Frio, onde teria se estabelecido a primeira feitoria armada, destinada ao resgate com os indígenas.

Continuou o tráfico de pau-brasil através de diferentes formas de contrato, sendo ao que parece o regime de contrato eventual, que deve ter obedecido a viagem da famosa nau “Bretoa” em 1511, cujo regimento esclarece as condições em que seria realizada por conta dos associados Bartolomeu Barchioni, Benedito Morelli, Fernando de Noronha e Francisco Martins. Na feitoria de Cabo Frio, carregou 5000 toras de 20 a 30 quilos cada uma, além de alguns índios escravos, macacos, papagaios e periquitos.

São escassas as notícias da exploração do pau-brasil nos anos seguintes, mas é seguro que prosseguia a exploração do pau-brasil nas costas brasileiras, de forma legal e ilegal, assim como o tráfico de escravos.

Com a instalação do governo-geral em 1548, realiza-se a regularização da questão de licenças para a extração da madeira que passou à responsabilidade do governador e ao provedor-mor da Fazenda, de acordo com o regimento dado a Thomé de Sousa.

A exploração do pau-brasil em São Vicente parece certo que nunca teve importância, já que esta madeira não era encontrada tão ao sul, no máximo até o Rio de Janeiro, onde há registros da sua existência.

São escassas as notícias relativas à exploração do pau-brasil nos primeiros anos. Sabe-se, por exemplo, que em 1513 foi seu arrematante Jorge Lopes Bixorda. Outro exemplo é o navio mencionado na “Nova Gazeta da Terra do Brasil”, que chegou à Ilha da Madeira carregado de pau-brasil. Em 1519 o mapa atribuído a Lopo Homem era ilustrado com cenas do corte da madeira pelos índios. São mencionadas algumas feitorias, como as de Cabo Frio, Pernambuco e Rio de Janeiro, onde era feito o resgate, isto é, a troca pela habitual mercadoria: espelhos, “avelórios” – vidrilhos cascáveis, guizos, pentes, tesouras, facas e ferramentas, como machados e foices, por sua utilidade muito apreciada pelos indígenas. Estas feitorias eram simples galpões de depósito, cercadas de estacas para prevenir eventuais assaltos.

Além das feitorias citadas, também eram freqüentados e conhecidos nos primeiros anos, outros pontos do litoral brasileiro, como a Ilha de Santo Aleixo, em Pernambuco, e a Baía de Todos os Santos. Como podemos ver, não foi a atividade da exploração do pau-brasil, efetuada nas terras vicentinas.

No primeiro século da nossa história se apresentam dois ciclos, primeiramente o pau-brasil, depois o açúcar, constituindo-se nas duas primeiras riquezas do Brasil.

O pau-brasil (*caesalpineaechinata*) teve ao longo do seu uso pelos diversos povos nos vários continentes, uma diversidade de nomes, sendo conhecido entre os índios como *ibirapitanga* ou *ibirapuitan*.

Existem numerosos trabalhos e citações a respeito do pau-brasil e, devido à sua abundância em nosso país, acabou por servir-lhe de nome, apesar dos protestos de João de Barros e Frei Vicente do Salvador, que não concordavam com a substituição do nome de Vera Cruz ou Santa Cruz pelo de “um pau de tingir panos”.

O pau-brasil existiu com muita abundância na região que vai desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte, quase sempre na zona litorânea, e a sua exploração, como diz Bernardino José de Sousa “e a prova é que foi encontrado quase que imediatamente pelos descobridores, pois sua exploração começou muito cedo, já em 1503”.

Américo Vespúcio faz referência em uma das suas cartas ao “verzino” e na sua opinião era a única riqueza que talvez pudesse ser explorada nesta terra.

A exploração do pau-brasil fazia-se através de feitorias, encarregadas de recolher as toras e acumulá-las em locais convenientes, de modo a diminuir o tempo de permanência dos navios nos portos. O trabalho era realizado com a ajuda dos indígenas que trabalhavam com machados e outras ferramentas, fornecidas pelos contratantes. As toras eram carregadas nas costas, por vezes de grandes distâncias – caminhadas de quinze a vinte léguas, segundo a descrição de Jean de Léry, no “Voyage au Brésil”.

O gado em São Vicente.

(F68) Em 1534, Dona Ana Pimente envia para São Vicente o primeiro gado chegado ao Brasil. Este gado provém das Ilhas de Cabo Verde. Anos mais tarde o governador-gerla Tomé de Sousa manda vir o segundo embarque de gado, desta vez para a Bahia.

A significação do ciclo do gado é, sem dúvida, a de ter proporcionado a ligação geográfica, partindo de São Vicente, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão. Unidos ao norte de Minas, no primeiro caso, no interior do Piauí e Ceará, no segundo, por intermédio dos “povoadores de gado”, processou-se a integração do sul, centro, nordeste e norte do Brasil.

Bandeirantes vicentinos que desceram o rio São Francisco, e que foram combater os indígenas rebelados do Paraguaçu, por aí se estabeleceram, como em Porto Seguro, Ilhéus,

Piauí e Paraíba. Mais tarde, depois das lutas com os negros do Quilombo dos Palmares e com os cariris revoltados, também se estabeleceram nas Alagoas e no Rio Grande, em conclusão ao chamado ciclo do sertanismo de contrato. Sertanistas vicentinos abriram fazendas ao norte de Minas na zona mineral, participando também das suas lavras, quando ocorreram as grandes descobertas de ouro.

É sem dúvida através do gado, que se realiza a interiorização do povoamento do Brasil, antes realizado praticamente na orla brasileira. O ciclo do gado é, portanto, mais do que uma simples atividade na história econômica, simultânea ao devassamento e povoamento da terra e à caracterização da nacionalidade brasileira. Menos sujeitos às arbitrariedades da economia da agricultura e da mineração, os povoadores do sertão desenvolvem características peculiares, através das condições que lhes foram impostas pelo meio e pelas circunstâncias, encravando estas peculiaridades na cultura geral brasileira.

Da mesma maneira que antes do período da mineração, os vicentinos se integram no ciclo da criação do gado em grande parte dos territórios das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, também para o sul do país a atividade dos vicentinos, através do gado seria um elemento de considerável valor para a fixação dos primeiros negócios da população. Nos campos paranaenses de Curitiba, Guarapuava e Palmas, nos catarinenses de Lages, como nas Vacarias e Campanha do Rio Grande de São Pedro, os currais, aqui denominadas “estâncias”, proporcionaram a base econômica estável necessária ao estabelecimento de novos núcleos.

É de São Vicente que parte o primeiro gado com destino ao Paraguai, por volta de 1554/1555, composto de “siete vacas e un toro que fueron el primer ganado vacuno del Paraguay y del Rio de la Plata” (Historia del Paraguay, de Blas Garay, Assunção, 1929, página 43.)

É, portanto de São Vicente que começa o ciclo econômico do gado, espalhando-o em grande parte do território nacional e inclusive de outras terras americanas, como já vimos. Participa assim, efetivamente, nos vários movimentos que fizeram da expansão econômica e territorial brasileira a realidade que hoje tem.

De São Vicente partem as primeiras expedições de penetração dos sertões, as primeiras bandeiras preadoras de índios, da penetração do gado, que permitiu o povoamento e fixação de habitantes em todas as direções do território nacional, do ciclo do ouro, da cana de açúcar e outros não menos importantes, nem menos meritórios, forjadores no seu cerne, de diversos aspectos culturais que unificam indissolivelmente a unidade nacional do vasto território brasileiro.

Inicialmente foi a cultura canavieira a principal riqueza do Brasil, Iniciado o seu cultivo na Capitania de São Vicente, em breve estendia-se o seu cultivo por todo o litoral, de sul a norte, ocupando grande área, localizada principalmente no nordeste, salientando-se Pernambuco e Bahia.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a lavoura açucareira, outro elemento crescia em importância, espalhando-se pelas fazendas do litoral. Este elemento era o gado.

Inicialmente era como auxiliar do trabalho e da alimentação. Tornou-se riqueza nova, especial, que trouxe o povoamento e progresso para várias regiões do país.

A criação de gado foi uma das razões que facilitaram a penetração no interior e exerceu na economia nacional papel de importância, notadamente como meio de transporte e locomoção.

As primeiras cabeças de gado bovino foram trazidas para o Brasil em 1534, para a Capitania de São Vicente. Depois com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa, foram levadas outras muitas para a Bahia, a bordo da caravela “Galga”, que ia buscá-las na Ilha de São Vicente, no arquipélago de Cabo Verde.

Foi na zona canavieira, entretanto, que teve origem a primeira fase da grande criação de gado. Os trapiches e engenhos passaram a ser movidos por bois, assim como os carros de lenha e os que transportavam açúcar.

“Junto aos engenhos, informa Simonsen, havia currais cercados, em que se abrigavam as cabeças de gado utilizadas no funcionamento”.

O gado trazido pelo governador Tomé de Sousa espalhou-se principalmente pelo norte e nordeste do Brasil.

Na direção sul saiu o gado de São Vicente, indo para os campos de Curitiba. Do Paraguai também saiu gado procedente de São Vicente, para a expansão jesuítica para o Atlântico. Muito gado bovino se espalhou pelo interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com a difusão da criação do gado teve o Brasil grande número de caminhos abertos no interior, ligando os centros produtores aos centros consumidores, como o que foi aberto em 1727 através da serra do Mar, por Francisco de Sousa Faria, com o auxílio de Cristóvão Pereira, que foi quem, por ele, em 1733, dirigiu a primeira tropa que chegou a São Paulo proveniente dos campos do Sul (História do Brasil”, de Vicente Tapajós, edição São Paulo, página 355).

Desta maneira, enquanto se desenvolvia a lavoura da cana, as tropas de gado se espalhavam em todas as direções, tornando-se um elemento extremamente importante para a formação da unidade nacional.

Ainda depois que o açúcar passou a segundo lugar com o interesse no ouro e pedras preciosas, o gado continuou a crescer em importância e quantidade. Se não era utilizado para mover engenhos nem transportar as canas e o açúcar, era útil carregando alimentos para seus habitantes do interior e sempre como alimento de extrema importância.

A figura ímpar do tropeiro trazia as primeiras letras da sua história a partir de São Vicente, como depois da Bahia, riscando no mapa brasileiro, tanto quanto o Bandeirante, caminhos de integração e ocupação do território nacional, criando uma cultura característica e marcante em algumas regiões, como o gaúcho, na região sul do Brasil.

Segundo J. F. Normano, na “Evolução Econômica do Brasil”, escreve o seguinte: “Uma figura, menos histórica, mais mercantilista, veio substituir o bandeirante como fator de expansão. Temos de recordar os meios de comunicação no Brasil, no começo do século XIX. O tropeiro descrito por Bernardo Guimarães é o transportador de mercadorias de pessoas, de dinheiros, de notícias e de correspondência postal. Era o intermediário para todas essas transações. O tropeiro movia-se vagarosamente de vila a vila, de fazenda em fazenda, de sertão em sertão, três, quatro, seis léguas por dia”, seguindo as estradas abertas pelos bandeirantes”.

Segundo Vicente Tapajós, em obra já citada, “se o bandeirante foi o desbravador dos sertões, o tropeiro, com o gado, foi o conquistador. Se o bandeirante abriu caminho, o tropeiro tornou-se o dono desses caminhos. Se o bandeirante foi o explorador, o tropeiro foi o fixador, o elemento que permitiu a fixação do colono ao solo, que favoreceu as relações entre o sertão bravio e o litoral, já com uma fimbria de civilização”.

O professor Afonso Arinos de Melo Franco escreve: “Na defesa desesperada do monopólio, a Metrópole defendia a unidade do litoral, em extensa orla, de norte a sul, existiam as florestas de pau-brasil e as plantações de cana. Mas o ‘Hinterland’, o sertão, como chamamos aos grandes desertos do oeste, aí foram os caminhos lentos do gado, ao passo tardio e fecundo dos ruminantes que abriram as povoações, comunicaram brasileiros do norte com os do sul, vadearam rios, desvirginaram regiões desoladas e imensas. A bandeira do Brasil unido passou muita vez pelas rotas humildes dos rebanhos”. (“Síntese da História Econômica do Brasil”). Além disso, o carro de bois, ligando uma vila à outra, as diversas povoações entre si e com o litoral, completou a unificação.

Capítulo XXIV- Bandeiras e Bandeirantes.

(F69) Segundo o historiador Ricardo Román Blanco, em sua tese publicada “Las Banderas” onde faz citação do “Regimento das Bandeiras do Rei D. Sebastião (1563), descoberto na Biblioteca de Évora, diz o seu Regimento, no art. 19:- “E nos lugares onde houver uma só Bandeira, yram ao exercício duas esquadra, que sam cinqüenta homens, a hum domingo e outras duas ao outro, até irem todas. E a gente desta Bandeira se exercitará toda junta no cabo do mês. E onde houver duas bandeiras, yram cada domingo cinco esquadras, de maneira que cada quinze dias se exercite uma Bandeira toda junta. E se forem mais bandeiras que duas, yra hua cada domingo, de maneira que por esta ordem se exercitem todas as companhia hua vez em cada mês.”

Fica evidente que, bandeira não significa estandarte e sim formação tática e que, bandeira e companhia são sinônimas.

O art. 12 do mesmo regimento diz o seguinte: “E nos lugares em que houver menos de duzentos e cinquenta homens, se ajuntará com eles a gente das aldeas e casaes do tempo,

para fazerem hua bandeira de duzentos e cinquenta homens, com tanto que nam estejam em distância de mais de huã legoa das cabeças nem possam por si fazer bandeira. E nos lugares em que por esta maneira, se nam poderem fazer os ditos duzentos e cinquenta homens, se fará toda a companhia de duzentos, e de cento e cinquenta e de cento”.

Parece admissível que Entrada era a instituição e Bandeira a organização tática ou companhia, podendo ser composta por não militares. Veja-se por outro lado que o documento citado é de 1569, e já na expedição povoadora de Martim Afonso de Sousa, são mencionadas uma Entrada que parte do Rio de Janeiro, e uma Bandeira, que parte de Cananéia, assunto já tratado em nosso trabalho.

(F70) Foi por meio de sertanistas, dos que organizaram Entradas e Bandeiras, que se realizou a ocupação dos sertões.

Seguindo a exposição do historiador Vicente Tapajós, em obra já citada, foram expedições para o interior do Brasil à cata de minas ou de índios.

O termo “entrada”, com essa significação, já aparece muito em documentos oficiais portugueses. O termo “bandeira” é de duvidosa explicação. Para alguns originou-se pelo fato de algumas expedições levarem um estandarte (ou bandeira). Outros pelo fato dos sertanistas irem em bandos. Segundo o Capistrano de Abreu, era costume Tupiniquim levantarem uma bandeira em sinal de guerra.

Desta maneira desfilam várias outras explicações mais ou menos plausíveis. Joaquim Ribeiro em “Folclore dos Bandeirantes”, pág.109, compartilha a opinião de Augusto de Lima Júnior que, em sua obra “A Capitania das Minas Gerais” diz o seguinte “bandeira, desde a Ordenação de D. Sebastião em 1563, era a forma de milícia rural”, o mesmo que os espanhóis definem como “montón o tropel de gente”.

As diferenças entre Bandeiras e Estradas são quase imperceptíveis. Segundo alguns historiadores as entradas tinham por objetivo a procura de metais e pedras preciosas, e que as bandeiras tinham por objetivo a caça de índios para escravizar.

Quem mais esclarece a respeito é o Prof. Basílio de Magalhães na sua obra “Expansão Geográfica do Brasil Colonial”, que entradas obedeciam a organização oficial, ao passo que as bandeiras foram promovidas principalmente por particulares, não sendo, porém, regra absoluta.

Houve bandeiras custeadas e armadas pelo próprio governo colonial, como houve entradas feitas por iniciativa privada, sendo, porém, quase que exceção. A organização das bandeiras era quase sempre do mesmo modo. Um grupo de homens armava-se e armava seus escravos, providenciavam víveres e munições, procuravam um capelão, e se encaminhavam ao sertão, sob a direção de um deles. Este chefe era escolhido por diversos motivos, ou experiências em tais empreendimentos, ou conhecimento da região a ser explorada pela idade ou pela autoridade, ou categoria social, ou outro motivo qualquer.

Esse chefe gozava de plenos poderes. Era guia, general e juiz inapelável. Suas decisões tinham força de lei. Podia até condenar à morte, como fez Fernão Dias Pais com seu filho José Dias – em caso de traição ou de outro crime infamante.

A obra Carvalho Franco, “Bandeiras e Bandeirantes” de São Paulo nos transcreve um trecho da carta patente de Matias Cardoso de Almeida, de 1664.

“... E mandando Sua Majestade depois de D. Rodrigo de Castel-Branco, administrador e provedor geral das Minas deste Estado, ao descobrimento da prata do mesmo Sêso de Sabarabuçu, não achando ele quem o quisesse acompanhar naquela jornada, o dito Matias Cardoso de Almeida, a quem então passou patente de tenente-general, por nomeação da Câmara de São Paulo, se lhe apresentou também com todos quantos escravos tinha, por faltar os índios que pediu à dita Câmara de São Paulo, o mesmo suficiente e necessário para aquela jornada, o qual era impossível conseguir se o dito Matias Cardoso não fora e não partira adiante a fazer plantas naquele sertão, levando consigo capitães e gente que o acompanhavam com as armas, ferramentas e o mais que era necessário, em que fez grandes despesas de sua fazenda, sem pedir empréstimo algum da real ao dito administrador, procedendo enquanto durou aquele descobrimento e viveu o dito D. Rodrigo, com particular desvelo em todas as obrigações que lhe tocaram e em tudo o mais de que foi encarregado...”.

Alcântara Machado em “Vida e Morte do Bandeirante” cita o seguinte: “Numeroso ou pequeno, o grupo tem sempre nas linhas mestras, organização militar. Formam-no um chefe, que é o capitão do arraial, um ou mais lugares-tenentes e o grosso da tropa, composto em sua maioria de índios mansos. Se o bandeirante não tem índios seus, toma-os de aluguel.

As expedições de maior vulto reclamam outras dignidades: o alferes-mor, o ronda-mor, o repartidor a quem compete a partilha dos índios apresados, o escrivão do arraial, o capelão.”

De São Vicente saíram colonos que se estenderam para o norte, até Angra dos Reis e para o sul até Laguna. As condições precárias dos caminhos dificultavam as relações entre o litoral e o interior. O mais distante a que se conseguira chegar, até meados do Século XVI para o interior, foi Santo André e Piratininga. A situação geográfica de Piratininga facilitou a penetração para o sertão, acentuada esta facilidade pelos rios Tietê e o Paraíba do Sul.

As causas da penetração no interior foram: procura de pedras preciosas, ouro, prata e a caça do índio, para servir como escravo.

Segundo o historiador Basílio de Magalhães, em “Expansão Geográfica do Brasil Colonial” escreve:

“Era natural a ávida busca dos minérios raros. Preocupação geral da época, intensificada pelo achamento das riquezas que uma longa legião de rajás acumulara em suas capitânias levantinas, explicava-o, no ocidente, a aparição dos tesouros metálicos que os espanhóis

havia encontrado nos vetustos reinos dos astecas e dos incas. Peru e Potosi eram nomes que andavam na boca de todos os aventureiros europeus, incandescendo-lhes a mente. Sabia-se que, aprofundando-se as terras interiores do Brasil, havia de dar-se com as minas opulentas da Coroa de Castela. Por que não existiram tais divícias na possessão lusitana, que estava no mesmo continente, que era prolongamento apenas do mesmo território?”.

Apesar do pouco interesse demonstrado pelo donatário, cresceu São Vicente, devido principalmente ao esforço dos seus povoadores do litoral e de João Ramalho no planalto. Fato bastante singular, pois se desenvolveu num território onde não se conheciam metais preciosos e em que o solo não se apresentava muito favorável ao desenvolvimento da indústria açucareira, única atividade remuneradora no seu tempo. Ainda assim esta atividade teve extrema importância nos primeiros tempos do povoamento de São Vicente. É portanto admissível que o desenvolvimento da capitania seja mais devido à tenacidade dos seus moradores tanto da baixada, quanto do planalto.

Em 1549 apareceram os primeiros altos funcionários do Governo Central da Bahia, enviados pelo primeiro governador-geral Thomé de Sousa, e, fato mais importante, a primeira missão jesuítica, onde se destaca a figura do Padre Leonardo Nunes.

Em 1553 Santo André recebeu o predicamento de Vila e a 25 de janeiro de 1554 os jesuítas fundavam o Colégio de São Paulo do Campo de Piratininga.

Em fins do século XVI os aborígenes, a maior parte das tribos tinham sido extintas pela escravidão ou tinham-se refugiado nas matas e sertões mais afastados dos povoados portugueses, evitando ao máximo a aproximação com o elemento branco ou mesmo os mamelucos. Nesse século XVI o território propriamente vicentino foi pouco explorado, muito embora por ele começasse a penetração do interior brasileiro. Do seu território partiram as primeiras entradas ou bandeiras como: a de Aleixo Garcia em 1526, depois de Pero Lobo em 1531 – exterminada pelos índios Carijós, nos Campos de Curitiba, e a de Cabeza de Vaca em 1541. No ano de 1542 vem a primeira notícia oficial de uma bandeira a operar com elementos reunidos em território vicentino, a de Brás Cubas e Luis Martins e cujo roteiro não está bem esclarecido até hoje. Segundo muitos historiadores, percorreu trezentas léguas pelo interior do sertão em busca de ouro, material que só encontraram indicações no Jaraguá, perto de São Paulo. Mais tarde Antonio Dias Adorno explorou o vale do Jequitinhonha.

Em outras regiões do Brasil, as tentativas de exploração do interior, a procura de riquezas minerais haviam sido até então mais freqüentes.

A ambição dos europeus emigrados para a América visava principalmente os metais e pedras preciosas, mercadorias de verdadeira cobiça na Europa da Renascença.

“Quanto valiam as terras da América sem minas?”, exclamava um cronista europeu da época.

Sendo que a procura de minas não tinha sido até o momento, uma atividade rendosa, tinha-se por força a necessidade de lucros, que incentivasse a atividade açucareira. Esta,

conseqüentemente, necessitava de grande quantidade de mão de obra, portanto fortificava a preagem e comercialização dos escravos, inicialmente dos índios (não devemos esquecer que o comércio de escravos índios já existia, praticamente com a chegada dos primeiros brancos à América), e depois do homem africano. Os índios davam péssimos escravos, por isso os povoadores se voltaram para o imenso continente africano, à procura de elementos mais adaptáveis à condição de escravos, se é que isto era possível. Assim, a primeira fase de ocupação do solo brasileiro e a escravidão nasciam de um determinismo histórico-econômico.

No planalto paulista o solo e o clima não são propícios à agricultura, propicia as entradas ao sertão, para preagem de escravos, atividade esta praticada por Portugal na África, desde a época do Infante D. Henrique. Os bandeirantes dedicam-se a esta atividade, com um vigor não igualado em qualquer outra região do Brasil.

Considerando ainda a intensa miscigenação que produz nos mamelucos euro-americanos, vieram novas tendências de tal mentalidade, pois é sabido que a preagem já era praticada pelos índios de que precediam, muito antes da chegada do elemento português com o seu sentido de lucro comercial. Estas práticas foram marcantes e levadas a efeito, não só no Brasil, mas também na América espanhola. Nos Estados Unidos, segundo Bancroft, viram-se as raças indígenas maltratadas como em nenhuma outra qualquer região americana.

No Brasil, ainda que em menor escala que na América espanhola, mas de modo impressionante, deu-se o extermínio dos aborígenes pelas epidemias, os maus tratos e a dureza do cativo. Por estas razões o bandeirantismo se integra no panorama de violência que caracterizou a ocupação do continente americano pelo elemento europeu.

Só não foi mais nefasto o período da escravidão (notadamente dos índios), devido à atuação e luta da Companhia de Jesus, cujas frentes atuaram nas três Américas.

Em São Vicente, e depois em São Paulo, começam logo do início da colonização, um tipo de agrupamentos, para a realização de expedições visando a penetração do interior do Brasil.

Em São Paulo, principalmente por volta de 1580 “nasce” de maneira espontânea uma forma de organização para deslocamento fácil, visando à conquista e exploração do sertão e a preagem de índios. Chamou-se “bandeira”, nome dado a uma antiga formação militar do exército reorganizado por Carlos V, ou como relata D. Francisco Manuel de Melo, “repartida à gente em partes desiguais a que ora chamamos hostes, ora bandeiras...”

Estas formações eram integradas na maioria dos casos, por mamelucos (filhos de portugueses com índios). Percorriam os campos, aliados dos índios para vender como escravos, principalmente no litoral vicentino (hoje paulista) e no Rio de Janeiro, comércio este para prover de mão de obra as plantações de cana-de-açúcar, principalmente.

Nesta vida semibárbara os mamelucos, os filhos de João Ramalho, tinham iniciado esse período histórico, seguindo as trilhas dos guaianazes e carijós, que finalizavam, ou no

Paraguai ou no Rio da Prata, ou ainda nos contrafortes dos Andes. Estas primeiras entradas só tomaram forma, com a instituição das “bandeiras”, ou seja sistematizadas e ordenadas de forma inteligente e enérgica, depois de passado o perigo que corria a Vila de São Paulo, das coligações indígenas em volta dela. Inicialmente o governo municipal era contra tais entradas, tendo-as como provocadoras dos ataques indígenas a que a região estava exposta, ataques estes muitas vezes em represália às atividades predadoras dos mamelucos.

Desaparecidos os índios das redondezas de São Paulo, os cabos de tropa se lançaram em expedições improvisadas, na preagem de índios, depois de ouro, riquezas e conquistas. Algumas expedições foram destruídas pelos índios perseguidos, outras tiveram êxito, retornando com milhares de índios cativos, tornando lucrativas tais empresas.

Motivados por essas vitórias, passaram a se dedicar a estas atividades, os melhores homens da terra que viam nela tudo o que exaltava a coragem e as ambições daquela gente culturalmente, muito próxima dos índios, nos seus costumes caboclos, falando a língua tupi, afeita às armas. Sem lavouras ou comércio significativo, passaram a se dedicar à preagem, como atividade mais lucrativa que a procura de minerais preciosos.

Em “História Geral das Bandeiras Paulistas”, de Afonso de Taunay, I, pág. 162, São Paulo-1924, ele escreve:

“Daí a decisão de 11 de maio de 1581, em que, para impedir a ‘muita devassidão dos resgates’, ou seja, a desordem das expedições, criou a Câmara de São Paulo, meirinho e escrivão de campo, para o efeito das necessárias autorizações”.

Depois desse período consta que a primeira bandeira militarmente organizada, tendo cada capitão o seu grupo de índios auxiliares, bagagem de campanha para muitos meses, foi comandada pelo capitão-mor de São Vicente, Jerônimo Leitão, em 1585. A partir daí as bandeiras se espalharam no rumo oeste, sul e norte, aprofundando sensivelmente a conquista dos sertões. Ao se encontrarem com as missões jesuítas do sul, se lançaram impiedosamente na sua conquista e destruição. Eram pequenos exércitos, disciplinados, com grande mobilidade e agressividade, extremamente hábeis na utilização dos seus recursos humanos, Começava pelo caráter associativo, que lhe dava o contrato dos chefes de grupos, como definido depois por Domingos Jorge Velho (um século depois): “São agregações que fazemos, entrando cada um com os seus servos de armas.....Vão brancos, pardos e pretos de que os paulistas servem...”

Percorrendo distâncias de até 400 léguas, capturavam populações inteiras, para depois serem vendidas como escravos aos fazendeiros de São Paulo e Rio de Janeiro principalmente.

Não nos estenderemos mais sobre este assunto, já que existe extensa e erudita bibliografia a respeito. Apenas transcreveremos parte de um documento descoberto por Afonso de Taunay e publicado por Pedro Calmon, que diz o seguinte: “Os vereadores de 1572... estavam de caminho para o mato e deixão os seus cargos... Porque fora três ou quatro principais festas, muito poucos homens estão nela, senão sempre ou em suas herdades

pelos bosques e campos, em busca de índios, em que gastam sua vida... Toda a sua vida, desde que saem da escola até a velhice, não é senão ir trazer e vender índios, com que se vestem de mangas de seda, bebem vinho e compram tudo o que tem. E em toda a vila de São Paulo não haverá mais de um ou dois, que não vão cativar índios, ou enviem seus filhos ou outros da sua casa com tanta liberdade como se foram minas de ouro ou prata... até as mesmas justiças e clérigos da vila”.

Capítulo XXV - O ouro.

(F71) A mineração (ciclo do ouro) é o terceiro grande período da história econômica do Brasil e, segundo alguns autores, como Afonso Arinos de Melo Franco “deve ser tido como muito mais importante que os ciclos anteriores do pau-brasil e do açúcar”.

Na extração do pau-brasil foi a defesa desesperada de seu comércio que fez com que os portugueses lutassem pela posse da terra e impedissem seccionamento. A cultura da cana-de-açúcar, realizada com intensidade em todo o litoral, possibilitou a unidade da costa atlântica.

O ouro, a procura intensa dos metais preciosos, assim como também das pedras, como diamantes e esmeraldas, lançou os povoadores do litoral rumo ao interior. Fez com que as grandes extensões interioranas do Brasil fossem percorridas em todos os sentidos e inteiramente ocupadas pelos habitantes do litoral. A preocupação da defesa do ouro, como no litoral com os outros produtos, foi uma das causas da unificação do interior.

Ciclo do ouro de lavagem.

(F72) Devido ao descobrimento por parte dos espanhóis nos seus domínios da América, na primeira metade do século XVI, de metais preciosos como ouro, prata e pedras preciosas, impeliu os portugueses à ativa procura de tais riquezas nos territórios americanos sob o seu domínio. Não sendo achado perto da costa, segundo o relato das primeiras expedições exploradoras, levou à sua procura a penetração pelo interior, por vezes seguindo as trilhas e as vagas indicações fornecidas pelos indígenas, ou acompanhando os rios navegáveis que encontravam.

A descoberta do Rio da Prata dava esperança ao achamento,, não só daquele metal, mas também do ouro no interior do continente, o que impulsionou a procura em terras – hoje brasileiras – incluídas nas pesquisas de minas, então empreendidas. É o caso da expedição de Aleixo Garcia (da qual já tratamos) e também Martim Afonso, ao passar pelo Rio de Janeiro, em 1531, e mais adiante, em Cananéia, quando recebeu informações dos moradores da região, notadamente de Francisco Chaves, o que o levou a organizar uma bandeira com trágico fim, conforme já foi dito.

Dividida a costa brasileira em Capitánias Hereditárias, um dos objetivos de D. João III, foi a procura de minas. Ficou reservada aos donatários, a dízima do quinto pago à Coroa por qualquer espécie de pedrarias, pérolas, aljófares, ouro, prata, coral, cobre, estanho,

chumbo ou outro metal que aqui fosse encontrado., Apesar da determinação com que empreenderam a procura, nada objetivaram de significativo.

Com a criação do governo-geral, maiores incentivos recebeu a procura de minas. Diversas expedições foram realizadas nos anos seguintes, partindo de diversos pontos da costa brasileira.

Os moradores de São Vicente foram os primeiros a se estabelecerem em caráter definitivo, no planalto. Em consequência as suas entradas ao interior passaram a ter como ponto de partida o povoado e depois vila de São Paulo de Piratininga, após a transferência para ela, dos habitantes de Santo André da Borda do Campo. Embora essas penetrações objetivassem principalmente o apresamento de índios destinados à escravidão, também compreendiam as pesquisas minerais.

Desde meados do século existiam notícias na capitania, sobre a existência de metais preciosos, notícias estas mais ou menos fantasiosas e para investigá-las, o governo mandou em 1559, um mineiro prático, Luis Martins. Por ordem do governador Mem de Sá, no ano seguinte, ele partiu de São Vicente para diversos e indeterminados pontos do interior da capitania, em uma expedição organizada e dirigida por Brás Cubas. Em 1562 regressou a Santos com algumas amostras de metais e pedras, que enviou a Portugal. Isto fez com que o mineiro voltasse às suas pesquisas.

Ainda em terras vicentinas, talvez em Jaraguá, Caatiba (hoje Bacaetava), encontrou finalmente ouro, explorado inicialmente por Brás Cubas, e depois associado ao capitão-mor Jerônimo Leitão.

Segundo o historiador Carvalho Franco em sua obra “Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo” – São Paulo, 1940, pág. 35/38, foi o mameluco Afonso Sardinha, o Moço, o continuador das pesquisas do ouro na capitania. Explorando as regiões próximas a São Paulo, acabou descobrindo ouro de lavagem na Serra da Mantiqueira em Guarulhos, Jaraguá e São Roque. Os seus descendentes continuaram na exploração das minas do Jaraguá.

Outras informações também as localizam nas serras de Paranapiacaba, Guaramumis, Nossa Senhora de Monserrate, Ibituma (Parnaíba) e Ibirajoiaba (Sorocabana).

As primeiras referências a certos “montes de Sabarason”, vem de 1598, de onde um mameluco teria extraído amostras de metal que, sendo levadas à Bahia, motivaram a vinda do governador, D. Francisco de Sousa, a São Vicente. (Carvalho Franco, obra já citada, pág. 35/38).

Com o povoamento do litoral vicentino, de Itanhaém, Iguape e Cananéia, houve aproximação às terras da capitania de Santana situadas entre a baía de Paranaguá e Laguna, que durante todo o século XVI tinham permanecido abandonadas. Com a descoberta de ouro de lavagem em Iguape, este achado motivou a extensão do povoamento, além da obtenção de índios para serem comercializados como escravos. Desta forma, no fim do século XVI e começos do século XVII, começou o devassamento

das terras compreendidas entre Paranaguá e Curitiba, onde também foi descoberto ouro. Referindo-se antes ao de São Vicente, assegurou Antonil Andreoni “que muito mais e por muitos anos se continuou a tirar em Paranaguá e Curitiba, primeiro por oitavas, depois por libras, que chegaram a alguma arroba., posto que com muito trabalho para ajuntar, sendo o rendimento não estar limitado, até que se largaram, depois de serem descobertas pelos paulistas as Minas Gerais”, isto é, no fim do século XVII (André João Antonil em “Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas”, São Paulo – 1923, pág. 206).

Desta maneira começou o povoamento dos campos de Curitiba, sendo, além dos mineradores, os preadores de escravos e lavradores e, finalmente fixaram-se na região jesuítas que rumavam à Laguna dos Patos, no litoral, hoje catarinense, tendo como objetivo a catequese dos índios da região.

Foram numerosas as bandeiras partidas da Capitania de São Vicente que atingiram o território de Minas Gerais, sendo de vital importância a sua participação, no povoamento e consolidação da cultura, a economia e a nacionalidade nas terras, não só das Minas Gerais, como também de Goiás e regiões adjacentes.

A fundação de pequenos núcleos urbanos veio-se fazendo no Brasil desde o momento em que os bandeirantes (inicialmente vicentinos e depois paulistas) foram penetrando o interior e nele se fixando, na medida em que descobriam minas.

Os caminhos que os bandeirantes percorriam, geralmente eram o curso dos rios, como o Tietê, Parnaíba do Sul, e depois os rios Parnaíba e São Francisco, entre outros. Os bandeirantes seguiam os rios, de início explorando aluviões, onde recolhiam, por meio de lavagem, pepitas arrancadas às rochas pelo caudal das águas. Esgotadas as aluviões, não se fixavam, seguiam adiante, subindo o rio à procura de outras aluviões, outras pepitas. Dessa forma acabavam por encontrar, geralmente nas nascentes dos rios, no alto das montanhas, a jazida almejada. Então, sim, fixavam-se ao solo, em volta das minas. A única grande cidade que foi construída pelo garimpo, ao que se tem notícia, foi Mariana, em Minas Gerais.

Capítulo XXVI - A divisão do Brasil em dois governos.

(F73) Em 1572, depois da morte do governador Mem de Sá, Portugal resolveu dividir o território do Brasil em dois governos, um ao norte, com sede em Salvador, e outro ao sul, com sede em São Sebastião do Rio de Janeiro. Dom Luís de Brito de Almeida governa o norte e D. Antonio Salema governa o sul.

Foram realizadas pelos dois governos, diversas reuniões na cidade de Salvador, com o intuito de estabelecer pontos comuns às duas administrações. As conferências realizadas levaram ao acordo de 6 de janeiro de 1574, pelo qual se decidia pôr um freio à escravidão dos índios. Os jesuítas influíram muito, a ponto de os dez artigos do tratado terem sido publicados sob o título de “Trabalhos dos Primeiros Jesuítas no Brasil” na Revista do Instituto Histórico. Outro dos pontos em que os dois governadores se empenharam, mas sem conseguir bons resultados, foi a procura de metais e pedras preciosas.

Portugal, em pouco tempo, reconheceu a ineficácia da divisão do governo. A unidade do Brasil estava ameaçada.

Por este motivo Portugal decidiu unificar novamente o governo do Brasil, nomeando a 12 de abril de 1577, o governador Lourenço da Veiga, pessoa experimentada anteriormente na África e na Índia. No seu regimento de 6 de maio do mesmo ano, recomendava-se a realização de várias reuniões e a supressão de diversos empregos. Em troca aumentava-se o auxílio aos jesuítas. Lourenço da Veiga trazia também o encargo de pesquisar o interior e avançar principalmente para o norte, para coibir a ação de contrabandistas do pau-brasil. Recebeu o governo do Brasil no mesmo ano em que o Rei D. Sebastião morreu nos campos de Alcacér-Quibir e com isso Portugal encaminha-se rumo à perda da liberdade. Rocha Pombo, em sua obra “História do Brasil” comenta:

“No meio do desconcerto crescente da corte e da angústia que oprimia a pobre alma da nação sob os açoites que a inquietavam, não havia senso e lucidez para cuidar-se do destino. Cerca de um longo decênio as colônias ficaram em toda parte quase inteiramente abandonadas da metrópole”.

Em 1580, portanto dois anos depois, a dinastia de Avis ficava extinta. Felipe II, da Espanha, neto pelo lado materno de D. Manuel, por vacância do trono português, devido à morte do cardeal D. Henrique, sucessor de D. Sebastião, apoiando a sua pretensão pelas armas, tomou para si a coroa de Portugal.

Este capítulo da história de Portugal e Brasil é conhecido como a União Ibérica, por conseguinte, Portugal e os seus domínios estiveram sob o poder dos Habsburgos da Espanha. Reinaram durante esse período os três Felipes: II, III e IV.

A União Ibérica representou para o Brasil, não só a possibilidade de expansão territorial (principalmente através da ação dos bandeirantes), como também a formação de uma ideia nacionalista.

Desde que a Espanha se tornou senhora das colônias portuguesas e naturalmente passou toda à América do Sul, a linha que demarcava fronteiras entre as suas colônias e as possessões, perdeu toda a razão de ser. Os habitantes da América espanhola passaram a ser como que patrícios dos habitantes da América portuguesa.

Uma das conseqüências mais importantes desta União Ibérica foi sem dúvida a intensificação do movimento bandeirante rumo a oeste. Na procura das minas, ampliaram muito o território das posses portuguesas, se estabelecendo colonizadores portugueses onde antes lhes era proibido, por serem terras da coroa espanhola.

Quando, em 1640, o Duque de Bragança foi aclamado Rei de Portugal, os bandeirantes já tinham feito recuar o meridiano de Tordesilhas, não aceitando os colonos, a volta aos antigos limites, que era exigência da Espanha.

Houve muitas lutas, já que os colonos portugueses não queriam perder o que já tinham conquistado. Até que com o Tratado de Madri de 1750, ganharam a posse da terra conquistada, através do expansionismo bandeirante.

No dizer do historiador Vicente Tapajós, em obra já citada, “... com a União Ibérica, Portugal perdera praticamente a independência (durante algum tempo). O Brasil, no entanto, ganhara milhões de quilômetros quadrados (para sempre)”.

Com o início da União Ibérica o Brasil viu-se atacado com algumas ocupações das suas terras em diversas oportunidades, pelos inimigos da Espanha, já que a partir desse momento as posses portuguesas eram também da Espanha. Desta forma, forças holandesas e inglesas passaram a atacar as costas brasileiras.

Os jesuítas e a educação no Brasil.

(F74) Coincidindo com os preparativos para a ocupação do Brasil, a resposta da Santa Sé às agressões do movimento chamado de Reforma, na sua Contra-reforma impulsiva e espiritual, que culminou com uma nova disciplina da Igreja instituída pelo Concílio de Trento. Pertence ao movimento, com novo vigor e antecipando-se o grito de revolta de Inácio de Loyola em Paris, em 1534 contra o humanismo impiedoso, a corrupção da juventude e as humilhações sofridas pelo Papado em nome da religião depurada e pela educação regenerada. No Concílio de Trento são recomendados seminários em que os novos sacerdotes tenham uma formação integral. A ideia dos “colégios” assumiu importância capital.

A vocação missionária e de educador atraiu Loyola desde o início a localizar-se próximo de Portugal. Realmente foi no Colégio de Santa Bárbara, que despertou nele a instigação da nova cruzada. Ele e o português Simão Rodrigues juraram em Montmartre a criação da Companhia de Jesus, apelidando-se de Jesuítas, apelido este que já tinham recebido dos seus colegas de Santa Bárbara.

Antes mesmo da aprovação pelo Papa, a nova ordem era recomendada a D. João III, pelo Mestre Diogo de Gouveia. A Ordem só foi aprovada pelo Papa a 27 de setembro de 1540. D. João III aceitou a proposta e mandou que o seu embaixador em Roma, D. Pedro Mascarenhas, trouxesse os jesuítas a Portugal: “Não pode haver parte onde lhes seja mais aparelhado poderem-se fazer e cumprir seus desejos que em minhas conquistas...”.

Na bula aprobatória do Papa Paulo III, entre outras instruções, incluía que iriam para onde os enviasse o Pontífice “quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam da Índia, como também para os países de hereges ou cismáticos.....para ensinar aos meninos e reudes.....sob fiel obediência do Santíssimo Padre.....sejam quais forem as províncias a que nos enviar ‘podendo’ ter universidades, colégios ou colégios com rendas....”, sem forma conventual ou monástica (libertados os religiosos de práticas externas) para o efeito de bem cumprirem a missão educativa.

Os jesuítas aceitaram o convite e foram para Portugal. Chegados, foram instalados por ordem do Rei, no Convento de Santo Antão, sendo a primeira casa própria que tiveram no mundo. Permitiu também o Rei, que fizessem colégio em Coimbra, em Évora e em Lisboa.

Famosos na Índia e conhecidos na Europa, só faltava a América. Sem precedentes na história, o Brasil proporcionava-lhes a oportunidade de formarem um tipo de sociedade inspirada na filosofia cristã. Seis jesuítas prontificaram-se a vir ao Brasil, acompanhando o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, como pelotão de vanguarda da conquista religiosa da América. Trazia este pequeno grupo de jesuítas, como superior, o Padre Manuel da Nóbrega, vocação de estadista na simplicidade de pastor de almas.

Além de Manuel da Nóbrega, formavam parte do pequeno grupo os padres João de Azpilcueta, Leonardo Nunes, Antonio Pires, Antonio Pires e os irmãos Diogo Jácomo e Vicente Pires. Eles foram, portanto, os primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil, no ano de 1549, com a armada de Tomé de Sousa.

Os jesuítas e os colégios.

(F75) A Companhia de Jesus, fundada por Loyola, tinha como principal finalidade combater a reforma protestante por meio do ensino religioso. Era uma ordem de combatentes, soldados da Igreja, cuja missão se exercia também entre os povos selvagens da América.

Os jesuítas, de início, foram muito poucos: Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Lainez, Afonso Salmeron, Simon Rodrigues e Nicolau Bobadilha. Na medida em que o tempo passava, a obra jesuítica foi ganhando adeptos, e já na metade do Século XVI contava com grande número de padres. Esta companhia foi aprovada em definitivo pelo Papa Paulo III na bula “Regimini Ecclesiae” de 27 de setembro de 1540.

Na verdade a formação brasileira muito deve aos padres da Companhia de Jesus. Foram eles que impediram a desorganização da sociedade colonial que até a sua chegada sofria de males inevitáveis de corrupção e deterioramento, precisamente pela falta de lideranças espirituais e educacionais, sendo em muitas oportunidades, os elementos pacificadores e integradores, nos freqüentes conflitos entre brancos e índios.

Também foram ardentes defensores da terra, os primeiros mestres e os primeiros poetas que registraram as belezas de nosso país. Através das cartas dos jesuítas, podemos hoje ter um conhecimento mais profundo e geral do que foi o Brasil em épocas remotas.

O jesuíta Serafim Leite em sua obra “Páginas da História do Brasil” registra o seguinte: - “A Companhia tinha nove anos de existência oficial, quando chegou ao Brasil em 1549, período, portanto, que se pôde chamar de expansão, caracterizado pelo espírito de iniciativa, disciplina criadora, entusiasmo que facilita a conquista. Quinze dias depois de chegarem já tinham os jesuítas desencadeado a ofensiva contra a ignorância contra as superstições dos índios e contra os abusos dos colonos.

Abriram escolas de ler e escrever, pediram a Tomé de Sousa que restituísse as suas terras aos índios, injustamente cativos, iniciaram a campanha contra o hábito de comer carne humana, catequese, instrução, obras sociais, colonização...”

Em 1549, na armada do governador Tomé de Sousa, desembarcaram na Bahia os primeiros jesuítas, dirigidos pelo padre Manuel da Nóbrega. Este grupo era integrado pelos seguintes jesuítas: Leonardo Nunes, Antonio Pires e João de Azpilcueta Navarro (padres) e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

A finalidade principal dos jesuítas no Brasil foi à catequese. Para isso acharam mais fácil começar pelas crianças, e por este meio, atingir os pais. Não era tarefa fácil, já que os colonos portugueses que se encontravam no país, estavam em geral, bastante “contaminados” pelos costumes e usos dos indígenas, tanto na parte moral, quanto social, sendo que alguns padres de outras partes que aqui habitavam, pouco se preocupavam com esta situação, aderindo a maior parte deles, a este relaxamento dos costumes, imposto pela convivência com os índios. Sobre este assunto existem inumeráveis testemunhos dados nas cartas dos jesuítas, quando prestavam contas da sua atuação ao rei ou ao prior da Companhia.

O trabalho dos jesuítas não ficou apenas na Bahia. O padre Leonardo Nunes, chegado a São Vicente, se empenhou logo em construir e ali fundar um colégio para a educação das crianças. Em breve o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente se tornaria uma das grandes esperanças da obra educacional dos jesuítas no Brasil, sendo este o segundo colégio do país.

Nessa obra de catequese e instrução, a figura do padre José de Anchieta se destacou junto com o padre Manuel da Nóbrega, vivendo juntos páginas memoráveis da história brasileira. Tendo-se escrito tanto a respeito de ambos, não julgamos necessário nos estender na descrição das obras realizadas por ambos. Apenas faltaria a menção destas duas figuras sobressalentes, caso se fizesse omissão dos seus nomes.

Segundo os biógrafos de Anchieta, ele sofria de grandes dores e deformação da coluna, causadas pelas suas orações e outros sacrifícios, em que forçava fisicamente, por longos períodos de tempo, do que lhe veio a resultar uma saúde muito fragilizada. Chegando a esquadra que trouxe o governador D. Duarte da Costa, e não se encontrando Nóbrega na Bahia, a quem vinha Anchieta especialmente recomendado, começou ali mesmo a sua obra de catequese e professorado, ensinando latim no Colégio da Bahia.

Passados cinco meses, Leonardo Nunes foi buscá-lo, levando-o para São Vicente, onde chegou em fins de 1553. O Padre Manuel da Nóbrega o recebeu com muito carinho e logo ficaram ligados por laços de grande amizade. Logo depois Anchieta sobe para Piratininga junto com mais doze jesuítas, onde, no pequeno Colégio de São Paulo de Piratininga, continuou as suas funções de professor e catequista.

Um dos feitos mais notáveis de Anchieta e Nóbrega foi, sem dúvida, o tratado de paz com os Tamoios. É interminável a relação de obras de Anchieta e Nóbrega, das quais existe extensa bibliografia.

Ensino gratuito. (extraído da obra já citada de Tito Lívio).

No Colégio do Rei, em Salvador, sempre foram admitidos os moços pardos, coisa que acontecia em todos os Colégios da Coroa Portuguesa existentes no Brasil, onde os jesuítas eram professores públicos, pagos pelo rei. Ao lado de brancos, havia pretos e índios. Em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal diria: “Sua Majestade não distingue os homens pela cor; distingue-os pelo talento”. Por isso mesmo, os moços pardos de Salvador, na Bahia, representaram ao Rei de Portugal contra os jesuítas do Colégio do Rei, porque estes não os quiseram mais receber em suas aulas. A resposta do soberano foi uma ordem nos seguintes termos: “Honrado Marquês das Minas, amigo. Eu El-Rey, vos envio muito saudar, como aquele que prezo. Por parte dos moços pardos dessa cidade se me propôs aqui que estando de posse há muitos anos de estudarem nas escolas públicas do Colégio dos religiosos da Companhia (de Jesus), novamente (agora) os excluíram e não os querem admitir, sendo que nas escolas de Évora e Coimbra eram admitidos sem que a cor de pardos lhes servisse de impedimento, pedindo-me que mandasse que os tais religiosos os admittissem nas suas escolas deste Estado (do Brasil) como o são nas outras do Reino. E pareceu ordenar-vos (como por esta o faço), que ouvindo aos Padres da Companhia (de Jesus) vos informais se não obrigados a ensinar nas escolas desse Estado (do Brasil) e, constando-nos que assim é, os obrigareis a que não excluam estes moços, geralmente só pela qualidade de pardos, porque as Escolas de Ciências devem igualmente ser comuns a todo o gênero de pessoas sem exceção alguma. Escrita em Lisboa a 20 de novembro de 1686, para o Governador e Capitão-Geral do Estado do Brasil”. (Ministério da Educação – Documentos Históricos – vol. 68 – p. 116).

A ordem foi acatada, como não poderia deixar de ser. Os Colégios eram do Rei e os professores recebiam o seu pagamento da Coroa Portuguesa.

O Padre Baltazar Duarte escreve: “Portugal dava os jesuítas para o Brasil e ainda pagava as despesas” (Serfaim Leite, “História da Companhia de Jesus no Brasil”. Tomo VI, pág. 601).

Ainda antes da Companhia de Jesus ser reconhecida pelo Papa, já D. João III de Portugal pedia a Sua Santidade, em 1537, dois jesuítas para estabelecerem ensino público e gratuito nas terras portuguesas. O Papa manda os padres Francisco Xavier, espanhol e Simão Rodrigues de Azevedo, português, para ficarem sob a obediência do Rei português. Simão Rodrigues de Azevedo fica em Lisboa, onde funda a Província Portuguesa dos Jesuítas.

Em 1548 D. João III de Portugal cria o Estado do Brasil, e nomeia Tomé de Sousa, o seu primeiro Governador Geral e o Padre Manuel da Nóbrega primeiro Secretário de Educação da América Portuguesa. Ambos chegam à Bahia 29 de março de 1549. Tomé de Sousa instala o governo da Capital do Estado do Brasil. Manoel da Nóbrega cria, por ordem do rei, a primeira escola pública e gratuita da América Lusitana, na Bahia, na

mesma Capital. Veio o jesuíta Manuel da Nóbrega, mandado pelo rei de Portugal, D. João III, para instalar o ensino e a catequese nas terras do Brasil.

A segunda escola do Brasil foi fundada na Vila de São Vicente. Foi o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado pelo Padre Leonardo Nunes, em 1549 e inaugurado oficialmente pelo Padre Manoel da Nóbrega, em 2 de fevereiro de 1553. Este colégio, segundo a opinião de alguns historiadores, teria sido fechado, por sugestão do Padre Anchieta “por ser a terra muito pobre”, por volta de 1562. Ainda assim, consta como funcionando no ano de 1758, em listagem que consta da obra de Tito Lívio Ferreira “História da Civilização Brasileira”, pág. 440, portanto a afirmativa de ter sido fechado por ordem de Anchieta fica em dúvida.

Na listagem apresentada na obra de Tito Lívio Ferreira, podemos aquilatar a grandeza da obra educadora, realizada no Brasil pelos padres da Companhia de Jesus. Muitos historiadores, talvez, por falta de informação, asseveram que no período da história do Brasil, conhecido como período colonial, o ensino no Brasil inexistia, o que como podemos ver pela listagem apresenta que essa asseveração está longe de verdade. Por outro lado, devemos lembrar que o ensino era gratuito, e que praticamente os únicos estabelecimentos de ensino público, eram os estabelecimentos mantidos pela coroa portuguesa e dados ao encargo e responsabilidade dos jesuítas. O julgamento qualitativo do ensino ministrado nesses estabelecimentos varia de bom para muito bom, segundo a opinião do historiador que trata do assunto.

Outro fator que torna importante a vinda dos jesuítas para o Brasil, é que desde os primeiros povoadores portugueses até quase o século XVIII, com a sua atuação na catequese e ensino, foi definida uma situação duvidosa na convivência dos colonos com o elemento indígena. Estes absorviam os costumes, a língua e a cultura dos índios, chegando-se em algumas regiões, a se falar o idioma nativo e não o português. A ação dos jesuítas assegurou a primazia da cultura portuguesa, conseguindo a unificação cultural do Brasil. Por estes e outros elementos, é que muitos historiadores afirmam que não se pode escrever a história do Brasil, sem antes se escrever a história dos jesuítas e da Companhia de Jesus.

Os jesuítas eram pagos pela coroa portuguesa, tanto aqueles que atuavam como professores, como aqueles que atuavam em outras funções. Os que eram professores nos Reais Colégios, porque os Colégios eram do Rei, ganhavam seus ordenados pagos pela Coroa.

Da Bahia, Nóbrega escreve a Simão Rodrigues em 10 de julho de 1552: “- O Governador ordenou de dar a dez (jesuítas) que viemos de Portugal um cruzado em ferro cada mês, para manutenção de cada um e cinco mil e seiscentos réis para vestir cada ano”. (Cartas do Brasil - Opera Omnia, 1965). A ordem referida por Nóbrega tem a data de 25 de fevereiro de 1550 (Monumentae Brasiliae, Serafim Leite, Roma-1956, pág. 176).

A 1 de janeiro de 1551, D. João III de Portugal escreve a Tomé de Sousa: - “Nessa Capitania do Brasil andam alguns Padres e Irmãos da Companhia de Jesus, os quais folgarei, que sejam providos do que lhes for necessário, assim para seu mantimento, como para seu vestido, encomendo-vos e mando-vos que lhe façais dar tudo o que para ditas

cousas houverem mister.” (Idem, obra já citada, pág. 211, vol. 1). Cumprindo ordem do Rei, Tomé de Sousa manda entregar aos jesuítas, diversos mantimentos. Os recibos assinados por Manoel da Nóbrega podem ser lidos nos volumes 13 e 14 dos “Documentos Históricos”, publicado pela Biblioteca Nacional.

Capítulo XXVII – Escravidão dos índios.

A escravidão teve praticamente o seu início com os primeiros povoadores do Brasil. Desta forma, o Bacharel Mestre Cosme Fernandes, em São Vicente, se utilizou deste expediente para desenvolver o povoado e as lavouras como primeira necessidade, devido à falta de mão de obra. Depois desenvolveu o comércio destes, com as armadas itinerantes. Estas atividades começaram provavelmente a partir da fundação do povoado, na primeira década de 1500 (por volta de 1506).

Com a instalação da Vila de São Vicente por Martim Afonso de Sousa, em 22 de janeiro de 1532, e a instalação do regime de capitanias hereditárias já a partir de 1534, e a exploração agrícola da terra brasileira, estabeleceu-se logo, como um dos primeiros problemas, a falta de mão de obra para as tarefas da lavoura. Não estando acostumados aos lides da agricultura, os vários militares, navegadores e altos funcionários que recebiam as grandes extensões de terras, em sesmarias, e com eles muitos dos seus companheiros de empreitada, recorreram aos indígenas, como fonte produtora de braços para a lavoura. Utilizando-se de diversos métodos, pacificamente ou à força, logo se fizeram evidentes os inconvenientes desta solução.

Embora a escravidão fosse existente entre os índios, ela assumia aspectos peculiares, restritivos, atingindo principalmente os prisioneiros feitos em guerras, os que eram combatentes, e por isso mesmo não eram mortos em cerimônias especiais. Os outros eram obrigados a desempenhar funções normalmente destinadas às mulheres, tornando-se humilhante, portanto esse rebaixamento, motivo pelo qual não o aceitavam, também por parte dos brancos. Devemos considerar que a lavoura era na cultura dos índios, tarefa destinada às mulheres.

Além destas considerações, não entendiam, os índios, a economia acumulativa dos colonos, estando acostumados a produzir apenas o necessário para o seu consumo imediato. Sendo escravizados, os índios fugiam, rebelavam-se, e, em último caso recorriam ao suicídio, não se tendo notícias de submissão absoluta.

Deve-se principalmente às tentativas dos colonos, de submeterem os indígenas ao trabalho escravo em seu proveito, os inúmeros confrontos ocorridos entre portugueses e índios, a partir do século XVI.

Desde que nas cartas de doação das capitanias hereditárias se autorizava a escravização dos indígenas, embora em número pequeno, como antes já era feito por alguns traficantes do pau-brasil, não evitou os conflitos decorrentes da escravidão dos índios, não sendo de maneira nenhuma aceita por estes. Motivado, entretanto, pelo que acontecia na América

Espanhola desde 1537, o Papa Paulo III condenou a escravidão dos aborígenes americanos, pela bula “Veritus Ipso”. Em atendimento aos problemas que já se delineavam no Brasil, recomendou o Regimento de 1548, dado ao primeiro Governador-Geral do Brasil, Thomé de Sousa, recomendando que fosse escravizado o gentio, impondo-se pena de morte aos colonos que procurassem escravizá-los.

Os problemas ocasionados pela prática insistente de escravizar os índios passam a ser preocupação constante dos governos-gerais do Brasil. Uma Carta Régia de D. Sebastião, emitida em 1566, procurou impedir a continuação do cativoiro dos indígenas e, conseqüentemente, os conflitos provenientes dessa prática.

Mais positiva foi a primeira lei declarando a liberdade dos indígenas em 1570. Essa lei impediu, entretanto, a continuação das guerras “justas” ou injustas, como pretextos para continuar a escravização, aos milhares, e muitas vezes com autorização das autoridades coloniais.

Com a união das duas coroas, em 1580, e tendo a Espanha uma legislação especial com relação aos índios americanos, é de se supor que quisesse aplicar o rei Felipe II, em terras de domínio português, atendidas as diferenças que justificavam os diferentes regimes de trabalho colonial. Assim sendo, depois da lei de 1587, outra lei de 1595, estabelecia que se consideravam livres todos os indígenas cativos em guerras não autorizadas pelo poder real. Esta decisão era difícil e muito demorada para tornar-se realidade. Por este motivo, seria, esta lei, desrespeitada conscientemente pelos governadores que eram encarregados da sua execução.

Dando mais força àquela lei, uma outra de 1609 declarava “os índios inteiramente livres”, impondo severas penas aos que tomassem ou conservassem como escravos.

O governador e o povo brasileiro protestavam contra estas medidas com tal intensidade, que o Rei se viu obrigado a reconsiderar o assunto e proceder a revogação da lei, por meio de outra de 1611, autorizando os cativoiros realizados em guerra justificados ou por motivo justo, concluindo com a adoção de aldeamentos destinados aos índios provenientes dos sertões, podendo ser solicitados pelos colonos através de contratos de locação de serviços.

As tribos indígenas, apesar desta regulamentação, continuaram sendo combatidas e escravizadas durante o período da união das coroas ibéricas. No sul atingiu a sua máxima expressão, o “ciclo de caça ao índio” por iniciativa de moradores de São Vicente. Este movimento escravizador levado a efeito pelos bandeirantes, foi executado não só em terras da própria capitania, como também em terras que, pelo menos na teoria, estavam sujeitas ao poder de Espanha, como sejam: Guairá, Tape, Uruguai e Itatim, correspondendo hoje a partes dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do sul e Mato Grosso.

Mesmo com a oposição dos jesuítas a estas atividades que comprometiam a realização da catequese, os protestos dos jesuítas chegaram ao Rei e ao Papa, não obstante isso, não conseguiram evitar a continuação destas atividades, e principalmente não conseguiram

deter a atividade dos bandeirantes. Isto criou situações de violência, principalmente no Rio de Janeiro e na Capitania de São Vicente.

A escravização do índio continuou mesmo com a vinda do homem africano, e se estendeu, em maior ou menor grau, pelo tempo adiante, até o momento da abolição da escravatura no Brasil. Misturados nas senzalas das fazendas, negros e índios compartilhavam as mesmas penúrias impostas pela sua condição de escravos.

Nesses séculos de prática da escravatura, tanto na África como na América, muitas tribos e nações negras e índias desapareceram, ou pelo extermínio ou pela doença no contato com os brancos, nas mudanças dos lugares de escravidão. Outras tribos sobreviveram internando-se na mata ou conforme a região, nas montanhas.

Os jesuítas e a escravidão.

A luta pela liberdade dos índios não era só de jesuítas portugueses ou dos jesuítas espanhóis, como muitos autores pretendem. Era uma luta de toda a Companhia de Jesus em toda a América, apenas adquirindo em cada região, particularidades diversas, impostas pela necessidade ou não de escravos, ou a cultura maior ou menor dos povos indígenas, ou ainda de razões de caráter político e principalmente o fator do interesse econômico, que a própria atividade de capturar e vender índios gerava como atividade viável, como é o caso dos primeiros bandeirantes.

As necessidades de escravos durante o período da colonização e as ideias e justificativas são tão estranhas ao nosso tempo, que podemos até ficar alarmados quando encontramos o Padre Manoel da Nóbrega pedindo de Olinda em 1551: “... Mande dar alguns escravos de Guiné a Casa para fazerem mantimentos, porque a terra é tão fértil, que facilmente se manterão e vestirão muitos meninos, se tiverem alguns escravos que façam roças de mantimentos e algodoais...” (Cartas do Brasil, I, pág. 126).

Não devemos esquecer, por outro lado, que tanto os espanhóis como os portugueses mantiveram uma luta de quase 900 anos contra as invasões de mouros, provenientes da África, em que empenhavam não só a defesa do seu território, como também da sua cultura e religião, o que fazia com que fosse aceita, com facilidade, a ideia da escravização dos negros africanos, catalogados genericamente como “mouros infiéis”, descendentes de Cã, e outros argumentos similares. Naturalmente o interesse econômico pairava por trás de tudo isso. Portanto todo esse período deve ser estudado, levando em consideração as realidades sociais, econômicas, políticas e das ideias da época, e não sob a ótica dos conceitos modernos, tanto sejam filosóficos, sociais, ou ainda econômicos e políticos da nossa época.

Logo nos primeiros anos do desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil começaram a sentir, os donos de engenho e agricultores, a necessidade de maior quantidade de mão de obra. Na medida em que o açúcar era mais requerido e valorizado nos mercados internacionais, o problema de mão de obra se fez mais agudo.

Como conseguir mão de obra para a lavoura açucareira principalmente, já que a lavoura de algodão também era importante, embora em menor escala? Inicialmente foi utilizado como elemento imediato para a solução do problema, a preagem de índios, fato que já acontecia antes mesmo da chegada de Martim Afonso. Esta atividade, desde o início incluía a venda desses escravos, para envio a outras partes do país, ou mesmo para embarque e venda na Europa, fatos aos quais já nos referimos anteriormente. Conseqüentemente nas primeiras lavouras de cana-de-açúcar, assim como no funcionamento dos engenhos era utilizada largamente à mão de obra composta de indígenas, capturados em lutas entre tribos inimigas, é que depois as tribos vencedoras comercializavam com os portugueses, ou preados pelos próprios lusitanos. Realizava-se um comércio considerado legal na época. Muitos faziam desta atividade escravagista a sua fonte de rendas, fatos também já citados por nós.

Com a chegada dos jesuítas ao Brasil em 1549, acompanhando o primeiro governador-geral do Brasil, Thomé de Sousa, começaram, juntamente com as suas atividades de catequese, a instrução pública, através da fundação de colégios e a oposição às atividades escravagistas, exercidas contra os índios. Devemos lembrar que a proteção e catequese dos índios era uma das cláusulas da carta de criação da Companhia de Jesus, aprovada pelo Papa em 1540. A diferença de posicionamento dos jesuítas com relação à escravização de índios e à sua posição indiferente com relação ao escravo negro, fundamentava-se num arrazoado filosófico-religioso e começou a difusão da seguinte forma:

A escravidão do negro foi, no século XV a novidade a que os contemporâneos não deram a atenção devida. Teve o seu começo em 1441, quando Antão Gonçalves levou ao Infante D. Henrique alguns negros aprisionados na Guiné (Gomes Eannes de Zurara em “Crônica da Guiné”, I, pág. 108, Porto-1937, leia-se Perdigão Malheiro em “A Escravidão no Brasil”, I, pág. 49, ed. São Paulo-1944), oficializou-se com a licença que a Portugal concedeu o Papa Eugênio IV, para a “batalha e guerra” a infiéis com o direito de escravizá-los. Eram chamados todos de “mouros” e com eles os africanos de todas as raças, contra quem caía o preconceito bíblico de que “descendendo de Cã, nasceram com este destino...”. Que lhes veio por maldição de seus avós, porque estes, cremos serem descendentes de Cã, filho de Noé, que descobriu as vergonhas de seu pai bêbado e em maldição e por isso ficaram nus e têm outras mais misérias”, explica Manoel de Nóbrega no “Diálogo Sobre a Conversão do Gêntio” – justificativa bíblica do que se impregnaram os teólogos e filósofos da época, condenados pela passagem bíblica a serem escravos dos brancos para sempre.

Até as Epístolas de São Paulo e São Pedro eram veiculadas na defesa da escravidão dos negros, principalmente aquelas que se referem à mansidão e obediência dos servos a seus senhores. A escravidão dos negros na Europa não foi muito intensa nem duradoura. Recomeçara, porém, o tráfico de africanos, para se circunscrever às colônias do Novo Mundo depois de 1552.

Vistos os resultados da Ilha da Madeira e de São Tomé, veio junto com a lavoura da cana-de-açúcar e os engenhos, o tráfico de escravos. Inicialmente, as populações indígenas já eram escravizadas através de lutas com tribos inimigas que as convertiam em motim de guerra, vendendo-as a seguir aos portugueses, ou preadas pelos traficantes lusitanos,

atividade exercida antes da chegada de Martim Afonso, vindo portanto, a juntar-se a este contingente, o homem africano, principalmente oriundo da Guiné.

Os homens do descobrimento e depois os primeiros povoadores viram as populações indígenas como elementos úteis em dois campos, utilização como mão de obra escrava na lavoura e onde podiam ser consideradas tribos amigas, como aliados nas lutas contra outras tribos inimigas e invasões de estrangeiros.

Quanto ao elemento africano, apenas interessavam os escravos para a lavoura e tarefas menores, sendo utilizados também na preagem de índios.

Assim que os jesuítas começam a sua obra civilizadora e catequisadora dos índios, começam os problemas, Os índios capturados em “guerra justa” podiam ser escravizados. Isto possibilitou aos predadores a captura de indígenas em ações que não eram guerras e muito menos “justas”.

Os jesuítas não cedem na sua doutrina de que a escravidão, “cousa de mouros”, jamais poderá abranger os índios da América. Nisto a Igreja no Novo Mundo foi inflexivelmente coerente: de maneira alguma a escravidão dos índios poderia ser admitida em face do Direito. É amplamente conhecida a luta travada pelos teólogos espanhóis em favor dos índios. O imperador e rei Carlos V, o Papa Paulo III e os catedráticos de Salamanca defenderam a tese humanista de que o descobrimento impunha o dever de cristianizar, sem permitir escravizar. “Que antes da chegada dos portugueses eles eram verdadeiros senhores” – positivou no seu “Derecho Natural y de Gentes”, Francisco de Vitória, e a conquista tinha de respeitar-lhes a personalidade. Em Portugal não se defendeu teoria diferente, pois as Universidades e as Cortes defendiam os mesmos postulados filosóficos. A exceção era feita para os inimigos, que recusassem a convivência com os cristãos e os atacassem em guerra.

Nada mais fácil para os predadores, do que simular desentendimentos para transformá-los em guerras predatórias. Estabeleceu-se o sentido restritivo do castigo, na hipótese do rompimento de trégua pelos aborígenes. Não podiam ser cativados senão em guerra justa, preveniu a Lei de 20 de março de 1570, e para evitar interpretações fraudulentas, exigiu a de 11 de novembro do mesmo ano, que a guerra fosse previamente autorizada pelo Rei. (Anais do Arquivo Público da Bahia, XXIX, página 8). Havia também diversos pensadores que defendiam a hipótese de que os índios provinham de uma das dez tribos de Israel, sendo portanto Judeus do Novo Mundo. “Esta terra é nossa empresa, e o mais gentio do mundo”, escreveu Nóbrega em 1549. (Cartas do Brasil, I, pág. 42), esta declaração não incluía os descendentes de Cã – os homens de raça negra. A preocupação fundamental da companhia de Jesus era, portanto, os índios. Nenhum pretexto serviria para evitar a impiedade e ganância do europeu para escravizar os índios.

Nóbrega encontra a solução do problema do catecúmeno, o aldeamento, sem o que, a catequese não teria sentido. Com o aldeamento dos índios aculturados em regime de liberdade vigiada dentro dos moldes cristãos, substituíam-se a autoridade indígena desses grupos, pelo governo religioso, obtendo-se a “aldeia missionária”.

Este tipo de aldeamento teve a sua maior expressão nos conhecidos “Sete Povos das Missões”, no sul do continente (Rio Grande do Sul e adjacências). Com esta ideia simplista, ordenara D. João III no “Regimento” de Tomé de Sousa, que se apartassem os índios convertidos e logo insistia o Padre Manoel da Nóbrega na conveniência de se distribuir em povoações isoladas. (Padre Serafim Leite em “Novas Cartas Jesuíticas”, pág. 272).

“... Desejamos congregar todos os que se batizam apartados dos mais... e vai-se fazendo uma formosa povoação...” (Carta, I, pág. 104 e 145).

Este tipo de “redução” não era novidade, dada a experiência dos missionários espanhóis no México e nas Antilhas, influenciada, aliás, pelos costumes da terra, pois existiam acolá grandes concentrações humanas ligadas historicamente por um vínculo social ostensivo.

Embora Salamanca e Coimbra estivessem impregnadas de humanismo, de platonismo e da essência messiânica da “Utopia” na coerência da propagação da fé, a política peninsular de expansão ultramarina, o modelo da “boa cidade” impressionou particularmente os apóstolos da América. Tinham à mão tribos dóceis, paisagens idílicas e a inocência daquela humanidade primitiva, e como apoio a estes ideais, a palavra de Roma e a ordem do Rei (vid. Marcel Bataillon em “Erasmus e Espana”, II, pág. 446/447; Silvio Zavala “Ideário de Vasco de Quiroga”, México, 1941; Alonso Reyes, “Ultima Tule”, pág. 160, México, 1942).

Não deve passar despercebidas as “aldeias” do Brasil e do Paraguai, traçadas no século XVII, com o idealismo geométrico, a intuição e a utilidade das organizações “providencialmente” arrumadas. Inicialmente os jesuítas limitavam-se a fixar os tupinambás nos seus acampamentos, pondo junto ao padre para a conversão. Assim surgiram em 1550 os primeiros aldeamentos.

Mas apesar de todo o esforço dos jesuítas para evitar que os índios fossem escravizados, as necessidades de mão de obra para a lavoura e engenhos sobretudo da cana-de-açúcar, não conseguiram evitar a ação dos predadores, principalmente da Capitania de São Vicente. Esta atividade chegou a destruir diversos aldeamentos, sendo a mais notória a que foi realizada nas Missões do Rio Grande do Sul, efetivadas estas ações pelo interesse de cativar índios para abastecer o comércio de escravos.

Estes atritos em São Paulo, entre jesuítas e paulistas, chegaram a tal ponto, que finalizaram com a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas em 1759.

1555 – Segundo o Cônego Gay, nesse ano os jesuítas iniciam a fundação das reduções do Guairá.

1560 – Iniciado pelos jesuítas o aldeamento de índios que inicia o povoado de Guarulhos.

1570 – Promulgada Lei que proíbe o aprisionamento de índios fora de guerra justa ou ordem do Rei.

1573 – Bula do Papa Paulo III declarando que os índios são homens racionais e podem pertencer à igreja.

1574 – Iniciada por Anchieta, a catequese dos tapuias, em Guarulhos, onde cria um aldeamento.

1576 – Índios Guaranis revoltados nas missões, rendem-se a tropas luso-espanholas, na Povoação de São Miguel.

1578 – A Câmara de São Vicente intima o ferreiro Bartolomeu Fernandes –único da vila - “a não ensinar a indígena algum o ofício, porque era de grande prejuízo para a terra”.

1585 – Inicia-se a Vila Velha ou Aldeia Velha, núcleo fundado por Anchieta, com índios vindos de Piratininga. Também se iniciam Parnaíba, São Miguel ao lado de Guarulhos, margem do Tietê. Itapecerica perto do Rio São Lourenço, e Santo Amaro (na época Ibirapuera), à margem direita do Jurubatuba.

1596 – Lei revogando a 20 de março de 1570, para proibir expressamente o cativo dos índios.

1602 – A Capitania de São Vicente toma conhecimento da Lei assinada em 31 de dezembro de 1601, abolindo o cativo dos índios, o que irrita muito os paulistas.

1603 – Animam-se as expedições ao sul e ocidente. Surgem as famosas “bandeiras”. Bandeirantes paulistas chegam até as cabeceiras do Rio São Francisco,. Inicia-se o ciclo do apresamento do índio e da luta encarniçada com os jesuítas.

1607 – Em viagem para o Rio de Janeiro, os padres Jerônimo Rodrigues e J. Lobato, levando com eles 150 índios de Santa Catarina naufragam e são atirados em praias da Ilha de São Vicente. O capitão da povoação arrebatou dos padres os indígenas e os distribuiu como escravos, para os moradores das redondezas.

1609 – Vigora na Capitania de São Vicente, a Lei de 30 de julho desse ano, do Rei D. Felipe II, declarando livres do cativo os indígenas do Brasil.

1611 – Outra Lei do Rei declara que o cativo dos índios é permitido quando feitos prisioneiros de guerra.

1611 - a 15 de agosto desse ano, a Câmara da Vila de São Paulo reúne-se para hostilizar os jesuítas.

1625 – Sertanistas de São Paulo e de outras vilas, repartidos em quatro corpos, atacam as Missões jesuítas espanholas, nos rios Paraná e Uruguai.

1628 – Parte de São Paulo a Bandeira de Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares, destinada a acabar com as Missões Jesuíticas do Guairá e do Tape.

1636 – Bandeira de Antonio Raposo Tavares parte com destino ao Tape, onde aprisiona grande número de índios guaranis.

1636 – A 3 de dezembro, paulistas dirigidos por Antonio Raposo Tavares apoderam-se da Missão Jesus-Maria em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

1636 – A 25 de dezembro, Antonio Raposo Tavares ataca e toma a Missão de São Cristóvão no Rio Grande do Sul.

1638 – Fernão Dias Paes parte para tomar as reduções do Ibicuí.

1640 – Em 22 de junho é feito acordo entre os jesuítas e o governo do Rio de Janeiro, que põe fim aos protestos gerados pelo Ato do Papa Urbano VIII, em favor da liberdade dos índios. Os jesuítas foram forçados a suspender as ordens da Cúria Romana.

– Em 02 de julho de 1640 a Câmara de São Paulo intima os jesuítas a abandonarem a vila, medida que já tinha sido adotada pela Vila de São Vicente.

- A 7 de julho do mesmo ano, novo aviso da Câmara de São Paulo aos jesuítas para abandonarem a Capitania.

- A 10 de julho os jesuítas recebem a terceira notificação para abandonarem o território, em nome de duas capitanias: a de São Vicente e a de Conceição de Itanhaém.

- Em 12 de julho, moradores das vilas de São Paulo, São Vicente e procuradores das vilas de Parnaíba e Mogi-Mirim (Mogi das Cruzes), fazem nova notificação ao Padre Antonio Ferreira.

- Em 13 de julho, 215 pessoas se reúnem para pedir a expulsão dos jesuítas da Capitania de São Vicente. Isto se deu na vila de São Paulo. O governo decide a expulsão dos jesuítas. A população revolta-se com a publicação de ordens do Papa em favor dos índios.

- Embarcam em Santos os jesuítas expulsos efetivamente de São Paulo como decorrência da intromissão destes em favor dos índios, lutando contra o apresamento dos índios para serem vendidos como escravos.

- Em 24 de julho os padres jesuítas retiram-se da Capitania de São Vicente.

- Instalam-se na Capitania de São Vicente (nas vilas de Santos e São Paulo, inicialmente), os Franciscanos, iniciando a construção dos conventos. Os Franciscanos, os Carmelitas e os Beneditinos põem-se a favor dos paulistas contra os jesuítas.

1641 – Os jesuítas e seus aliados, os índios guaranis, derrotam os paulistas em Mbororé, em 16 de março de esse ano.

- Os jesuítas já haviam sido derrotados no sertão da Vila Rica, Guairá, Uruguai e outras reduções por uma séria de incursões paulistas, que começaram em 1625, com Antonio Raposo Tavares, João Pedroso de Moraes, etc. (Apresadores de milhares de índios, trazidos para São Paulo). Continuaram com Manuel Preto em 1629, Raposo Tavares em 1630 e 1631, Simão Álvares, e culminaram com Francisco Bueno, Fernão Dias Paes e Jerônimo Pedroso de Barros em 1641

- Em 6 de abril de 1641, segundo descrição do Padre Cláudio Ruyer, os paulistas comandados pelo Capitão Manuel Peres (ou Pires), são repelidos pelos índios dirigidos pelos jesuítas da redução de San Nicolas, entre os quais, além de Ruyer, os padres Pedro Mola, Romero e Juan de Parras. Armados de arcabuzes e de artilharia, em que se mostram adestrados, os índios vencem os atacantes.

- Em setembro do mesmo ano Salvador Correia de Sá e Benavides, governador do Rio de Janeiro e com Jurisdição sobre São Vicente, é desacatado pelos paulistas, fazendo-o regressar de Santos para a Guanabara. Desejava aquela autoridade a volta dos jesuítas à Capitania.

1642 – Em 3 de março, alvará de D. João IV mandando restituir os jesuítas à Capitania de São Vicente. Afirma Serafim Leite, que para Santos eles voltaram nesse mesmo ano.

1643 – É desobedecido o Alvará de 3 de outubro de 1642, mandando restituir aos jesuítas as suas casas.

1645 – Os oficiais da Câmara da Vila de São Paulo fazem uma súplica ao Papa, fazendo ver à necessidade de terem sob a sua sujeição os indígenas, sem o que não seria possível cultivar a terra, ficando prejudicada a remessa anual de “muita quantidade de carne e legumes”, bem como “de muitos mil alqueires de trigo”, com que costumavam socorrer o resto do Brasil e a própria Angola.

1647 – O Padre Domingos Homem Albernaz, partidário dos jesuítas, excomunga a população da vila de São Paulo e abandona a sua paróquia. Os paulistas, para hostilizá-lo, endereçam-lhe um abaixo-assinado e trancam o Caminho do Mar.

1648 – Os paulistas descem a Santos e hostilizam os jesuítas. Pertencem aqueles ao grupo dos Camargos.

- A 7 de outubro desse ano - Alvará real de perdão aos paulistas de São Paulo, São Vicente, Santos, Mogi das Cruzes e Parnaíba na questão com os jesuítas e que tomaram parte na sua expulsão da Capitania.

1653 – Em 14 de maio, na Vila de São Vicente, cabeça da Capitania, é lavrada escritura onde se devolvem aos jesuítas as suas propriedades.

1681 – Chega a notícia à Capitania da ordem de D. Pedro (Príncipe Regente), mandando à imitação de Felipe III, abolir o cativoiro dos índios. Essa medida sugerida pelo Padre Antonio Vieira, provocaria em São Paulo, sérios tumultos, pois além disso mandava entregar aos jesuítas a administração temporal e espiritual dos índios.

1682 – A 28 de março explode em São Paulo novo tumulto contra a entrega dos índios aos jesuítas.

1684 – 22 de novembro – Carta Régia mandando prender e sentenciar sumariamente os bandeirantes culpados de reduzir o cativoiro dos índios da Capitania do Rio de Janeiro.

1685 – Paulistas e jesuítas entram em acordo servindo de mediadores o Bispo do Rio de Janeiro, D. José de Barros Alarcão de visita à Capitania, e o Capitão-mor Pedro Taques de Almeida (renovado em 1687), sobre a “descida do gentio”. Isso evita nova explosão dos Inacianos. Este acordo seria ratificado em 9 de novembro de 1690 por Carta Régia.

1690 – 20 de março – Carta Régia mandando pôr fim às vexações e crueldades feitas contra os missionários jesuítas e os índios, pelos moradores da terra de São Paulo, ordem dada ao governo do Rio de Janeiro.

1691 – 30 de maio – Carta de Luís César de Menezes ao Rei dando-lhe conta da dificuldade de coibir aos paulistas as agressões aos missionários jesuítas.

- 7 de novembro – Carta Régia proibindo a mudança de índios para as minas de Iguape e Paranaguá e recomendando aos oficiais da Câmara de São Paulo, a formação de duas aldeias junto às mesmas minas.

1696 – Com datas de 26 de janeiro e 19 de fevereiro, são emitidas as cartas régias concedendo sob certas condições aos moradores do Brasil a administração dos índios. Cessam daí em diante os conflitos entre paulistas e jesuítas.

1708 – 29 de abril – Carta Régia que permite o cativoiro de índios quando aprisionados em batalha, podendo também ser vendidos para indenização das despesas da Fazenda Real com a guerra.

1730 – As igrejas da Capitania cobrem-se de luto pelo desaparecimento do Papa Bento XIII, grande protetor dos jesuítas e índios.

1759 – 19 de janeiro – Extinta por lei, a Companhia de Jesus, sendo os seus bens incorporados à Coroa. Na mesma época, os jesuítas são expulsos das colônias espanholas.

- 3 de setembro – Os jesuítas são declarados rebeldes e expulsos de Portugal e suas colônias.

Esta lista de alguns dos acontecimentos da luta dos jesuítas pela não escravização dos índios é apenas uma amostra, numa região (Capitania de São Vicente e depois São Paulo), e a realizamos apenas com o intuito de oferecer ao leitor uma amostragem do que foi essa verdadeira epopéia da história de São Vicente – capitania – da que os vicentinos ou ainda paulistas são a parte contentora.

Evidentemente, a mesma luta foi travada no resto do Brasil e nas colônias espanholas da América, com mudanças diferentes em cada região e sujeitas às mais diversas conseqüências. Mas entende-se que era a postura dos jesuítas frente às ideias dos Papas e dos Reis (espanhóis e portugueses) que conflitavam, entre uma postura humanista e os interesses políticos e comerciais da época.

Esses interesses, não eram apenas das colônias e dos reinos diretamente envolvidos, mas também dos negociantes de escravos da Europa, África e das Américas.

Foi uma luta que se travou em toda a América do Sul, Central e do Norte, em épocas e circunstâncias diversas, de muitos mártires, principalmente dos índios e mestiços, em que o sangue que mais derramou foi o do índio. Tribos inteiras desapareceram, umas lutando pela sua liberdade, outras sob a escravidão e ainda outras dizimadas pelas doenças adquiridas no contato com os brancos. Afinal pouco restou dos índios americanos, ou como alguns preferem Ameríndios.

Sobre a importância da obra dos jesuítas para a história do Brasil, Serafim Leite em “Páginas da História do Brasil” comenta o seguinte: “- Sem desconhecer o concurso dos demais, pode-se sem receio, emitir esta proposição exata: a história da Companhia de Jesus no Brasil, no século XVI é a própria história da formação do Brasil nos seus elementos catequéticos, morais, espirituais, educativos e em grande parte coloniais”.

Acontece, porém, que os esforços dos jesuítas perdiam-se na indiferença ou hostilidade de outros eclesiásticos. Por este motivo se insistia freqüentemente junto ao rei e ao Papa, para a instalação de um bispado no Brasil.

A 23 de junho de 1553 chegava a Salvador o primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes, que mantendo boas relações com o governador Thomé de Sousa favorece e apóia a obra dos jesuítas.

Capítulo XXVIII – Escravização do negro.

(F76) É quase certo que a primeira experiência de africanos nas plantações e engenhos no Brasil foi de Duarte Coelho, que fazia requerimento deles, desde 1546. Segundo Nóbrega, em 1551, em Olinda, a quantidade de escravos que viviam “como gentios (portanto índios), e a quem devia assistir com os sacramentos, tanto lá como em “Santo Tomé e outras partes, onde há fazendas com muitos escravos”, referia-se aos negros (Cartas I, pág. 125/126).

Os primeiros africanos chegados à Bahia datam de 1551. Antonio Cardoso de Barros diz em carta de 21 de abril “Os escravos que Vossa Alteza manda são muito bons para a segurança desta vila, como para fazerem fazendas...três escravos machos da Guiné iam servir às serrarias da cidade”. (Doc. Hist. XIV, pág. 77).

O Padre Nóbrega, em 1552 escreve: “Depois que vieram os escravos Del-Rey, de Guiné a essa terra, tomaram os padres fiado por dois anos três...” (Carta, I, pág. 138- 1551 e 1552).

Em São Vicente os escravos africanos foram introduzidos por Francisco de Barros de Azevedo, que os mandou trazer de São Tomé em navio próprio para o seu engenho de Santo Amaro “27 peças de escravos machos e fêmeas”, permitindo o governador-geral que

entrassem sem pagar direitos. (Ato de 10 de fevereiro de 1552 – Doc., Hist. XXXIII, pág. 210).

Inicialmente o tráfico de escravos africanos era negócio da coroa portuguesa Em Carta Régia de 30 de março de 1559, para o governador de São Tomé, avisava-lhe que a cada senhor de engenho do Brasil, mediante certidão do governador, se deixava vir do Congo até 12 escravos, pagando um terço dos direitos. Tudo era começar: engenhos e tráfico, canaviais, casas-grandes e escravidão.

(F77) Pedro Calmon em sua obra “história do Brasil”, vol. II, pág. 346, comenta o seguinte: “-A partir dessa época muitos armadores se especializaram no negócio . As águas da Guiné e Angola se encheram de barcos “tumbeiros” e o Brasil teve os escravos que quis, inundações deles, grossa e ininterrupta imigração de pau e corda. Milhares ao ano, e em número crescente. Negros adultos e crianças, mulheres para reproduzir, e homens invalidados cedo pela atroz moléstia do seu e do nosso clima. A nódoa, que alastrava. Horror da navegação negreira, crime organizado, pela forma de pilhagem, desumanidade inaudita, pela torpeza da viagem. Deslocamento metódico de populações. A passagem para a América, das sobras da África apanhadas um tanto ao acaso, desde o Senegal até Moçambique para o lucro do vendedor, príncipe da costa, empresa de portugueses, ou as próprias famílias dos escravos, para a fortuna do traficante, que espantosamente ganhava, para a lavra e conquista do Brasil...

E assim a escravidão do africano veio se juntar à escravidão do índio, ladeando-se nas senzalas. Muitos esquecem que o índio também era caçado para ingressar nas filas dos escravos, que nações inteiras tanto de africanos como de índios foram desaparecendo na voragem da escravidão, da doença, do massacre, alimentando a fortuna dos escravagistas que os comercializavam e que os utilizavam como mão de obra. Há muita bibliografia a respeito deste assunto, para aqueles que quiserem saber da verdade e amplitude deste assunto: Escravidão.

Considerações finais.

O ultimo capítulo dos originais do livro “São Vicente Primeiros Tempos” de Carlos Fabra foi “A escravidão do negro”.

Nós, do grupo de coordenação do trabalho de publicação, não temos como afirmar se está era a intenção do autor ou se o trabalho foi truncado pela fatalidade de seu falecimento.

Termos certeza, pelos conhecimentos de Fabra, que este poderia avançar muito nas pesquisas sobre a história de São Vicente e do período colônial.

Mesmo assim nos sentimos realizados por termos a possibilidade de participar da concretização de tão importante obra.

Índice.

	Pg.
Carlos Alberto Fabra Perugorria – dados do autor.....	
Introdução do autor.....	
Capitulo I – A Europa do Século XV.....	
Capitulo II – O Tratado de Tordesilhas.....	
Capitulo III – A frota de 1500.....	
Capitulo IV – A expedição de André Gonçalves e Américo Vespúcio.....	
Capitulo V – Alguns fatos anteriores à vinda de Martim Afonso de Sousa.....	
Capitulo VI – São Vicente antes de Martim Afonso.....	
Capitulo VII – Bacharel Mestre Cosme Fernandes.....	
Capitulo VIII – O Primeiro Capitão de São Vicente.....	
Capitulo IX – Os Irmãos Braga.....	
Capitulo X – Diário de Navegação.....	
Capitulo XI – A chegada de Martim Afonso a São Vicente.....	
Capitulo XII – Do nome “Gohaió” ao de “São Vicente”.....	
Capitulo XIII – A expedição de Martim Afonso.....	
Capitulo XIV – Fundação da Vila de São Vicente.....	
Capitulo XV – A construção da Vila.....	
Capitulo XVI – Plantações.....	
Capitulo XVII – A Vila de São Vicente e a Primeira Eleição.....	
Capitulo XVIII – Inslação da Justiça em São Vicente.....	
Capitulo XIX – Capitania Hereditária.....	
Capitulo XX – Poderes dos Capitães Donatários.....	
Capitulo XXI – Depois da partida de Martim Afonso.....	
Capitulo XXII – Formação do Povo do Brasil.....	
Capitulo XXIII – Ciclos econômicos.....	
Capitulo XXIV – Bandeiras e Bandeirantes.....	
Capitulo XXV – O ouro.....	
Capitulo XXVI – A divisão do Brasil em dois governos.....	
Capitulo XXVII – Escravidão dos índios.....	
Capitulo XXVIII – Escravização do negro.....	